



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

HENRIQUE PEREIRA BRAGA

**LIMITES E POSSIBILIDADES DO CAPITALISMO: UMA
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA RIQUEZA E DA POBREZA NA
CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA**

CAMPINAS

JANEIRO DE 2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

HENRIQUE PEREIRA BRAGA

**LIMITES E POSSIBILIDADES DO CAPITALISMO: UMA INTRODUÇÃO
AO ESTUDO DA RIQUEZA E DA POBREZA NA CRÍTICA À ECONOMIA
POLÍTICA**

Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior – orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Ciências Econômicas, área de concentração: Teoria Econômica.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO HENRIQUE
PEREIRA BRAGA E ORIENTADO PELO PROF. DR.
PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO JUNIOR.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Plínio S. de A. Sampaio Jr.", is written over a horizontal line.

Orientador

**CAMPINAS
2016**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 004570/2014-06

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

B73L Braga, Henrique Pereira, 1986-
Limites e Possibilidades do Capitalismo : uma introdução ao estudo da riqueza e da pobreza na crítica à economia política / Henrique Pereira Braga. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Riqueza. 3. Pobreza. 4. Capitalismo. I. Sampaio Junior, Plínio Soares de Arruda, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Limits and Possibilities of Capitalism : an introduction to the study of wealth and poverty in the critique of political economy

Palavras-chave em inglês:

Marx, Karl, 1818-1883

Wealth

Poverty

Capitalism

Área de concentração: Teoria Econômica

Titulação: Doutor em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior [Orientador]

Eleutério Fernando da Silva Prado

Mário Duayer de Souza

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello

Jesus José Ranieri

Data de defesa: 25-01-2016

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas



TESE DE DOUTORADO

HENRIQUE PEREIRA BRAGA

**LIMITES E POSSIBILIDADES DO CAPITALISMO: UMA INTRODUÇÃO
AO ESTUDO DA RIQUEZA E DA POBREZA NA CRÍTICA À ECONOMIA
POLÍTICA**

Defendida em 25/01/2016

COMISSÃO JULGADORA

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Plínio S. de A. Sampaio Jr."

Prof. Dr. PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO JUNIOR
Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Eleuterio F. S. Prado"

Prof. Dr. ELEUTERIO FERNANDO DA SILVA PRADO
USP

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Mario Duayer de Souza"

Prof. Dr. MARIO DUAYER DE SOUZA
UERJ

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Gustavo M. de Cavalcanti Mello"

Prof. Dr. GUSTAVO MOURA DE CAVALCANTI MELLO
IFCH / UNICAMP

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Jesus José Ranieri"

Prof. Dr. JESUS JOSÉ RANIERI
IFCH / UNICAMP

Aos meus pais, Onivaldo e Stella
À minha irmã, Thalita
Ao meu amor, Carol

Agradecimentos

Diversas pessoas acompanharam o processo, intenso e turbulento, que foi o doutorado. Muito aprendi nestes quatro anos de trabalho, em grande medida, por causa da boa companhia desfrutada. Amizades foram feitas, experiências trocadas e descobertas realizadas. Seria muito difícil nomear todas as pessoas e as instituições que participaram desta etapa da minha vida, mas existem algumas que marcaram de maneira especial esta etapa da minha formação. A essas, não poderia deixar de agradecer nominalmente.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família. Aos meus pais, Onivaldo e Stella, por todo o carinho, dedicação e apoio incondicional para a realização desse trabalho. Sem eles, o resultado final do trabalho não teria a mesma qualidade. À minha irmã, Thalita que sempre ofereceu seu carinho e seu amor nos momentos mais difíceis dessa longa caminhada. Às minhas avós, Nilza e Julita (*in memoria*), pelas inúmeras palavras de apoio e carinho.

Ao meu orientador, professor Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr. – o Plíninho -, agradeço por ter aceitado a empreitada. Sua solicitude, capacidade de organização, firmeza para apontar os erros e sugerir caminhos, e seu rigor na avaliação dos acertos foram fundamentais para boa execução do trabalho. Além dessas qualidades, sua iniciativa de abrir um espaço de discussão e estudo das obras de Marx no começo de 2013 possibilitou o ambiente de trabalho adequado para iniciar a realização da tese.

Aos professores Moishe Postone e Mário Duayer, agradeço pela imensa contribuição para a realização do presente trabalho, que vai muito além do que as notas de rodapé conseguem expressar. O estágio de um ano na Universidade de Chicago (2014/2015), sob a supervisão do professor Postone, proporcionou o ambiente de debate e estudo fundamental para o avanço no trabalho e a redação final da tese. Tal estágio não seria possível sem o intermédio de Mário que, além de incentivar o contato, apresentou diversos grupos dos quais participei durante o estágio. Sem deixar de mencionar que, sua leitura cuidadosa para a defesa, resultou num ótimo material de revisão e de trabalho para o futuro.

Ao professor Jesus Ranieri, agradeço pelas inúmeras conversas que, desde minha qualificação no mestrado, em 2011, ajudaram na compreensão de temas complicados, como a dialética hegeliana e a ontologia de Lukács. Sua

disciplina, oferecida no IFCH/UNICAMP no primeiro semestre de 2013, foi fundamental à realização do presente trabalho. Disciplina que se estendeu pelo segundo semestre daquele ano, originando um grupo de discussão sob sua coordenação, do qual fiz parte na primeira metade de 2014, de forma a constituir um espaço de intercâmbio intelectual fundamental para a execução deste trabalho. Além disso, as contribuições de Jesus na banca de qualificação e de defesa ajudaram a aparar arestas e solidificar os argumentos apresentados.

Ao professor Eleutério Prado, agradeço por sua leitura cuidadosa na banca de qualificação, permitindo que a segunda parte do trabalho passasse de um fichamento para a forma de exposição da relação entre riqueza e pobreza em Marx. Além dessa preciosa contribuição, suas questões na banca de defesa permitiram pensar o tema relacionando-o às questões contemporâneas, abrindo, assim, caminhos futuros de pesquisa.

Ao professor Gustavo Moura, agradeço pelo seu aceite em participar da banca de defesa na véspera de Natal e logo após termos concorrido para a vaga de docente na UFES, mostrando que os processos seletivos construtivos são aqueles em que os envolvidos não se deixam ferir na alma, mas saem sérios colegas de trabalho. Sua leitura cuidadosa do trabalho apontou os méritos e deméritos da tese, de maneira que contribuiu para o avanço da pesquisa no futuro.

À professora Ana Lúcia, agradeço pelos ensinamentos durante o período em que ministramos cursos de introdução à economia para os estudantes do PROFIS e do primeiro ano de Economia da UNICAMP. O conjunto da experiência obtida durante os dois anos de estágio docente foi fundamental para minha decisão de prosseguir com a carreira docente, procurando aprimorar a forma de ensino conjugado à rigorosa pesquisa.

Aos meus amigos, Manuel Ramon e Magda, agradeço pela sincera amizade, pelos diversos momentos de conversa, descontração e comidas agradáveis, pelas palavras de apoio e por ter nos presenteado com o incrível Valentim!

Ao meu amigo, Maracajaro Mansor, agradeço pela leitura dedicada dos primeiros esboços, pelo debate franco e pelas valorosas conversas ao longo da minha jornada.

Aos meus amigos, Fábio Santos e Ulisses Rúbio, agradeço por compartilharem comigo a moradia. Sem dúvida, passamos por momentos memoráveis que renderam e renderão muitas conversas. Ao se tratar da convivência diária, não poderia deixar de agradecer ao Leonardo Nunes e à Ana Paula pelas visitas e conversas e, sobretudo, pela amizade. Também agradeço aos amigos do IE e do IFCH, sempre disponíveis para um café ou uma cerveja. Em particular, Carlos Rodrigues, Eduardo Ráo, Victor Young, Bruno Marchetto, Rudá Miranda, Thiago “Peixe”, Lucas Andrietta e Robson Gabioneta.

Aos amigos de Niterói, agradeço por estarem sempre à disposição, tanto para uma conversa rápida, quanto para uma visita de maior período. Em especial, agradeço à Lérica Povoleri e ao João Leonardo Medeiros.

Aos colegas e amigos do Grupo de Estudos Florestan Fernandes, agradeço pelos momentos de discussão sobre Brasil, que me mantiveram antenados com os problemas do nosso país. Em especial, agradeço ao Arthur, ao João Paulo, ao Leandro e ao Daniel que não mediram esforços para a manutenção desse espaço de discussão.

Aos colegas e amigos do Grupo de Estudos d’O Capital, agradeço pelas excelentes discussões que ajudaram, e muito, o bom andamento do trabalho. Em especial, agradeço ao Luiz Fernando e ao Yuri, que compareceram à defesa e são importantes interlocutores.

Aos colegas e amigos do Grupo de Estudos Nação, Imperialismo e Ideologia, agradeço pelas valorosas leituras e debates durante os anos de 2013 e 2014. Em especial, agradeço ao seu coordenador, o professor Eduardo Mariutti, e aos meus amigos Thiago “Peixe”, Roberto Simiquelli, Lucas Andrietta, Lucas Corazza e Fábio Santos.

Aos colegas e amigos do “Social Theory Workshop” agradeço pelo debate nas mais diversas áreas da teoria social crítica, durante novembro de 2014 e junho de 2015, ajudando a aprofundar meu conhecimento sobre a realidade social capitalista contemporânea. Em especial, agradeço aos professores Moishe Postone e William Sewell Jr. e aos estudantes Fábio Arrazuaga, Eilat Maoz, Yaniv Ron-El, Ben Schacht e Jeremy Cohan. Deste período em Chicago, também não posso deixar de agradecer ao Jeremy por ceder sua casa para instigantes discussões dos textos

de André Gorz, acompanhadas de ótimos jantares, com os amigáveis Miriam Bilsker, Ben K e Sam Brown.

Aos demais amigos também deixo meu agradecimento. Embora seja impossível nomear todos, espero que os amigos que lerão essas linhas se sintam contemplados nestes agradecimentos.

À CAPES, agradeço pelo financiamento concedido durante o doutorado. Em particular, a bolsa de doutorado sanduíche para o período de um ano na Universidade de Chicago.

Ao Instituto de Economia, agradeço por acolher o projeto de trabalho e incentivar o estágio de pesquisa no exterior. Em especial, deixo meu agradecimento para o corpo de secretárias do IE, sempre ágeis e disponíveis para a resolução dos mais variados problemas burocráticos.

Por fim, agradeço a minha amiga, companheira e meu amor: Carol. Sem suas palavras de apoio, seus gestos de carinho, seus sacrifícios e sua paciência para ler os intragáveis manuscritos – desde a primeira versão do projeto de pesquisa à última versão das considerações finais da tese –, esse trabalho não seria possível. Muito obrigado!

Alguém disse eu
E não havia
Mais nada a ganhar
Dizendo nós.
De maneira geral,
A gente exerce o bem
Quando faz sentido.
Uma sociedade boa
É a que dá sentido
A essa bondade.
De um momento para o outro, ...
Nós estávamos
Em uma sociedade em pedaços,
Estávamos nos desintegrando.
De um momento para outro,
A escolha sensata era cuidar de si.
(Ian McEwan)

Resumo

O presente trabalho parte da seguinte constatação: os humanos constituíram uma sociedade global, hiperconectada, com imensa capacidade de produção material; porém, não conseguem superar a iniquidade social que, ao invés de diminuir, continua a crescer. Para explicar a razão pela qual esse fenômeno ocorre, recupera-se a crítica da economia política realizada por Karl Marx (1818-1883), a fim de demonstrar que a riqueza social capitalista, longe de diminuir a pobreza, contribui para sua ampliação, uma vez que é baseada no empobrecimento humano. Para demonstrar essa tese acerca da compreensão de Marx do fenômeno da abundância em meio à pobreza, analisam-se dois escritos representativos de sua crítica à economia política: os **Manuscritos Econômico-Filosóficos** (1844) e os **Esboços para a Crítica da Economia Política** (1857/1858). Por se tratarem de escritos nos quais o autor enfrentou de forma direta figurações da sociedade capitalistas que versavam sobre a relação entre o desenvolvimento social e sua produção de riqueza, entende-se que o exame detido destas obras fornece uma leitura da crítica de Marx na qual se explicita a natureza da riqueza social produzida pela sociedade capitalista. Ao mesmo tempo em que possui um caráter geral – ser produção material –, a riqueza social produzida sob o capitalismo tem, para o autor, uma especificidade – ser valor – que exige a restrição do desenvolvimento das relações sociais para continuar a se reproduzir e, por isso, funda-se no empobrecimento das relações entre os humanos. Essa efetiva produção de riqueza por meio da pobreza humana se manifesta na extensa e intensa jornada de trabalho, a despeito tanto da flagrante produtividade alcançada pela produção capitalista quanto da crescente parcela dos humanos que permanecem na posição social de trabalhadores a espera de serem empregados. A contradição entre a capacidade de produção de riqueza material e suas exigências sobre o jugo do capital expõe, para Marx, tanto a razão pela qual essa produção requer o empobrecimento humano quanto explicita as possibilidades objetivas de constituição de outra forma de relação social.

Palavras-Chave: Karl Marx (1818-1883), Riqueza; Pobreza; Capitalismo.

Abstract

The present work has the following start point: human beings built a global society, hyper connected, with a large capacity for material production; but they are unable to overcome social inequality. Instead of going down, social inequality stills growing up. To explain the reason for this phenomenon happens, this work recovers Karl Marx's (1818-1883) critique of political economy in order to show that, far from decrease poverty, capitalist social wealth is contributing to its expansion; because is founded in human impoverishment. To show this thesis on Marx comprehension about the phenomenon of plenty with poverty, the present work analyses two of his writes that are central in his critique of political economy: **Economic and Philosophical Manuscripts** (1844) and **Grundrisse** (1857/1858). Because they are writes that Marx directly criticize theories about capitalist society – theories that tell us about the relationship between social development and wealth production – the present work understands that a close examination of these writes provide a reading of Marx's critique in which are exposed the nature of social wealth produced in capitalist society. At the same time, capitalist wealth has a general character – i.e., material production – and has, for Marx, a specificity – i.e., value – that imposes a restriction of the development of social relations in order to continue to be reproduced. Hence, capitalist social wealth is founded over human impoverishment. This effective production of wealth by the means of human poverty are manifested in the extent of and intense of labor journey; despite of the high-level of productivity achieved by capitalist production and the growing parts of humans that stay in social position of worker, waiting to be employed by capital. The contradiction between capacity of material wealth production and its imperatives sets by capital exposes, for Marx, the reason because capitalist production requires human impoverishment and explains the objective possibilities to constitute other social relation.

Keywords: Karl Marx (1818-1883), Wealth; Poverty; Capitalism.

Sumário

Introdução	1
Parte I: O Encontro de Marx com a Economia Política	15
1. A Sociedade Burguesa segundo a Crítica de Marx à Economia Política	
19	
1.1. Os Trabalhadores	21
1.2. Os Capitalistas	28
1.3. Os Proprietários Fundiários	36
1.4. Conclusão do Capítulo	42
2. Notas preliminares sobre o fundamento e a essência humana na	
Sociedade Burguesa	47
2.1. O Fundamento da Sociedade Burguesa	49
2.2. A Essência Humana da Sociedade Burguesa	62
2.3. Conclusão do Capítulo	76
Conclusão Parte I	80
Parte II: O Laboratório da Crítica à Economia Política	85
1. Sobre a Riqueza Social Burguesa	90
1.1. A Relação entre o Dinheiro e o Valor de Troca	91
1.2. As Relações Sociais Pressupostas à Produção de Valores de Troca	
98	
1.3. Conclusão do Capítulo	105
2. A Produção da Riqueza Social Burguesa	107
2.1. A Relação de Troca no Interior da Relação de Troca Centrada no	
Dinheiro	108
2.2. A Relação entre o Capital e o Trabalho Assalariado na Produção	
118	
2.3. Conclusão do Capítulo	127
3. Limites e Possibilidades da Produção da Riqueza Social Burguesa ..	130
3.1. Limites da Contínua Expansão do Valor de Troca	132
3.2. Possibilidade aberta pela contínua expansão contraditória do valor	
de troca	144
3.3. Conclusão do Capítulo	158
Conclusão Parte II	162
Considerações Finais	169
Referências Bibliográficas	183

Introdução

Neste início de século XXI, a humanidade se depara com uma situação curiosa. Ampliou o “controle” sobre a natureza e, por meio deste avanço, ergueu uma sociedade cuja produção é *capaz* de garantir vida digna a todos os seres humanos, uma vez que, *efetivamente*, produz um magnífico acúmulo material e cultural. Uma conquista louvável caso não fossem os deméritos que a acompanham: persistência da fome, crescimento da violência, das moradias precárias, do subemprego, da degradação do meio ambiente, das doenças psicóticas, dos fluxos migratórios etc. Diante desse fato, constatável no cotidiano e capturado por qualquer telejornal, jornal ou revista, nos quais se transita do exuberante ao miserável numa questão de segundos ou numa virada de página, o presente trabalho propõe ser uma etapa na investigação das causas subjacentes a essa contradição.

Em primeiro lugar, constata-se que não constitui fato novo a abundância material em meio à profusa pobreza. Desde a revolução industrial, a intensificação desse fenômeno atormenta a teoria social. Na formulação de Adam Smith, por exemplo, a abundância material é identificada como consequência da elevação da capacidade produtiva, por meio da ampliação das relações comerciais. O que resulta na formação das condições materiais para a superação da pobreza. Contudo, o autor chama a atenção para o que denomina de “embotamento indolente” dos humanos submetidos à principal forma de elevação das relações comerciais: a divisão do trabalho.

Ao se dedicarem a uma única atividade, segundo Smith, os humanos restringem sua capacidade de compreensão de outros aspectos da vida social e, com isso, as relações sociais se tornam truncadas. Para solucionar esse efeito da própria expansão da riqueza social, o autor recomenda a educação formal desses humanos, sob a tutela da administração pública, para que possam adquirir as condições necessárias ao convívio social e, desse modo, viverem para além da subsistência.¹

A elevação da produção e do comércio, a expansão das cidades acompanhada da redução da população rural, a emergência dos movimentos trabalhistas contrários ao ritmo de trabalho imposto pelas máquinas e à longa jornada de trabalho, a independência das colônias americanas e sua integração à

¹Conferir Smith (1988, p.84-85).

common wealth britânica – expandida, de forma violenta, com a formação de novas colônias na Ásia – dentre outros fenômenos marcantes do século XIX, expressam a elevação tanto da produção social quanto da pobreza – ao ponto dos humanos em condições aviltantes se sublevarem contra a situação em que se encontravam. A permanência e ampliação dessa contradição são registradas nas reflexões da *economia política* que, ao abordar esse fenômeno, quase sempre identificava suas causas na inaptidão dos pobres para o novo ritmo de vida, cuja solução para contornar essa situação residia em centros “educativos” que, longe da proposta de Smith, mais se assemelhavam com campos de trabalho forçado.²

Como contraponto a essa reflexão, emerge uma literatura econômica e política que estabelece as novas relações sociais como causa da crescente pobreza em meios à abundância material. Ora qualificada de utópica, ora de socialista, por outras vezes de comunista, seus autores afirmavam que a solução dessa contradição estava na mudança das relações sociais, sendo a direção e a forma da mudança de tais relações aspectos de ampla disputa entre tais correntes.³

No período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, entra em cena e se consolida uma nova potência econômica, cuja capacidade produtiva também se manifestava na efervescência cultural, e não por acaso, uma série de produtos culturais se tornaram marcantes da vida no século passado. Dentre esses produtos, nota-se a emergência de uma literatura utópica que flertava tanto com as ideias ditas socialistas ou comunistas formuladas no século XIX, quanto com as ideias liberais veiculadas a partir do século XVIII.

Longe de expressarem pura especulação, esses romances propunham a transformação da sociedade por meio da proposição de projetos políticos que tomavam como referência o flagrante contraste entre a elevada capacidade produtiva estadunidense e os infortúnios pelos quais passava grande parte de sua população. Como exemplo dessa literatura, destaca-se o romance de Alfred L. Hutchinson, **O Limite da Riqueza**⁴, publicado em 1907.

²Com esse tipo de explicação, torna-se evidente que a causa da pobreza não residia na nova forma de produção, mas sim nos próprios pobres, que teimavam em se reproduzirem em tal condição, como cogumelos. Para uma avaliação crítica das teorias econômicas sobre a pobreza, desde seu surgimento até o começo do século XXI, consultar João Leonardo G. Medeiros (2013). Sobre os eventos históricos relatados, recomenda-se Eric Hobsbawm (2012a; 2011; 2012b) e Edward P. Thompson (2014).

³Conferir Hobsbawm (2012a) e Marx & Engels (1998).

⁴Título original: **The Limit of Wealth**.

A trama se desenrola no ano de 1942 e tem início com a chegada aos Estados Unidos de um comitê de pesquisadores selecionados pelos principais países europeus e asiáticos daquela época. Com o propósito de investigarem os princípios sociais adotados a partir de 1913 que fizeram dos Estados Unidos um país produtivo e com uma população com suas aspirações realizadas, os investigadores começam pelo trabalho de reconstituição do período anterior à mudança, as propostas em debate e as consequências da adoção de determinadas medidas.

Dividido conforme um relatório econômico, mas com uma narrativa que detalha os discursos e as medidas tomadas em cada área do convívio social, a obra culmina com a conclusão do comitê sobre a principal causa do peculiar desenvolvimento estadunidense: o “limite da riqueza”. O trecho a seguir expõe um discurso sintético dos motivos para a adoção do princípio e seu conteúdo:

O que pode ser feito de mais benéfico para o homem comum (...) dê a todo o homem, mulher e criança uma oportunidade de fazer algo e eles farão por si mesmos. Limite o montante de riqueza que um homem pode vir a acumular; desintegre o excedente para além daquele limite por meio de sua coleta pelo governo federal; distribua essa riqueza por meio da inauguração, pelo governo federal, de empreendimentos que não virão a concorrer com as indústrias existentes, mas que darão emprego aos desempregados por um salário digno. Não destrua a ambição do homem, nem seu gênio dizendo para ele: “tanto você pode fazer, mas não faça mais”. Não ponha em cheque o progresso do país destruindo o espírito de seu progresso, mas diga ao homem: “trabalhe com todo seu possível ou desejado gênio e força, acumule toda a riqueza que é possível acumular por meios honrados e íntegros; mas para além das tuas necessidades e de tua família, dados todo o luxo que possa ser usado por vocês, o excedente deve ser para o benefício de seus mais humildes e desafortunados camaradas, para ser distribuído da maneira como o governo possa ditar.” Não que isso deva ser dado para eles sem qualquer compensação, mas que isso pode ser usado para compensá-los por certo trabalho que pode ser requerido para adicionar mais riqueza ao país. Por ser toda a riqueza criação do trabalho, todo trabalho bem direcionado cria riqueza adicional. Não destrua a indústria presente ao estabelecer outra em competição com ela, mas inaugure essa nova indústria, que, enquanto estiver não competitiva, pode já ser produtora de riqueza, a qual poderá estimular toda a indústria existente. Construa estradas pelo país. Melhore as estradas já construídas. Elimine os buracos das cidades. Construa defesas costeiras. Sim, existem cem maneiras para distribuir a riqueza excedente de um país que redunde o benefício das pessoas mais elevadas e daquelas mais comuns. Maneiras que podem aniquilar a pobreza, destruir o vício e a miséria, estimular o gênio do ser humano para grandes coisas e ampliar a soma total de nossa riqueza nacional. Não limite o montante da riqueza que um homem pode vir a acumular, mas limite o montante que ele pode dispor. Para além de seus desejos pessoais e familiares, ele deve reter sua riqueza acumulada como propriedade beneficente para as pessoas a quem legitimamente pertence como suas criadoras. Um homem não pode levar sua riqueza consigo quando morre. Permita-o prover uma soma apropriada à manutenção adequada de sua família sobrevivente e deixe que o excedente vá para o governo para ser distribuído entre as pessoas nas linhas que indiquei.

Estabeleça um governo que fará isso e você não mais perguntará: “O que pode ser feito pelas pessoas comuns?”⁵

Para constituir como princípio de organização da sociedade sua produção em função da comunidade, a passagem acima explicita a necessidade de um sistema de tributação da riqueza gerada por seus membros mais produtivos, de forma que, bem direcionada pelo governo, produza o bem-estar social.⁶ O sistema de imposto formulado não pode impedir o acúmulo de riqueza, lembra o trecho acima, mas deve estabelecer um limite sobre a riqueza disponível dos mais produtivos, de forma a manter sua riqueza em um patamar condizente com a manutenção dos desejos de sua família.

Trata-se, em outras palavras, de uma organização social que reconhece que os humanos produzem em diferentes graus de produtividade, cuja consequência é o trabalho de uns permitir acumular mais do que o trabalho de outros.⁷ Para que essa desigualdade não se traduza em pobreza, a sociedade necessita constituir um

⁵Conferir Hutchison (1907, p.27-29 – tradução nossa): “What can be done that will be of the most benefit to the common people (...) give every man and woman and child an opportunity to do something, and they will do for themselves. Limit the amount of wealth, which a man may accumulate. Disintegrate the surplus beyond that limit by having the Federal government collect it; distribute that wealth by having the Federal government inaugurate such enterprises as will not come in competition with existing industries, but which will give employment to the unemployed at remunerative wages. Do not destroy a man’s ambition, nor his genius by saying to him, ‘So much you may do, but no more.’ Do not check the progress of the country by destroying the spirit of progression; but say to the man, ‘Work with all thy might and will all thy genius and power; accumulate all the wealth that it is possible to accumulate by fair and honorable means; but beyond the needs of yourself and family, giving you every luxury that you can possible use, the surplus shall be for the benefit of your more humble and unfortunate fellow-men, to be distributed in such way as the government may dictate.’ Not that it shall be given them without compensation, but that it shall be used in compensating them for such labor as may be required in adding more wealth to the country. For all wealth is but the creation of labor and all well-directed labor creates additional wealth. Do not destroy present industries by establishing other in competition with them, but inaugurate such new industries, that, while being noncompetitive, yet shall be wealth-producing, and which will stimulate all existing industries. Build country highways. Improve those that are built. Eliminate the slums of the cities. Construct coast defenses. Yes, there are hundreds of ways for distributing the surplus wealth of the country that will redound to the benefit of the people at large as well as to the common people; ways which will annihilate poverty, destroy vice and misery, yet stimulate the genius of mankind to greater things and increase the sum total of our national wealth. Do not limit the amount of wealth which a man may accumulate, but limit the amount which he may dispose of, for beyond his personal and family wants he should hold his accumulated wealth as trustee for the people to whom it rightfully belongs as its creators. A man cannot take his wealth with him when he dies; allow him to provide suitable sum for proper maintenance of his surviving family, and let the surplus go to the government to be distributed among the people along the lines I have indicated. Establish a government that will do this and you will no longer ask, ‘What can be done for the common people?..’”. Cabe destacar que seu livro recebeu, à época, resenha publicada no *The Economic Bulletin*, da *American Economic Association*, escrito por Pritchard (1908).

⁶ De nenhuma forma isso constitui uma proposta socialista que, naquele período, era compreendida como a centralização da produção pelo governo. Sobre esse aspecto, destaca-se a seguinte passagem: “Tem sido demonstrado tempo após tempo que qualquer plano que almeje centralizar as indústrias de um país no governo nacional, este com completa propriedade e poder para controlar e operar as indústrias, – que foi a teoria dos socialistas – quando submetido ao teste prático, falhou, pois, criou as condições para que toda a faísca de ambição fosse destruída e todo o progresso imediatamente fosse posto em cheque. [It had been demonstrated time after time, that any plan which sought to centralize the industries of the country in the national government, with full ownership and power to control and operate the same, and which was the theory of the Socialists, when put to a practical test failure, for it created such conditions that every spark of ambition was destroyed and all progress immediately checked]” (Hutchison, 1907, p.24).

⁷ Conferir Hutchinson (*Ibid.*, p.6-8).

governo capaz de, por um lado, tributar na medida correta para não desestimular os mais produtivos e, por outro lado, gastar de forma a eliminar a miséria dos menos produtivos, criando as condições para que se desenvolvam. Não em concorrência com os demais, mas sim de um modo que cada um complemente a produção do outro, atendendo, assim, as necessidades da coletividade. Eliminar-se-iam, mediante essa comunidade, as mazelas sociais.

A proposta acima oferece, de forma explícita,⁸ uma alternativa ao romance de Edward Bellamy, intitulado **Daqui a Cem anos: revendo o futuro**.⁹ Publicado em 1888, a obra tem clara inspiração socialista e, de acordo com Eric Fromm, influenciou Thorstein Veblen e outros intelectuais do período, bem como provocou a abertura de debates em diversas sociedades e grupos de discussão em torno da proposta do livro. O livro conta a história de um jovem que, após ser hipnotizado, dorme de 1887 até o ano 2000. Ao acordar, depara-se com uma sociedade organizada de forma racional por meio de uma produção centralizada no governo. A trama se desenrola com as descobertas do jovem, ciceroneado por um médico, do modo de organização da vida social e de como ocorreu tamanha transformação da sociedade estadunidense. Como resultado dessa mudança, tem-se uma sociedade na qual a produção satisfaz as necessidades da coletividade, embora se trabalhe somente até quarenta e cinco anos.

Em contraste com essas e outras utopias do período, relembra Fromm, encontram-se os conhecidos livros **Admirável Mundo Novo**¹⁰, de Aldous Huxley, publicado em 1932, e **1984**, de George Orwell, publicado em 1949.¹¹ Em ambos os casos, as tramas apontam para uma sociedade na qual a capacidade produtiva constituída estava organizada em função de um arranjo social com alto controle da ação individual e elevada segregação social. Em grande medida, a mudança social provocada pela Primeira Guerra Mundial – em que a imensa capacidade produtiva constituída até então inaugura a morte em massa, insere os civis na guerra (com destaque para as mulheres que participam da produção de armamentos) e marca gerações com os valores da violência conectada à coragem –, apresenta-se como um ambiente propício para essas distopias, uma vez que a elevada capacidade

⁸Hutchinson (*Ibidem*, p.271).

⁹Consultar Fromm (1960, p.v-vi). O título acima é da edição em português de 1960, sendo o título original: **Looking Backward**.

¹⁰Título Original: **Brave New World**.

¹¹Consultar Fromm (*Ibid.*, p.vi).

produtiva, longe de reduzir a miséria humana, elevou-a ao ponto do avanço produtivo se expressar numa imensa capacidade de destruição da vida humana.¹²

No caso de **1984**, nota-se a forte influência do desfecho da Primeira Guerra Mundial, o qual assentou o terreno para, nos anos de 1930, tanto o fascismo italiano e alemão quanto o stalinismo se consolidarem como forças político-militares cujo conflito mútuo e o projeto expansionista dos fascismos conduziram a Segunda Guerra Mundial. Nesse conflito, não somente os civis participaram do esforço de guerra, mas foram alvos diretos dos ataques e, a depender da posição política ou étnica, literalmente exterminados por um sistema industrial constituído para tal.¹³

Sem entrar no mérito das ideias exposta por cada uma dessas tramas, expoentes da literatura utópica que, em alguns casos, tornaram-se clássicos da literatura mundial, trata-se de recordar que são figurações literárias que expressam representações importantes do imaginário social¹⁴. E, como formas da consciência humana sobre os acontecimentos a sua volta,¹⁵ explicitam a persistência e a intensificação do fenômeno ao qual o presente trabalho se dedica: *a abundância material em meio à profusa pobreza*.

De forma geral, o pós-guerra é caracterizado como o período no qual se experimenta um crescimento vertiginoso da capacidade produtiva humana que, nas sociedades denominadas “afluentes” – termo bastante comum para os Estados Unidos, mas extensível à Europa – estabelece o consumo de massa, cujo significado é, em termos sintéticos, a elevação do padrão de vida de uma gama expressiva da população. Essa transformação, por seu turno, pareceu eliminar a pobreza humana, ao menos em parte expressiva do globo, de forma a produzir espaços em que a comunidade não experimentava crises.

O fenômeno da abundância material em meio à profusa pobreza, porém, não experimentou redução nos anos seguintes ao pós-guerra, como bem observou

¹²A esse respeito, Hobsbawm (2013) nota que as duas guerras modificaram não somente a forma de se guerrear, mas industrializou a própria guerra, criando pela primeira vez a morte em massa. O que desdobrou na elevação da violência cotidiana, tanto com a retomada da tortura quanto com o inédito ataque aos civis – i.e., os civis pela primeira vez são deliberadamente alvos –, tornando esses atos modos comuns de luta política no século XX e, como observa Paulo Arantes (2007), no começo do século XXI.

¹³Para uma análise detalhada das guerras e do período entre guerras, ver Hobsbawm (2013).

¹⁴Conforme recorda o filósofo húngaro György Lukács (1969), um clássico literário somente se expressa como tal se captura momentos essenciais da existência humana – i.e., mudanças e permanências que moldam o ser social.

¹⁵Neste particular, recorda-se o trecho a seguir de Lukács (1969, p.12), no qual o autor recorda que as manifestações estéticas produzidas pelos seres humanos não são “entidades da alma, como imagina a filosofia acadêmica, porém formas diversas sobre a base das quais os homens organizam cada uma de suas ações e reações ao mundo externo. Os homens dependem sempre, de algum modo, destas formas, para a defesa e a construção de sua existência”.

Herbert Marcuse, uma vez que a pobreza assume um modo mais intenso, adequado à forma da produção social assentada com a revolução industrial. O que se expressa numa sociedade, segue a autor, “doente”:

Nós podemos dizer que uma sociedade é doente quando sua instituição básica e relações, sua estrutura, são tais que ela não permite o uso dos recursos materiais e intelectuais disponíveis para o ótimo desenvolvimento e satisfação das necessidades individuais. A larga discrepância entre a condição humana potencial e atual, a grandeza da necessidade social para o que denomino “sobre repressão”, que é a repressão necessária não para o crescimento e preservação da civilização, mas sim para os interesses investidos em manter uma sociedade estabelecida. Tal sobre repressão introduz (acima e abaixo, ou melhor, sob o domínio do conflito social) novas tensões e estresses nos indivíduos. Normalmente contornados pelo funcionamento normal do processo social, que assegura o ajuste e a submissão (medo de perder o emprego ou status, ostracismo, e daí por diante, nenhum reforço policial especial com respeito à mente é necessário). Mas na sociedade afluyente contemporânea, a discrepância entre os modos estabelecidos de existência e as reais possibilidades de liberdade humana é tão grande que, a fim de prevenir uma explosão, a sociedade tem de assegurar uma coordenação mental dos indivíduos mais efetiva: em sua dimensão inconsciente, bem como consciente, a psique é aberta e sujeitada à sistemática manipulação e controle.¹⁶

Na passagem acima, Marcuse repõe o problema da abundância material em meio à profusa pobreza ao explicitar que o potencial produtivo constituído nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial não deixou margem para dúvidas sobre a efetiva possibilidade de que as relações humanas se modificassem de tal forma que as relações sociais fossem constituídas com vistas à satisfação das necessidades

¹⁶Conferir Marcuse (1968, p.251-52, tradução nossa): “We can say that a society is sick when its basic institutions and relations, its structure, are such that they do not permit the use of the available material and intellectual resources for the optimal development and satisfaction of individual needs. The larger the discrepancy between the potential and the actual human conditions, the greater the social need for what I term ‘surplus-repression’, that is, repression necessitated not by the growth and preservation of civilization but by the vested interest in maintain an established society. Such surplus-repression introduces (over and above, or rather underneath, the social conflicts) new strains and stresses in the individuals. Usually handled by the normal working of the social process, which assure adjustment and submission (fear of loss of job or status, ostracism, and so forth, no special enforcement policies with respect to the mind are required). But in the contemporary affluent society, the discrepancy between the established modes of existence and the real possibilities of human freedom is so great that, in order to prevent an explosion. Society has to insure a more effective mental coordination of individuals: in its unconscious as well as conscious dimensions, the psyche is opened up and subjected to systematic manipulation and control.” Mais adiante, o autor (*Ibid.*, p.253) esclarece não se tratar de uma manipulação por um grupo, tal como em teorias da conspiração: “Certamente esses controles não são uma conspiração, eles não são centralizados em nenhuma agência ou grupo de agência (embora o curso para centralização esteja ganhando força). Eles são difusos por toda a sociedade: exercido pelos vizinhos, a comunidade, grupos de pares, mídia de massas, corporações, e (talvez em último) pelo governo. Mas eles são exercidos com a ajuda da ciência – de fato sua possibilidade é conferida por ela –, seja a ciência social ou comportamental – especialmente a sociologia e a psicologia. Como sociologia e psicologia industrial, ou, mais enfaticamente, como ‘ciência das relações humanas’, esses esforços científicos tornam-se indispensáveis ferramentas nas mãos do poder”. [Certainly, these controls are not a conspiracy, they are not centralized in any agency or group of agencies (although the trend toward centralization is gaining momentum); they are rather diffused throughout the society, exercised by the neighbors, the community, the peer groups, mass media, corporations, and (perhaps least) by the government. But they are exercised with the help of, in fact rendered possible by, science, by the social and behavioral sciences, and especially by sociology and psychology. As industrial sociology and psychology, or, more euphemistically, as ‘science of human relation’, these scientific efforts have become an indispensable tool in the hands of the powers that be].

individuais, de modo que cada um pudesse se desenvolver de acordo com sua individualidade.¹⁷

Ao contrário disso, o potencial produtivo significou a constituição de uma vida social com elevados controle e manipulação, cujo resultado é restringir os humanos à preservação desse padrão de relação social. O que significa o empobrecimento dos homens e mulheres – sua efetiva degradação –, por meio de sua “sobre repressão”, de forma que a persistência da pobreza não ocorre por causa do baixo consumo, mas sim em função do consumo de massa, já que as necessidades individuais estão subordinadas à padronização social – i.e., elevados controle e manipulação, acompanhado da mimetização de padrões de consumo.¹⁸

Pode-se argumentar que essa repressão não está mais presente, uma vez que a crise dos anos de 1970 modificou o arranjo social e o sistema produtivo de tal forma que se vive numa sociedade na qual as formas de consumo são individualizadas, realizando a individualidade por meio da mercadoria. Entretanto, a constatação que abre essa tese contradiz essa afirmação, de forma que a persistência da abundância material em meio à profusa pobreza – notada desde os primeiros pensadores da economia até a teoria social crítica, passando pela literatura utópica – sugere tanto que o fenômeno não é novo quanto justifica a necessidade de uma investigação profunda de suas causas.

E não somente o presente trabalho identificou a persistência desse fenômeno. Em seus recentes desenvolvimentos, a própria ciência econômica procura explicar essa continuidade como uma combinação das diferenças individuais com um ambiente de perpetuação das desigualdades pré-estabelecidas pelas

¹⁷Nas palavras de Marcuse (1968, p.254, tradução nossa): “uma harmonia entre indivíduo e sociedade poderia ser altamente desejável se a sociedade oferecesse ao indivíduo a condição para seu desenvolvimento como um ser humano de acordo com as possibilidades disponíveis de liberdade, paz, e felicidade (que é de acordo com a possibilidade de liberação dessa pulsão de vida), mas é altamente destrutivo para o indivíduo se essas condições não prevalecem”. No original: [a harmony between individual and society would be highly desirable if the society offered the individual the conditions for his development as a human being in accord with the available possibilities of freedom, peace, and happiness (that is in accord with the possible liberation of this life instincts), but it is highly destructive to the individual if these conditions do not prevail].

¹⁸Conferir Marcuse (1968, p.253). Mais adiante, o autor (*Ibid.*, p.257-261, tradução nossa) faz referência à necessidade de ampliação da agressividade e a sedimentação do hábito de sentir ódio e resolver conflitos pela agressão, de forma que, embora considere que o desenvolvimento humano seja marcado pela agressividade, ressalva que a sociedade afluenta marca a transformação da relação ente a agressividade e sua restrição: “Para ser preciso, a utilização social da agressividade pertence à estrutura histórica da civilização e tem sido um poderoso veículo de progresso; porém, aqui também, existe um estágio em que a quantidade pode virar qualidade e subverter o balanço normal entre os dois instintos primários (agressão e libido) em favor da destruição(...)” [To be sure, the social utilization of aggressiveness belongs to the historical structure of civilization and has been a powerful vehicle of progress. However, here too, there is a satage where quantity may turn into quality and subvert the normal balance between the two primary instincts [aggression and libido] in favor of destruction(...)].

diferenças de “riqueza” herdada. Em outras palavras, a origem da crescente abundância material em meio a não menos crescente pobreza reside na “riqueza” acumulada por determinado humano passar de geração para geração sem que seus herdeiros tenham o diferencial capaz de justificar a permanência da propriedade dessa riqueza. Para contornar o problema da perpetuação da herança e de seus rendimentos, exige-se uma tributação capaz de equalizar as riquezas e permitir que o esforço de cada um venha a garantir seu enriquecimento – i.e., acesso ao padrão de consumo mais elevado.¹⁹

O pressuposto dessa leitura reside na compreensão da riqueza como estoque de bens e serviços, medido em termos monetários, necessária aos mais variados modos de produção social, de forma que a discussão está centrada na melhor maneira de gerenciar esse estoque acumulado pelo conjunto dos indivíduos. A gerência eficiente desse estoque significa elevar seus resultados, também em termos monetários, de uma maneira que seja possível ampliar a capacidade de consumo e, com isso, de bem-estar. Por oposição, a pobreza é compreendida como “insuficiência de renda” diante de determinado padrão de consumo. A solução da pobreza, porém, não passa por uma simples distribuição da renda, mas sim pela divisão equitativa dos meios para sua aquisição, permitindo às potencialidades de cada um o ambiente para que, com o devido esforço, sejam alcançadas e, assim, logrem acessar determinado padrão de consumo.

Nota-se que esse pressuposto está ancorado em uma percepção de que o processo pelo qual os humanos produzem sua vida social tem apenas um de seus componentes defeituosos: a concentração da riqueza e, por isso, da renda. Por consequência, esse processo de distribuição dos meios para produzir renda precisa de um ajuste significativo, mas não ao ponto de constituir um novo processo de produção da vida social. A solução proposta pela ciência econômica não coloca em questão, portanto, o modo de vida social contemporânea e seu processo de produção.

¹⁹Trata-se de uma síntese da tese contida no bem conhecido e muito comentado livro de Thomas Piketty (2014), cuja reafirmação se encontra em Atkinson (2015). Tal tese pode ser também expressada como um recorrente início geracional (*reset* das condições iniciais), para que somente aqueles com méritos produtivos venham a ter “riqueza” e, com isso, a desigualdade inerente a cada humano e seu esforço constituem os atributos para seu enriquecimento. Com esse incentivo, a qualidade de vida se eleva porque elevou a renda de cada um de acordo com suas capacidades. Observa-se, em outros termos, uma variante da proposta de Hutchinson, acima destacada.

Para apresentar uma visão distinta dos recentes desenvolvimentos da ciência econômica, o presente trabalho propõe introduzir o resgate da figuração das causas do persistente fenômeno da abundância material em meio à profusa pobreza de um crítico da vida social instalada com a revolução industrial: Karl Marx. Intellectual alemão formado a partir de uma leitura rigorosa da filosofia clássica alemã – em especial Hegel e Feuerbach, mas não restrita a esses autores – combinada a extensa leitura dos autores da economia política, Marx *elaborou*²⁰ uma análise da vida social burguesa que tanto reconhecia o seu imenso avanço material frente às sociedades anteriores, quanto a sua expressiva capacidade de produzir pobreza.

A investigação do pensador alemão dessa relação contraditória constituiu objeto de trabalho da maior parte de sua vida, resultando em escritos nos quais expôs a dinâmica social capitalista como criadora das mazelas sociais. A explicação sobre a permanência e intensificação do fenômeno da imensa pobreza em meio a crescente abundância material está presente principalmente em três de seus escritos: **Manuscritos Econômico-Filosóficos** (1844), **Esboços de Crítica da Economia Política** (1857/58) e **O Capital** (1867;1885;1894).²¹ Nestes três escritos de Marx estão concentrados os esforços do autor para formular sua crítica à economia política, a partir da qual propôs outra compreensão da sociedade figurada pelos economistas políticos e, por isso, do seu processo social de produção e do caráter da riqueza naquela sociedade.²²

No caso dos **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, trata-se do primeiro encontro de Marx com os escritos da economia política, de forma que sua crítica se faz em uma linguagem filosófica, na qual o conceito de *estranhamento* exerce papel

²⁰Conforme recorda José Chasin (2009, p.39), Marx não realizou uma mera *síntese* desses autores, mas conseguiu incorporá-los de forma a produzir uma teoria autônoma em relação a esses autores e capaz de dar conta dos elementos estruturais da vida social burguesa. Em poucas palavras, *elaborou* uma compreensão radicalmente nova a partir desses autores.

²¹Sobre a história da vida e da obra de Marx, recomenda-se o trabalho de David McLellan (1973). Para uma investigação mais detida na evolução intelectual de Marx, conferir Maximilien Rubel (1970;1981), Francisco Buey (2003) e McLellan (1972).

²²Dois ausências são imediatamente notadas: **Ideologia Alemã** (1845/46) e **Contribuição à Crítica da Economia Política** (1859). Sobre o primeiro escrito, nota-se a tamanha controvérsia em torno da sua edição. Por ser um conjunto de acertos de conta de Marx e Engels com a filosofia clássica alemã, esses escritos foram tomados e editados como a expressão acabada do que veio a ser conhecido como “materialismo histórico”. Entretanto, a investigação dos originais pelo envolvidos na edição atual das obras completas de Marx – denominada MEGA– demonstrou que esse termo não figura nos manuscritos na forma em que são conhecidos. Para mais informações sobre esse assunto, ver Terrel Carver & Daniel Blank (2014). Sobre o segundo escrito, trata-se de uma das formulações da primeira seção de **O Capital**, de forma que a integridade do argumento desenvolvido pelo autor se encontra nesse último livro, bem como suas linhas gerais estão em seu primeiro rascunho dessa obra, os **Esboços de Crítica da Economia Política**, no qual o capital já aparece como uma unidade orgânica – conforme observa Mark Meaney (2002).

central. O segundo escrito também é representativo da reflexão crítica do autor sobre a economia política. Isso porque, tanto se trata do primeiro esboço de **O Capital**, bem como dos livros subsequentes que tencionava escrever para dar conta de compreender a sociedade capitalista, quanto porque avança na sua compreensão do conceito de *capital* e, com isso, qualifica o *estranhamento* específico a essa sociedade – especificidade esta já identificada no trabalho anterior.

Em consequência, compreende-se que os **Manuscritos Econômico-Filosóficos** e os **Esboços de Crítica da Economia Política** preparam o terreno, por assim dizer, para a bem estruturada crítica da economia política exposta por Marx no primeiro volume de **O Capital**, explicitando a relação entre seus conceitos de capital e de estranhamento enquanto constitutiva de sua compreensão da vida social capitalista. E, a atenta leitura desses manuscritos combinada ao primeiro volume de **O Capital**, qualifica o desdobrar da crítica de Marx da sociedade capitalista contida nos dois volumes restantes dessa última obra, editados e publicados por seu amigo e companheiro de trabalho Engels após a morte de Marx em 1883.²³

Demonstrar que os dois primeiros manuscritos são imprescindíveis para a adequada compreensão da crítica da economia política realiza por Marx será o primeiro o objetivo do presente trabalho.²⁴ Para tanto, toma-se por fio condutor seu conceito de riqueza e de pobreza na sociedade figurada pela economia política e, por meio dessa problemática, realiza-se uma leitura e exposição acompanhante dos escritos de Marx, utilizando os seus textos como principal fonte empírica para a demonstração da relação entre seus conceitos de *estranhamento* e *capital* nesses dois manuscritos. E, assim, explicita-se que não se pode prescindir dessa relação

²³Como bem conhecido dos leitores de Marx, os livros II e III de **O Capital** foram editados por Engels a partir dos manuscritos deixados por Marx. A título de introdução sobre as diferenças entre os manuscritos deixados por Marx e a edição efetuada por Engels –heroica – recomenda-se a leitura de Michael Heinrich (1996).

²⁴Cabe indicar que, no presente trabalho, compreende-se o “conceito” enquanto parte do condicionado pela realidade, conforme destacou Marx (2007, p.533-4) nas duas primeiras teses sobre Feuerbach. Embora esse ponto não constitua o tema da tese proposta, julga-se pertinente destacar que a capacidade de tomar o mundo para si, a partir da construção de formulações sobre o mundo que permitam operá-lo e, com isso, produzir objetividades inteiramente novas, é uma característica do ser social, conforme Lukács (2013, p.45-82). O conteúdo desta apreensão, por sua vez, habita as diversas formas de consciência produzidas pelo ser social, conforme recorda Hegel (2012, p. 41), “o conteúdo que preenche nossa consciência, seja de que espécie for, constitui a determinidade dos sentimentos, intuições, imagens, fins, deveres, etc., e dos pensamentos e conceitos” e, ainda segundo Hegel (2012, p.239-40), o conteúdo destas formas de consciência resulta das circunstâncias históricas nas quais o ser social age. Essas considerações apontam, em suma, para o fato de que os conceitos são coisas da vida – referentes à vida e referendadas pela vida.

para a adequada compreensão da figuração da riqueza e da pobreza no capitalismo realizada pelo autor e do caráter de sua crítica a essa sociedade.²⁵

Cumprida a etapa acima, alcança-se o segundo objetivo do presente trabalho: demonstrar que a contribuição de Marx é incontornável à adequada compreensão das causas da abundância material em meio à profusa pobreza. Longe do que pensam os recentes desenvolvimentos da ciência econômica sobre o assunto,²⁶ esse autor explicita – já em seus manuscritos – que a abundância material está assentada sobre a degradação do humano. Em outras palavras, no capitalismo a abundância material ocorre em meio à *profícua* pobreza, sendo a *profusão* desta última produtiva para essa sociedade, uma vez que constitui a base da produção de sua riqueza social.

Ao mesmo tempo em que o avanço dessa produção está assentado sobre a elevação das mazelas sociais, gera as condições materiais gerais para a sua própria superação que, como condições, podem ou não ser efetivadas. Para que sejam realizadas, o processo social de produção capitalista deve ser abolido para que a abundância material seja posta a favor da humanização do homem – i.e., sua realização em comunidade.

²⁵Dentre os estudiosos de Marx no interior da disciplina que se convencionou chamar de História do Pensamento Econômico (HPE), nota-se a flagrante desconsideração do vínculo entre esses conceitos. A título de ilustração, recorda-se o bem conhecido trabalho de Samuel Hollander (2008, p.7), no qual o autor expressa que o termo alienação (ou estranhamento) diz respeito somente à “sociologia” de Marx, seja lá o que isso signifique, enquanto o capital corresponde a “economia” de Marx. A impossibilidade de compreensão da crítica da economia política de Marx sem considerar os conceitos de estranhamento (ou alienação) e sua relação com o conceito de capital é explicitada tanto por David McLellan (1972) quanto por Terrel Carver (2008), para citar dois exemplos. No caso desse último, destaca-se a seguinte passagem: “A visão aqui argumentada é que o vocabulário da alienação combina com o conjunto do argumento de Marx referente à relação entre trabalho e capital, entre trabalhadores e capitalistas, empenhados no processo social de produção, como desenvolvido nos manuscritos e na forma publicada, do começo de 1840 em diante. Enquanto há algumas diferenças no exato uso e na forma publicada do argumento, a *concepção* se mantém como central (embora não compreensiva, sintética ou chave) em sua crítica. Nenhum desses textos é realmente “mais filosófico” ou “mais econômico” do que qualquer outro em nenhum sentido forte. Ao contrário, existem sutis alterações que têm a ver com o ambiente intelectual, audiência, estrutura e mais particularmente com o conhecimento de Marx dos materiais relevantes na economia política e nas fontes históricas e contemporâneas. Esses fatores, em vez de qualquer mudança intelectual maior, são o que explicam suas mudanças na forma e conteúdo entre um texto, denominado de **Manuscritos Econômico-Filosófico**, os **Esboços de Crítica da Economia Política** e os seus trabalhos “tardios” publicados, em que se pese **A Contribuição à Crítica da Economia Política** e **O Capital** – Livro I”. [The view argued here is that the vocabulary of alienation suited Marx’s overall argument concerning the relation between labour and capital, between labourers and capitalists, engaged in the social process of production, as it developed in manuscript and published form, from the early 1840s onwards. While there are some differences in the exact turns and phrasing of the argument, the *conception* stands as central (though not comprehensive or summarizing or ‘key’) in his critique. None of these texts is really ‘more philosophical’ or ‘more economic’ than any of the others in any very strong sense. Rather there are subtle alterations to do with intellectual milieu, audience, structure and most particularly Marx’s knowledge of relevant materials in political economy and in historical and contemporary sources. Those factors, rather than any major intellectual changes, are what explain the changes in form and content between these texts, namely the **Economic and Philosophical Manuscripts**, the **Grundrisse**, and the published ‘late’ works **A Contribution to the Critique of Political Economy** and **Capital**, volume 1]”. (*Ibid.*, p.59-60 – grifos do autor, tradução nossa).

²⁶Esse descarte é explícito na perspectiva adotada por Piketty (2014).

A realização dessas duas etapas permite, por sua vez, realizar uma terceira demonstração. Seguindo os dois manuscritos em análise, a riqueza capitalista é, para Marx, um tipo de riqueza social, não passível de ser confundida com a produção material, embora não possa prescindir dela, pois essa produção é o seu suporte. Essa duplicidade da riqueza social constitui o cerne do conceito de riqueza em Marx, bem como explicita o caráter contraditório do processo social de sua produção e a pobreza humana como necessário outro da produção dessa riqueza.

A tese se apoia, por fim, no esforço de versão e publicação das obras de Marx em português brasileiro, conduzida pela editora Boitempo em conjunto com estudiosos de Marx. Traduzidas a partir do original em alemão pertencente à coleção das obras-completas de Marx (MEGA²), cuja transcrição ainda está em andamento, o estudo detido desses escritos fornece uma compreensão introdutória da perspectiva de Marx sobre a problemática da riqueza no capitalismo e do pensamento do próprio autor.

Para cumprir com os objetivos acima apresentados, o presente trabalho está dividido em duas partes. Na primeira parte, apresenta-se os **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, escritos que revelam o primeiro encontro de Marx com a economia política. A segunda parte é dedicada à exposição do “Laboratório”²⁷ de Marx – como são conhecidos os **Esboços de Crítica da Economia Política** –, de forma a explicitar a elaboração da crítica da economia política empreendida pelo autor após quinze anos de estudos, intensificados nos anos de 1850, quando, diante de problemas financeiros e do curso luta política, ele decide organizar seus estudos e iniciar a publicação da sua “Economia”²⁸.

Por último, cabem três destaques. Em primeiro lugar, o presente trabalho realizou a leitura e exposição acompanhante dos escritos de Marx, de forma que as investigações dos estudiosos do autor são utilizadas como fonte de esclarecimento de certas passagens e conceitos, bem como de indicação de parte do imenso debate em torno dos escritos de Marx. Complementar a esses estudos, mobilizou-se

²⁷Esse é o título do livro editado por Riccardo Bellofiori (2013), no qual um conjunto de pesquisadores analisa esse trabalho de Marx.

²⁸Trata-se do nome referido pelo próprio Marx aos seus escritos que dariam conta da sociedade burguesa. Longe de ser somente um escrito de Economia, no sentido moderno do termo, trata-se de uma crítica da “civilização” burguesa que, seguindo Maximilien Rubel (1981, p.119), **O Capital** constituía uma de suas partes. Neste particular, nota-se que o plano de sua obra alterou por diversas vezes. Para a compreensão dos detalhes tanto dos estudos de Marx a partir de 1850 quanto de sua vida pessoal, recomenda-se o estudo de McLellan (1973, p.226-359).

autores que, mediante o estudo das mais variadas realidades sociais, contribuem para explicitar o argumento de Marx, ao fornecerem interessantes chaves de leitura que subsidiam os argumentos do autor.

O segundo e terceiro destaques são de caráter técnico. Nas citações de Marx, optou-se por preservar as ênfases realizadas pelo autor ao longo do seu texto, mantendo-as em *itálico*, conforme a edição utilizada, e fazendo uso do sublinhado para as ênfases realizadas por este trabalho. Ao longo do texto, relembra-se essa diferença nas notas. O terceiro destaque se refere às palavras entre colchetes nas citações de Marx, uma vez que são inserções dos editores alemães de seus escritos, de forma que, quando necessária, a intervenção no texto se fez com o uso das chaves.

Parte I: O Encontro de Marx com a Economia Política

Escrito em Paris entre os meses de abril e agosto de 1844, o conjunto de textos que compõem os **Manuscritos Econômico-Filosóficos** (doravante **Manuscritos**) permaneceu desconhecido dos leitores de Marx até sua publicação em 1932, resultado do esforço de transcrição e publicação dos escritos do autor iniciados na década de 1920.²⁹ Durante este período, perdeu-se parte dos textos resultantes desses cinco meses de trabalho, com especial atenção para as notas que compõem o segundo caderno, de modo que os demais textos formam um conjunto de extratos dos escritos da economia política e da filosofia hegeliana, acompanhados de comentários e de diversos esboços de crítica, muitas vezes em forma aforística. Por ter este arranjo, esses escritos não formam uma obra, no sentido preciso do termo.³⁰

Embora não seja uma obra, esses manuscritos fazem parte de um primeiro esforço de Marx em compreender a sociedade capitalista, e fornecem elementos importantes para uma apurada reflexão sobre essa sociedade, que são desdobrados nas obras de maturidade. A importância das pistas deixadas pelo autor nesses escritos pode ser atestada pela sua influência em diversas releituras da sua obra efetuadas ao longo do século XX, proporcionando uma nova compreensão do sentido de sua teoria social crítica, na qual o *estranhamento*, por fundar as condições materiais necessárias às mais variadas formas de vida social em que os humanos estão divididos em classes, não está dissociado do *capital*, uma vez que este fornece o significado da sociedade capitalista, mais uma dentre as várias sociedades de classes.³¹ Por assentar o lugar do *estranhamento* na compreensão de Marx dos condicionantes à vida social capitalista, o estudo dos **Manuscritos** se faz necessário para a compreensão da teoria do autor em sua integridade, de forma que, no caso do presente trabalho, ilumina sua concepção acerca da riqueza capitalista e seu desdobramento sobre os humanos.

Além de assentar o lugar do *estranhamento* na reflexão de Marx e expor o modo como elabora sua crítica, esses textos também apresentam o aprofundar de dois temas abordados em escritos anteriores: o humano e a sua emancipação.

²⁹Para uma breve história das edições das obras de Marx, ver Hugo Cerqueira (2014).

³⁰Sobre a composição dos **Manuscritos**, ver Francisco Buey (2004, p.99-102).

³¹É reconhecida a influência destes escritos no debate sobre a teoria social crítica de Marx ao longo do século XX, em relação aos autores que expressam essa influência ver György Lukács (2007) e Eric Fromm (1961). Sobre a relação entre estranhamento e capitalismo, recomenda-se a leitura de Mészáros (1972) e Ollman (1976).

Publicado na única edição dos Anais Franco-Alemães, em 1844, o texto “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução”³² expõe os primeiros avanços de Marx na *superação* dos limites da filosofia clássica alemã.

Com uma argumentação que visa demonstrar a relação entre essa filosofia e a realidade da qual emergiu, na medida em que explora o vínculo entre a narrativa religiosa e a miséria da situação na qual se encontra o homem subordinado à religião, Marx indica o padrão de organização dos estratos abastados da sociedade alemã e os limites da emancipação política naquela sociedade. Ao sinalizar esse limite, o autor estabelece como saída para a situação de miséria da população alemã a organização dos trabalhadores, uma vez que estes concentram em si toda a perda de humanidade e a única forma de recuperá-la seria reconquistar o homem para si mesmo. Essa argumentação aponta para o humano enquanto um ser fundado em suas próprias relações, ao contrário de ser posto por uma força transcendente a si mesmo. Cabendo ao próprio homem, portanto, transformar a sociedade.

No mesmo opúsculo, figura outro importante texto de Marx, **A Questão Judaica**, no qual esclarece justamente a diferença entre a emancipação política e a emancipação humana. Ao discutir as posições de Bruno Bauer acerca do problema da incorporação dos judeus ao Estado alemão na qualidade de cidadãos, Marx questiona a maneira teológica conforme Bauer procura resolver a questão da emancipação dos judeus, pois este autor considera necessária a abdicação da religião judaica para que os judeus sejam incorporados à Alemanha na qualidade de cidadãos.

Ao comparar a cidadania no Estado Alemão frente à cidadania no Estado Francês e nos Estados livres Norte-Americanos, Marx aponta que, nestes dois últimos, a participação na sociedade na qualidade de cidadão não exige o pertencimento, em princípio, a determinada religião. A emancipação política conduzida por esses dois Estados, símbolos da ordem burguesa em ascensão, prescinde, portanto, da abolição da religião dos seus cidadãos.

Com essa comparação, Marx afirma ser a emancipação requerida pelos judeus uma emancipação política, o que não implica à abolição de sua religião – conforme afirma Bauer. Somente a emancipação humana tem por princípio a

³²Conforme Marx (2010b, p.145-157).

abolição das formas de mediação entre os homens que velam as relações sociais enquanto produto de suas próprias relações, de forma que, para esta ser levada a cabo, argumenta Marx, deve-se abolir toda e qualquer cisão do homem de si mesmo, seja na forma da religião, seja na forma do Estado. O que estabelece nas próprias relações entre os homens o Estado e a religião, do mesmo modo em que sugere a necessidade de uma forma de mediação entre os homens que não pressuponha sua fratura em classes.³³

Além do debate travado com a filosofia de sua época e a continuidade da reflexão sobre o tema da emancipação humana, no estudo dos **Manuscritos** também há o primeiro encontro de Marx com a *economia política*³⁴, de modo que é possível perceber, por meio da análise desse encontro, a formação da teoria social crítica de Marx. Conforme se mostrará a seguir, a constituição dessa teoria crítica ocorre por meio da investigação das formas de consciência emergidas no interior do capitalismo, sejam essas formas críticas (ou não) dessa sociedade. Esse traço da crítica de Marx é mantido ao longo do texto e, como se sabe, acompanhará suas futuras obras, marcando uma crítica caracterizada pela *imanência*.³⁵

A proposta de investigação, em Marx, da concepção de riqueza e de pobreza, portanto, não pode desconsiderar esse traço de sua crítica. Ao explicar as subjetividades e as objetividades da formação social capitalista enquanto produtos dessa formação, a crítica *imane*nte proporciona compreender, por um lado, a riqueza e a pobreza de tipo capitalista e, por outro lado, aponta a possibilidade de superação dessa oposição-em-relação a partir das próprias tensões internas à estrutura dessa sociedade. O que significa mostrar a emergência, no seio do capitalismo, da

³³Conforme Marx (2010a, p.33-60). Sobre a controvérsia em torno deste texto de Marx, recomenda-se a apresentação e o posfácio de Daniel Bensaïd à edição referenciada no presente trabalho.

³⁴Por “economia política” se compreende os autores que refletiram sobre as condições materiais necessárias à vida social do século XVIII até o último quarto do século XIX. Nos **Manuscritos**, pode-se notar o constante diálogo de Marx com alguns destes autores: Adam Smith, Jean-Baptiste Say, David Ricardo e Proudhon, embora se saiba da dedicação de Marx à leitura de diversos outros autores. A esse respeito, recomenda-se a leitura de Rubel (1981).

³⁵Entende-se por crítica imanente a forma de investigação que busca apreender o desenvolvimento de determinada sociedade a partir de sua própria estrutura e procura encontrar nas contradições internas à sua própria estrutura as possibilidades de transformação social. As estruturas sociais, por seu turno, estão contidas, em diferentes graus e formatos, nas mais diversas formas de consciência dedicada ao seu exame, sejam apologéticas ou não, de modo que a investigação destas formas de consciência termina por explicar as suas existências nas sociedades das quais fazem parte ou continuam a proliferar, bem como funda e justifica nas próprias estruturas da sociedade criticada a forma de consciência crítica à sociedade existente. Por consequência, a crítica não se figura como uma crítica a partir “de fora” da sociedade, mas sim do interior desta sociedade, dos seus desdobramentos e, por isso, condicionadas ao *ser social* e às possibilidades de desenvolvimento deste ser. Sobre essa questão, recomenda-se: Postone (2003, p.127-147; p.216-225), Lukács (2012, p.281-421), Bhaskar (2005, p.28-78) e Duayer (2012).

possibilidade de outra forma de riqueza, na qual a pobreza não mais a acompanhe como resultado de seu desenvolvimento.

Para não perder esse traço crítico e expor a compreensão de Marx da riqueza e da pobreza nos **Manuscritos**, divide-se a exposição em dois capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a leitura crítica de Marx dos escritos da economia política acerca da sociedade burguesa. O capítulo seguinte expõe o desenvolvimento da crítica de Marx à compreensão das relações sociais veiculadas pela economia política, de forma a apontar o fundamento humano destas relações, bem como a cisão provocada por esse fundamento entre os homens e o meio a sua volta. O fio condutor desta exposição será a compreensão de riqueza e de pobreza na leitura de Marx da economia política, com vistas a marcar o seu entendimento destas categorias e as questões, referentes a esse entendimento, que ficaram em aberto neste escrito, algumas das quais, como será visto na segunda parte deste trabalho, obtiveram tratamento adequado nos **Grundrisse**.

Antes de iniciar a exposição, uma ponderação deve ser feita. Trata-se do uso do termo “economia nacional”. Utilizado por Marx ao longo do texto, trata-se do termo, à época, para os autores vinculados ao que se conhece hoje por “economia política”, pois eram conhecidos enquanto investigadores da riqueza “nacional”, de modo que o termo também era usado para designar um espaço econômico nacional. No presente trabalho, utilizam-se os termos “economia nacional” e “economia política” como sinônimos, pois este estudo se atem à investigação da leitura de Marx sobre às reflexões destes autores, de forma que se mantém o termo “economia nacional” nas citações de Marx e, no curso do texto, utiliza-se o termo “economia política”. Evidentemente, quando o autor se refere ao espaço econômico nacional, a sinonímia é quebrada, conforme o leitor observará.³⁶

³⁶A distinção entre os termos é observada por Buey (2004, p.99-102). Essa diferença, entretanto, nem sempre foi notada, como se observa em Maximilien Rubel (p.97-106) – incluso nas traduções destes escritos de Marx, como pode ser notado, por exemplo, na tradução de Georg Benton ou na tradução de Martin Milligan dos **Manuscritos** para o inglês, conforme Marx (1975&1994).

1. A Sociedade Burguesa segundo a Crítica de Marx à Economia Política

Neste capítulo, apresentam-se os resultados do primeiro estudo de Marx dos escritos da economia política. Para tanto, parte-se do movimento expositivo implícito no próprio escrito do autor: examina-se a definição da economia política para cada uma das classes sociais na sociabilidade capitalista e sua relação com o crescimento da produção de mercadorias para criticar a relação virtuosa, estabelecida pela economia política, entre a expansão da produção de mercadorias e a satisfação dos “interesses” das classes sociais.

O primeiro passo desse movimento expositivo é a apresentação do rendimento referente a cada classe social e os determinantes de sua magnitude, pois, na leitura de Marx, a economia política define as classes sociais a partir da sua contribuição à produção. Definido o rendimento e os determinantes de sua magnitude nos termos da economia política, recupera-se a discussão de Marx da compreensão de autores como, por exemplo, Adam Smith, James Mill, Jean-Baptiste Say, Constantin Pecqueur, Pierre-Joseph Proudhon, David Ricardo etc. da relação entre a oscilação do rendimento e o movimento da produção, de modo a apontar sua crítica ao que tais autores apresentam como a situação de cada classe social, e seus respectivos interesses, diante da expansão da produção de mercadorias. Após esta discussão, o autor “finaliza” seu exame da economia política com a indicação da tensão produzida pela expansão da produção de mercadorias que resultará tanto na mercantilização dos humanos quanto engendrará as condições para a transformação social.

No decorrer dessa primeira aproximação aos escritos da economia política, Marx efetua a crítica a essa leitura da “sociedade burguesa”³⁷ de forma a explicitar as contradições internas à teoria destes autores. E, com isso, enuncia a permanente direção de sua crítica à economia política: problematizar o fundamento do conjunto de relações sociais produtoras desta sociedade para apontar as possibilidades de sua superação engendradas pelas próprias relações sociais. Em meio à formação deste ponto de partida, Marx explicita o caráter peculiar da riqueza da sociedade burguesa, de modo a apontar para os resultados da produção de

³⁷O autor utiliza esse termo para se referir à sociedade descrita pela economia política, assim como o termo “sociedade do interesse individual”. A esse respeito, ver Marx (2004, p. 28, p.30, p. 96 e p.149).

riqueza desta sociedade sobre os humanos e, por conseguinte, para o caráter da pobreza nesta sociedade.

Para recuperar estes argumentos de Marx, o capítulo está dividido em três itens. No primeiro item, realiza-se o movimento expositivo acima proposto para apresentar a leitura de Marx da compreensão da economia política sobre a classe pertencente ao “trabalho”. Em seguida, realiza-se a mesma demonstração para os “capitalistas” e, no último item, para os “proprietários fundiários”.

1.1.Os Trabalhadores

Para a economia política, expõe Marx, a divisão dos homens em classes resulta da participação de cada um na produção, expressa pelos rendimentos obtidos na produção. No caso da classe vinculada ao trabalho, esse rendimento é o salário que, segundo a economia política, significa o preço do “trabalho”, sendo sua magnitude estabelecida pelo “confronto hostil entre capitalista e trabalhador”.³⁸

Ao salário outro rendimento não pode ser acrescentado, pois o trabalhador não detém outra propriedade além do próprio trabalho. Por consequência, afirma Marx, a separação entre o trabalho, a propriedade da terra e o capital, aparece como intransponível para o trabalhador, de modo que a magnitude do rendimento desta classe está vinculada ao trabalho como *posição social*.³⁹

A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga. O salário habitual é, segundo Smith, o mais baixo que é compatível com a simples humanidade (...) com uma existência animal./ *A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria.*/ A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse por ele. E a procura, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista.⁴⁰

De acordo com o trecho acima, os humanos, cuja única propriedade é o seu próprio trabalho, são postos na condição de mercadorias e, conforme qualquer outra mercadoria, a sua reprodução depende do encontro da sua oferta com a sua procura.⁴¹ A magnitude do seu rendimento, diante desta situação, configura-se como o suficiente para se reproduzirem enquanto trabalhadores. A garantia dessa reprodução, por sua vez, não depende apenas da luta do próprio trabalhador para obter os meios para efetivar sua atividade, mas também é dependente da habilidade do capitalista em empregar seu capital.⁴²

Restritos à reprodução enquanto trabalhadores e dependentes das decisões de outros humanos para garantirem essa reprodução, *os humanos na*

³⁸Conforme Marx (2004, p.23).

³⁹Conforme Marx (2004, p.24).

⁴⁰Conforme Marx (*Ibid.* – grifos do autor).

⁴¹Esse ponto ficará evidente adiante, trata-se da procura dos proprietários do capital por trabalhadores.

⁴²Marx (2004, p.25, grifos do autor) reforça esse ponto na seguinte passagem: “{o} trabalhador não precisa necessariamente ganhar com o ganho do capitalista, mas necessariamente perde quando ele perde”.

*posição de trabalhadores*⁴³ estão à mercê das oscilações na produção das demais mercadorias. Em outras palavras, o movimento do rendimento que garante a reprodução do humano na condição de trabalhador está estritamente associado ao movimento da produção das demais mercadorias. Por essa razão, Marx efetua a leitura crítica da relação, posta pela economia política, entre o movimento do rendimento e o movimento da produção de mercadorias.

Quando a produção de mercadorias decresce, declinam os salários e os postos de trabalho, de modo que, na perspectiva de Marx, o trabalhador perde seus meios de vida e, por isso, perde mais do que as demais classes.⁴⁴ Na situação em que a produção de mercadorias cresce, aumenta a concorrência entre os capitais e, por conseguinte, a demanda por trabalho fica acima da oferta de trabalho, ocasionando a elevação dos salários.⁴⁵

Para a economia política, o aumento do rendimento é benéfico para o trabalhador, porém, essa elevação é benéfica somente à primeira vista, observa Marx, pois o aumento do salário significa *sobretrabalho*.⁴⁶ Isso porque o crescimento do salário, seguindo os pressupostos da própria economia política, somente é possível quando os capitais são acrescidos. O que significa, por seu turno, maior dispêndio de trabalho, pois os capitais, nos termos destes autores, são “trabalho acumulado”⁴⁷.

Por sacrificarem seus tempos na execução de *sobretrabalho*, os trabalhadores encurtam o seu tempo de vida e, conforme destaca com ironia Marx:

(...) este encurtamento de sua duração de vida é uma circunstância favorável para a classe trabalhadora em geral, pois, em função disso, se tona sempre necessária nova oferta. Esta classe tem sempre de sacrificar uma parte de si mesma, para não perecer totalmente.⁴⁸

Para os humanos na posição de trabalhadores, a expansão da produção de mercadorias significa a ampliação do esgotamento de suas vidas, porque devem intensificar o seu trabalho para ampliar o trabalho acumulado. Junto com essa elevação da cessão de vida, Marx observa tanto o crescimento da dependência dos

⁴³ À primeira vista, a expressão “humano na posição de trabalhador” pode parecer redundante; porém, nas sociedades de classes, sua condição de trabalhador tem a ver com sua posição social como subalterno. Por outras palavras, os humanos na posição (social) de trabalhadores estão nessa condição porque submetidos ao domínio de outra classe ou, conforme será visto no decorrer deste trabalho, ocupam a posição de subalternos na reprodução da riqueza coisal.

⁴⁴ Conforme Marx (2004, p.25).

⁴⁵ Conforme Marx (2004, p.26).

⁴⁶ Conforme Marx (*Ibid.*, o grifo é utilizado pelo autor).

⁴⁷ Conforme Marx (2004, p.29).

⁴⁸ Conforme Marx (2004, p.26).

trabalhadores para com os capitais – porque os primeiros devem ampliar os produtos que saem de suas mãos⁴⁹ – quanto a emergência de outra relação de dependência:

Com esta divisão do trabalho, por um lado, e o acúmulo de capitais, por outro, o trabalhador torna-se sempre mais puramente dependente do trabalho, e de um trabalho determinado, muito unilateral, maquinal. Assim como é, portanto, corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem [é reduzido] a uma atividade abstrata e uma barriga –, assim também se torna cada vez mais dependente de todas as flutuações do preço de mercado, do emprego dos capitais e do capricho do rico. De igual modo, o crescimento da classe de homens que apenas trabalha aumenta a concorrência dos trabalhadores, portanto o seu preço baixa. Na essência do sistema fabril, esta posição do trabalhador atinge o seu ponto culminante.⁵⁰

Abstraídos de sua humanidade, os humanos posicionados na classe trabalhadora são encerrados em uma atividade maquinal e têm suas aspirações limitadas à reposição de sua capacidade para essa atividade, de modo que são reduzidos à condição de máquina de trabalho. Em consequência, os humanos, nesta condição, são reféns do trabalho produtor de mercadorias, das oscilações na produção de mercadorias, e das decisões de produção dos detentores do “trabalho acumulado”. Esse confinamento do humano, por seu turno, encontra seu ápice no sistema de produção *fabril* e, por consequência, na sociedade permeada por esse sistema de produção não está em questão a existência humana dos homens na posição de trabalhadores – i.e., suas atividades não contribuem para sua humanização.⁵¹

Na condição de máquina de trabalho, os humanos na posição de trabalhadores assalariados são diretamente afetados pelo movimento da produção de mercadorias, conforme qualquer outra máquina. No caso da expansão desta produção, segundo a economia política, o número de trabalhadores assalariados tende a aumentar⁵², pois a elevação da produção de mercadorias provoca a intensificação da concorrência entre os capitais, cujo desdobramento, para Marx, é a

⁴⁹A esse respeito, Marx (2004, p.26) sugere que “o seu próprio trabalho cada vez mais se lhe defronte como propriedade alheia, e cada vez mais meios de sua existência e de sua atividade se concentrem na mão do capitalista”.

⁵⁰Conforme Marx (2004, p.26, sublinhado nosso).

⁵¹O caráter redutor da atividade produtiva está contido no próprio conceito de trabalhador da economia política que, segundo Marx, é “o *proletário*, isto é, aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato (...) tal como todo cavalo, tem de receber o suficiente para poder trabalhar”. Neste conceito, os trabalhadores não são considerados como homens e mulheres, afirma Marx, “no seu tempo livre-de-trabalho”. Essa consideração fica, segue o autor, “para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o curador da miséria social” (Marx, 2004, p.30, grifo do autor).

⁵²A razão para isso, segundo a economia política, reside no fato de que somente os mais ricos vivem dos juros do dinheiro numa situação de crescimento da produção. Os demais, neste quadro, têm de constituir negócios com o seu dinheiro. A esse respeito, ver Marx (2004, p.26).

concentração dos capitais em poucas mãos.⁵³ Os detentores de pequenos capitais são, portanto, conduzidos à ruína e, por conseguinte, estes baixam à condição de trabalhadores assalariados. Ao ampliar esse número de trabalhadores, a concentração dos capitais provoca a queda dos salários e eleva a dependência dos assalariados em relação aos grandes capitais.⁵⁴

A relação entre o movimento do rendimento e o movimento da produção de mercadorias, pelo acima exposto, termina por mostrar a perda de humanidade daqueles homens na posição de trabalhadores assalariados – cabe notar, movimento este analisado no momento de expansão e início da queda da produção de mercadorias. A efetiva desumanização, seguindo o argumento de Marx, não decorre da oscilação no rendimento e sim porque crescentemente parcela dos humanos está confinada ao trabalho e tem de trabalhar mais, limitando sua vida e reduzindo seu tempo de vida.⁵⁵

Junto à desumanização das condições objetivas da vida do humano confinado ao modo de trabalho *fabril*, Marx destaca o quadro da subjetividade deste humano. Subjetividade esta, para o autor, adequada às condições inóspitas postas pela sociedade produtora de mercadorias para a reprodução desta parcela dos humanos.

A elevação do salário desperta no trabalhador a obsessão do enriquecimento [típica] do capitalista que, contudo, ele apenas pode satisfazer mediante o sacrifício de seu espírito e de seu corpo. A elevação do salário pressupõe o acúmulo de capital, e conduz a ele. Torna, portanto, o produto do trabalho cada vez mais estranho perante o trabalhador. De igual modo, a divisão do trabalho torna-o cada vez mais unilateral e dependente, assim como acarreta a concorrência não só dos homens, mas também entre máquinas. Posto que o trabalhador baixou à [condição de] máquina, a máquina pode enfrentá-lo como concorrente. Finalmente, tal como o acúmulo de capital aumenta a quantidade da indústria e, portanto, de trabalhadores, essa mesma quantidade da indústria traz, através dessa acumulação, uma *grande quantidade de obras malfeitas* que se torna sobreprodução e acaba: ou por colocar fora [da esfera] do trabalho uma grande parte de trabalhadores, ou por reduzir o seu salário ao mais miserável mínimo.⁵⁶

Se a condição do humano na posição de trabalhador assalariado pode ser sintetizada na sua transformação em animal de trabalho, com o consequente

⁵³Essa afirmação de Marx será desenvolvida no segundo item desta seção.

⁵⁴Conforme Marx (2004, p.26-27).

⁵⁵É curioso o destaque de Marx (2004, p.27) a esse respeito: “Mesmo na situação de sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a consequência necessária para ele é, portanto, sobretrabalho e morte prematura, descer à [condição de] máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente diante dele, nova concorrência, morte por fome ou mendicância de uma parte dos trabalhadores”.

⁵⁶Conforme Marx (2004, p.27, grifos do autor).

estranhamento do produto de seu trabalho em relação ao produtor, os humanos não somente desenvolvem um trabalho maquinal, mas são igualados à máquina e esta pode tomar o seu posto. Mais do que tomar o posto dos trabalhadores, a principal consequência para o humano nesta condição é ter sua atividade vital tornada meio de vida e igualada à atividade de uma máquina, de modo que a atividade humana, nesta condição, torna-se *estreita*. E, mesmo para se reproduzir nessa estreiteza, os homens na posição de trabalhadores assalariados encontram dificuldades, haja vista a *sobreprodução* resultante do *sobretabalho*.

A estreiteza da atividade humana confinada ao trabalho assalariado é revelada pelo próprio modo de trabalho para a produção de mercadorias. Para ilustrar esse modo, Marx recorre às passagens do publicista alemão Wilhelm Schulz, nas quais esse autor descreve a forma de divisão do trabalho própria da produção de mercadorias e seu efeito sobre os trabalhadores. Seguindo essas passagens, a divisão do trabalho é justamente a execução de um trabalho unilateral por meio da decomposição do “trabalho manual composto” em um mesmo número de operações simples a serem repetidas.⁵⁷ O significado disso é a uniformização da atividade de trabalho, que passa a exigir crescente repetição e, por isso, torna-se tediosa, exaustiva, e, nos termos de Schulz, segundo Marx, “prejudicial ao espírito assim como para o corpo”.⁵⁸

Tal divisão do trabalho acaba por mover diversos braços humanos que, ao serem submetidos à máquina, passam a ser movidos em um ritmo *sobrehumano*, revelado na maior mortalidade dos trabalhadores assalariados.⁵⁹ O ritmo *sobrehumano* de trabalho, por seu turno, explica também o crescimento da *sobreacumulação*, exposta na passagem anterior de Marx, uma vez que o trabalho acumulado é acrescido com a maior intensidade do trabalho. Noutros termos, a acumulação de capital cresce com a maior cessão de vida dos humanos confinados ao modo de trabalho fabril.

Essa descrição da situação dos trabalhadores contrasta com a posição conceitual da economia política sobre o papel do trabalho na produção de

⁵⁷ Conforme Marx (2004, p.32).

⁵⁸ Conforme Marx (*Ibid.*).

⁵⁹ Conforme Marx (2004, p.31-32).

mercadorias, pois para esses autores, na leitura de Marx, o trabalho é a fonte de toda a riqueza, sendo todo o produto do trabalho pertencente ao trabalhador.⁶⁰

O contraste, porém, termina na posição conceitual da economia política, uma vez que, recorda Marx, na sua posição efetiva a própria economia política reconhece que, ao trabalhador assalariado, deve-se pagar o mínimo necessário para garantir a sua existência como tal.

Enquanto, segundo o economista nacional, o trabalho é unicamente o preço constante das coisas, nada é mais acidental, nada está exposto a maiores flutuações do que o preço do trabalho. / Enquanto a divisão do trabalho eleva a força produtiva do trabalho, a riqueza e o aprimoramento da sociedade, ela empobrece o trabalhador até [a condição de] máquina. Enquanto o trabalho suscita o acúmulo de capitais e, com isso, o progressivo bem estar da sociedade, a divisão do trabalho mantém o trabalhador sempre mais dependente do capitalista, leva-o a maior concorrência, impele-o à caça da sobre produção, que é seguida por uma correspondente queda de intensidade. / Enquanto o interesse do trabalhador, segundo o economista nacional, nunca se contrapõe ao interesse da sociedade, a sociedade contrapõe-se, sempre e necessariamente, ao interesse do trabalhador.⁶¹

Ao negar a humanidade a esses trabalhadores, a sociedade burguesa impede o desenvolvimento dos humanos situados nesta classe, de modo que os trabalhadores assalariados podem até ter o interesse na expansão da produção de mercadorias – conforme aponta a própria economia política –, mas esse avanço significa aprofundar o modo de trabalho adequado à acumulação de capital. Isso significa, noutras palavras, expandir a forma de produção na qual a divisão do trabalho produz o ato de trabalho enquanto um ato unilateral e maquinal e, por conseguinte, faz dos trabalhadores efetivas máquinas de trabalho a cederem suas vidas à acumulação de trabalho morto.

Neste quadro, amplia-se o conflito entre os próprios trabalhadores e sua dependência do capitalista, na mesma medida em que amplia a força produtiva do trabalho e, com isso, eleva-se a *riqueza*, na forma de mercadorias, à custa da estreiteza dos humanos na posição de trabalhadores assalariados. Por consequência, o homem confinado ao modo de trabalho fabril se revela central para a produção de *riqueza* na sociedade burguesa. Mesmo que suas condições de

⁶⁰Conforme Marx (2004, p.28-30).

⁶¹Conforme Marx (2004, p.29-30). Para reforçar a citação, cabe a seguinte passagem de Marx (*Ibid.*, p.28, grifo do autor): “uma vez que, segundo Smith, uma sociedade em que a maioria sofre não é feliz, mas uma vez que a situação mais rica da sociedade conduz ao sofrimento da maioria, e que a economia nacional (de maneira geral, a sociedade do interesse privado) conduz a esta situação mais rica, [deduz-se que] a *infelicidade* da sociedade é a finalidade da economia nacional”.

acesso aos meios de consumo ampliem, suas vidas continuam estreitadas ao modo de trabalho produtor de mercadorias e, de fato, não melhoram.

1.2. Os Capitalistas

Após apresentar a posição da economia política sobre o trabalho e os trabalhadores, de modo a assinalar, diferente desta, a condição desumana em que se encontra o homem reduzido à mercadoria e à força de produção de mercadorias, Marx se dedica a examinar o outro lado dessa relação, a classe dos homens proprietários dos meios de produção de mercadorias. Para tanto, inicia pelo retrato conferido pela economia política aos humanos nesta classe, os quais são divididos em duas classes de proprietários. O presente tópico se ocupa da classe dos proprietários de “capital” ou também conhecida como “os capitalistas”.

Se determinada parcela dos humanos são qualificados de capitalistas, Marx procura expor o atributo que confere a essa parcela esta qualidade: o “capital”. Segundo a economia política, na visão de Marx, o “capital” é o “fundo produtivo” provedor de um “poder de compra” ao seu detentor, o que significa dotá-lo da capacidade de *comandar* o trabalho e os seus resultados.⁶² Por essa razão, observa Marx, o capital confere ao seu detentor tanto um rendimento pecuniário, denominado lucro, quanto o *poder* de decisão sobre o trabalho e os seus resultados. Esse poder não advém das qualidades pessoais do detentor do capital, segue Marx, mas tão somente do fato deste ser o proprietário do “fundo produtivo” e, por conseguinte, a qualidade de ser capitalista não guarda relação com qualquer qualidade humana.⁶³

De acordo com a economia política, entretanto, não basta somente deter o “fundo produtivo” provedor do “poder de compra” para ser proprietário do capital. Deve-se, além disso, exercer esse poder. Em outras palavras, deter os estoques de produtos do trabalho – ou “trabalho armazenado” – em forma de capital implica os capitalistas comandarem efetivamente trabalho (na forma de estoque e trabalhadores) e, com isso, obterem algum rendimento para além do trabalho empregado. Por consequência, capital não é somente trabalho acumulado, mas também trabalho acumulado em constante ampliação – para enfatizar, expansão crescente do poder de comando sobre o trabalho e seus produtos.⁶⁴

⁶²Conforme Marx (2004, p.39-40).

⁶³Nas palavras de Marx (2004, p.40, grifos do autor): “O capital é, portanto, o *poder de governo* sobre o trabalho e seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é *proprietário* do capital. O *poder de comprar* do seu capital, a que nada pode se opor, é o seu poder”.

⁶⁴Conforme Marx (*Ibid.* p.40). Embora predomine o conceito de capital expresso pela economia política, o aspecto de controle sobre a força de trabalho será retomado em **O Capital**, porém, no interior de um conceito de capital radicalmente novo.

A proporção em que o capital pode ser ampliado tem, segundo a economia política, relação direta com o montante do capital empregado. Caso não fosse assim, segundo esses autores, não haveria interesse do capitalista em empregar o trabalhador com mais ou menos “fundos produtivos”.⁶⁵

Se o rendimento associado ao capital tem sua magnitude definida pelo montante de capital empregado, pode-se obter a taxa deste rendimento e, com isso, delinear os determinantes de sua magnitude. Embora de difícil quantificação – porque sofre toda a sorte de variações decorrentes das condições de realização da mercadoria – a economia política estabelece os limites de variação desta taxa.⁶⁶ O limite mínimo da taxa de rendimento seria aquele capaz de compensar perdas ligadas ao emprego do capital enquanto o limite máximo dessa taxa seria atingido quando se obtivesse a totalidade da renda da terra e o salário fosse reduzido ao mínimo.⁶⁷

O limite superior da taxa de rendimento, nota Marx, seria atingido por meio da exploração de “vantagens” com as quais os detentores do capital mantêm, “de modo honesto, o preço do mercado acima do preço natural”.⁶⁸ Essas vantagens são assinaladas pela própria economia política e seriam pelo menos de três tipos: o segredo comercial e de fabricação, o monopólio, e as causas acidentais – tais como a aquisição de novas terras, ramos de produção, firmas, a qualidade da mercadoria etc. A exploração destas vantagens, por sua vez, é viabilizada pela expansão da produção de mercadorias.

As consequências de se produzir com essas vantagens são tanto a ampliação da renda do detentor do capital, com respectiva redução da renda da terra e do rendimento do trabalho em relação ao montante total, quanto a elevação dos ganhos futuros. Esse último resultado ocorre porque o montante do capital empregado, do qual o ganho representa determinada proporção, cresce de forma contínua.⁶⁹ Diante desse quadro, afirma Marx:

[o] progresso que, portanto, o trabalho humano realiza sobre o produto natural (e que constitui o produto natural elaborado), não eleva o salário,

⁶⁵Conforme Marx (2004, p.41).

⁶⁶Conforme Marx (*Ibid.*).

⁶⁷Sobre essa relação, ver Marx (2004, p.42-43). Nessa linha, também cabe recordar que, conforme visto na seção anterior, o mínimo de salário pago ao trabalhador é o montante necessário para estes se reproduzirem nesta condição.

⁶⁸Conforme Marx (2004, p.44).

⁶⁹Nas palavras de Marx (2004, p.46), outra fonte de elevação dos ganhos do capital ocorre “mediante a facilitação ou baixa dispendiosidade dos meios de circulação (por exemplo, papel-moeda)”.

mas, em parte, o número de capitais passíveis de ganho e, em parte, a proporção de cada capital subsequente com o anterior. (...) Ele {o capital} ganha duplamente: primeiro, com a divisão do trabalho; segundo, geralmente com o progresso que o trabalho humano imprime sobre o produto natural. Quanto maior a participação humana na mercadoria, tanto maior o ganho do capital morto.⁷⁰

Na passagem acima, Marx sugere duas consequências da expansão da produção de mercadorias em que os detentores dos capitais utilizam das vantagens acima assinaladas: a) o crescimento do capital proporcionado pela elevação da taxa do seu rendimento expressa o sentido do avanço das forças produtivas do trabalho: o crescimento do trabalho acumulado; b) as forças produtivas do trabalho, por essa razão, não são constituídas *para* os homens, mas para a ampliação do “trabalho armazenado” – definido pela economia política como “capital”.

Dessas duas consequências se desdobra outra implicação. O crescimento do trabalho acumulado aparece como uma *força externa* aos humanos, de modo que, conforme visto na seção anterior, uma parcela crescente dos humanos é conduzida a trabalhar mais e em maior intensidade porque, seguindo o argumento aqui apresentado, sua atividade alimenta o crescimento do “trabalho armazenado”. À outra parcela dos humanos, os proprietários do capital, a existência está confinada à procura por novos meios de o “fundo produtivo” exercer seu “poder de compra”, com isso, acrescer esse “fundo”.⁷¹ O que limita o horizonte de ação dos humanos nesta posição à reprodução do capital.

Para ilustrar a acumulação de capital enquanto condicionante do agir dos seus detentores, deve-se recordar que a economia política assinala ser a busca por maiores rendimentos o motivo tanto para se empregar o capital quanto para se determinar a atividade em que este será empregado. Movido por esse interesse, o capitalista nem sempre emprega seu capital com vistas a pôr em atividade a maior quantidade de trabalho produtivo e, por conseguinte, a aplicação mais rentável nem sempre é a mais “útil” para a sociedade.⁷² Para os interesses convergirem, deve-se

⁷⁰Conforme Marx (2004, p.45).

⁷¹Neste particular, Marx (2004, p.57) assinala a passagem de Buret sobre a situação de sujeição em que também se encontra o capitalista. Marx também sugere uma primeira explicação para a seguinte afirmação, no início do seu estudo da economia política: “é preciso observar, enfim, que onde o trabalhador e o capitalista sofrem igualmente, o trabalhador sofre em sua existência, e o capitalista no ganho de seu Mamom [Ídolo – divindade – da Obsessão pelo Lucro] morto”. Conforme Marx (2004, p.25).

⁷²Conforme Marx (2004, p. 46). Desta constatação emergem controvérsias sobre os determinantes da acumulação de capital e das regras de conduta para tal. Sobre isso, Marx observa que: “sem dúvida, eleva-se agora no terreno da economia nacional uma controvérsia. Um dos lados (Lauderdale, Malthus etc.) recomenda o *luxo* e amaldiçoa a poupança; o outro (Say, Ricardo etc.) recomenda a poupança e amaldiçoa o *luxo*. Mas aquele admite que quer o *luxo* para produzir o trabalho, isto é, a poupança absoluta; o outro lado admite que recomenda

fomentar a concorrência, segundo a economia política; porém, Marx demonstra que a concorrência entre os capitais não para em si mesma, produzindo a concentração dos capitais, geradora de nova concorrência. Um movimento incessante que demonstra serem, por seu turno, os interesses dos capitalistas independentes de suas disposições pessoais. Por essa razão, passa-se aos argumentos da economia política e à crítica de Marx.

Se a taxa do rendimento regula a decisão de emprego do capital, tem-se que o uso da terra e o uso do trabalho estão subordinados às possibilidades de ampliação da taxa de rendimento do capital. Estas são maiores, conforme assinala a economia política, quando a produção da sociedade está em declínio (após um momento de elevação da produção de mercadorias) ou nas sociedades mais pobres, de forma que, para esses autores, o interesse da classe capitalista não está em consonância com os interesses do conjunto da sociedade – i.e., ampliação da produção na mesma medida em que são ampliados os meios para fruição desta produção.⁷³

A incongruência entre os interesses da classe detentora do capital e os interesses da sociedade conduz a economia política à reflexão sobre a maneira de contornar essa incongruência. Neste particular, a concorrência surge como o meio para fazer os interesses convergirem, uma vez que, ao elevar a produção, mantêm-se os preços baixos e se elevam os demais rendimentos, reduzindo a taxa de rendimento sobre o capital aplicado e, por isso, seu ganho.⁷⁴ Entretanto, conforme destaca Marx, ao invés de a relação entre os produtores estacionar na concorrência, a produção neste estado conduz à concentração dos capitais:

[n]o entanto, a concorrência só é possível porque os capitais se multiplicam e, sem dúvida, em muitas mãos. A formação de muitos capitais só é possível mediante uma acumulação multilateral porque, em geral, o capital só surge por uma acumulação, e a acumulação multilateral transforma-se

a poupança para produzir a *riqueza*, isto é, o luxo. O primeiro lado tem a *romântica* ilusão de que não unicamente a cobiça deveria determinar o consumo do rico, e contradiz suas próprias leis quando faz o *desperdício* passar imediatamente por um meio de enriquecimento. E, por outro lado, é-lhe demonstrado, assim, muito diligente e circunstanciadamente, que eu, pelo desperdício, reduzo *meus bens*, e não aumento; o outro lado comete a hipocrisia de não reconhecer que precisamente o capricho e a divagação determinam a produção; ele esquece as 'necessidades refinadas', esquece que, sem consumo, nada seria produzido, ele esquece que a produção, mediante a concorrência, só tem de se tornar mais omnilateral, mais luxuosa; ele esquece que o uso lhe determina o valor das coisas e que a moda determina o uso, ele deseja ver produzido só o 'útil', mas esquece que a produção de demasiado útil produz população demasiado *inútil*. Ambos os lados esquecem que desperdício e poupança, luxo e privação, riqueza e pobreza são iguais" (Marx, 2004, p.142, grifos do autor).

⁷³Conforme Marx (2004, p.46-47). Sobre a relação entre taxa do rendimento e situação da produção, o desenrolar do argumento explica as razões da economia política para associar as taxas de rendimento menores com as sociedades mais desenvolvidas, do ponto de vista da produção de mercadorias.

⁷⁴Conforme Marx (2004, p.47-48).

necessariamente em [acumulação] unilateral. / A concorrência entre os capitais aumenta a acumulação entre os capitais. A acumulação, que sob a dominação da propriedade privada é *concentração* do capital em poucas mãos, é geralmente uma consequência necessária quando os capitais são abandonados ao seu curso natural, e através da concorrência abre-se verdadeiramente caminho livre a esta determinação natural do capital. / Ouvimos [dizer] que o ganho do capital é proporcional à sua grandeza. Abstraindo primeiro totalmente da concorrência deliberada, um grande capital acumula-se, portanto, proporcionalmente à sua grandeza, muito mais depressa do que um pequeno capital. (...) {por isso, mantida a abstração da concorrência} a acumulação do grande capital é muito mais rápida do que a do pequeno. (...) {assim} diminuem, por intermédio da concorrência, os lucros dos capitais. Sofre, portanto, em primeiro lugar, o pequeno capitalista.⁷⁵

O trecho acima aponta para o movimento de acumulação multilateral caminhar para a acumulação unilateral, cuja ocorrência se deve a massa de rendimento ser maior quanto maior o capital empregado, mesmo que a taxa do rendimento esteja em declínio, o que resulta na acumulação do grande capital ser maior do que a acumulação do pequeno capital. Este último, diante deste quadro, não consegue permanecer como capital. Com efeito, não somente os pequenos capitais têm seus rendimentos reduzidos, pois para haver a concorrência e a multiplicidade de capitais deve-se estar no estágio de expansão da produção de mercadorias.⁷⁶

Neste estágio do movimento da produção, conforme argumenta a própria economia política, os juros do dinheiro são reduzidos porque há o aumento dos fundos para empréstimos, de modo que apenas os muito ricos vivem dos juros do dinheiro. Os demais proprietários devem, por sua vez, disponibilizar seus fundos para constituírem produção ou mesmo produzirem, o que acaba por reduzir ainda mais os ganhos dos capitais.⁷⁷

Com a expansão da produção de mercadorias, a redução na taxa de rendimento dos capitais e a queda nos juros do dinheiro, ao invés de se observar a manutenção da concorrência, observa-se a concentração dos capitais, pois a redução nos ganhos termina por obrigar grande parte dos detentores de pequenos capitais e/ou dinheiro a consumirem estes.⁷⁸ Contribui para a concentração dos

⁷⁵Conforme Marx (2004, p.48-49, grifo do autor).

⁷⁶Conforme Marx (2004, p.49).

⁷⁷Conforme Marx (*Ibid.*).

⁷⁸Outra parte dos pequenos capitalistas até pode se aventurar na produção, porém, conforme observa Marx (2004, p.50-51), ao tentarem produzir, estes capitais terão de vender mais barato mesmo tendo pagado mais caro pelos meios de produção do que o grande capital. A única saída para sobreviverem, nesta situação, é conduzir à prática da adulteração, da produção defeituosa e de toda a sorte de mafeitorias, de modo que a expansão da produção de mercadorias não necessariamente garante a expansão qualitativa da produção: “se,

capitais, por seu turno, a força adquirida pelo grande capital em meio à concorrência, haja vista que, mesmo com ganhos menores, o volume de capital empregado garante rendimentos capazes de acumular e permanecer na produção.⁷⁹

Outro fator recordado por Marx que contribui para a concentração dos capitais é o caráter da produção “fabril”. Nesta produção, a relação entre os instrumentos de produção (capital fixo) e os materiais para a produção consumidos a cada ciclo produtivo (capital circulante)⁸⁰ é mais favorável ao grande capital do que ao pequeno capital. Para ilustrar essa relação, extraída dos escritos da economia política, Marx destaca a produção agrícola, apontado que os:

(...) instrumentos de um grande proprietário rural não aumentam na proporção da grandeza de sua terra (...) onde o trabalho industrial alcançou um grau elevado e, portanto, quase todo trabalho manual tornou-se trabalho fabril, ao pequeno capitalista não basta todo o seu capital para possuir o capital fixo necessário. É sabido que os trabalhos da agricultura em grandes propriedades não ocupam habitualmente mais do que um pequeno número de braços.⁸¹

O movimento de expansão da produção de mercadorias, conforme mencionado acima, ao proporcionar a concorrência entre os capitais conduz à sua concentração, de forma que esta última não surge de uma inclinação do capitalista a ser refreada, conforme argumenta a economia política, mas sim enquanto uma consequência da expansão da atividade produtiva para o crescimento do “trabalho armazenado”. O que significa ser a concentração resultado da expansão de uma nova maneira de se produzir as condições materiais de existência da vida social.

Nesta nova forma, há um modo específico de atividade produtiva (qualificado de *fabril*) em que se destacam tanto a posição do trabalho (debatida na seção anterior) quanto a posição dos instrumentos de produção.⁸² Em suma, a concentração resulta do próprio crescimento da produção de mercadorias baseada na organização do processo de produção nos moldes do *sistema fabril* e, por essa

portanto, a esse grande capital agora fazem frente pequenos capitais com pequenos ganhos, como acontece na situação pressuposta de forte concorrência, ele os esmaga completamente. (...) Nesta concorrência, a consequência necessária é, então, a deterioração geral das mercadorias, a adulteração, a produção enganosa, a contaminação universal, tal como ela se manifesta nas grandes cidades”.

⁷⁹Conforme Marx (2004, p.50).

⁸⁰Nessa linha, Marx (2004, p.52-53) segue de perto a definição de Smith com relação aos conceitos de capital fixo e capital circulante.

⁸¹Conforme Marx (*Ibid.*).

⁸²Sobre esse último ponto, salienta Marx (2004, p.53): “Em geral, com a acumulação de grandes capitais, encontra-se, proporcionalmente, também uma concentração e uma simplificação do lugar do capital fixo em relação ao capitalista mais pequeno (sic). O grande capitalista introduz para si uma espécie de organização dos instrumentos de trabalho”.

razão, o modo específico de trabalho engendra a concentração dos capitais, a revelia das disposições individuais dos capitalistas à concentração.

O *sistema fabril* é revelador da maneira de produzir posta pela acumulação de capital, pois, conforme destaca Marx, por meio da citação de Schulz, cada unidade produtora deste sistema é “uma ligação mais extensa de uma grande *riqueza coisal* com numerosas e múltiplas capacidades intelectuais e habilidades técnicas para um objetivo comum da produção”.⁸³ O que, por seu turno, faz da “natureza das mercadorias da mesma espécie tornar-se outra mediante a modificação da maneira de produção e, notadamente, mediante a aplicação do sistema de máquinas”.⁸⁴

O resultado deste modo de produzir é, por um lado, a universalização do processo de produção pela conexão entre as diversas produções particulares, de modo a fazer destas produções parcelas de um sistema produtivo destinado ao crescimento do “trabalho armazenado” na forma de *riqueza coisal* ou mercadoria. Por outro lado, os produtos do trabalho se tornam de outra natureza por via da transformação da forma de produção, aprofundada com a maquinaria, pois se tornam parcelas do trabalho armazenado.

Esses dois resultados da transformação da atividade produtiva em acumulação de capital produzem, por sua vez, outra consequência: a necessidade da contínua elevação da força produtiva do trabalho, de modo a reduzir os preços, e, com isso, resultar em superprodução. O que termina por arruinar uma parcela dos capitalistas, e torna a propriedade privada insegura e flutuante, lançando parte dos capitalistas na condição de trabalhadores e, com isso, elevando a concorrência entre esses. Soma-se a essa concorrência, as consequências nefastas, para elevada parcela dos humanos, da suspensão do trabalho ou da sua diminuição.⁸⁵

Efetivamente, portanto, observa-se uma sujeição dos homens a uma *força externa* a eles que, inclusive, produz como horizonte de desenvolvimento o acúmulo contínuo de trabalho armazenado na forma mercadoria. Tal horizonte, conforme recorda Marx, é apresentado como benéfico pela economia política, para quem, nas palavras do autor:

⁸³Ver citação completa de Schulz em Marx (2004, p. 53, grifos de Marx).

⁸⁴Conforme Marx (*Ibid.*).

⁸⁵Conforme Marx (2004, p.53).

(...) os homens são nada; o produto é tudo (...) {porque} as nações são apenas oficinas de produção, o homem é uma máquina de consumir e produzir; a vida humana, um capital; as leis econômicas regem cegamente o mundo.⁸⁶

A crítica de Marx à figuração da economia política do capital e de seu agente sugere que, longe de produzir o resultado virtuoso para o desenvolvimento da sociedade esperado por esta, a produção de mercadorias revela um horizonte também estreito para os capitalistas. Primeiro por confiná-los ao posto de guardiões do capital⁸⁷, uma vez que esses humanos têm sua existência condicionada à busca por novas sendas de acumulação de capital; segundo, porque essa busca está posta por uma *força externa* aos homens, cuja externalidade está sugerida no incessante vir a ser da concorrência em concentração (e vice-versa), à qual independe dos interesses de cada capitalista individual. Até o momento, Marx sugere ser essa *força externa* o que a economia política denomina por capital.

⁸⁶Sobre esse ponto, sugere-se que Marx faz uma referência a um dos expoentes da economia política, David Ricardo. Sobre esse aspecto ver: Marx (2004, p.56).

⁸⁷Conforme Marx (2004, p.57).

1.3. Os Proprietários Fundiários

Após discutir as classes capitalista e trabalhadora, Marx passa a discutir a outra classe dos proprietários: os proprietários fundiários. Novamente, Marx começa por explicar, nos termos da economia política, o rendimento associado a essa classe, uma vez que a classe é definida, para esses autores, por sua contribuição à produção. De acordo com essa perspectiva, os proprietários fundiários têm o *direito* à determinada renda monetária porque *detêm* a propriedade da terra. A magnitude deste rendimento, por sua vez, está vinculada de forma positiva à fertilidade do solo, à localização da terra, às melhorias no entorno e na propriedade fundiária, e, por fim, aos preços das mercadorias.⁸⁸

Ao apresentar o montante do rendimento enquanto consequência das qualidades da terra, a economia política expõe, segundo Marx, que os atributos da terra aparecem como qualidades dos proprietários fundiários, haja vista que esses são os possuidores da terra. Em vez de naturalizar o rendimento, Marx assinala que, na própria argumentação da economia política, encontra-se outra explicação para a determinação da renda da terra: o conflito entre proprietário fundiário e arrendatário da terra.⁸⁹

Com a finalidade de mostrar o papel do conflito na determinação da magnitude da renda da terra, Marx recolhe no próprio discurso da economia política a posição do proprietário fundiário e do arrendatário em relação um ao outro. Das passagens recolhidas, observa-se que o proprietário fundiário busca deixar ao arrendatário de sua terra somente o suficiente para repor o capital (fixo e circulante) necessário à constante produção da terra.⁹⁰

Ao barganhar a maior parcela possível do rendimento obtido com a terra cultivada pelo arrendatário, o proprietário fundiário obriga esse último a efetuar melhorias em sua terra, como forma de ampliar a renda. Essas melhorias, por seu turno, são usufruídas pelo arrendatário somente enquanto detém o direito de produzir na terra. Passado esse período, as melhorias na terra são apropriadas pelo proprietário fundiário.⁹¹

⁸⁸Conforme Marx (2004, p.61-66, grifos do autor).

⁸⁹Neste particular, Marx (2004, p.64) observa que não é de se estranhar essa situação, pois a sociedade produtora de mercadorias tem por princípio de organização social “a oposição hostil dos interesses, a luta, a guerra”.

⁹⁰O proprietário fundiário procede desta forma, para a economia política, por conta da sua posição social, da sua fortuna e do fato da terra ser um recurso limitado. Conforme Marx (2004, p.64-65).

⁹¹Conforme Marx (2004, p.64-65).

Se o conflito entre o proprietário fundiário e o arrendatário exerce papel na determinação do rendimento, Marx procede à contestação da seguinte conclusão da economia política⁹² acerca da relação entre os interesses do proprietário fundiário e da sociedade: “proprietário fundiário explora todas as vantagens da sociedade, (...) {logo} o interesse do proprietário fundiário é sempre idêntico ao [interesse] da sociedade”.⁹³

Para criticar essa afirmação, Marx observa que se “o proprietário fundiário está interessado no bem da sociedade”, esta classe somente pode estar interessada, nos termos da própria economia política:

(...) no seu progressivo povoamento, na produção artística, no aumento de suas necessidades, numa palavra, no crescimento da riqueza; e esse crescimento é, segundo as nossas considerações até aqui; idêntico ao crescimento da miséria e da escravidão.⁹⁴

Para corroborar essa afirmação, Marx recorda a própria relação hostil, acima destacada, entre o interesse do proprietário fundiário e os interesses do arrendatário na determinação da renda da terra. Somente essa relação põe os proprietários fundiários em oposição a uma parte significativa da sociedade.

Além desta parcela, o autor observa que os interesses do proprietário fundiário também estão em conflito com os interesses do trabalhador da agricultura e os interesses dos demais produtores e trabalhadores.⁹⁵ A oposição em relação aos interesses do trabalhador agrícola surge, segundo o autor, porque o proprietário fundiário pode ampliar a renda da terra com a queda do salário do trabalhador agrícola – e essa queda ocorre como uma das formas do arrendatário honrar a renda exigida pelo proprietário fundiário.⁹⁶ Da parte dos demais produtores e trabalhadores, observa Marx,

(...) a real diminuição no preço dos produtos manufaturados eleva a renda da terra, o possuidor fundiário tem, então, um interesse direto no rebaixamento do salário dos trabalhadores da manufatura, na concorrência entre os capitalistas, na sobreprodução, na total miséria da manufatura.⁹⁷

Em oposição hostil aos interesses das demais classes, os proprietários fundiários também se encontram em conflito entre si, haja vista a concorrência entre

⁹²A referida conclusão é exposta por Marx após discutir o papel relevante da variação dos preços das mercadorias na determinação da magnitude da renda da terra. A esse respeito, ver Marx (2004, p.67-70).

⁹³Conforme Marx (2004, p.70).

⁹⁴Conforme Marx (2004, p.70-71).

⁹⁵Conforme Marx (2004, p.71).

⁹⁶Conforme Marx (*Ibid.*).

⁹⁷Conforme Marx (*Ibid.*).

eles provocada pelo crescimento da própria produção de mercadorias. No movimento da concorrência, conforme analisado na seção anterior, a diversidade de proprietários privados se torna a concentração da propriedade em poucas mãos, de modo que, no movimento da concorrência, a pequena propriedade fundiária será adquirida pela grande propriedade fundiária.⁹⁸

A concentração da propriedade fundiária, para Marx, ocorre de forma mais intensa do que nos outros ramos produtivos porque a queda no número de trabalhadores e nos instrumentos de produção em proporção ao fundo empregado na atividade produtiva ocorre com muito mais vigor na agricultura do que nos demais ramos de produção.⁹⁹ Soma-se a esse fator outros dois: a grande propriedade fundiária acumula para si os rendimentos do capital empregado pelo arrendatário para a melhoria do solo e usufrui do crédito diante da expansão da produção de mercadorias, enquanto o pequeno proprietário somente conta com o seu próprio capital e, pelo crescimento da forma de produção mercantil, torna-se mais dependente do dinheiro. Nessa linha, Marx aponta que:

(...) o pequeno proprietário fundiário que trabalha para si próprio encontra-se, dessa maneira, diante do grande proprietário fundiário na mesma relação de um artesão que possui um instrumento próprio, para com o dono da fábrica. A pequena posse fundiária tornou-se mero instrumento de trabalho. A renda da terra desaparece totalmente para o pequeno possuidor fundiário; permanece-lhe, no máximo, o juro do seu capital e seu salário; pois a renda da terra pode ser impulsionada pela concorrência a se tornar apenas e tão-somente o juro do capital não aplicado pelo mesmo.¹⁰⁰

A concorrência entre o grande proprietário fundiário e o pequeno proprietário fundiário elimina, segundo a passagem acima, a renda da terra para o pequeno proprietário fundiário, o que sugere ser esta parcela dos proprietários fundiários dissolvida em pequenos capitalistas ou, na pior das hipóteses, em trabalhadores. Entretanto, o movimento da concorrência para o grande proprietário fundiário não se encerra com a dissolução do pequeno proprietário fundiário.

À proporção que se expande a produção de mercadorias, a renda da terra é pressionada para baixo, pois há concorrência entre as terras para a produção de

⁹⁸Conforme Marx (2004, p.71-72).

⁹⁹Nas palavras de Marx (2004, p.71-72): “em parte alguma aumenta mais a possibilidade de exploração omnilateral, de poupança dos custos de produção e hábil divisão do trabalho, com a magnitude dos fundos, do que na posse fundiária. Por menor que seja um campo, os instrumentos de trabalho de que ele necessita, como arado, serra etc., atingem um certo limite abaixo do qual não podem mais diminuir, enquanto a pequenez da posse fundiária pode ultrapassar de longe essas fronteiras”. Mais adiante, o autor ilustra este argumento com o caso da Inglaterra, conforme Marx, (2004, p.76). Vale apontar ainda que na seção anterior esta mesma relação é indicada.

¹⁰⁰Conforme Marx (2004, p.72).

mercadorias e também há concorrência pela compra das terras. Esse último aspecto ocorre porque, segundo a economia política, o preço da terra depende da taxa corrente de juros, de modo que, se a renda da terra for maior em relação aos juros do dinheiro, os detentores de dinheiro se decidem pela compra das terras. Essa relação da renda da terra com o juro do dinheiro, junto com a relação de queda do juro do dinheiro com o acúmulo crescente de capital inferida na seção anterior, confirma a assertiva acima de que somente os grandes proprietários fundiários conseguem viver da renda da terra.

Além de confirmar esta afirmação, aponta para a mudança no caráter da propriedade fundiária, pois aqueles grandes proprietários fundiários que não conseguem arrendar suas terras, terminam por falir e, por isso, tanto a concorrência entre eles é elevada quanto a forma de obtenção do rendimento vem pela transformação da propriedade fundiária em produção agrícola industrial. O que significa ser o rendimento oriundo da organização fabril da produção, ao contrário de resultar somente do direito de propriedade sobre determinada parcela dos resultados de qualquer forma de produção.¹⁰¹

Diante do quadro acima exposto, observa-se a transformação no uso da propriedade fundiária, que passa a ser mais uma mercadoria, de modo que os proprietários fundiários são dissolvidos – ou na classe de capitalista ou na classe de trabalhadora – e, por conseguinte, a propriedade fundiária termina por se transformar em indústria.¹⁰²

O movimento da concorrência entre os proprietários fundiários, conforme sugere tal quadro, ultrapassa a concentração dessa propriedade com vistas à obtenção da renda da terra e conduz à “dissolução” da classe de proprietários fundiários, à proporção em que estes passam a ser capitalistas em mais um ramo de produção ou decaem à condição de trabalhadores. Sobre este ponto, Marx observa que:

(...) a última consequência é, portanto, a dissolução da diferença entre capitalista e proprietário fundiário, de modo que, no todo, só se apresentam,

¹⁰¹Conforme Marx (2004, p.74). Neste ponto, cabe observar que não se trata de argumentar que o capitalista é produtivo, mas sim de que o objetivo com a propriedade muda: do rendimento independente do seu uso, passa-se ao rendimento dependente do uso da terra para a produção de mercadorias e, com estas, obter-se rendimentos monetários. Por essa razão, a dependência maior do dinheiro aparece como um problema para o pequeno proprietário, conforme acima destacado.

¹⁰²De modo complementar, vale assinar que essa transformação já havia ocorrido com a pequena propriedade que, por ventura, tenha resistido à concorrência da grande, pois passou a produção industrial da terra e, com isso, suprimiu sua renda.

portanto, duas classes de população, a classe trabalhadora e a classe dos capitalistas. Essa venda ao desbarato da propriedade fundiária, a transformação da propriedade fundiária numa mercadoria é a ruína final da velha aristocracia e o aperfeiçoamento final da aristocracia do dinheiro.¹⁰³

Longe de lamentar a transformação da propriedade fundiária em mercadoria, provocando a ruína da “velha aristocracia”, o aperfeiçoamento da “aristocracia do dinheiro” e a divisão da sociedade em duas classes, Marx afirma ser esse processo um efetivo avanço da sociedade. Isso porque a propriedade fundiária móvel marca, por um lado, a dissolução dos vínculos pessoais com a propriedade da terra; e, por outro lado, realiza a potência já contida na propriedade fundiária feudal que, para o autor, tratava-se de propriedade privada ainda individualizada e imóvel. Nesse âmbito, a terra deixa de ser o “corpo inorgânico do senhor”, não tem mais vínculo com seu nome e com suas qualidades senhoriais, da mesma forma que o trabalhador da terra não está mais ligado ao senhor porque não mais pertence à propriedade fundiária. Por consequência, afirma Marx, “somente a bolsa do homem se liga à propriedade, não seu caráter ou sua individualidade”.¹⁰⁴

Essa supressão dos vínculos pessoais com a propriedade fundiária marca a sua transformação em propriedade privada móvel, segundo Marx, dissociada da figura do proprietário fundiário. Isso significa, nas palavras do autor:

(...) que toda a relação pessoal do proprietário com sua propriedade termine, e está se torne, ela mesma, apenas riqueza material *coisa*; que no lugar do casamento de honra com a terra se instale o casamento por interesse, e a terra, tal como o homem, baixe do mesmo modo a valor de regateio. É necessário que o monopólio inerte se transforme em monopólio em movimento e inquieto – a concorrência; [que] a fruição ociosa do suor e do sangue alheios se transmute num comércio multilateral com os mesmos. (...) é necessário que nesta concorrência a propriedade fundiária mostre, sob a figura do capital, a sua dominação tanto sobre a classe trabalhadora, quanto sobre os próprios proprietários, na medida em que as leis do movimento do capital os arruinem e promovam.¹⁰⁵

De acordo com a passagem acima, a mercantilização da propriedade fundiária e seu uso para a produção de mercadorias, por meio da nova estrutura de produção, marca a transformação da sociedade em uma sociedade na qual a materialidade é reduzida à forma mercadoria, seja o meio de produção, seja o meio de consumo. Firma-se, assim, a riqueza enquanto “riqueza material coisa” e o seu

¹⁰³ Conforme Marx (2004, p. 74).

¹⁰⁴ Conforme Marx (2004, p.74-75).

¹⁰⁵ Conforme Marx (2004, p.75).

crescimento, compreendido como acumulação de “trabalho armazenado”, que domina tanto os trabalhadores quanto os capitalistas.

Esse tipo de domínio, para Marx, engendra as condições para a sua própria *superação*, uma vez que não cessa o conflito fomentador da redução das classes sociais em duas classes opostas. Ao ampliar a classe de capitalista por meio da propriedade fundiária tornada capital e elevar o número de trabalhadores, em razão da ruína dos proprietários fundiários, amplia-se a concorrência e, como visto acima, engendra-se nova concentração dos capitais. O resultado é a intensificação do conflito, cuja solução é a *superação* desta divisão entre os homens.¹⁰⁶

¹⁰⁶Conforme Marx, (2004, p.77).

1.4. Conclusão do Capítulo

Ao sugerir um roteiro expositivo acompanhante dos passos do primeiro estudo de Marx da economia política, mostrou-se que a economia política, para o autor, parte da sociedade dividida em classes, na qual o trabalho, a terra e os produtos do trabalho são tornados mercadorias, com vistas a adequar a produção generalizada de mercadorias aos interesses da sociedade.

Divididas mediante a posição na produção de mercadorias, cada classe tem direito à participação no resultado desta produção de acordo com sua contribuição para tal, de modo que, segue a economia política, àqueles na posição de trabalhadores cabe o rendimento necessário à sua reprodução nesta condição – i.e., força para a produção de mercadorias – porque essa é sua contribuição à sociedade. Aos capitalistas e proprietários fundiários, compete o restante do rendimento, cuja medida mínima revela a necessidade de garantir a reprodução do capital e a posição do proprietário fundiário, cada qual fornecedor dos meios necessários à produção de mercadorias.

Na leitura de Marx, a produção de mercadorias se configura, seguindo a economia política, como um conflito pela maior participação no rendimento, de modo que cada classe tem por interesse elevar seu rendimento. Entretanto, as únicas duas classes cuja elevação do rendimento implica o crescimento da produção de mercadorias e, com isso, o consumo da sociedade são os proprietários fundiários e os trabalhadores, pois, para os capitalistas, as condições nas quais seu rendimento aumenta são justamente os estágios em que a produção de mercadoria se encontra estacionária ou pouco desenvolvida. O que significa, para a economia política, produção de mercadorias com baixo emprego de trabalho produtivo e propriedade fundiária e, por conseguinte, os trabalhadores e os proprietários fundiários pouco usufruem da produção social.

Para contornar esse quadro, a economia política propõe, de acordo com Marx, por princípio de organização social a manutenção da concorrência entre os capitais – e, por extensão, entre as demais classes –, de modo que o interesse de cada classe (o maior rendimento) seria convergente aos interesses da sociedade (elevação da produção, aumento das necessidades e dos meios para sua satisfação). Esta situação garantiria o desenvolvimento dos homens em sociedade, segundo a economia política, porque há crescente fruição da produção na proporção

à contribuição de cada classe para o crescimento da produção. Equaciona-se, assim, o conflito entre as classes ao fazer deste o motor do desenvolvimento dos homens.

Com a finalidade de criticar a relação virtuosa, estabelecida pela economia política, entre os humanos separados em classes (e com agir posto de acordo com seus interesses de classe), a produção de mercadorias e o desenvolvimento da sociedade em geral, Marx parte da própria apreensão da economia política das formas sociais e suas relações referentes à sociedade produtora de mercadorias. Deste ponto de partida, sugere que, na própria teoria destes autores, encontra-se a explicação para o conflito fratricida entre os humanos divididos em classes não conduz ao desenvolvimento humano. Mesmo que se trate desse desenvolvimento nos termos propostos pela economia política: fruição dos resultados do trabalho na forma mercadoria.

No caso dos trabalhadores, Marx observa a situação desumana à qual está submetido o homem na posição de classe trabalhadora assalariada. Tal desumanização se verifica, inicialmente, no conceito de salário e na determinação da sua magnitude, pois mostra a efetiva redução da existência dos homens nesta posição à condição de máquinas de trabalho – ou, mais precisamente, a uma mercadoria capaz de trabalhar. Entretanto, a desumanização ganha corpo com o exame de Marx da relação, para a economia política, entre a oscilação do salário e o movimento da produção de mercadorias.

Para o humano cuja reprodução está limitada à sua manutenção enquanto trabalhador, Marx observa tanto a redução da atividade desse trabalhador à produção de mercadorias quanto o exercício desta atividade estar condicionado ao movimento da produção de mercadorias, cujo propósito é acumular trabalho em forma mercantil.

Em outras palavras, para o humano confinado à produção direta de mercadorias, produzir significa crescente cessão de vida, para que haja crescente “trabalho armazenado” em forma mercadoria. Por ser a produção de riqueza na sociedade burguesa caracterizada pela generalização da produção de mercadorias, a elevação da riqueza desta sociedade é, ao mesmo tempo, a ampliação da pobreza, justamente porque a existência do trabalhador está reduzida a sua

existência enquanto animal de trabalho, cuja vida é ceder suas forças à acumulação de trabalho.

A produção de riqueza não produz somente a pobreza da parcela dos humanos na posição de trabalhadores assalariados, também empobrece as demais classes sociais, na medida em que estreita o horizonte da atividade humana, submetida à acumulação de capital. Esse estreitar é exposto, no caso dos capitalistas, a partir da compreensão do termo qualificador desta posição: o capital. Por ser o capital o poder de comandar o trabalho e seus resultados, expandir o capital não representa somente expandir o rendimento, mas também elevar esse poder, na forma de “trabalho acumulado”, de modo que se trata de expandir determinada forma de produção com horizonte bem definido.¹⁰⁷

A relação entre o movimento do rendimento do capital e o movimento da produção de mercadorias expõe justamente a natureza desta produção, uma vez que o movimento da concorrência não para em si mesmo, conforme pensa a economia política, mas conduz à concentração dos capitais. Essa, por sua vez, engendra nova concorrência porque, ao organizar o processo de trabalho e elevar o uso de capital fixo para incrementar o trabalho acumulado, amplia as forças produtivas do trabalho e, por conseguinte, derruba os preços, produzindo nova concorrência e, assim, todo o movimento recomeça.

E, pela busca do ganho gerar essa dinâmica particular entre concorrência e concentração, observa-se a configuração de um sistema de produção, de modo que o horizonte de existência está estreitado pela crescente ampliação do “trabalho armazenado”, realizado por uma forma de trabalho específica – unilateral e maquinal – com instrumentos de trabalho com natureza igualmente particular. O que confere à produção da sociedade burguesa a qualidade de *sistema de produção fabril*: um modo de trabalho com o horizonte dado pela produção de trabalho acumulado na forma mercadoria.

O horizonte da atividade humana também se torna estreito para o proprietário fundiário, segundo Marx. Ao invés do rendimento associado à propriedade fundiária advir tão somente do direito de propriedade sobre a terra e,

¹⁰⁷ Mesmo que transfiram a gerência do capital para outros, trata-se de um imperativo social, de forma que seu comportamento não pode ser de dissipação dos recursos adquiridos. E, mesmo quando seu gasto pouco influi em sua acumulação, o que adquire não tem a ver com sua individualidade, mas sim com o poder social concentrado na forma do ter. O que implica uma fruição adequada a esse conteúdo: incapaz de desenvolver o humano. Esse argumento será desenvolvido no próximo capítulo.

por isso, assumir as mais variadas formas naturais, o autor observa que, com a expansão da produção característica da sociedade burguesa, a própria propriedade fundiária vem a ser mercadoria para acumulação de “fundos” com vistas à obtenção de rendimento.

Essa transformação na propriedade fundiária é percebida ao se investigar a própria determinação da renda da terra, porque, ao se configurar como a disputa entre o proprietário fundiário e o arrendatário pela parcela do rendimento monetário auferida com a produção industrial da terra, tem-se a renda da terra determinada por essa produção e, por isso, com o objetivo de acumular estoque para a produção.

Quanto mais se aprofunda a concorrência entre os proprietários fundiários, destes com os arrendatários, trabalhadores e os detentores de dinheiro, mais o rendimento associado a essa propriedade vem a ser ganho de capital, pois não dependerá somente do direito de propriedade, mas do uso da terra para a acumulação de “trabalho armazenado”. Por essa razão, o proprietário fundiário é convertido em capitalista, a propriedade fundiária vem a ser indústria e, por conseguinte, instala-se o domínio da “riqueza material coisal”.

O resultado desta organização social é a redução de uma parcela significativa dos homens à condição de mercadoria para a acumulação de trabalho, enquanto os meios de produção e os resultados da produção, também mercantilizados, são submetidos a essa acumulação. O que divide a sociedade em duas classes sociais (os trabalhadores e os capitalistas – aos quais os proprietários da terra foram convertidos) e faz da propriedade privada uma forma de propriedade em movimento – não mais fixada na forma da terra, ou do trabalhador pertencente à terra – que, ao se movimentar, produz as tensões e o conflito entre essas duas classes. A tendência desse conflito é a superação desta forma social, uma vez que o humano na posição de trabalhador será cada vez mais confinado a essa posição para que a produção seja ampliada.

Do ponto de vista da formação da concepção de riqueza e pobreza de Marx, o presente capítulo deixou patente que a sociedade, cujos homens são mercadorias e a produção tem por destino a acumulação de “trabalho armazenado”, tem sua riqueza na forma de *coisas*, denominada mercadoria. A produção dessa riqueza, por sua vez, traz consigo a crescente pobreza dos humanos pertencentes a essa sociedade, na medida em que a produção da “riqueza material coisal” exige a

redução de parcela dos humanos a uma atividade unilateral, maquinal, de forma a torná-los animais de trabalho, e exige o estreitar da atividade da outra parcela dos humanos ao fomento do crescimento desta riqueza – por meio da acumulação de capital e crescimento da produção de mercadorias.

Em vista dos resultados encontrados em sua primeira aproximação aos escritos da economia política, Marx aponta a necessidade de demonstrar o fundamento sobre o qual tanto o trabalho maquinal e unilateral se torna atividade central, na qual se encerra a vida para uma parcela significativa dos humanos, quanto a manutenção da propriedade privada em movimento restringe o horizonte de atividade da outra parcela dos humanos.

Em consequência, o capítulo seguinte será dedicado tanto a exposição da demonstração de Marx deste fundamento, do qual partirá sua proposição para superação da sociedade da “riqueza material coisal”, quanto a exposição desta proposição. Com esse caminho expositivo, apresenta-se tanto a qualificação de Marx do termo “humano”, quanto o que o autor considera ser a forma de riqueza adequada a esse desenvolvimento, de modo que a produção material não signifique a degradação do humano, sua desumanização.

2. Notas preliminares sobre o fundamento e a essência humana na Sociedade Burguesa

No capítulo anterior, examinou-se a leitura de Marx sobre os argumentos da economia política em defesa da relação virtuosa entre expansão da produção de mercadorias e desenvolvimento humano. Com sua inspeção crítica desses escritos, Marx demonstrou ser a expansão da produção de *riqueza material coisal* tanto empobrecedora do humano quanto engendradora de uma crescente oposição hostil entre as classes sociais, dissolvidas em duas classes.

No presente capítulo, examina-se o desenvolvimento da crítica de Marx em sua primeira aproximação aos escritos da economia política. Em primeiro lugar, recupera-se a síntese do autor do resultado de sua investigação destes autores, no qual observa a ausência da explicação da causa para as formas de intercâmbio social típicas da sociedade burguesa – quais sejam: propriedade privada, trabalho fabril, divisão do trabalho, troca, capital etc. Em seguida, esclarece-se a leitura de Marx acerca da causa destas formas de relações sociais a partir do fundamento humano de tais relações. Ao enveredar pela discussão da “essência humana”, Marx toma a perspectiva da especificidade do humano, sua qualidade de *ser social*, enquanto ponto de partida para a sua crítica. Tal procedimento, como se verá, permitiu ao autor mostrar o fundamento das sociedades de classes como resultado do modo como são estruturadas as relações entre os homens.

Ao partir da essência humana e mostrar as relações de classes como resultado das relações entre os próprios homens, Marx se dedica a expor as formas de superação de uma das sociedades de classes: a sociedade burguesa. Neste registro, o autor apresenta ser possível outro modo de produção material no qual o desenvolvimento do gênero humano não pressuponha a degradação dos seus singulares.

Para expor estes argumentos de Marx, esse capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, recupera-se o que autor conseguiu, em sua investigação da economia política, apontar como a principal ausência na teoria destes autores, a saber, a causa do intercâmbio social burguês. Na sequência, apresenta-se a teorização de Marx sobre o fundamento humano desta causa, de modo a expor o caráter terreno das sociedades de classes, e, por conseguinte, assentar a forma geral, vislumbrada por Marx, para a superação da sociedade burguesa: um modo de

produção material condizente com a humanização do homem, no qual a pobreza não mais figura como categoria social.

2.1. O Fundamento da Sociedade Burguesa

Até esse estágio de sua crítica à economia política, Marx tomou por ponto de partida os “pressupostos” da economia política, de modo a aceitar tanto as suas “leis” quanto seus termos para a descrição da realidade social (a propriedade privada, a necessária separação entre trabalho, capital e terra, e outros termos).¹⁰⁸

Por meio da própria descrição da economia política, o autor mostrou ser a abundância material coisal em meio à degradação do humano inerente à sociedade na qual prevalece determinada fratura entre os humanos: de um lado, os possuidores da propriedade privada móvel – estoque destinado à produção – e, de outro lado, os trabalhadores assalariados e confinados ao modo de trabalho *fabril*¹⁰⁹. A assertiva da economia política em contrário – i.e., de que há relação virtuosa entre a abundância material coisal e o desenvolvimento humano na sociedade marcada por determinada cisão entre os homens – está ancorada, para Marx, na compreensão dos economistas políticos de que a propriedade privada é um fato “dado e acabado”. Nas palavras do autor:

(...) ela {a economia política} percebe o processo *material* da propriedade privada, que passa, a realidade, por fórmulas gerais, abstratas, que passam a valer como *leis* para ela. Não *concebe* estas leis, isto é, não mostra como têm origem na essência da propriedade privada. A economia nacional não nos dá esclarecimento algum a respeito do fundamento da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra. Quando ela, por exemplo, determina a relação do salário com o lucro de capital, o que lhe vale como razão última é o interesse do capitalista; ou seja, ela supõe o que deve desenvolver. Do mesmo modo, a concorrência entra por toda parte. É explicada a partir de circunstâncias exteriores. Até que ponto estas circunstâncias exteriores, aparentemente casuais, são apenas a expressão de um desenvolvimento necessário, sobre isto a economia nacional nada nos ensina.¹¹⁰

Em razão da economia política não explicar o *fundamento* das relações sociais no interior das quais se processa a reprodução das condições materiais necessárias à vida social burguesa, estas relações aparecem enquanto acontecimentos externos, de origem contingente. Ao contrário da explicação da economia política, Marx propõe avaliar as formas da relação social configurada pela propriedade privada móvel e pelo trabalho assalariado como a expressão de um

¹⁰⁸Conforme Marx (2004, p.79).

¹⁰⁹Como exposto no capítulo anterior, não se trata de um trabalho circunscrito ao que a ciência econômica denomina de “indústria”, mas sim ao modo de trabalho adequado à produção material necessária à vida social na sociedade descrita pela economia política. Para reforçar, uma vez que esse ponto é objeto de má compreensão dos escritos de Marx, trata-se do modo de trabalho adequado à *riqueza material coisal* – i.e., o resultado da produção material é mercadoria –, seja esse modo aplicado à “agricultura”, à “indústria” ou aos “serviços”, tal como a ciência econômica estratifica a produção.

¹¹⁰Conforme Marx, (2004, p.79, os grifos são do autor, o sublinhado é nosso).

desenvolvimento necessário, cuja apreensão exige a investigação da interconexão essencial entre as formas sociais desta relação.

Tal interconexão, na sociedade burguesa, mostra-se possível porque suas relações não ocorrem e permanecem em si mesmas, de modo que não há oposições estanques entre as formas de relação social, mas sim, oposições em relação.¹¹¹ Essas oposições são produtoras tanto de novas formas da relação social quanto reveladoras do fundamento capaz de assentar o modo geral da transformação.

Noutras palavras, Marx propõe descobrir o fundamento que engendra um conjunto de formas de relação social em oposição que conduzem os humanos ao “estranhamento com o sistema do dinheiro”.¹¹² Para tanto, retoma a sua própria constatação acerca da relação entre a produção de riqueza e a situação dos humanos na condição de trabalhadores assalariados. Assim, o autor sustenta que:

(...) o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.¹¹³

O modo pelo qual ocorre a produção material descrita pela economia política não produz somente seus resultados como mercadoria. Esta forma de produção também exige que o trabalho e o trabalhador se conformem à forma mercadoria. Ou seja, tanto a riqueza está materializada na forma mercadoria quanto o ato de trabalho tem por objetivo produzir mercadorias e, neste ato, o trabalhador produz a si mesmo como mercadoria, na qualidade de insumo para nova produção.

Essa conformação à forma mercadoria, portanto, caracteriza a transformação dos meios e dos resultados da produção em mercadoria, uma forma coisal específica. A intensidade e a qualidade com que a generalização da produção

¹¹¹Essa conexão na sociedade burguesa fora demonstrada na seção anterior, quando Marx apontou ser a concorrência uma das formas de relação entre os capitais que se desdobra no monopólio do capital, sendo que este também não para em si mesmo e retorna à concorrência.

¹¹²Conforme Marx (2004, p.79-80). Cabe lembrar que, em busca da essência entre as oposições (em relação) tomadas como dadas e estanques pela economia política, Marx afirma não se deslocar para “um estado primitivo e imaginário” – como faz a economia política, nos termos do autor –, pois, esse movimento “supõe na forma do fato, do acontecimento, aquilo que deve deduzir, notadamente a relação necessária entre duas coisas, por exemplo entre divisão do trabalho e troca”. Esse procedimento, aliás, recorda para Marx a posição do teólogo que “explica a origem do mal pelo pecado original, isto é, supõe como um fato dado e acabado, na forma da história, o que deve explicar” Marx (2004, p.80).

¹¹³Conforme Marx, (2004, p.80, grifos do autor, sublinhado nosso).

de mercadorias produz essas relações sugerem a Marx serem estas relações o necessário desdobrar de determinado *fundamento*:

Este fato {produção da riqueza com crescente pobreza} nada mais exprime, senão: *o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (Entfremdung), como alienação (Entäusserung).*¹¹⁴

De acordo com a passagem acima, a efetivação do trabalho significa a desefetivação do trabalhador, pois, expressa a objetivação do trabalho tomar a forma de uma *coisa* estranha e externa ao trabalhador – i.e., um objeto criado não em função do desenvolvimento de sua individualidade, mas para acúmulo como mercadoria. Embora a forma da objetivação, para Marx, seja *sempre*¹¹⁵ a fixação em um objeto, quando a efetivação do trabalhador se tornar estranha e externa a ele, o trabalho – compreendido por Marx enquanto “atividade prática humana”¹¹⁶ – vem a ser a desefetivação do trabalhador, na medida em que seu resultado não figura como parte de si mesmo – i.e., não é incorporado ao seu ser e, por isso, não contribui para sua humanização –, mas sim constitui-se como objetividade fora de si a ser possuída e usada.

Assim, o humano cuja existência está restrita à condição de mercadoria e à produção de mercadorias, *expressa* a sua atividade prática enquanto a fonte de sua própria dominação e, por isso, constitui por meio dessa atividade um poder estranho e independente do próprio humano na posição de trabalhador assalariado: o capital. Essa forma de objetivação da atividade humana, por seu turno, aparece como sua redução à posição de objeto, porque esse trabalhador é tanto despojado dos meios de vida, dos objetos de trabalho e da decisão referente à execução do ato de trabalho, quanto o próprio ato de trabalho se transforma em objeto.

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais

¹¹⁴Conforme Marx, (2004, p.80).

¹¹⁵Sobre essa necessidade da fixação do ser em um objeto, diz Marx (2004, p. 127): “Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser natural não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu objeto, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum [ser] objetivo./ Um ser não-objetivo é um não-ser.”.

¹¹⁶Conforme Marx, (2004, p.83).

necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital.¹¹⁷

Essa posição do trabalhador assalariado é consequência, observa Marx, da “determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu trabalho* como [com] um objeto *estranho*”¹¹⁸. Em poucas palavras, Marx explicita ser o *estranhamento*¹¹⁹ o fundamento do modo de trabalho ao qual parcela dos humanos está na posição de trabalhador assalariado.

Ao explicitar o fundamento, por seu turno, o autor passa a investigar a natureza de tal estranhamento. Em princípio, apresenta os desdobramentos do estranhamento a partir desta relação do homem na posição de trabalhador:

Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A *exteriorização* (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa*, mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele*, independente dele,¹²⁰ que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.

Na passagem acima, Marx expõe que a atividade prática humana efetuada a partir do *estranhamento* perante os resultados desta atividade advém do empobrecimento dos humanos à proporção em que produzem a abundância de

¹¹⁷Conforme Marx, (2004, p.80-81 – sublinhado nosso).

¹¹⁸Conforme Marx, (2004, p.81).

¹¹⁹Conforme observa Mészáros (1972), o termo *estranhamento* é sinônimo de *alienação* e expressa as palavras *Entäusserung*, *Entfremdung* e *Veräusserung*, sendo a última referente à prática da alienação (ou estranhamento). Entretanto, a tradução aqui utilizada dos **Manuscritos** diferencia o termo *Entäusserung* do termo *Entfremdung*, ao qualificar o primeiro como *exteriorização* e o segundo como *estranhamento*. O objetivo da diferenciação reside em atentar para a distinção que há entre a exteriorização – objetivação proveniente da atividade do ser, que permanece “fora dele” – e o estranhamento – a não incorporação pelo ser humano dos resultados de sua atividade. Compreende-se que o objetivo dessa diferença reside em capturar um modo de trabalho no qual seus resultados são constituídos como objetos exteriores que não contribuem para o desenvolvimento das capacidades humanas, mas sim degrada os humanos. Esses dois momentos atuam em conjunto e são sinalizados na tradução utilizada com o termo *estranhamento*, *exteriorização* como o fundamento da sociedade burguesa. No presente trabalho, optou-se por manter o termo *estranhamento*, indicando seu conteúdo, para designar o fundamento da sociedade burguesa. Isso porque se objetiva uniformizar o texto e acompanhar a nomenclatura utilizada no debate corrente sobre a obra de Marx, que o intercambia por *alienação*. Essa escolha, contudo, não elimina o controverso debate em torno desses termos, bem como sua adequada tradução. A esse respeito, consultar Ranieri (2000; 2004), Ollman (1976) e José Paulo Netto (2015).

¹²⁰Conforme Marx, (2004, p.81, grifos do autor, sublinhado nosso).

objetividades – externas e estranhas. Esta efetiva pobreza humana, por sua vez, é definida por Marx pela não identidade entre o produto do trabalho e o seu produtor. Neste particular, não se trata de igualação do primeiro ao segundo, mas sim de que *o humano, em sua atividade prática, ao invés de enriquecer a si mesmo por meio da sua objetivação, enriquece somente ao mundo objetivo – externo e estranho*.

A riqueza efetiva pertence, portanto, a essas objetividades e, porque a objetivação estranhada ocorre por meio da *exteriorização* da vida – igualmente estranhada –, a causa do empobrecimento do humano reside no caráter *estranho* e *externo* do produto da sua atividade prática. Em outras palavras, a causa do empobrecimento humano reside no *estranhamento* deste perante os resultados do seu trabalho – para reforçar, realizado de um modo específico e reproduzido de uma forma específica.

Na medida em que os produtos do trabalho se apresentam *estranhados* ao humano dedicado à sua atividade prática, Marx se dedica à compreensão dos pressupostos gerais para essa atividade. E, com isso, procura avançar na apreensão da natureza do *estranhamento*.

Do ponto de vista geral, o homem não pode criar sem a natureza – compreendida por Marx enquanto “mundo exterior sensível” –, uma vez que essa é a “matéria na qual seu trabalho se efetiva”.¹²¹ Tampouco o homem pode viver sem a natureza, pois essa oferece seus “*meios de vida*, no sentido de que o trabalho não pode *viver* sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os *meios de vida* no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do *trabalhador* mesmo”.¹²²

Segundo o argumento, a atividade prática humana não pode ser exercida sem o metabolismo com o mundo exterior sensível, tanto porque esse mundo supre a atividade com materiais para sua ocorrência, quanto garante a existência física do homem que exerce a atividade. Entretanto, a atividade prática humana executada sobre um mundo exterior sensível *estranho* e *externo* impõe, segundo Marx, a seguinte relação dos homens com o mundo a sua volta:

Quanto mais, portanto, o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu

¹²¹ Conforme Marx, (2004, p.81).

¹²² Conforme Marx, (*Ibid.*, grifos do autor).

trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, o [mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador. / Segundo este duplo sentido, o trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto. Primeiro, porque ele recebe um objeto de trabalho, isto é, recebe trabalho; e, segundo, porque recebe meios de subsistência. Portanto, para que possa existir em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como sujeito físico.¹²³

Com as passagens acima, Marx explicita não ser o trabalho, no qual os objetos sobre os quais atua são *estranhos* e *externos*, posto pelos e para os humanos; mas sim atividade posta para ampliar o próprio mundo objetivo, igualmente externo e estranho, de modo que, do ponto de vista destas relações sociais, os humanos em atividade prática contam enquanto elaboradores de objetos *estranhos* e *exteriores*. Nesta condição, *recebem* meios de trabalho e de subsistência para existirem e, satisfeitas as condições para existirem enquanto *servos* desse mundo objetivo, podem existir como *sujeitos físicos*.

Essa efetiva servidão ao objeto estranhado, afirma Marx, atinge seu auge quando “somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador”.¹²⁴ Trata-se, nesta última afirmação, da sociedade descrita pela economia política, de modo que o seu fundamento está expresso no homem na posição de trabalhador assalariado se deparar com os resultados da sua atividade como objetos *estranhos* e *exteriores*, tornando-se coisa por meio da qual a riqueza material coisal é produzida.¹²⁵ Entretanto, para o *estranhamento* se mostrar no resultado, observa Marx, exige-se que a própria atividade produtiva seja *estranha* e ato de *exteriorização* e, por conseguinte, atividade na qual o homem estranha a si mesmo. Nessa linha, o autor questiona:

Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da

¹²³ Conforme Marx, (2004, p.81-82).

¹²⁴ Conforme Marx, (2004, p.82).

¹²⁵ Marx (2004, p.82) elabora essa relação nos seguintes parágrafos: “(O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobres de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.)/ (...) Sem dúvida. O trabalho produz maravilha para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador”.

exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo.¹²⁶

A atividade prática humana ser reduzida ao ato de objetivação que permanece externa e estranha significa ser essa atividade *estranhada* ao trabalhador. O que implica o trabalho não pertencer ao *ser* do trabalhador, de forma que o trabalhador tanto “mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito” em seu trabalho, quanto tem nessa atividade um momento “fora de si” – i.e., ele está “em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa”.¹²⁷

O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. / Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como (ser) livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. / Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém, na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais.¹²⁸

Com as passagens acima, Marx explicita ser a atividade humana mais do que sua atividade prática. A redução do humano à condição de trabalhador, por seu turno, significa constranger os homens nesta posição a uma existência, por um lado, apartada de suas outras dimensões da vida e, por outro lado, com sentido externo e estranho aos próprios humanos. A existência do humano na condição de trabalhador está restrita, portanto, à execução de uma atividade estranha e externa com o propósito de produzir objetividades – igualmente externas e estranhas aos próprios homens.

Por que a atividade prática humana está apartada da “esfera restante da atividade humana”, separação expressa no *estranhamento* do homem de si mesmo e da sua própria atividade prática, a qualidade compulsória do trabalho é um imperativo para que este seja exercido nas sociedades moldadas pelo *estranhamento*. O caráter redutor desse modo da atividade também é expresso por outro aspecto apenas indicado pelo autor na passagem acima: primeiro o

¹²⁶ Conforme Marx (2004, p.82).

¹²⁷ Conforme Marx, (2004, p.82-83).

¹²⁸ Conforme Marx, (2004, p.83, grifos do autor, sublinhado nosso).

trabalhador se reproduz enquanto tal – ao garantir trabalho –, depois como sujeito físico.

Ao se reproduzir nestes termos, a vida humana do trabalhador está restrita à dimensão de sua reprodução física, à sua manutenção como ser biológico (comer, beber, procriar etc.), de modo que as dimensões da vida dos trabalhadores não somente estão cindidas uma das outras, elas também estão restringidas em seu desenvolvimento. Nas sociedades de classes, portanto, a objetivação da atividade prática dos homens implica sua degradação, ao invés de sua humanização, de modo que a objetivação não é produzida para o desenvolvimento humano – i.e., por meio de sua incorporação, os homens e mulheres se aprimoram. No caso da sociedade burguesa, esta degradação é elevada às últimas consequências, na medida em que o humano somente tem existência física à proporção em que é empregado pelos detentores do “trabalho morto”.

Neste quadro em que a atividade prática e os resultados são *externos* e *estranhos* aos homens na condição de trabalhadores, produzindo uma vida restrita para os homens nessa condição, o *estranhamento* se estende a relação do homem consigo mesmo, seja enquanto gênero humano seja enquanto singular:

Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem. / Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da *essência humana*. / O estranhamento do homem, em geral toda a relação na qual o homem está diante de si mesmo, é primeiramente efetivado, se expressa, na relação em que o homem está para com o outro homem. / Na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador.¹²⁹

Na passagem reunida acima, Marx afirma que o *estranhamento* do homem para com a sua atividade prática e os seus resultados traz consigo o *estranhamento* do homem de sua *essência*, do seu *ser genérico*, seja em seu fundamento natural ou espiritual. Por consequência, os homens estranham uns aos outros, haja vista que cada um é para o outro conforme a atividade prática, seus resultados e o gênero são: objetos hostis, estranhos e externos.

Diante desse panorama, o fundamento da fratura entre os humanos está no *estranhamento* do homem com a sua atividade prática, o resultado desta, o

¹²⁹Conforme Marx, (2004, p.86, grifos do autor).

gênero humano e seus singulares. Em outras palavras, porque a atividade humana é reduzida à sua atividade prática para parcela dos homens, estes estão apartados de suas outras dimensões de vida, de modo que sua existência social está condicionada a sua posição social como trabalhadores e, por isso, estão confinados à sua reprodução como tais.

Essa separação, como sugere o autor, atinge seu ponto máximo na sociedade burguesa, pois os homens têm estas dimensões reduzidas à sua manutenção física e a sua atividade vital figurar como meio de vida. Ao demonstrar que o fundamento das sociedades de classes tem origem na redução de determinada parcela dos homens à condição de trabalhadores, o *estranhamento*, o autor estabelece ser esse o ponto de partida para compreender a posição dos demais homens – i.e., aqueles não restritos ao trabalho. Em suas palavras:

Se o produto do trabalho me é estranho, [se ele] defronta-se comigo como poder estranho, a quem pertence então? / Se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem ela pertence, então? / A outro ser que não eu. / Que é este ser? / Os deuses? Evidentemente nas primeiras épocas a produção principal, como por exemplo a construção de templos etc., no Egito, na Índia, México, aparece tanto a serviço dos deuses, como também o produto pertence a eles. Sozinhos, porém, os deuses nunca foram os senhores do trabalho. Tampouco a natureza. E que contradição seria também se o homem, quanto mais subjugasse a natureza pelo seu trabalho, quanto mais os prodígios dos deuses se tornassem obsoletos mediante os prodígios da indústria, tivesse de renunciar à alegria na produção e à fruição do produto por amor a esses poderes. / O ser *estranho* ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para a fruição do qual [está] o produto do trabalho, só pode ser o *homem* mesmo. / Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isso só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a *um outro homem fora o trabalhador*. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser *fruição* para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem.¹³⁰

Na passagem acima, Marx funda o *estranhamento* da parcela dos humanos postos na posição de trabalhadores nas próprias relações entre os homens, de modo que, por ser o resultado *estranho* e *externo* ao humano na condição de trabalhador, a objetivação da sua atividade prática *pertence* não aos céus, mas sim a outros homens. O que sugere, por um lado, a existência do *estranhamento* da atividade prática humana em outras relações sociais, nas quais a forma de constituição desta relação produzia a percepção do resultado desta atividade enquanto pertencente aos deuses, embora fosse fruída por outros homens.

¹³⁰Conforme Marx, (2004, p.86, grifos do autor).

Por outro lado, o autor também estabelece a forma do *estranhamento* na sociedade burguesa enquanto uma forma específica desta relação do homem com o conjunto da sua atividade prática.¹³¹

Assim, a constituição de uma vida restrita e empobrecedora para os homens na posição de trabalhadores produz a riqueza do mundo objetivo, *fruída*¹³² por outros homens, de modo que, para Marx, evidencia-se que o *estranhamento* do homem perante o conjunto da sua atividade prática (o resultado e o ato) constitui o fundamento das sociedades em que os homens estão cindidos.

Por ser o *estranhamento* originado na própria relação entre os homens, Marx sustenta que somente a diferenciação prático-efetiva entre os humanos pode assentar o *estranhamento*, de modo que este não resulta de nenhuma natureza transcendente ou de uma disposição do próprio indivíduo.¹³³ Por consequência, a atividade prática humana fundada no *estranhamento* implica o estabelecimento da relação em que homens estão na posição de trabalhador e, por isso, mortificam-se para gerar a riqueza objetiva externa e estranha enquanto outros homens desfrutam desta riqueza. De acordo com o autor,

(...) todo auto-estranhamento do homem de si e da natureza aparece na relação que ele outorga a si e à natureza para com os outros homens diferenciados de si mesmo. Por isso o auto-estranhamento religioso aparece necessariamente na relação do leigo com o sacerdote ou também, visto que aqui se trata do mundo intelectual, de um mediador etc. No mundo prático-efetivo o auto-estranhamento só pode aparecer através da relação prático-efetiva com outros homens. O meio pelo qual o estranhamento procede é [ele] mesmo um [meio] prático. Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de

¹³¹Marx (2004, p.86-87) reforça esse ponto no seguinte trecho: “considere-se ainda a proposição colocada antes, de que a relação do homem consigo mesmo lhe é primeiramente objetiva, efetiva, pela sua relação com outro homem. Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, como o seu trabalho objetivado, enquanto objeto estranho, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a sua própria atividade como uma [atividade] não-livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem”.

¹³²Neste particular, nota-se que o possuidor da objetividade pode fruir essa objetividade. O que não significa o seu enriquecimento, uma vez que a riqueza é um atributo do mundo objetivo externo e estranho, não do seu possuidor. Conforme Marx (2004, p.157).

¹³³Embora o estranhamento seja o fundamento das sociedades de classes, Marx apresenta o seu processo social originário somente em termos gerais: resultado das relações entre os próprios humanos. Em virtude disso, resta por investigar a origem, o modo e o aprofundar da cisão entre os humanos. Sobre os dois últimos aspectos, o próprio Marx explicita que a configuração de um tipo de trabalho, ao qual corresponde um regime de propriedade, é consequência do aprofundar do estranhamento. Quanto à investigação da origem do estranhamento, deve-se recorrer ao escrutínio das sociedades em que este está presente. Esse tema foge ao escopo do presente trabalho, contudo, cabe uma breve nota sobre as sociedades em que não há cisão entre os humanos. De acordo com Clastres (2003, p.25-45), nas sociedades em que não são verificadas divisões de classes, dois são seus aspectos fundamentais: i) elas são organizadas para que não haja tal divisão; e, assim, ii) o poder político não é exercido por meio do mando e da obediência, de modo que as diferenças entre os humanos não estabelece uma cisão na qual uns são subordinados a outros. O modo pelo qual esse poder se configura pode sugerir, portanto, o ponto de investigação da origem do estranhamento.

produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos: ele engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens. Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação, para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho a atividade não própria deste.¹³⁴

Com a passagem acima, Marx reforça que o *estranhamento* do trabalhador perante o conjunto da sua atividade prática tanto produz a sua relação com o objeto, com o ato de produção, com os outros humanos enquanto estranhos e “inimigos”, quanto também produz a relação de determinada parcela dos humanos para com o resultado e o ato da sua atividade. O que resulta na propriedade privada, em suas mais variadas versões, *ser consequência* do *estranhamento* do homem perante o conjunto da sua atividade prática:

Através do trabalho estranhado, exteriorizado, o trabalho engendra, portanto, a relação de alguém estranho ao trabalho – do homem situado fora dele – com este trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) com o trabalho. / A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. / A propriedade privada resulta portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado.¹³⁵

Nessa assertiva, Marx apresenta o necessário outro do homem restrito à sua atividade prática: o proprietário do resultado do trabalho. Esse outro, por sua vez, assume diversas formas, a depender da maneira como se desdobra o *estranhamento* do humano em atividade prática diante de suas dimensões de vida. No caso da sociedade burguesa, trata-se do detentor do capital que, nos termos acima, detém a objetividade *estranha e exterior*. A propriedade privada em sua forma burguesa é, portanto, consequência do fundamento das relações sociais em que os homens estão fraturados (no caso desta sociedade em duas classes): o *estranhamento* do homem do seu trabalho.

O resultado da análise de Marx é justamente o contrário, recorda o autor, da relação de implicação à qual a análise da economia política chega. Nas palavras do autor:

¹³⁴Conforme Marx, (2004, p.87, sublinhado nosso).

¹³⁵Conforme Marx, (*Ibid.*).

Herdamos certamente o conceito de trabalho exteriorizado (de vida exteriorizada) da economia nacional como resultado do movimento da propriedade privada. Mas evidencia-se na análise desse conceito que, se a propriedade privada aparece como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado, ela é antes *uma consequência do mesmo*, assim como também os deuses são, originalmente, não a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano. Mais tarde esta relação se transforma em ação recíproca. / Somente no derradeiro ponto de culminância do desenvolvimento da propriedade privada vem à tona novamente este seu mistério, qual seja: que é, por um lado, o *produto* do trabalho exteriorizado e, em segundo lugar, que é o *meio* através do qual o trabalho se exterioriza, a *realização desta exteriorização*.¹³⁶

A propriedade privada ser consequência do *estranhamento* do humano de seu trabalho, cujo desdobramento é estranhá-lo das outras dimensões de sua vida, não significa que a propriedade privada não retroaja sobre seu fundamento. Em outros termos, não se trata de uma relação linear de causa e efeito, pois, uma vez estabelecida uma cisão entre os homens, ambos os lados produzem efeitos um sobre o outro, de modo a se condicionarem mutuamente. Por essa razão, a demonstração de Marx de que o *estranhamento* é o fundamento das relações sociais em que os humanos estão cindidos, faz do estranhamento a moldura do quadro de relações da sociedade na qual os humanos estão divididos em proprietários e trabalhadores. Na sociedade burguesa, esta fratura se apresenta na cisão entre detentores da propriedade privada móvel e trabalhadores assalariados.

Essa demonstração se realizou a partir da análise do trabalho como definidor da posição social dos humanos. O que deixou de lado o exame da natureza do *estranhamento* do possuidor de objetividades com as objetividades constituídas pelo humano estranhado do conjunto da sua atividade prática, do gênero humano e dos demais homens. Ciente desta falta, Marx apontou a necessidade de desenvolver o *estranhamento* do possuidor de objetividades,¹³⁷ porém não elaborou esse aspecto.

Embora não tenha dissertado sobre o tema, sugere-se que o autor indicou o caráter desta relação ao apontar para o fato de que os detentores das objetividades apenas *têm* os objetos, de modo que a riqueza permanece um atributo do mundo objetivo – externo e estranho. Em outras palavras, por não serem produzidas em função do enriquecimento humanos, à proporção que são incorporados, a riqueza é fruída pelos seus possuidores na forma do *ter* e, assim,

¹³⁶ Conforme Marx (2004, p.87-88, grifos do autor).

¹³⁷ Conforme Marx (2004, p.87; p.90).

eles não se apropriam dessa riqueza.¹³⁸ Esse aspecto será desenvolvido na seção seguinte. Nesta altura do argumento, cabe destacar que, se o *estranhamento* não se refere somente ao humano em sua atividade prática, o *estranhamento* atinge o conjunto das relações humanas, embora esteja alicerçado na relação do homem com o seu trabalho.

A partir da argumentação nesta seção, observa-se que a superação do *estranhamento* do humano do conjunto de seu trabalho, do seu gênero e de sua relação consigo exige, segundo Marx, transformar a relação entre os homens. Em primeiro lugar, trata-se de revolucionar a relação do humano com o conjunto da sua atividade prática, uma vez que o modo de trabalho é consequência de determinado padrão de relação social.

Com a finalidade de qualificar a proposta de transformação expressada por Marx, cabe discutir sua compreensão acerca da especificidade do humano: sua qualidade de ser social ou sua *essência humana*. Isso porque o autor afirma ser o *estranhamento* possível por causa das relações entre os humanos como seres sociais, ao invés de resultar dos desígnios divinos.

Ao reforçar o caráter mundano da cisão entre os homens, o autor propõe a superação desta cisão, nos **Manuscritos**, pela realização da essência humana. A seguir, será recuperada a argumentação do autor sobre essa essência, bem como a proposta de superação do *estranhamento* decorrente desta compreensão. Com essa recuperação, pretende-se demonstrar que o conceito de riqueza de Marx, nos **Manuscritos**, implica o desenvolvimento humano para além da *fruição imediata* das objetividades.

¹³⁸Conforme Marx (2004, p.157-161).

2.2. A Essência Humana da Sociedade Burguesa

A seção anterior apresentou o fundamento da sociedade burguesa nos **Manuscritos**: o *estranhamento* do humano de sua atividade prática. Expôs-se o *estranhamento* pelo exame da condição do humano na posição de trabalhador, de modo a mostrar como essa condição tem por polo oposto a posição do proprietário – também estranhado de sua própria atividade – e, uma vez que os humanos estão cindidos e se relacionam nestes termos, cada polo exerce efeito sobre o outro.

Para demonstrar a origem humana do estranhamento do homem de sua atividade prática, Marx afirma a especificidade do ser humano, a qual denomina de *essência humana*. O autor realiza essa discussão tanto para refutar o caráter divino da relação de *estranhamento*, como para apontar a maneira de superação desta relação como uma transformação das relações sociais pelos próprios homens a fim de realizarem sua essência.

As assertivas de Marx sobre o caráter mundano da *essência humana* e sobre a forma de realização dessa essência se encontram esparsas ao longo do manuscrito. Ora compõem sua argumentação sobre o estranhamento, ora estão em suas retomadas da crítica da economia política; em outros trechos se conjugam com suas formulações sobre o dinheiro ou com a sua crítica à filosofia hegeliana.¹³⁹ Entretanto, esses trechos apresentam, mesmo na forma de aforisma, a concepção do autor de *essência humana* e, por certo, ilustram o ponto de partida da crítica de Marx à sociedade burguesa e da proposta de sua superação: o humano como senhor de si mesmo. Tais argumentos, por seu turno, são reveladores da concepção de Marx sobre a riqueza e a pobreza na sociedade burguesa, bem como o modo de sua superação enquanto categorias sociais.

Para a compreensão da concepção do autor de *essência humana*, o presente trabalho recupera a passagem na qual o autor aborda o *estranhamento* do humano para com o seu gênero. Isso porque, para qualificar do que o humano se estranha e o que aparece como exterior, faz-se necessário explorar a razão pela qual o humano é um ser genérico. Na perspectiva de Marx,

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha o homem e a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]. Faz-lhe da *vida genérica* apenas um meio de vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua

¹³⁹Conforme Marx (2004, p.83-85; p.109-111; p.127-128; p.157-161).

abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada./ Pois primeiramente o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de *manutenção* da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de um *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como *meio de vida*.¹⁴⁰

Se o *estranhamento* faz da vida humana meio para a vida individual, uma vez que faz da atividade produtiva apenas meio para a manutenção da existência física do trabalhador, tem-se a limitação da vida genérica porque a atividade vital qualificadora do caráter genérico do humano é a sua *atividade consciente livre*. Por essa razão, a redução de sua atividade vital à meio de vida produz um homem estranhado e externo ao seu gênero.

A atividade consciente livre é qualificada por Marx com referência aos demais animais que, embora componham com o humano um gênero distinto com relação à natureza inorgânica¹⁴¹, são diferentes do gênero humano. Essa diferença ocorre, segundo o autor, em razão do modo da atividade vital de cada um dos seres:

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis porque a sua atividade é atividade livre. O trabalho

¹⁴⁰Conforme Marx, (2004, p.84, grifos do autor, sublinhado nosso).

¹⁴¹Não se trata, para Marx, de tomar a natureza como simples objeto, e sim de considerar a natureza como constituinte do humano e, assim, a natureza é objeto da ação humana no mesmo sentido que sua própria vida. Por conseguinte, a distinção entre humano e natureza não configura, para Marx, que cada um dos seres são objetos uns para os outros. Essa forma da relação entre os seres é típica das sociedades fundadas no *estranhamento*. Para o autor, a relação entre os seres se configura na forma da unidade entre o sujeito e o objeto. Nesta direção, o próprio Marx (2004, p.84) afirma que tanto o humano quanto os demais animais têm na natureza inorgânica o seu corpo inorgânico, pois sua atividade vital ocorre sobre este corpo e nos limites dados por esse corpo, de forma que, se a vida humana (e animal) exige o processo contínuo com a natureza, sua vida física e mental está interconectada com a natureza. Disso se desdobra, segue Marx, que a natureza está conectada consigo mesma, haja vista que tanto os homens quanto os animais são parte da natureza: “A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz etc., formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão –, forma também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza”.

estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência*.¹⁴²

Na passagem acima, Marx define a *atividade consciente livre* como uma característica particular ao humano por esse não coincidir imediatamente com determinada atividade. Ao invés de estar limitada à determinada atividade vital, a atividade vital humana tem a si própria como objeto: o humano transforma a si mesmo, sua existência e o mundo a sua volta à proporção em que transforma sua atividade vital.¹⁴³ Em outras palavras, porque o humano determina a própria atividade vital, tal atividade não está restrita à adaptação às suas determinações naturais imediatas, mas sim tem na transformação *consciente* de si e do mundo à sua volta, a sua forma de existência:

O engendrar prático de um *mundo objetivo*, a *elaboração* da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico. É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem produz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto. O animal forma apenas segundo a medida e a carência da *species* à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer *species*, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto.../ Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a *sua obra* e a sua efetividade. O objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Consequentemente, quando arranca do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza.¹⁴⁴

A partir deste conjunto de passagens de Marx, sugere-se que a *essência humana* está na característica fundante da atividade vital do humano – o livre agir

¹⁴²Conforme Marx, (2004, p.84-85, grifos do autor, sublinhado nosso).

¹⁴³Isso não significa dotar o agir humano de uma compulsão pela transformação. Tal compulsão somente existe na sociedade do capital. A demonstração disso ocorrerá na próxima parte do trabalho, mas coube adiantar essa ressalva porque é objeto de incompreensão dos leitores correntes de Marx.

¹⁴⁴Conforme Marx, (2004, p.85, grifos do autor, sublinhado nosso).

consciente sobre si mesmo e sobre o mundo a sua volta – ao contrário de resultar da providência divina. Sobre essa *essência humana* estão erigidas as sociedades assentadas no *estranhamento*, uma vez que estas sociedades fazem da essência humana somente o *meio* para a existência do humano. Em outros termos, ao invés de a atividade humana configurar a sua própria existência por meio da produção de objetividades enriquecedoras dos humanos, configuram a sua existência à produção e à posse de objetividades estranhas e exteriores. O que estabelece o enriquecimento do mundo objetivo estranho e exterior aos humanos em detrimento dos homens.¹⁴⁵

Essa forma de efetivação da essência humana, na sociedade burguesa, aparece na forma da propriedade privada móvel, sendo a sua configuração a seguinte: conforme o humano na posição de trabalhador (assalariado) consegue trabalhar, alcança os meios para existir enquanto produtor de mercadorias – i.e., de uma das formas de objetividades estranhadas e exteriores – e, porque ao se objetivar essa objetivação vem a ser um objeto estranho para si, sua *externação* de vida passa a ser *exteriorização* de vida usufruída por outro. Por essa razão, a propriedade privada – seja na sua forma móvel, característica da sociedade burguesa, seja na sua forma imóvel, típica da sociedade feudal, seja na sua forma de capitalista abstrato, proposta por Proudhon – expressa o homem devir objetivo ao mesmo tempo em que devém objeto estranho e desumanizado. Noutros termos, porque a afirmação do homem enquanto ser – i.e., sua objetivação – é externa e estranha, nega o desenvolvimento do ser em favor dessas objetividades:

(...) assim como a *propriedade privada* é apenas a expressão sensível de que o homem se torna simultaneamente *objetivo* para si e simultaneamente se torna antes um objeto estranho e não humano, que sua externação de vida é sua exteriorização de vida, sua efetivação a negação da efetivação, uma efetividade *estranha*, assim a supra-sunção positiva da propriedade privada, ou seja, a *apropriação sensível* da essência e da vida humanas, do ser humano objetivo, da *obra* humana para e pelo homem, não pode ser apreendida apenas no sentido da *fruição imediata*, unilateral, não somente no sentido da *posse*, no sentido do *ter*.¹⁴⁶

¹⁴⁵Cabe ressaltar que essa passagem, mesmo na forma de aforisma, tanto enquadra o problema da essência humana em termos terrenos e não mais divinos, quanto aborda os meandros da formação do *ser social*, ao qual Marx (2004, p.109-111) retorna quando aborda o caráter social dos sentidos humanos. Desenvolver esse aspecto foge ao escopo do presente trabalho. Para apreciação detida do tema, devem ser recordados os trabalhos de György Lukács (2013), pioneiro no tratamento detalhado desta temática no campo dos estudiosos de Marx e o estudo de Roy Bhaskar (2005).

¹⁴⁶Ver Marx (2004, p.108, grifos do autor, sublinhado nosso).

Se a *essência humana* é o homem senhor de si mesmo e o *estranhamento* transforma a realização desta essência, para determinada parcela dos humanos, na constituição da riqueza objetiva fruída por outra parte dos humanos, a superação do *estranhamento* exige repor a objetivação consciente como enriquecimento do humano.

Na sociedade burguesa, na qual predomina a propriedade privada móvel e o trabalho assalariado, a solução não pode ser somente a apropriação das objetivações por meio da generalização da propriedade privada, até porque, esta última é consequência da atividade produtiva humana enquanto atividade estranha e exterior. Dito de outro modo, para os humanos virem a se relacionar com suas objetividades enquanto formadoras dos seus sentidos, incrementadoras de sua existência e, com isso, promotoras da realização de suas *individualidades*¹⁴⁷, os humanos não podem se reduzir à relação de possuidores destas objetividades, de modo que as objetividades devem ser incorporadas e, com isso, desenvolver suas capacidades.¹⁴⁸

Para ilustrar o motivo pelo qual a relação de posse dos homens para com suas objetividades obliterar o enriquecimento humano, deve-se recordar a seguinte passagem de Marx:

O *comunismo* é (...) a expressão *positiva* da propriedade privada supressumida, acima de tudo a propriedade privada *universal*. Ao apreender esta relação em sua *universalidade*, ele é 1) só uma *generalização* e *aperfeiçoamento* da mesma em sua primeira figura; como tal, mostra-se em sua figura duplicada: uma vez o domínio da propriedade *coisa* é tão grande frente a ele que ele quer aniquilar *tudo* que não é capaz de ser possuído por todos como *propriedade privada*; ele quer abstrair de um modo *violento* do talento etc.; a *posse* imediata, física, lhe vale como a finalidade única da vida e da existência; a determinação de *trabalhador* não é supressumida, mas estendida a todos os homens; a relação da propriedade privada permanece [sendo] a relação da comunidade com o mundo das coisas; finalmente, este movimento de contrapor a propriedade privada universal à propriedade privada se exprime na forma animal na qual o *casamento* (que é certamente *uma forma de propriedade privada exclusiva*) é contraposto à

¹⁴⁷ Sobre a realização da “individualidade”, deve-se recordar que o uso de Marx do termo difere de seu uso moderno, no qual os indivíduos são compreendidos como plenamente autônomos e a sociedade é tão somente uma restrição a essa autonomia. Para Marx, conforme argumentação adiante, os indivíduos são sempre indivíduos sociais, que agem e estão imersos em relações sociais, sendo sua existência humana avalizada somente no interior das relações sociais, nas quais podem se reconhecer enquanto seres sociais ou somente enquanto animais de trabalho ou possuidores de objetividades. Para diferenciar a concepção de Marx de “individualidade”, Basso (2012, p.1-22) sugere o uso do termo “singularidade”, de modo que, tanto se evita o individualismo metodológico quanto as noções coletivistas, nas quais o indivíduo deve se submeter aos ditames do coletivo.

¹⁴⁸ Embora essa redução seja um ponto de passagem necessário, segundo Marx (2004, 108-109, grifos do autor), para a recuperação da essência humana: “o lugar *de todos* os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples *estranhamento* de todos esses sentidos, pelo sentido do *ter*. A esta absoluta miséria tinha de ser reduzida a essência humana, para com isso trazer para fora de si sua riqueza interior”.

comunidade das mulheres, no qual a mulher vem a ser, portanto, uma propriedade *comunitária* e *comum*. Pode-se dizer que esta ideia da *comunidade das mulheres* é o *segredo expresso* deste comunismo ainda totalmente rude e irrefletido.

Realizar a superação da propriedade privada pela transformação da relação de todos os homens na relação do proprietário privado com as objetividades postas pelo trabalhador assalariado, ainda mantém o próprio fundamento da propriedade privada, pois, a objetividade, ao permanecer estranha e externa ao humano, toma a forma de coisa a ser possuída, tida junta de si, imediatamente, por todos.¹⁴⁹

Neste particular, o exemplo de Marx é extremamente fecundo, justamente porque a superação da relação entre o homem e a mulher enquanto a relação de propriedade do homem sobre a mulher não significa generalizar essa relação, de modo que todos os homens possam *ter*, como objetos estranhos e externos para seu usufruto imediato, todas as mulheres; mas sim cabe a emancipação da própria mulher (e, acrescenta-se, pela a própria mulher) dessa relação – i.e., a superação da sua condição de objeto.

Assim como a mulher sai do casamento e entra na prostituição universal, também o mundo inteiro da riqueza, isto é, da essência objetiva do homem, caminha da relação de casamento exclusivo com o proprietário privado em direção à relação de prostituição universal com a comunidade. Este comunismo – que por toda a parte nega a *personalidade* do homem – é precisamente apenas a expressão consequente da propriedade privada, que por sua vez é esta negação. (...) Quão pouco esta supra-sunção da propriedade privada é uma apropriação efetiva prova-o precisamente a negação abstrata do mundo inteiro da cultura e da civilização; o retorno à simplicidade *não natural* do ser humano *pobre* e sem carência que não ultrapassou a propriedade privada, nem mesmo até ela chegou. / A comunidade é apenas uma comunidade do *trabalho* e da igualdade do *salário* que o capital comunitário, a *comunidade* enquanto o capitalista universal, paga. Ambos os lados da relação estão elevados a uma universalidade *representada*, o *trabalho* como determinação na qual cada um está posto, o *capital* enquanto a universalidade reconhecida e [como] poder da comunidade. / Na relação com a *mulher* como *presa* e criada da volúpia comunitária está expressa a degradação infinita na qual o ser humano existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem a sua expressão *inequívoca*, decisiva, *evidente*, desvendada, na relação do

¹⁴⁹ A esse respeito, cabe o seguinte trecho de Marx (2004, p.105, grifos do autor): “O *comunismo* na condição de supra-sunção (*Aufhebung*) positiva da propriedade privada, enquanto *estranhamento-de-si humano*, e por isso enquanto *apropriação* efetiva da essência *humana* pelo e para o homem. Por isso, trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem *social*, isto é, humano”. Neste ponto, trata-se de o comunismo criar as condições a partir das quais a objetivação do humano não mais se mantem externa e estranha, de modo que o inicial caráter exterior do objeto e a estranheza inicial do humano perante o resultado de sua atividade não são mantidos, mas sim superados na medida em que os objetos são incorporados – i.e., apropriados –, ao invés de serem somente tidos.

*homem com a mulher e no modo como é apreendida a relação genérica imediata, natural.*¹⁵⁰

De acordo com os trechos acima, a superação das sociedades fundadas no *estranhamento* exige a transformação da própria atividade prática humana, origem deste fundamento. Tal mudança radical, contudo, não significa retornar a uma condição anterior, pretensamente natural do humano. Em verdade, trata-se de operar a transformação a partir das condições legadas pela sociedade da propriedade privada móvel e do trabalho assalariado – i.e., a sociedade burguesa – a fim de fazer da atividade humana a incorporação, o avanço do humano sobre si mesmo, com vistas a constituir um mundo para si, para a efetivação de sua *individualidade*. A transformação sugerida por Marx, portanto, exige um novo modo de trabalho, fundante de uma relação com os objetos enquanto partes dos homens e destes em comunidade, e não somente enquanto posse uns dos outros – tidos somente como “meios” para a produção¹⁵¹.

Sobre esse aspecto, cabe recordar a crítica de Marx à Proudhon, pois se a transformação do modo de trabalho não exige, para Marx, a universalização da posse, tampouco significa universalizar a condição de trabalhador:

A economia nacional parte do trabalho como [sendo] propriamente a alma da produção, e, apesar disso, nada concede ao trabalho e tudo à

¹⁵⁰Conforme Marx, (2004, p.103-104). O autor (*Ibid.*, p.104-105, grifos do autor) retoma a relação do homem com a mulher para explicar a forma da superação não por acaso, mas porque “relação imediata, natural, necessária, do homem com o homem é a *relação do homem com a mulher*. Nesta relação genérica *natural* a relação do homem com a natureza é imediatamente a sua relação com a natureza, a sua própria determinação *natural*. Nesta relação *fica sensivelmente claro* portanto, e reduzido a um *factum* intuitivo, até que ponto a essência humana veio a ser para o homem natureza ou a natureza [veio a ser] essência humana do homem. A partir desta relação pode-se julgar, portanto, o completo nível de formação do homem. Do caráter desta relação segue-se até que ponto o ser *humano* veio a ser e se apreendeu como *ser genérico*, como *ser humano*; a relação do homem com a mulher é a relação *mais natural* do ser humano com o ser humano. Nessa relação se mostra também até que ponto a essência *humana* se tornou para ele essência *natural*, até que ponto a sua *natureza humana* tornou-se para ele *natureza*. Nesta relação também se mostra até que ponto a carência do ser humano se tornou carência *humana* para ele, portanto, até que ponto o *outro* ser humano como ser humano se tornou uma carência para ele, até que ponto ele, em sua existência mais individual, é ao mesmo tempo coletividade”.

¹⁵¹Marx (2004, p.111-112) retorna a esse ponto quando nota a importância do desenvolvimento das ciências naturais e da indústria: “A *indústria* é a relação histórica *efetiva* da natureza e, portanto, da ciência natural com o homem; por isso, se ela é apreendida como revelação *exotérica* das *forças essenciais* humanas, então também a essência *humana* da natureza ou a essência *natural* do homem é compreendida dessa forma, e por isso a ciência natural perde a sua orientação abstratamente material, ou antes idealista, tornando-se a base da ciência *humana*, como agora já se tornou – ainda que em figura estranhada – a base da vida efetivamente humana; uma *outra* base para a vida, uma outra para a *ciência* é de antemão uma mentira.”. Para o autor, a ciência enquanto conhecimento da verdade do objeto permite compreender a criação de objetividade pelos homens como um resultado também da união entre indústria e ciência natural, de modo que as forças essenciais humanas possibilitam a criação de um mundo novo. Essas forças essenciais humanas podem ser compreendidas como as forças produtivas, não como tecnologias, mas sim como a produção da vida humana; ainda que para muitos homens essa produção signifique a desumanização. Ainda no mesmo parágrafo, completa Marx: “A natureza que vem a ser na história humana – no ato de surgimento da história humana – é a natureza *efetiva* do homem, por isso a natureza, assim como vem a ser por intermédio da indústria, ainda que em figura *estranhada*, é a natureza *antropológica* verdadeira”. A natureza enquanto parte do domínio humano, i.e., parte do homem e meio sobre o qual elabora a si mesmo, de modo a gerar um mundo não presidido pelo livre curso da natureza.

propriedade privada. Proudhon, a partir desta contradição, concluiu em favor do trabalho [e] contra a propriedade privada. Nós reconhecemos, porém, que esta aparente contradição é a contradição do trabalho estranhado consigo mesmo, e que a economia nacional apenas enunciou as leis do trabalho estranhado./ Por isso também reconhecemos que salário e propriedade privada são idênticos, pois o salário (onde o produto, o objeto do trabalho, paga o próprio trabalho) é somente uma consequência necessária do estranhamento do trabalho, assim como no salário também o trabalho aparece não como fim em si, mas como o servidor do salário. Desenvolveremos isso mais tarde e agora apenas nos limitamos a deduzir algumas consequências. / Uma violenta elevação do salário (abstraindo de todas as outras dificuldades, abstraindo que, como uma anomalia, ela também só será mantida com violência) nada mais seria além de um melhor assalariamento do escravo e não teria conquistado nem ao trabalhador nem ao trabalho a sua dignidade e determinação humanas. / Mesmo a igualdade de salários, como quer Proudhon, transforma somente a relação do trabalhador contemporâneo com o seu trabalho na relação de todos os homens com o trabalho. A sociedade é, nesse caso, compreendida como um capitalista abstrato. / Salário é uma consequência imediata do trabalho estranhado, e o trabalho estranhado é a causa imediata da propriedade privada. Consequentemente, com um dos lados tem também de cair o outro.¹⁵²

Ao invés de tomar a posição do trabalhador por meio da igualdade dos salários, Marx sugere a abolição do salário – e, para isso, do trabalho como definidor da posição social – enquanto a forma de superação da sociedade burguesa, uma vez que, por ser uma das formas de manutenção da relação de *estranhamento* dos humanos de suas atividades, tem por base um modo de trabalho – i.e., fabril – no qual o objeto cede ao seu produtor uma parcela do mundo objetivo externo e estranho, na medida necessária à manutenção do trabalhador enquanto capaz de engendrar o crescimento da riqueza do mundo objetivo. Por consequência, caso a relação salarial seja generalizada, permanece o estranhamento dos homens do conjunto de suas atividades, do seu gênero e de si mesmo e, assim, mantêm-se o necessário outro desta relação, o poder objetivo independente – i.e., o capital. Por serem todos trabalhadores, tem-se que esse poder é exercido não por outro homem, mas pela “sociedade”, na forma de um capitalista abstrato que, ao pairar sobre todos os homens, somente repõe a cisão entre eles em outros termos.

Diante desse quadro, sugere-se que Marx afirma não ser possível superar o fundamento da sociedade burguesa por meio da universalização de um dos lados da relação, porque o estranhamento molda a relação social na qual uns são proprietários do capital e outros são trabalhadores assalariados, do mesmo modo como subjaz às relações sociais em que parcela dos humanos está restrita à

¹⁵²Conforme Marx, (2004, p.88, sublinhado nosso).

atividade prática humana e outra parcela *detém* os resultados desta atividade. Como proposta de superação do estranhamento do humano de suas atividades, o autor sugere fazer da atividade do homem o avançar sobre si mesmo, formando o mundo para si e em consonância com a efetivação de sua *individualidade*.

(...) o homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto como um homem total. Cada uma das suas relações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade *humana*; seu comportamento para com o objeto é o *acionamento da efetividade humana* (por isso ela é precisamente tão múltiplice quanto múltiplices são as *determinações essenciais e atividades humanas*), *eficiência* humana e *sofrimento* humano, pois o sofrimento, humanamente apreendido, é uma autofruição do ser humano.¹⁵³

O homem desenvolvido na multiplicidade de suas relações com o mundo a sua volta e com si próprio é o homem que incorpora o objeto e o ato de objetivação como parte de si mesmo, de maneira a se apropriar da própria constituição da sua vida. Vida esta que se efetiva no *ser*, na realização das suas qualidades individuais, enquanto partes formadoras do gênero humano; portanto, vida efetiva na forma do *ser social* que se reconhece enquanto tal. Essa vida em comunidade, por seu turno, não significa a relação coletiva imediata e sim o não-estranhamento dos homens consigo mesmos e, por isso, com o mundo exterior sensível, de modo que tanto um quanto o outro deixam de ser objetos para a vida.¹⁵⁴

¹⁵³ Conforme Marx, (2004, p.108, grifos do autor).

¹⁵⁴ Sobre o *ser social* e a sua realização enquanto parte da vida genérica não significarem tão somente relações comunitárias imediatas, cabe recordar as seguintes passagens de Marx (2004, p.107, grifos do autor): "A atividade social e a fruição social de modo algum existem *unicamente* na forma de uma atividade *imediatamente* comunitária e de uma fruição *imediatamente comunitária*, ainda que a atividade *comunitária* e a fruição *comunitária*, isto é, a atividade e a fruição que imediatamente, em *sociedade efetiva* com outros homens, se externam e confirmam, efetuar-se-ão em toda parte onde aquela expressão *imediate* da sociabilidade se fundamenta na essência do seu conteúdo e esteja conforme à sua natureza. / Posto que também sou *cientificamente* ativo etc., uma atividade que raramente posso realizar em comunidade imediata com outros, então sou ativo *somente* porque [o sou] enquanto *homem*. Não apenas o material da minha atividade – como a própria língua na qual o pensador é ativo – me é dado como produto social, a minha *própria* existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social. / Minha consciência *universal* é apenas a figura *teórica* daquilo de que a coletividade *real*, o ser social, é a figura *viva*, ao passo que hoje em dia a consciência *universal* é uma abstração da via efetiva e como tal se defronta hostilmente a ela. Por isso, também a *atividade* da minha consciência universal – enquanto uma tal [atividade] – é minha existência *teórica* enquanto ser social. / Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a 'sociedade' como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal*".

Tal forma de vida contrasta com a vida na sociedade burguesa – e, por conseguinte, com a riqueza nesta sociedade –, na qual o homem é reconhecido pelo que *tem*, de modo que sua relação com os outros homens e com a natureza – ou seja, com as objetividades externas e estranhas –, reduz-se a relação do uso imediato para ampliar a acumulação de “trabalho morto”:

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o *nosso* [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, *usado*. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como *meios de vida*, a vida, à qual servem de meio, é a *vida da propriedade privada*: trabalho e capitalização.¹⁵⁵

Somente com o uso, com a posse como meio de vida, os homens se relacionam com as objetividades, de modo que a *individualidade* não se apresenta, mas sim estão, lado a lado, a objetivação (externa e estranha) de diversos indivíduos e os indivíduos que fruem essas objetividades, ambos *carentes* de humanidade. Por essa razão, o humano é reduzido a meio para o enriquecimento de um mundo objetivo que o oprime, seja na posição de trabalhador assalariado seja na posição de proprietário, de modo que a única *carência* percebida é a de fazer do outro meio para formar novas objetividades – externas e estranhas.

(...) no interior da propriedade privada (...) {c}ada homem especula sobre como criar no outro uma *nova* carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de *fruição* e, por isso, de ruína econômica. Cada qual procura criar uma força essencial *estranha* sobre o outro, para encontrar aí a satisfação de sua própria carência egoísta. Com a massa dos objetos cresce, por isso, o império do ser estranho ao qual o homem está submetido e cada novo produto é uma nova *potência* da recíproca fraude e da recíproca pilhagem. O homem se torna cada vez mais pobre enquanto homem, carece cada vez mais de *dinheiro* para se apoderar do ser hostil, e o poder de seu *dinheiro* cai precisamente na relação inversa da massa de produção, ou seja, cresce sua penúria à medida que aumenta o *poder* do dinheiro.– A carência de dinheiro é, por isso, a verdadeira carência produzida pela economia nacional e a única carência que ela produz. – A *quantidade* de dinheiro se torna cada vez mais seu único atributo *poderoso*; assim como ele reduz todo o ser à sua abstração, reduz-se ele em seu próprio movimento a ser *quantitativo*. A *imoderação* e o *descomedimento* tornam-se a sua verdadeira medida..../ Subjetivamente mesmo isto aparece, em parte, porque a expansão dos produtos e das carências o torna escravo *inventivo* e continuamente *calculista* de desejos não humanos, requintados, não naturais e *pretensiosos*...”.¹⁵⁶

¹⁵⁵Conforme Marx, (2004, p.108, grifos do autor). A diferença entre a sociabilidade humana pautada pelo *ter* ou pelo *ser* enquanto parte constitutiva do argumento de Marx nos **Manuscritos** fora notada por Eric Fromm (1968).

¹⁵⁶Conforme Marx, (2004, p.139-140, grifos do autor).

Para ilustrar a relação do trabalhador e do proprietário com as objetividades, cabe recordar o significado do dinheiro na sociedade estruturada desse modo. Por ser o meio para acessar a riqueza objetiva, o dinheiro contém em si, na forma abstrata e exterior aos homens, as capacidades humanas, uma vez que por meio de sua posse (*ter*) pode-se atingir as objetividades – no caso da sociedade burguesa, a riqueza material coisal, na qual a forma de coisa é a forma mercadoria.¹⁵⁷

Ao conter as capacidades humanas, o dinheiro dota o seu possuidor da *necessidade* – tanto do ponto de vista da representação quanto do ponto de vista da efetividade – de modo que as *necessidades* do possuidor do dinheiro têm existência social porque ele possui as capacidades humanas, na forma do acesso à riqueza objetiva, e, por isso, na forma da fruição imediata.¹⁵⁸ Àqueles desprovidos de dinheiro, por outro lado, não possuem necessidade alguma, justamente porque não estão de posse da capacidade humana que permite acessar as objetividades provenientes destas capacidades.

Observa-se, pelo acima exposto, que tanto a riqueza se expressa na forma de objetividades estranhas e exteriores, quanto as *necessidades* humanas são aquelas conformadas à posse dos meios para usufruir, imediatamente, dessas objetividades. Outras necessidades, por mais que sejam prementes e partam dos homens, não figuram como necessidades sociais, pois a capacidade humana está alijada dos próprios homens e fixada no dinheiro.

¹⁵⁷Como observa Marx (2004, p.157, grifos do autor): “O *dinheiro*, na medida em que possui o *atributo* de tudo comprar, na medida em que possui o atributo de se apropriar de todos os objetos, é, portanto, o *objeto* enquanto posseção eminente. A universalidade de seu *atributo* é a onipotência de seu ser; ele vale, por isso, como ser onipotente... O dinheiro é o *alcoviteiro* entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem. Mas o que medeia a *minha* vida para mim, *medeia-me* também a existência de outro homem para mim. Isto é para mim o *outro* homem...”.

¹⁵⁸Nesse ponto, recorda-se a seguinte passagem de Marx (2004, p.159, grifos do autor): “O que é para mim pelo *dinheiro*, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso *sou eu*, o possuidor do próprio dinheiro. Tão grande quanto a força do dinheiro é a minha força. As qualidades do dinheiro são minhas – [de] seu possuidor – qualidades e forças essenciais. O que eu *sou* e *consigo* não é determinado de modo algum, portanto, pela minha individualidade. Sou *feio*, mas posso comprar para mim a *mais bela* mulher. Portanto, não sou *feio*, pois o efeito da *fealdade*, sua força repelente, é anulado pelo dinheiro. Eu sou – segundo minha individualidade – *coxo*, mas o dinheiro me proporciona vinte e quatro pés; não sou, portanto coxo; sou um ser humano mau, sem honra, sem escrúpulos, sem espírito, mas o dinheiro é honrado e, portanto, também o seu possuidor. O dinheiro é o bem supremo, logo, é bom também o seu possuidor, o dinheiro me isenta do trabalho de ser desonesto, sou, portanto, presumido honesto; sou *tedioso*, mas o dinheiro é o *espírito real* de todas as coisas, como poderia seu possuidor ser tedioso? Além disso, ele pode comprar para si as pessoas ricas de espírito, e quem tem o poder sobre os ricos de espírito, não é ele mais rico de espírito do que o rico de espírito? Eu, que por intermédio do dinheiro consigo *tudo* o que no coração humano deseja, não possuo, eu, todas as capacidades humanas? Meu dinheiro não transforma, portanto, todas as minhas incapacidades no seu contrário?”.

Efetivada em um objeto estranho e exterior, o dinheiro, tem-se que são necessitados aqueles homens “capazes”, porém, sua capacidade não está vinculada à sua *individualidade* e sim à quantidade de dinheiro em seu bolso. Essa forma de expressão material do estranhamento é abordada por Marx nos seguintes termos:

Eu, se não tenho dinheiro para viajar, não tenho *necessidade* alguma, isto é, nenhuma necessidade efetiva e efetivando-se de viajar. Eu, se tenho *vocação* para estudar, mas não tenho dinheiro algum para isso, não tenho *nenhuma* vocação para estudar, isto é, nenhuma vocação efetiva, *verdadeira*. Se eu, ao contrário, não tenho realmente *nenhuma* vocação para estudar, mas tenho a vontade e o dinheiro, tenho para isso uma vocação efetiva. O *dinheiro* – enquanto exterior, não oriundo do homem enquanto homem, nem da sociedade humana enquanto sociedade –, *meio* e *capacidade* universais, faz da *representação efetividade* e da *efetividade uma pura representação*, transforma igualmente as forças *essenciais humanas efetivas e naturais* em puras representações abstratas e, por isso, em *imperfeições*, angustiantes fantasias, assim como, por outro lado, transforma as efetivas *imperfeições e fantasias*, as suas forças essenciais realmente impotentes que só existem na imaginação do indivíduo, em *forças essenciais efetivas e efetiva capacidade*. Já segundo esta determinação o dinheiro é, portanto, a inversão universal das individualidades, que ele converte no seu contrário e que acrescenta aos seus atributos contraditórios.¹⁵⁹

A sociedade na qual a riqueza está representada no dinheiro, de modo que os humanos são na medida em que têm dinheiro, tem sua riqueza fundada na restrição tanto de parcela dos homens à condição produtores de objetividades estranhas e exteriores quanto dos proprietários destas objetividades à condição de possuidores das objetividades. Por essa razão, o “estranhamento com o sistema do dinheiro” tem origem no *estranhamento* do homem do conjunto de sua atividade, de modo que a superação deste sistema de estranhamentos exige a efetivação da riqueza propriamente humana – i.e., a efetivação do próprio homem junto aos demais, reconhecendo-os como partes dele e numa relação não fraturada com os demais homens.¹⁶⁰

Vê-se como o lugar da *riqueza* e da *miséria* nacional-econômicas é ocupado pelo *homem rico* e pela necessidade (*Bedürfnis*) humana rica. O homem rico é simultaneamente o homem *carente* de uma totalidade de manifestações humanas de vida. O homem, no qual a sua efetivação própria existe como necessidade (*Notwendigkeit*) interior, como falta. Não é a *riqueza*, também a *pobreza* do homem consegue na mesma medida – sob o pressuposto do socialismo – uma significação *humana* e, portanto, social.

¹⁵⁹Conforme Marx (2004, p.160, grifos do autor).

¹⁶⁰Neste particular, cabe recordar a advertência de Basso (2012), na qual a ausência de uma fratura fundamental entre os homens não implica a inexistência de conflitos entre eles. O que deixa de existir é a impossibilidade destes conflitos serem resolvidos com o desenvolvimento da individualidade dos homens, característica marcante das sociedades de classes.

Ela é o elo passivo que deixa sentir ao homem a maior riqueza, o *outro* homem como necessidade (*Bedürfnis*).¹⁶¹

Se a riqueza se apresenta nos termos da passagem acima, a pobreza manifesta-se no homem enquanto falta – i.e., ausência da efetiva riqueza: o outro homem. E, por isso, na sociedade que superou o estranhamento, a pobreza reside somente na carência do outro humano e não mais figura como categoria social resultante da própria objetivação do homem, ou da ausência de sua capacidade cristalizada em um objeto estranho e exterior ao humano.

Diante desse quadro, a efetiva superação da dominação, seja de caráter pessoal seja pela riqueza material coisal, tem de operar nos seguintes termos:

Um *ser* se considera primeiramente como independente tão logo se sustente sobre os próprios pés, e só se sustenta primeiramente sobre os próprios pés tão logo deva a sua *existência* a si mesmo. Um homem que vive dos favores de outro se considera como um ser dependente. Mas eu vivo completamente dos favores de outro quando lhe devo não apenas a manutenção da minha vida, mas quando ele, além disso, ainda *criou* a minha *vida*; quando ele é a *fonte* da minha vida, e minha vida tem necessariamente um tal fundamento fora de si quando ela não é minha própria criação. A *criação* é, portanto, a representação muito difícil de ser eliminada da consciência do povo. O ser-por-si-mesmo da natureza e do homem é *inconcebível* para ele porque contradiz todas as *palpabilidades* da vida prática.¹⁶²

Na passagem acima, Marx se mostra ciente da imensa dificuldade da *emancipação humana* que, por ser a afirmação da *individualidade*, somente pode ocorrer pela afirmação da *essência humana*: sua capacidade de constituir o mundo para si por meio de sua atividade. Entretanto, essa capacidade está em flagrante contradição com a vida prática dos homens, a qual se apresenta como criação de outro homem – seja na forma da religiosidade, seja na forma do assalariamento. Mesmo diante desta dificuldade, Marx expõe que a superação do estranhamento somente será obtida pela emancipação dos homens na posição de trabalhadores, uma vez que é essa condição a causadora das sociedades de classes.

Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e

¹⁶¹ Conforme Marx (2004, p.112-113, grifos do autor).

¹⁶² Conforme Marx, (2004, p.113, grifos do autor).

todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação.¹⁶³

A emancipação da sociedade burguesa assumirá, desse modo, a forma política da emancipação dos trabalhadores assalariados, porque sua emancipação significa mudar o estado de coisas de tal forma que suprime o modo de vida no qual uns estão relegados à condição de trabalhadores e outros de não trabalhadores. Por consequência, Marx desdobra a posição transformadora dos trabalhadores a partir da compreensão do fundamento das sociedades de classes: o estranhamento do humano do conjunto da sua atividade prática. E, por isso, só pode estar na transformação da relação do humano com essa atividade o meio para constituir uma forma social na qual o enriquecimento do mundo objetivo signifique o enriquecimento humano e, por isso, o primeiro não mais seja, permanentemente, externo e estranho.

¹⁶³Conforme Marx, (2004, p.88-89, sublinhado nosso).

2.3. Conclusão do Capítulo

Neste capítulo, apresentou-se o desenvolvimento da crítica de Marx a partir de sua primeira leitura dos escritos da economia política. Em primeiro lugar, mostrou-se que a economia política toma como dadas as formas da relação social da sociedade burguesa: propriedade privada, divisão do trabalho, separação entre trabalho, capital e terra e outras. E, além disso, põe como causa dessas formas sociais a propriedade privada.

Para investigar o fundamento das formas de relação social da sociedade burguesa, Marx começa pela posição do trabalhador, posto pela economia política como a fonte da riqueza, embora da riqueza gerada convenha receber, segundo esses autores, o mínimo para sua sobrevivência. O exame da condição do trabalhador na sociedade burguesa mostrou se tratar de uma posição social, na qual os humanos estão desprovidos dos meios para sobreviverem e, por isso, criadores de objetividades estranhas e externas para si. Nessa condição, o humano na posição de trabalhador se depara com o resultado de sua atividade prática – para o autor, o trabalho – enquanto algo estranho e exterior a si.

Embora a objetivação seja sempre a fixação em um objeto, este permanecer externo e estranho e, por não ser incorporado pelo humano como parte de si, ser uma objetividade negativa ao humano, revela a natureza da atividade prática humana nos marcos do estranhamento. Para enfatizar, trata-se de atividade estranhada e externa ao seu executor, de modo que não somente o resultado desta atividade é estranho e externo, mas a própria atividade tem esse caráter, intensificado quando o trabalhador está apartado dos meios tanto para exercer seu trabalho quanto para reproduzir sua vida. Essa forma do trabalho põe o homem na situação de que deve produzir objetividades externas e estranhas para viver, sendo que a exterioridade e estranheza perante elas não podem ser superadas. Sua atividade vital se torna, por isso, tão somente *meio* de vida, cindida de sua própria vida.

Porque sua atividade vital é efetivamente reduzida à sua atividade prática para a produção de objetividades estranhas e externas, o humano na posição de trabalhador se depara com o conjunto da sua atividade prática como algo igualmente estranho e externo, de modo que o homem na posição de trabalhador está, em verdade, degradado. O fundamento desta degradação que cinde o homem que

trabalha dos meios para a produção de objetividades que ampliem sua capacidade, restringindo sua reprodução à sua manutenção física como trabalhador – i.e., como ser biológico –, é o *estranhamento* do homem na condição de trabalhador do conjunto de sua atividade prática. Desse *estranhamento* emerge o *estranhamento* do homem na condição de trabalhador do gênero humano, dos demais homens e das outras atividades humanas.

Essa série de *estranhamentos* do humano na posição de trabalhador, por sua vez, produz a relação estranhada e exterior da parcela de homens não reduzidos à atividade prática. Tais homens estão estranhados, portanto, dos resultados do conjunto da atividade prática dos outros homens, de seu gênero e de si mesmos. Por essa razão, cada homem vê no outro – e no mundo exterior sensível – o *meio* de vida, seja para garantir sua vida enquanto produtor de objetividades ou enquanto possuidor das objetividades produzidas. Diante deste quadro, Marx assevera ser a propriedade privada – em qualquer de suas formas – consequência do *estranhamento* do homem do conjunto da sua atividade prática.

Após realizar essa afirmação, Marx se ocupa em explicar a origem humana do estranhamento e, por conseguinte, da propriedade privada, de modo a assentar nas próprias relações entre os homens – e não em uma natureza ou ser transcendental – a origem da cisão entre os homens. Para tanto, dedica-se à investigação da especificidade do humano, sua *essência*, com o resultado de que a *essência humana* é o homem ter a sua própria atividade vital como objeto, pois por meio da transformação da sua atividade transforma a si mesmo, a sua existência e o mundo a sua volta. Entretanto, essa *essência* de sua atividade vital está vinculada ao homem enquanto *ser social*, de modo que a atividade prático-efetiva entre os homens (e o mundo a sua volta) – sua existência enquanto indivíduos em sociedade – põe e efetiva essa *essência*.

No caso da sociedade fundada no estranhamento do homem da sua atividade prática, tem-se que a relação prático-efetiva entre os homens ocorre de tal forma que a efetivação da *essência humana*, ao invés de enriquecer o humano, enriquece o mundo objetivo externo e estranho, fazendo da vida humana a cessão de vida para esse mundo objetivo ou a fruição imediata, na forma da posse, desse mundo. Neste último caso, Marx expõe que a mera fruição das objetividades marca a natureza do estranhamento do humano na posição de proprietário, porque faz a

sua relação com o mundo ser pautada pelo *ter* – i.e. pouco importa suas características individuais, seu *ser*, haja vista que suas capacidades são dadas por sua possibilidade de acessar as objetividades humanas. Por ser o dinheiro o reflexo desta possibilidade, as capacidades humanas estão estranhadas e externas ao humano, fixadas no dinheiro.

Da argumentação acima, desdobra-se que, para superar a cisão entres os homens, oriunda do estranhamento do humano em sua atividade prática, exige-se transformar as próprias relações prático-efetivas entres os homens, justamente por serem estas relações que assentam o estranhamento. Essa transformação não envolve a universalização da propriedade privada, tampouco a universalização da posição de trabalhador, por meio da igualdade do salário. Isso porque, no primeiro caso, generaliza-se a relação de posse com os objetos e, com isso, todo o sistema de estranhamento acima descrito; enquanto, no segundo caso, a condição generalizada é a posição de coisa para a produção de objetividades estranhadas, à qual o trabalhador está restrito.

Se a superação do estranhamento não está em tomar partido de um dos lados da relação, Marx sugere que a superação está na recuperação do humano de si mesmo, que exige a emancipação dos trabalhadores, uma vez que somente com a supressão do estranhamento do humano diante do conjunto de sua atividade prática pode-se recuperar a unidade do humano com suas objetividades, desmontar a série de estranhamentos e, por isso, eliminar a cisão entre os homens e destes para com o mundo exterior sensível. Nestes termos, portanto, sugere-se que o conflito entre os homens não mais assume uma forma que o reponha constantemente, mas sim abre o espaço para suas soluções.

Esse caráter da transformação evidencia o conceito de riqueza e pobreza para Marx na sociedade burguesa. Nesta sociedade, a riqueza é o conjunto de objetividades estranhas e externas – a mercadoria ou a *riqueza material coisa* – cuja expressão abstrata, universal e fixa das potências humanas efetivadas e estranhadas dos humanos é o dinheiro. Neste quadro, a riqueza está fundada na degradação do humano – i.e., seu efetivo empobrecimento –, uma vez que a produção de objetividades estranhadas exige a cessão de vida de uma parcela dos humanos e, por outro lado, põe sua outra parcela enquanto possuidora e usufruidora

imediata dessas objetividades – i.e., com uma relação também estranhada com a riqueza produzida.

Em outras palavras, o enriquecimento do mundo objetivo estranho exige, na sociedade burguesa, o empobrecimento crescente dos humanos, tanto porque sua parcela geradora desta riqueza cessa sua vida nesta produção quanto sua outra parcela tem uma relação estreita com essa riqueza.

A superação da riqueza e da pobreza como categorias sociais exige, assim, a superação do estranhamento e, por isso, a realização, para Marx, da *riqueza efetivamente humana*: a atividade vital do homem enriquecedora de si mesmo e do mundo a sua volta, justamente porque desenvolve a efetivação social de sua *individualidade*: a objetivação do seu *ser* vem a ser o desenvolvimento de suas capacidades. A pobreza, por isso, passa a ser tão somente a *carência* do humano, a falta do outro – não somente na forma física, mas na forma do intercâmbio.

Conclusão Parte I

A análise da primeira leitura de Marx dos escritos da economia política e do desenvolvimento da sua crítica a esses autores proporciona uma compreensão da problemática da riqueza na sociedade capitalista, na qual se procura esclarecer o caráter dessa sociedade por meio da compreensão das suas relações sociais constitutivas. Tais relações, por seu turno, são apreendidas enquanto relações entre os próprios homens, de modo que o caráter dessas relações apresenta a natureza da estrutura social em exame e suas possibilidades de desenvolvimento a partir dos próprios homens em relação com si mesmos e com seu meio. Em outros termos, ao invés de partir das relações sociais enquanto dados imediatos, legados por uma divindade, Marx assenta as relações sociais nas próprias condições materiais necessárias à determinada vida social.

Esse é justamente o eixo crítico de Marx à compreensão da economia política do que seja a sociedade burguesa, uma vez que esses autores tomam como imediatamente dada as relações sociais típicas desta sociedade, ao contrário de prover uma explicação para essas relações. Dessa assunção, a economia política afirma o efetivo desenvolvimento humano por meio do conflito entre os homens divididos em classes sociais. A concorrência facultar o desenvolvimento humano está, para a economia política, alicerçado na concorrência ampliar a riqueza material da sociedade, por meio do crescimento da produção de mercadorias, de modo a proporcionar maior quantidade de coisas a serem usufruídas e os meios para tal. Este último porque o conflito entre as classes proporciona uma apropriação da produção na medida condizente com sua contribuição para tal.

Pelo estudo dos próprios escritos da economia política, Marx demonstra a impossibilidade do crescimento da produção de riqueza material coisal proporcionar, por via do conflito entre as classes, o desenvolvimento humano. Ao contrário, tal crescimento está alicerçado na restrição da vida de parcela crescente dos humanos à atividade unilateral e maquinal de produção dessa riqueza, de modo que sua atividade vital passa a estar restrita à cessão de vida para o enriquecimento do mundo das objetividades estranhadas e à sua manutenção física.

A relação dos homens na posição de trabalhadores com o conjunto da sua atividade é o reverso, por seu turno, da relação dos homens na posição de proprietários dos resultados e dos meios para a atividade, pois a atividade prática

humana ocorrer no modo de uma atividade unilateral e maquinal tanto molda a materialidade da riqueza produzida à coisa quanto molda a relação entre os homens, e com o mundo sensível em seu entorno, à relação de coisas, cuja forma social é a mercadoria.

O pressuposto desse padrão de relação dos homens entre si e com o mundo a sua volta está, para Marx, na própria *essência humana*. Na especificidade do homem, isto é, ser um indivíduo social, tem-se a condição de existência do estranhamento. Sua peculiaridade de *ser social* reside na sua capacidade de transformar o mundo a sua volta e a si mesmo por meio da transformação do conjunto de suas atividades, que ocorre através da sua *atividade consciente livre* que incorpora o mundo a sua volta e permite essa série de alterações na vida humana. Tal transformação não ocorre, sugere Marx, no indivíduo isolado, mas emerge de sua relação com os outros homens e com o meio natural, de modo que a atividade prática exerce um papel central no nascimento do *ser social*, justamente por não estar apartada das demais atividades.

Apoiada nessa capacidade do homem, o estranhamento se fixa como relação social, uma vez que determinada parcela dos humanos está confinada ao conjunto da sua atividade prática enquanto forma de vida e, apartados das demais atividades, põe a relação dos demais homens para com os resultados e os meios desta atividade enquanto uma relação de *coisa* para mediar a *fruição imediata*.

A relação de estranhamento do homem do conjunto da sua atividade prática tem seu ápice quando a vida do homem nesta posição se restringe à garantia da sua existência física por meio do exercício de sua atividade prática em determinado período – i.e., não há garantia se exercerá novamente sua atividade prática ou perecerá. Neste caso, trata-se da sociedade na qual impera a estrutura de trabalho formada pelo trabalho fabril e pela propriedade privada – i.e., a sociedade burguesa –, na qual a produção material se apresenta na forma de coisa destinada à troca e tem no dinheiro a expressão abstrata e universal da troca, de modo a poder acessar o conjunto das objetividades. Esse acesso, por seu turno, em nenhum momento parte da capacidade inerente ao possuidor do dinheiro, mas sim pertencente ao próprio dinheiro.

Ao pôr a essência humana e não uma essência divina como pressuposto do estranhamento, Marx opera a crítica à economia política a partir da especificidade

do humano frente aos demais seres. E, por isso, efetua a crítica à sociedade de classe a partir da não realização das potencialidades humanas, suas individualidades.

Embora este fundamento apareça, no caso da sociedade burguesa, nos homens posicionados na classe dos trabalhadores assalariados, ela também se manifesta nos detentores da propriedade privada móvel ou “capital”, uma vez que os homens nesta classe se dedicam ao enriquecimento do mundo objetivo por meio da administração adequada do capital a fim de ampliar sua acumulação. Além do horizonte de atividade destes homens estar confinado à produção da riqueza do mundo objetivo, sua relação com essa riqueza ocorre na forma do *ter*: as objetividades fazem parte do homem somente pelo seu *uso/consumo*, de modo que a relação com o objeto ocorre somente na forma da *utilidade*, ao invés de ocorrer pela incorporação do objeto para enriquecer o próprio *ser social*.

Neste particular, sugere-se que essa forma estranhada da relação dos homens com os objetos explica a relação com os objetos enquanto uma relação individualista: compreendida enquanto propriedade plena do objeto porque apartada da sociedade, sendo a sociedade apenas a figura da repressão ao livre usufruto imediato, pelos indivíduos, dos objetos – cabe notar que o caráter individualista da relação em nada é alterado pela maior ou menor flexibilidade com que se aceita o período ao qual se usufrui do objeto (por exemplo, na relação dos homens com as mulheres e vice-versa).

Ao efetuar sua crítica à economia política do ponto de vista da especificidade do *ser social* – ou o complexo de relações entre os homens formadoras do humano –, Marx parte de um elevado nível de abstração para compreender a sociedade apreendida pela economia política. Esse ponto de partida da análise da sociedade que denomina de “burguesa” – denominação bastante influenciada pelas suas incursões nos debates sobre a religião e o Estado – produz a compreensão da riqueza desta sociedade enquanto a matéria confinada à coisa, na forma mercadoria, cuja produção exige a animalização do homem e seu confinamento à relação de posse com as objetividades em seu entorno. Além disso, as próprias objetividades aparecerem como um “entorno” significa não serem interiorizadas, não constitutivas dos homens, de modo que a relação entre os

homens e o meio se dá e permanece na forma do sujeito e do objeto, apartados de si mesmo e do mundo a sua volta.

Porque as condições materiais da sociedade burguesa não produzem o enriquecimento humano, esta sociedade deve ser superada por outra forma social. Essa forma, por seu turno, exige uma produção material que não aparte os humanos de si mesmos e do mundo a sua volta. O que implica a transformação do modo de trabalho, de maneira que o trabalho não mais defina a posição social, mas sim constitua meio de humanização do homem, uma vez que as objetividades formadas pelo novo modo de trabalho são, no seu próprio processo de formação, incorporadas e, por isso, desenvolvem o humano.

Postas em linhas bastante gerais, Marx assenta, nos **Manuscritos**, a emancipação humana enquanto objetivo de sua reflexão teórica, análise que permanece em seus escritos posteriores, sendo que esta reflexão não está apartada de sua compreensão da riqueza na sociedade burguesa, uma vez que sua especificidade e seu processo de produção marcam a vida social. No caso da sociedade burguesa, a argumentação acima estabelece que a riqueza material coisal - generalização da mercadoria e da propriedade privada móvel – conduz ao ápice a necessidade do humano ceder sua vida para o enriquecimento do mundo objetivo, de modo a conduzir o fundamento da sociedade de classes, o estranhamento do humano do conjunto de sua atividade prática, ao modo mais agudo e, por isso, prenhe de uma solução.

Tal solução passa por estabelecer o desenvolvimento da individualidade dos homens enquanto fundamento da riqueza, de modo que a pobreza deixa de ser a cessão de vida para o mundo objetivo e passa a ser a carência das relações humanas. Por consequência, a matéria não está confinada a coisa, muito menos a relação entre o sujeito e o objeto está fixada nesta forma, ou na forma da contradição.

A despeito do enorme avanço para a compreensão da problemática da riqueza no capitalismo e seus desdobramentos sobre os humanos,¹⁶⁴ os **Manuscritos** possuem algumas limitações analíticas que exigem destaque. Em primeiro lugar, quando estabelece o fundamento das sociedades de classes e

¹⁶⁴ Cabe evidenciar que a contribuição dos **Manuscritos** não se limita a essa temática. Abrange uma série de outros problemas, dentre os quais são destacados os seguintes: o ser social, a alienação/estranhamento, a crítica à filosofia de Hegel, o dinheiro, entre outros.

desdobra a sociedade burguesa enquanto esse fundamento levado ao paroxismo, o autor assevera a constituição de uma *força externa* que subsume os homens, denominando-a de *capital*. Entretanto, Marx não formulou sua compreensão do que seja *capital* e, por isso, a *força externa* aparece como a propriedade privada móvel, o trabalho acumulado ou o capital enquanto denominações ainda pertencentes à economia política. Sabe-se que a formulação do conceito de capital levou pelo menos quinze anos após escrever esses rascunhos, de modo a constituir peça fundamental dos seus escritos de maturidade, e, por isso, importante para fundamentar sua compreensão do *estranhamento* e, no tópico referente ao presente trabalho, da *riqueza*.

Outro ponto importante diz respeito à dinâmica de crescimento da produção da chamada “riqueza material coisal”. Essa é explicada pelo aumento da produtividade, capaz de gerar maiores quantidades de mercadorias, porém, ao mesmo tempo, essa riqueza é “trabalho armazenado”, cujo crescimento permite comandar mais trabalho e meios de trabalho. Por essa razão, o trabalho tem papel importante na constituição dessa riqueza, mas a relação entre o trabalho enquanto fonte da riqueza e a riqueza também ser expressa em mercadorias – objetos capazes de satisfazerem necessidades e quantidades de trabalho – não está esclarecida. Esse tema se desdobra em outro, a especificidade do trabalho e da riqueza no capitalismo.

Embora os dois pontos acima sejam decisivos para a compreensão da sociedade capitalista, uma vez que apreende o conteúdo qualificador desta sociedade enquanto tal, o escrito analisado acima é de grande importância para a compreensão da problemática da riqueza em Marx, uma vez que assenta essa riqueza enquanto produtora de pobreza justamente por ser uma sociedade fundada no *estranhamento*. Por essa razão, a compreensão dos escritos de Marx não pode se dar deslocada do *estranhamento*, sob a pena de reduzir sua teoria a mais uma economia política crítica – i.e., mais uma investigação sobre os determinantes da riqueza que, centrada em sua distribuição desigual, exige que a produção da riqueza seja equacionada com sua distribuição equitativa, mantendo-se a cisão entre os humanos.

Parte II: O Laboratório da Crítica à Economia Política

Entre janeiro de 1857 e maio de 1858, Marx se dedicou à escrita do esboço de sua crítica à economia política. Realizada durante a noite, chegando a atravessar madrugadas, os manuscritos resultantes desse período mostram um intenso trabalho de elaboração, experimentação e avanço intelectual do autor, e os resultados demonstram o progresso de Marx em sua crítica à economia política, além de explicitarem o método de exposição e de pesquisa do autor. Por essa razão, estes escritos são apresentados como o “laboratório” no qual se gestou a crítica à economia política.¹⁶⁵

A decisão de empenhar tamanho esforço na elaboração de uma crítica à economia política surgiu com a deflagração da crise financeira internacional em 1856. Com essa crise, a crítica acurada do sistema de produção burguês, capaz de municiar a movimentação social em direção à superação dessa sociedade, fazia-se urgente. Mesmo ciente dessa urgência, Marx não pôde terminar seu trabalho para a publicação antes da crise arrefecer, sendo que o próprio desenrolar da crise não produziu a agitação social esperada pelo autor, a qual seus escritos buscavam influenciar.¹⁶⁶

Dentre os impeditivos à redação e à publicação do trabalho estão diversos fatores que vão desde a penúria financeira pela qual passava sua família após o exílio Londres, a partir de 1849, até às complicações de saúde, devido às longas jornadas de trabalho no museu britânico e em sua casa – tanto para pesquisa referente à sua crítica da economia política quanto para a escrita de diversos de seus artigos jornalísticos ou para enciclopédias, que constituíam sua fonte de renda, que também foi afetada pela crise iniciada em 1856.¹⁶⁷ Somados a esses acontecimentos adversos para qualquer atividade intelectual, nota-se também a necessidade de aprofundar e desenvolver as categorias de sua crítica à economia política, bem como a sua forma de exposição. O que poderá ser constatado pela diferença entre estes manuscritos frente **O Capital**.

O conjunto de textos que compõem esses manuscritos foi iniciado em Londres e finalizado em Manchester, durante viagem realizada por Marx para se

¹⁶⁵Sobre esse escrito ser o “laboratório” de Marx, verificar Riccardo Bellofiore *et al* (2013, p.1-16).

¹⁶⁶Sobre este ponto ver: Musto (2008, p.159).

¹⁶⁷Além destas fontes de renda, Marx recebeu ajuda do amigo Friedrich Engels desde o começo da década de 1850. Para uma descrição detalhada da situação de Marx durante a primeira década de exílio em Londres, conferir McLellan (1973, p.226-315)

recuperar de mais um problema de saúde. Não publicados em vida pelo autor, os pesquisadores responsáveis pela organização das obras completas de Marx na extinta União Soviética descobriram esses escritos entre 1925 e 1927, durante investigação para determinar o começo dos rascunhos de **O Capital**.¹⁶⁸

Editados durante a década de 1930, o conjunto de manuscritos que resultaram do período de elaboração de sua crítica à economia política, denominados pelos editores de **Esboços de Crítica da Economia Política** (doravante **Grundrisse**), foram publicados somente em 1939. Com o início da Segunda Guerra Mundial, porém, permaneceram desconhecidos dos leitores de Marx fora da União Soviética até sua publicação na Alemanha em 1953.¹⁶⁹

Constata-se o impacto da publicação dessa obra nos leitores de Marx pelas diversas traduções e comentários¹⁷⁰ desse escrito a partir dos anos de 1960, uma vez que se mostrou material fértil para a crítica radical às interpretações mecanicistas da teoria social de Marx, veiculadas pelo marxismo oficial, proporcionando a oxigenação do debate em torno do pensamento do autor e dos rumos da sociedade contemporânea durante os anos de 1960 e 1970.¹⁷¹ Em decorrência desse intenso debate, o **Grundrisse** se tornou peça fundamental tanto das análises posteriores da obra de Marx quanto das teorias sociais que, inspiradas

¹⁶⁸ A respeito do local de escrita, verificar Musto (2008, p.157). Sobre a data da descoberta, conferir Musto (2008, p.180).

¹⁶⁹ Sobre essas datas de edição e publicação ver Musto (2008, p.180-181).

¹⁷⁰ Seguiram-se à publicação dos **Grundrisse** diversas interpretações que consideram esses escritos em sua integridade. A título de exemplo se destacam os debates surgidos na Alemanha, Rússia, Itália, França e Estados Unidos. No primeiro país os trabalhos mais expressivos, segundo Mohl (2008, p.192-196), foram os de Alfred Schmidt, Jürgen Habermas, Roman Rosdolsky, Helmut Reichelt surgidos na década seguinte à publicação dos **Grundrisse** nesse país. Na Rússia, os anos de 1960 rederam, segundo Vasina (2008, p.207), os trabalhos de Alexander I. Maluish e Vitali S. Vygodski. Nos anos de 1970, de acordo com Tronti (2008, p.231-232), seguiram-se à tradução italiana – publicada por editor independente do Partido Comunista Italiano – as investigações do grupo teórico-político *Operaismo* – as quais procuravam interpretar as mudanças no padrão taylorista-fordista de produção – e, já nos anos de 1980, publica-se o trabalho de Antonio Negri. A recepção francesa desse escrito ocorreu após sua tradução por uma casa editorial não vinculada ao Partido Comunista deste país, sendo que tomou contato, segundo Tosel (2008, p. 225), com o primeiro estudo minucioso do conjunto desses escritos por meio do italiano Antonio Negri, quando convidado por Louis Althusser para ministrar um curso sobre os **Grundrisse** em 1978 na *École Normal Supérieure*. Nos Estados Unidos, de acordo com Arthur (2008, p.250-252), esses escritos receberam, após sua publicação integral em 1973, imediata apreciação crítica de Carol Gould, porém, dois anos antes, haviam recebido tradução parcial e apreciação crítica de David McLellan, bem como tinham sido introduzidos pelos estudos de Herbert Marcuse. Além disso, a publicação da tradução do trabalho de Roman Rosdolsky, em 1977, complementa a recepção e debate da obra neste país nos anos de 1970.

¹⁷¹ A importância desse escrito para a crítica ao marxismo oficial pode ser constatada pelo fato relatado por Mohl (2008, p.191): o **Grundrisse** não figurou nas edições oficiais das obras completas de Marx até o ano de 1983 - seja em alemão ou em russo -, embora tenha sido traduzido em edições independentes dos partidos comunistas de cada país para, seguindo Musto (*Ibid.*, p.183), vinte e dois idiomas (inclusive Farsi) com mais de trinta e duas versões.

em seus escritos, almejavam compreender a dinâmica da sociedade capitalista e suas mudanças.¹⁷²

Do ponto de vista da compreensão do pensamento de Marx, os esboços reunidos nessa obra proporcionaram material para a compreensão da estreita relação entre os **Manuscritos** e **O Capital**, uma vez que explicita as mudanças e as continuidades do autor em sua crítica à economia política. Pelo menos dois aspectos dessa crítica de Marx podem ser destacados como pontos de contato entre esses escritos, mostrando a *unidade* do pensamento do autor em meio à sua incompletude. Trata-se do avanço do autor na compreensão do que a economia política denominava de “capital” e, por conseguinte, a qualificação de sua compreensão do *estranhamento* na sociedade burguesa.

Se Marx ainda era dependente da formulação da economia política nos **Manuscritos**, nos **Grundrisse** explicita sua crítica ao conceito de capital associado aos economistas políticos, formulando uma compreensão inteiramente nova do lugar do capital na sociedade burguesa. Com essa mudança, Marx aprofunda sua compreensão do estranhamento específico a essa sociedade, uma vez que esclarece a especificidade da relação social burguesa não mais do ponto de vista da gênese do ser social, como nos **Manuscritos**, mas sim por meio da própria constituição histórica da relação social regida pelo capital.

Diante de tal elaboração, o autor demonstra que a constituição de um sistema de produção social no qual os humanos estão subjugados à reprodução dos resultados de sua atividade e à sua dinâmica implica a transformação nas relações sociais que constituem uma vida social de natureza distinta daquelas desenvolvidas até então. Na sociedade burguesa, os humanos sobrevivem e se relacionam por meio dos resultados de seus trabalhos como parte do trabalho social total, de modo que, embora independentes entre si, estão submetidos à produção de coisas com “valor de troca”¹⁷³.

¹⁷² Neste particular, destacam-se as interpretações inspiradas em Marx que procuram compreender as transformações no capitalismo a partir dos anos de 1970 por meio da discussão do lugar do trabalho nessa sociedade. Para uma síntese desse debate, conferir João L. G. Medeiros & Marcelo Carcanholo (2011).

¹⁷³ Para os conhecedores da teoria de Marx, sabe-se que o “valor” é a categoria explicativa da qualidade da riqueza social burguesa, sendo o “valor de troca” nada mais do que a relação de troca entre mercadorias que, quanto expressa em dinheiro, torna-se do preço. Contudo, esse argumento somente será desenvolvido por Marx, em sua integridade, n' **O Capital**; de forma que, nos **Grundrisse**, predomina o uso do termo “valor de troca” para qualificar a produção social burguesa. Conforme será sugerido ao final desta parte, esse uso se refere a ausência, ainda neste estágio do argumento, do caráter social do tempo.

Com essa interpretação do caráter das relações sociais burguesas, Marx aprofunda sua compreensão da relação entre a riqueza e a pobreza já explicitada nos **Manuscritos**. Se neste escrito compreendeu a riqueza social como *riqueza coisal* baseada na negação da essência humana, nos **Grundrisse** explicita que a *riqueza social coisal* tem duplo caráter porque são valores de troca consubstanciados em valores de uso, cuja produção está fundada no empobrecimento dos humanos na condição de trabalhadores – incluso, com uma nova configuração dessa condição. Nota-se, assim, que a compreensão do capital como processo social contraditório de produção de valores de troca implica o aprofundar do estranhamento, revelado na crescente degradação do humano. Por essa razão, o **Grundrisse** se torna peça fundamental para a compreensão da teoria social de Marx.

O desenvolvimento das relações sociais que reproduzem essa riqueza fundada na pobreza ocorre, conforme dito, de maneira contraditória. A contradição reside na exigência da crescente ampliação da produtividade para a reprodução da riqueza social burguesa, uma vez que, ao reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução do humano numa específica condição de trabalhador, amplia-se o tempo de trabalho excedente apropriado pelo capital e, por conseguinte, exige-se crescente mobilização social para produção declinante de tempo de trabalho excedente – denominado *mais-valor* – comprimindo a fonte dessa riqueza social, o tempo de trabalho necessário.

Observa-se, assim, a expansão da capacidade produtiva à revelia dos humanos na posição de trabalhadores, embora estes continuem a ter, na venda de sua capacidade de trabalho, o único meio de subsistirem. O resultado é a negação do fundamento da *riqueza social coisal* – o tempo de trabalho necessário – e a efetivação da *pobreza em potência* para parcela crescente dos humanos na posição de trabalhadores. Tal potência existe porque os trabalhadores dependem da constante compra e venda de sua capacidade de trabalho para satisfazerem suas necessidades, de forma que estão em constante estado de necessidade. Ao mesmo tempo, constitui-se a possibilidade de uma nova riqueza, fundada na efetivação do potencial de produção material em função do livre desenvolvimento da individualidade humana.

A efetivação dessa possibilidade implica uma profunda alteração no modo de trabalho, no qual a jornada de trabalho do trabalhador exerce outro papel. Ao contrário de ser a fonte da riqueza, trata-se da produção material, cada vez menos dependente da contínua, extensa e intensa jornada de trabalho de uma classe de humanos, ser estabelecida em função da produção de tempo disponível para que os singulares efetivem suas características e, assim, o gênero humano se desenvolva em função dessa efetivação.

Para mostrar como o argumento acima é desdobrado no **Grundrisse**, divide-se essa parte em três capítulos. No primeiro, apresenta-se o caráter da riqueza social burguesa para, em seguida, expor seu processo de produção e, por fim, explicitar os limites e possibilidades desse processo. Como não se trata de uma relação de troca específica, mas de uma vida social na qual a produção, a distribuição, a troca e o consumo estão em função de seu processo de produção, inicia-se por essa exposição.

1. Sobre a Riqueza Social Burguesa

Neste primeiro capítulo, apresenta-se o argumento desenvolvido por Marx na primeira parte dos **Grundrisse**, na qual o autor, ao criticar a teoria de Louis-Alfred Darimon¹⁷⁴ por centrar as causas das mazelas da sociedade burguesa e os meios para liquidá-las na transformação formal do dinheiro – de metais preciosos para dinheiro-trabalho –, expõe que a riqueza social burguesa tem no dinheiro sua forma material universal. O que significa ser o dinheiro a forma adequada do conteúdo desta riqueza social. E, assim, a simples alteração da forma sem modificação do caráter da produção social apenas expressa esse conteúdo de outra maneira, mantendo, com isso, suas consequências: as mazelas sociais.

Subsequente a essa crítica, Marx se dedicou à investigação da gênese do dinheiro e seu desenvolvimento até a condição de representante universal da riqueza. Tal investigação explicita que a primazia do dinheiro como medida, meio de troca e representante da riqueza social é característica de determinada produção social, cuja existência requer uma transformação substantiva do modo como se produz e reproduz a vida social. Exigindo, por conseguinte, um novo padrão de relação entre os humanos.

Com essa discussão, Marx expõe o caráter da riqueza social burguesa, de maneira a abrir caminho para a exposição do processo de produção dessa riqueza, sua consequência para a relação entre os humanos, seu limite e sua possibilidade do ponto de vista da emancipação humana. Expostas em seus aspectos gerais, o processo de produção da riqueza social e seus desdobramentos será objeto dos próximos dois capítulos, de forma que esse capítulo expõe o caráter da riqueza social burguesa.

Para tanto, organizou-se o capítulo em duas seções. Na primeira, recupera-se a crítica de Marx à Darimon, de forma a capturar a compreensão do primeiro sobre a relação entre o dinheiro e o conteúdo da produção social burguesa: o valor de troca. Em seguida, apresenta-se a compreensão de Marx sobre a mudança social substantiva necessária para que a riqueza social tenha por conteúdo o valor de troca.

¹⁷⁴Segundo a edição utilizada, trata-se de “político, publicista e historiador francês”. Ver Marx (2011, p.764).

1.1. A Relação entre o Dinheiro e o Valor de Troca

À primeira vista, a crítica de Marx à teoria de Darimon e ao seu receituário prático parece ser irrelevante e sem relação com o argumento desenvolvido ao longo dos **Grundrisse**. Entretanto, justamente nessa crítica Marx avança na compreensão do caráter da riqueza social burguesa e, assim, cabe recuperar a argumentação do autor sobre a teoria de Darimon.

Inspirado nas ideias de Proudhon, Darimon propõe, segundo Marx, transformar a sociedade francesa por meio de uma reforma monetária que elimine o dinheiro metálico como meio de troca, estabelecendo outro mediador das trocas: papéis que expressam imediatamente as horas trabalhadas. Com um sistema emissor centralizado, esse mediador não estaria sujeito às oscilações de valor presentes nos metais preciosos, sendo capaz de satisfazer as necessidades de circulação na mesma medida das necessidades do público sobre os bens e os serviços – e de acordo com a contribuição de cada um à produção social. Ao contrário de diminuir quando cresce a produção da sociedade, dificultando o acesso à riqueza produzida, esse novo meio de troca eliminaria as penúrias provocadas pela sociedade burguesa.¹⁷⁵

Durante a exposição dos argumentos do autor francês, passando pela recuperação do debate europeu sobre sistema monetário, Marx recorda algumas sutilezas estatísticas¹⁷⁶ utilizadas pelo autor para corroborar sua tese, bem como a exclusão do exame de certos sistemas monetários – o escocês, por exemplo – em que são controlados os meios de troca, mas não são superadas as mazelas da sociedade burguesa.¹⁷⁷ Embora sejam observações pertinentes, tornam-se minúcias quando se atenta para a crítica principal de Marx à proposta inspirada em Proudhon.

A efetiva redução da especificidade da sociedade burguesa ao seu meio de troca é, para Marx, o aspecto mais problemático da teoria de Darimon, uma vez que apreende a maneira de produzir, distribuir e consumir referentes à sociedade burguesa como apartada das suas relações de troca e, por isso, esta última pode ser manejada a fim de facultar o acesso de cada um, de acordo com sua contribuição à produção, à riqueza gerada por essa sociedade.¹⁷⁸ Em outros termos, porque a

¹⁷⁵Conforme Marx (2011, p.67-84).

¹⁷⁶Conforme Marx (2011, p.71).

¹⁷⁷Conforme Marx (2011, p.84).

¹⁷⁸Conforme Marx (2011, p.78-86).

sociedade burguesa é compreendida por esses autores como uma sociedade na qual as oscilações no meio de troca impedem a fruição de sua riqueza, bastaria um controle adequado do meio de troca para se usufruir da riqueza social. Por conseguinte, a diferença entre esses autores e os economistas políticos acaba por ser uma diferença de manejo dos meios de troca, uma vez que o processo de produção da vida social burguesa e seus resultados não entram em questão.¹⁷⁹

Ao contrário desses autores, para Marx a relação de troca – compreendida enquanto intercâmbio social – forma uma relação de identidade, diferença e mútua determinação com a produção, a distribuição e o consumo, na qual, de uma perspectiva geral, a produção condiciona as demais relações, embora, do ponto de vista unilateral, a produção seja condicionada pelas relações de distribuição, troca e consumo. Essa concepção é exposta de maneira sintética pelo autor na seguinte passagem de sua famosa “Introdução” à crítica da economia política:

Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como *relações determinadas desses diferentes momentos entre si*. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, *em sua forma unilateral*, pelos outros momentos. P. ex., quando o mercado se expande, i.e., a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente. Com mudança na distribuição, modifica-se a produção; p. ex., com a concentração do capital, como diferente distribuição da população entre cidade e campo etc. Finalmente, as necessidades de consumo determinam a produção. Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico.¹⁸⁰

De acordo com a passagem acima, a ocorrência de alterações nos meios de troca – ou nas demais relações – podem significar apenas mudanças nesta instância adequadas à manutenção de determinado modo de vida social. No caso da sociedade em que o dinheiro é central ao seu modo de vida, as diversas variantes do dinheiro não eliminam as relações entre os diversos momentos constitutivos

¹⁷⁹Conforme Marx (2011, p.82-83).

¹⁸⁰Conforme Marx (2011, p.53, grifos do autor). Sobre esse aspecto, destaca-se que, para Marx, a produção determina as demais relações somente de um ponto de vista (bastante) geral ocorre porque, por um lado, o humano é o ser natural que produz a si próprio na qualidade de homem em sociedade e, por isso, ser social; por outro lado, a produção implica, segundo o autor, a distribuição dos objetos de trabalho, seu consumo para a geração do produto e a troca entre os diversos humanos no interior da produção, de forma que esses momentos se combinam em cada uma de suas ocorrências e, assim, não constituem unidades estanques (*Ibid.*, p.44-53). O desdobramento teórico deste aspecto da teoria de Marx foge ao escopo do presente trabalho, porém, indica-se, para uma avaliação do elevado grau de generalidade da determinação da produção sobre os demais momentos, Lukács (2011, p.308) e Postone (2003) e, para uma discussão pormenorizada do humano enquanto produtor de si mesmo, sugere-se a leitura de Lukács (2012, p.41-157) e Bhaskar (2005, p.27-59).

desse modo de vida; ao contrário mantêm tais condições materiais em outras formas.¹⁸¹

Para demonstrar essa afirmação, Marx desenvolve o resultado da proposta inspirada em Proudhon. Em primeiro lugar, caso a relação de troca fosse *fixada* em determinada quantidade de dinheiro que, supõe Marx, expressa dada quantidade de trabalho objetivado em dado tempo, estabelece-se a convertibilidade entre a referida quantidade de trabalho objetivado e o dinheiro (por exemplo, na proporção de x dinheiro = y horas trabalho).¹⁸²

Tal conversão condiz parcialmente com a proposta de Darimon, pois, no caso de o dinheiro ser o ouro, também resultado do tempo de trabalho passado como qualquer outra mercadoria, tem-se que a convertibilidade deixaria de ter efeito no momento em que o ouro tem seu valor alterado frente à quantidade de trabalho objetivado que representa.¹⁸³ Como resultado, a fruição da produção está à mercê das oscilações no valor do ouro – justamente o efeito diagnosticado pela crítica à sociedade burguesa inspirada em Proudhon.

Em decorrência da relação de troca fixa ser rompida à proporção que a relação de troca entre as mercadorias é alterada mediante as modificações no seu tempo de trabalho objetivado, tem-se como consequência a necessidade de especificar a qualidade da objetivação. Para Marx, não se trata somente de determinada quantidade de trabalho despendida na mercadoria, mas sim essa quantidade em referência à determinada unidade de tempo, de modo que as mercadorias podem ter seu valor de troca alterado diante do aumento da capacidade de produção das mercadorias com as quais se relaciona.

Por essa razão, a relação entre o dinheiro – cuja denominação se refere imediatamente à determinada quantidade de horas trabalhadas, conforme supôs Marx, acompanhando a proposta de Darimon – e as demais mercadorias é alterada, fazendo com que a denominação de valor gravada na moeda de ouro esteja apreciada ou depreciada frente às mercadorias. O exemplo desenvolvido pelo próprio Marx auxilia na compreensão dessa relação:

¹⁸¹ Conforme Marx (2011, p.78).

¹⁸² Conforme Marx (2011, p.85).

¹⁸³ Para ilustrar essa alteração, pode-se supor a seguinte identidade: x dinheiro = y gramas de ouro = z horas trabalho. Em caso de alteração, para mais ou para menos, no tempo de trabalho necessário à produção de y gramas de ouro, tem-se que essa quantidade estaria em desigualdade com as z horas de trabalho fixadas como sua relação de troca com x dinheiro. Por consequência, verifica-se a apreciação ou a depreciação do ouro frente à hora de trabalho fixada em certa quantidade de dinheiro. (Aqui, nota-se, Marx ainda não redefiniu o dispêndio de trabalho, o que será realizado em seguida)

O determinante do valor não é o tempo de trabalho incorporado nos produtos, mas o tempo de trabalho necessário num determinado momento. Considere a própria libra de ouro: seja ela o produto de 20 horas de tempo de trabalho. Suponha que, mais adiante, por quaisquer circunstâncias, sejam necessárias 10 horas para produzir uma libra de ouro. A onça de ouro, cujo título indica que é = 20 horas de tempo de trabalho, seria agora somente = 10 horas de tempo de trabalho, dado que 20 horas de tempo de trabalho = 2 onças de ouro. 10 horas de trabalho trocam-se de fato por 1 onça de ouro; logo, 1 onça de ouro não pode mais ser trocada por 20 horas de trabalho. O dinheiro de ouro com título plebeu: *x horas de trabalho*, estaria sujeito a flutuações maiores do que qualquer outro dinheiro e, particularmente, maiores do que o dinheiro de ouro atual; porque o ouro não pode aumentar ou diminuir em relação ao ouro (é igual a si mesmo), mas o tempo de trabalho passado contido em um determinado *quantum* de ouro tem de aumentar ou diminuir continuamente em relação ao trabalho vivo atual. Para manter convertível o *quantum* de ouro, a produtividade da hora de trabalho deveria ser mantida estacionária.¹⁸⁴

A convertibilidade imediata do dinheiro em uma quantidade fixa de tempo trabalho somente seria garantida com a fixidez da produtividade da unidade de tempo de trabalho – i.e., a mesma quantidade de trabalho no mesmo espaço de tempo resultaria na mesma quantidade de mercadorias –, uma vez que o meio de troca padrão representa determinada quantidade de trabalho por unidade de tempo. Como a produtividade muda ao longo do tempo, nota-se há recorrente variação da quantidade de trabalho por unidade de tempo presente nas demais mercadorias, de forma a modificar a relação do meio de troca padrão com as demais mercadorias.

Mesmo se o dinheiro cunhado com metais preciosos deixar de circular e, em seu lugar, circularem representantes das horas trabalhadas (bônus-horário, dinheiro-trabalho, ou qualquer outra denominação), tem-se a impossibilidade de se estabelecer a relação imediata entre dinheiro não-metálico e o valor das mercadorias, conforme propõe Darimon. Isso porque, de acordo com Marx, a produção burguesa tem por *modus operandi* reduzir os custos de produção por meio da elevação da produtividade:

De acordo com a lei econômica geral segundo a qual os custos de produção diminuem constantemente, o trabalho vivo devém constantemente mais produtivo e, por conseguinte, o tempo de trabalho objetivado nos produtos se deprecia constantemente, o destino inevitável desse dinheiro-trabalho áureo seria a constante depreciação. Para controlar essa anomalia, poderia ser dito que não seria o ouro que deveria receber o título de horas de trabalho, mas, como propôs Weitling e, antes dele, os ingleses e, depois dele, os franceses, dentre os quais Proudhon *et Co.*, o dinheiro de papel, um simples signo de valor, deveria receber tal título. Nesse caso, o tempo de trabalho que está incorporado no próprio papel viria tão pouco ao caso quanto o valor de papel das notas bancárias. Um seria simples representante das horas de trabalho, assim como as outras o seriam do

¹⁸⁴Conforme Marx (2011, p.85-86, grifos do autor).

ouro ou da prata. Se a hora de trabalho se tornasse mais produtiva, o pedaço de papel que a representa aumentaria seu poder de compra e vice-versa, exatamente como hoje uma nota de £5 compra mais ou menos à medida que o valor relativo do ouro sobe ou desce em comparação com outras mercadorias.¹⁸⁵

Se a produtividade é um imperativo da forma de produção burguesa, segue Marx, a simples alteração formal do seu meio de troca não conduz à distribuição equitativa da sua riqueza social, ponto no qual a proposta de Darimon compreende como as mazelas desta sociedade. Por meio dessa crítica à proposta do autor francês, Marx afirma o caráter específico das relações de troca burguesa: os resultados da produção são mercadorias e estas se relacionam como valores, cuja determinação em valor difere de sua determinação monetária, de modo que o meio de troca – qual seja a sua forma – é a nomenclatura social para a circulação dos valores.¹⁸⁶

Embora as mercadorias circulem enquanto valores porque são determinadas quantidades de trabalho por unidades de tempo, elas também são formas objetivas capazes de satisfazerem necessidades humanas. Por serem objetos que satisfazem tais necessidades, realizam-na em suas formas particulares, de maneira que cada mercadoria tem sua capacidade de atender as necessidades humanas restritas à sua particularidade e, por essa restrição, são trocadas entre si. Nas palavras de Marx:

Como valor, toda mercadoria é igualmente divisível; não o é em sua existência natural. Como valor, a mercadoria permanece a mesma, quantas sejam as metamorfoses e formas de existência que percorra; na realidade, as mercadorias só são trocadas porque são heterogêneas e correspondem a diferentes sistemas de necessidades. Como valor, a mercadoria é universal; como mercadoria efetiva, é uma particularidade. Como valor, é sempre permutável; na troca efetiva, o é apenas quando preenche condições particulares. Como valor, a medida de sua permutabilidade é determinada por si mesma; o valor de troca expressa precisamente a relação pela qual ela substitui outras mercadorias; na troca efetiva, a mercadoria só é permutável em quantidades relacionadas às suas propriedades naturais e correspondentes às necessidades daqueles que trocam.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Conforme Marx (2011, p.86).

¹⁸⁶ Sobre esse aspecto Marx (2011, p. 86-90) elabora, ainda que em caráter preliminar, a distinção entre o valor e preço.

¹⁸⁷ Conforme Marx (2011, p.91). No desdobramento do argumento Marx (2011, p.93) observa que “quando um produto (atividade) devém valor de troca, é transformado não só em uma relação quantitativa determinada, em uma proporção – a saber, em um número que expressa qual quantidade de outras mercadorias é igual a ele, seu equivalente, ou em qual relação é o equivalente de outras mercadorias –, mas deve ao mesmo tempo ser transformado qualitativamente, ser convertido em um outro elemento, para que ambas as mercadorias devenham magnitudes concretas com a mesma unidade, logo, devenham comensuráveis”.

As relações de troca burguesas operam, seguindo o argumento acima, pela equiparação dos diversos objetos capazes de satisfazerem necessidades a uma terceira mercadoria: o símbolo do próprio valor a ser trocado, o dinheiro. Tal equiparação é possível na medida em que essas mercadorias também são valores – i.e., são unidades médias de tempo de trabalho despendido em suas produções – expressos em dinheiro. A efetivação da troca ocorre, porém, porque as mercadorias trocadas são diferentes em suas qualidades – i.e., possuem a capacidade de atender necessidades distintas uma das outras e, assim, possuem diversos valores de uso.

Longe de significar a imediata conversão do valor em dinheiro, essa relação de troca explicita ser a produção social reduzida aos valores que, expressos em unidades externas à própria mercadoria, fazem o produto assumir uma natureza específica: ser mercadoria, ou valor de troca, ao mesmo tempo em que satisfaz necessidades específicas correspondentes à sua materialidade.

Por outras palavras, a crítica de Marx à proposta de Darimon estabelece os produtos como mercadorias e estas enquanto valores de troca implica não apenas um modo específico de circulação da produção material, mas também uma específica produção material. Em decorrência disso, a distribuição, a troca e o consumo estão condicionados por este caráter da produção que, do ponto de vista unilateral, também está determinada por essas relações enquanto momentos da produção de valor de troca. O resultado é um modo específico de produção e reprodução da vida social, no qual a produção de valores de troca é uma de suas condições materiais.

Para serem relações de troca determinadas por esse modo de produção da vida social, exige-se, segundo Marx, uma transformação da relação entre os humanos que ultrapassa suas próprias relações de troca, de modo que o avanço das relações de troca fundadas no dinheiro modifica a natureza da produção social:

O que aparecia originariamente como meio para o fomento da produção converte-se em uma relação estranha aos produtores. Na mesma proporção com que os produtores se tornam dependentes da troca, a troca parece tornar-se independente deles e parece crescer o abismo entre o produto como produto e o produto como valor de troca. O dinheiro não gera essas contradições e antíteses; ao contrário, o desenvolvimento dessas contradições e antíteses gera o poder aparentemente transcendental do dinheiro.¹⁸⁸

¹⁸⁸Conforme Marx (2011, p.95).

Resultante da crescente produção de valores de troca, a contínua ampliação do poder do dinheiro frente aos humanos implica a constituição de um poder estranho e externo aos humanos. Tal poder se apresenta nas relações de troca como a separação das mercadorias – em sua capacidade de satisfazer necessidades – de sua forma valor de troca, de modo que estas são produzidas com a finalidade da troca para alcançarem o representante universal do valor de troca, o dinheiro.

Embora o dinheiro encarne o valor de troca e, com isso, apareça como o poder externo e estranho que domina os humanos em suas relações de troca, ele é, em verdade, resultado e não causa, do desenvolvimento da duplicidade da riqueza social – ser valor de uso e ser valor de troca.¹⁸⁹ Dito de outro modo, o poder das relações de troca sobre os humanos é consequência, para Marx, de um modo de vida em que a riqueza social são valores de troca consubstanciados em valores de uso.

Por serem as relações de troca, mediadas pelo dinheiro, resultantes desse modo de vida social, deve-se investigar seu processo de produção. Entretanto, antes de compreender esse aspecto, o autor desenvolve a transformação nas relações entre os humanos que caracteriza esse modo de vida.

¹⁸⁹Mais adiante, em sua elaboração da posição particular do dinheiro na sociedade burguesa, Marx (2011, p.98, grifos do autor) apresenta a mesma posição em outros termos: “No dinheiro, o valor das coisas está separado de sua substância. O dinheiro é originariamente o representante de todos os valores; na *práxis*, as coisas se invertem e todos os produtos e trabalhos reais devêm os representantes do dinheiro. Na troca direta cada artigo não pode ser trocado por qualquer outro, e uma atividade determinada só pode ser trocada por produtos determinados. O dinheiro só pode superar as dificuldades inerentes ao escambo na medida em que as generaliza, as torna universais. É absolutamente necessário que elementos separados à força, mas essencialmente ligados, se revelem por erupção violenta como *separação* de algo essencialmente conectado. A unidade se restaura *violentamente*. Tão logo a cisão hostil leva a erupções, os economistas salientam a *unidade essencial* e abstraem do estranhamento”. Com essa posição, fica evidente que, para Marx, o dinheiro surge do desenvolvimento das próprias relações sociais em que o produto vem a ser valor de troca e não por convenção estabelecida a partir do Estado.

1.2. As Relações Sociais Pressupostas à Produção de Valores de Troca

Na seção anterior, a exposição da crítica de Marx à Darimon explicitou que as relações de troca centradas no dinheiro estão assentadas na produção como produção de valores de troca, de modo que, do ponto de vista da produção social burguesa, os produtos do trabalho pertencem a essa produção porque são parcelas da quantidade total de trabalho por unidade de tempo despendido na produção social – i.e., parte do *quantum* de trabalho social. Por consequência, os produtos do trabalho são reduzidos à parcela do *quantum* de trabalho social, ao qual sua especificidade de satisfazer necessidades humanas é apenas suporte. Tal produção social, por seu turno, pressupõe uma transformação substantiva das relações entre os humanos. A esse respeito, afirma o autor:

A dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si. A produção de todo indivíduo singular é dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros. Os preços são antigos; a troca também; mas a crescente determinação dos primeiros pelos custos de produção, assim como a predominância da última sobre todas as relações de produção, só se desenvolvem completamente, e continuam a desenvolver-se cada vez mais completamente, na sociedade burguesa, a sociedade da livre concorrência.¹⁹⁰

A transformação dos resultados de toda a atividade humana em valores de troca, segue Marx, implica a instauração de relações entre os humanos nas quais estes são independentes, do ponto de vista pessoal, mas são dependentes de sua produção ser parte do valor de troca total produzido. O que exige ser valor de uso para outros humanos, que não ele mesmo. Subjacente a essa argumentação está o elevado grau de divisão do trabalho e especialização assumida pela produção social, de forma que a jornada de trabalho dos produtores está direcionada a uma atividade específica e é parte de um processo de produção específico: produção de valores de troca consubstanciados em valores de uso.

Como resultado desse novo sentido da produção, por exemplo, a subsistência dos produtores depende do seu produto vir a ser dinheiro, forma universal do valor de troca, para que acesse os meios para sua subsistência.

¹⁹⁰Conforme Marx (2011, p.104).

Por conseguinte, a subsistência de cada produtor passa pelo consumo dos demais produtores, à medida que cada um produz para a troca, de forma que relações tão antigas quanto o preço, a troca e o dinheiro são estruturadas de modo inteiramente novo: em função da produção de valores de troca.¹⁹¹ E, assim, a dependência entre os humanos não ocorre porque os resultados de sua atividade são imediatamente sociais, mas sim porque o produto de sua atividade é produzido como parte do *quantum* total de trabalho e, caso se efetive como tal, assume a sua forma universal – i.e., o dinheiro – permitindo a continuidade de sua existência social.

A generalização do caráter dos produtos como valores de troca, ao lado de suas características naturais, produz uma relação entre os humanos em que sua dependência entre si é alçada à posição de dependência entre os produtores de valores de troca em suas diversas formas naturais.¹⁹² Por ser o valor de troca determinada quantidade de trabalho por unidade de tempo, os mais variados resultados da atividade humana são, efetivamente, *reduzidos* a determinado *quantum* de trabalho objetivado em cada uma delas; de forma que a produção social nada mais é do que um imenso *quantum* de trabalho, do qual as diversas mercadorias são partes alíquotas.

Em outros termos, por serem as mercadorias produzidas para acessarem a produção social, ao obterem o valor de troca universal (dinheiro), as produções particulares nada mais são do que unidades de trabalho da produção universal à proporção em que são convertidas em dinheiro. Forma-se, por consequência, uma *totalidade* social, à qual a atividade humana e seu resultado estão subordinados por serem proporções homogêneas do todo e, por isso, interagem em termos de relações quantitativas.¹⁹³ Por consequência, a atividade humana não resulta em

¹⁹¹Cabe notar que Marx (2011, p.103) reconhece a capacidade de a economia política apreender esse fenômeno, trata-se, porém, de uma forma que explicita a relação de dependência multilateral na troca como a manifestação do interesse privado. Em outros termos, a economia política apreende as relações sociais burguesas ainda como relações fundadas no poder pessoal que, para Marx, não mais ocupa um lugar central.

¹⁹²Isso não significa, segundo Marx (2011, p.111-112), a eliminação da relação de dependência pessoal, mas sim, que esta relação não é mais central à produção, assumindo uma forma específica.

¹⁹³Sobre essa subordinação, Marx (2011, p. 108-109, grifos do autor) nota o seguinte: “Nas *listas de preços correntes*, onde todos os valores são medidos em dinheiro, a independência do caráter social das coisas em relação às pessoas, assim como, simultaneamente, a atividade do comércio sobre essa base da condição estranhada [*Fremdartigkeit*], na qual as relações globais de produção e intercâmbio aparecem confrontadas ao indivíduo, a todos os indivíduos, parece se subordinar novamente aos indivíduos singulares. Dado que a autonomização do mercado mundial, se se quiser, (no qual está incluída a atividade de cada indivíduo singular) cresce com o desenvolvimento das relações monetárias (do valor de troca) e, vice-versa, que a conexão universal e a dependência generalizada na produção e no consumo crescem simultaneamente com a independência e a indiferença recíproca de produtores e consumidores; dado que essa contradição conduz a

produção social pelas qualidades individuais de seus produtores ou por sua posição social, mas sim por sua qualidade de ser parte do *quantum* de trabalho social.

A partir do argumento acima, a troca de valores de troca se torna um imperativo das relações sociais, de forma que o *nexo social* entre os humanos é estabelecido por meio dos resultados de suas atividades ser parcela do *quantum* de trabalho social total. O que se manifesta na quantidade de dinheiro que cada um carrega consigo. Sobre esse novo aspecto da relação entre os humanos, recorda Marx:

A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social. Essa conexão social é expressa no *valor de troca*, e somente nele a atividade própria ou o produto de cada indivíduo devêem uma atividade ou produto para si; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o *valor de troca*, ou este último por si isolado, individualizado, *dinheiro*. De outro lado, o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro*. Seu poder social, assim como seu nexo com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso. A atividade, qualquer que seja sua forma de manifestação individual, e o produto da atividade, qualquer que seja sua qualidade particular, é o *valor de troca*, i.e., um universal em que toda individualidade, peculiaridade, é negada e apagada. Na verdade, essa é uma situação muito distinta daquela em que o indivíduo, ou o indivíduo natural ou historicamente ampliado na família ou tribo (mais tarde, comunidade), reproduz-se diretamente com base na natureza ou em que sua atividade produtiva e sua participação na produção são dependentes de uma determinada forma do trabalho e do produto, e sua relação com os outros é determinada da mesma forma.¹⁹⁴

A partir do trecho acima, nota-se que, para Marx, na sociedade em que o conjunto da riqueza social são valores de troca objetivados em valores de uso, as qualidades humanas e suas relações pessoais estão subordinadas à expansão dessa riqueza social. Os humanos se relacionam, portanto, porque são possuidores de parcelas do *quantum* de trabalho produzido pela sociedade, na medida em que os resultados de sua produção são trocados e, assim, realizados em dinheiro.

Tal padrão de relação entre os humanos é específico dessa produção social, na qual o caráter da atividade humana, a forma de sua produção e o modo de apropriação dos seus resultados pelos humanos está, diante dos humanos, como “algo estranho, como coisa” que nasce da relação entre os humanos “indiferentes

crises etc., paralelamente ao desenvolvimento do estranhamento tenta-se suprimir a contradição em seu próprio terreno; listas de preços correntes, taxas de câmbio, conexão postal dos comerciantes entre si, telégrafos etc. (os meios de comunicação desenvolvem-se naturalmente ao mesmo tempo), em que cada indivíduo singular obtém informação sobre a atividade de todos os outros e procura em seguida ajustar a sua própria. (...) A *equiparação* em lugar da comunalidade e da universalidade efetivas”.

¹⁹⁴Conforme Marx (2011, p.105, grifos do autor, sublinhado nosso).

entre si”.¹⁹⁵ Para explicar a especificidade desse estranhamento, Marx tece o seguinte argumento:

A troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular, sua conexão recíproca, aparece para eles mesmos como algo estranho, autônomo, como uma coisa. No valor de troca, a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder [Vermögen] pessoal, em poder coisificado. Quanto menos força social possui o meio de troca, quanto mais está ainda ligado à natureza do produto imediato do trabalho e às necessidades imediatas dos trocadores, maior deve ser a força da comunidade que liga os indivíduos uns aos outros, relação patriarcal, comunidade antiga, feudalismo e sistema corporativo. (...) Cada indivíduo possui o poder social sob a forma de uma coisa. Retire da coisa esse poder social e terá de dar tal poder a pessoas sobre pessoas. Relações de dependência pessoal (de início, inteiramente espontâneas e naturais) são as primeiras formas sociais nas quais a produtividade humana se desenvolve de maneira limitada e em pontos isolados. Independência pessoal fundada sobre uma dependência coisal é a segunda grande forma na qual se constitui pela primeira vez um sistema de metabolismo social universal, de relações universais, de necessidades múltiplas e de capacidades universais. A livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social, é o terceiro estágio. O segundo estágio cria as condições do terceiro. Por isso, as condições patriarcais, bem como as antigas (justamente como as feudais), declinam com o desenvolvimento do comércio, do luxo, do *dinheiro*, do *valor de troca* na mesma medida em que com eles emerge a sociedade moderna.¹⁹⁶

Ao dividir a história das relações humanas em três padrões relacionais – dependência pessoal, independência pessoal com dependência coisal e independência pessoal fundada no livre desenvolvimento da individualidade humana –, o autor procura explicar a existência de uma transformação substantiva nas relações entre os homens que estabelece as condições materiais para a própria emancipação humana. Para compreender essa condição, cabe notar que o poder social de cada humano estar no acesso à produção social por meio dos resultados de sua produção particular tornada valor de troca evidencia que os humanos são independentes entre si no processo produtivo, mas são dependentes dos resultados de sua produção como parcela do *quantum* de trabalho social total, de modo que as objetividades criadas, dessa forma, pelos humanos são externas e estranhas perante eles – i.e., são “coisas” com valor de troca.

Tal relação, por seu turno, implica a transformação das relações entre os humanos de relações sociais centradas na dependência pessoal – nas quais o poder social é exercido diretamente por uma parcela dos humanos sobre outra parcela

¹⁹⁵ Conforme Marx (2011, p.105).

¹⁹⁶ Conforme Marx (2011, p.105-106, grifo do autor, sublinhado nosso).

(senhor/escravo, por exemplo) – em relações sociais em que os humanos são independentes entre si, mas subjugados aos seus produtos na qualidade de coisas com valor de troca – i.e., submetidos à produção dessa *riqueza social*. Nesse tipo de processo produtivo, as atividades humanas estão subordinadas ao ritmo, designios e necessidades da produção do valor de troca. As relações pessoais cabem, aqui, somente se fomentam a produção do valor de troca.

A partir desse tipo de estranhamento engendrado pela produção social burguesa, segue Marx, são criadas as condições materiais para a emancipação humana. Isso porque, ao universalizar o intercâmbio entre os humanos na forma da troca de coisas com valor de troca, tem-se na relação social fundada na independência pessoal combinada à dependência coisal a produção de inter-relações entre os humanos que, ao ampliarem a produção e reprodução das condições materiais necessária à vida social burguesa, potencializam a capacidade produtiva geral das atividades humanas, ainda que constituídas na forma de poder das coisas sobre os humanos.¹⁹⁷

Ao contrário das relações de dependência pessoal, nas quais o poder social determinante da vida social e de seu processo de produção têm por centro o domínio de um grupamento social sobre os demais, a sociedade burguesa inaugura um tipo de poder social no qual a elevação das capacidades e das necessidades à posição universal implica a constituição de uma potência geral de produção que torna a coação direta um epifenômeno. Nesta sociedade, portanto, os humanos são coagidos a produzirem em escala crescente não de forma direta, mas porque subsistem por meio dos seus produtos tornados coisas com valor de troca, de modo que o poder social constrangedor de suas atividades aparece como é nesta sociedade: o poder das coisas sobre os homens.

É desse poder social que emerge um potencial geral de produção no qual Marx localiza a possibilidade de superação desta coação, uma vez que tal potencial

¹⁹⁷Sobre esse aspecto, cabe recordar que, para Marx (2011, p.44-53), as condições particulares de produção não são particulares por si sós, de forma que existem em suas especificidades porque são a forma de condições gerais de produção, distribuição, troca e consumo, cujo desenvolvimento as torna mais complexas. Por isso, não existe particularidade sem universalidade, de maneira que um somente pode ser definido na relação com o outro (o mesmo ocorre com o positivo e o negativo, a identidade e a diferença, e outras relações), conforme desenvolve Hegel (2005, p.39-59). Dito de outro modo, à proporção em que são desenvolvidas as relações de produção, distribuição, troca e consumo características da sociedade burguesa, também se eleva o potencial de produzir, distribuir, trocar e consumir que, efetivado na forma coisal, assume sua particularidade referente a sociedade cuja riqueza é coisal. A efetivação desta potência de uma maneira não estranhada e externa aos humanos requer, para Marx, a transformação substantiva das relações sociais. O sentido dessa transformação será qualificado a seguir.

pode ser *apropriado* para o livre desenvolvimento da individualidade humana.¹⁹⁸ Ao invés da individualidade estar restrita à posição social ocupada pelos humanos – seja de subordinado seja de subordinante – ou circunscrita à sua posição na produção de coisas de valor de troca, seu livre desenvolvimento seria o condicionante da produção social.

A razão pela qual esse potencial geral de produção pode ser apropriado em prol da emancipação humana é exposta por Marx na seguinte passagem:

Quanto menos tempo a sociedade precisa para produzir trigo, gado etc., tanto mais tempo ganha para outras produções, materiais ou espirituais. Da mesma maneira que para um indivíduo singular, a universalidade de seu desenvolvimento, de seu prazer e de sua atividade depende da economia de tempo. Economia de tempo, a isso se reduz afinal toda economia. Da mesma forma, a sociedade tem de distribuir apropriadamente seu tempo para obter uma produção em conformidade com a totalidade de suas necessidades; do mesmo modo como para o indivíduo singular, tem de distribuir o seu tempo de forma correta para adquirir conhecimentos em proporções apropriadas ou para desempenhar suficientemente as variadas exigências de sua atividade. Economia de tempo, bem como distribuição planificada do tempo de trabalho entre os diferentes ramos de produção, continua sendo também a primeira lei econômica sobre a base da produção coletiva. Permanece lei até mesmo em grau muito mais elevado. Todavia, isto é essencialmente distinto da mensuração dos valores de troca (trabalhos ou produtos de trabalho) pelo tempo de trabalho. Os trabalhos dos indivíduos singulares em um mesmo ramo de trabalho e os diversos tipos de trabalho são diferentes não só quantitativamente, mas também qualitativamente. O que pressupõe a diferença puramente *quantitativa* das coisas? A uniformidade [*Dieselbigkeit*] de sua *qualidade*. Logo, a mensuração quantitativa dos trabalhos pressupõe a igualdade, a uniformidade [*Dieselbigkeit*] de sua *qualidade*.¹⁹⁹

De acordo com a passagem acima, Marx assinala ser a economia de tempo para a subsistência uma condição material inerente ao desenvolvimento de qualquer vida social e seu processo de produção. No modo de vida social burguês, em razão da crescente inter-relação humana para a produção de valores de troca, a economia de tempo de trabalho torna-se contínua. E, por isso, essa vida social estabelece as bases para uma sociedade na qual a riqueza dos resultados da produção não seja mensurada pelo *quantum* de trabalho objetivado, mas sim por sua real contribuição à humanização do homem.

A efetivação desse novo modo de vida social, para Marx, exige uma transformação das relações sociais entre os humanos, de relações nas quais o nexos social está fundado nos produtos como *quantum* de trabalho determinado, para

¹⁹⁸ Conforme Marx (2011, p.111-112). Sobre a condição geral e sua forma, ver nota acima.

¹⁹⁹ Conforme Marx (2011, p.119-120, grifos do autor, sublinhado nosso).

relações sociais nas quais o nexos social não seja mais esse, tampouco a dependência pessoal.²⁰⁰ Esse aspecto será desenvolvido por Marx quando explicita o lugar da jornada de trabalho na produção de valores de troca. Contudo, antes de analisar esse ponto, cabe desenvolver o processo de produção de valores de troca, no qual o autor assenta a especificidade dessa produção enquanto produção crescente de valor de troca, cuja consequência é a contínua economia de tempo de trabalho, da qual decorre o caráter contraditório dessa produção social. E, por esse caráter, afirma-se que a produção social burguesa põe, pelo seu próprio desenvolvimento, suas condições de superação.

²⁰⁰ O retorno às relações de dependência direta entre os humanos, de acordo com Marx (2011, p.109-110), está explícito nas visões românticas das sociedades pré-capitalistas, pois, ancoradas na percepção de que o desenvolvimento da dependência coisal combinada à independência pessoal produz indivíduos independentes na produção, mas fragmentados em sua existência individual por causa da dependência das coisas que produzem, advogam o retorno à completude do indivíduo por meio de sua dependência pessoal, na qual participa da sociedade de acordo com sua posição social.

1.3. Conclusão do Capítulo

No presente capítulo, apresentou-se a compreensão de Marx sobre o caráter da riqueza social burguesa. Embora o dinheiro se apresente como o centro dessa riqueza, o autor afirma ser este somente a expressão do conteúdo dessa produção social: ser valor de troca. Tal conteúdo implica ser o dispêndio de trabalho a *substância* da produção, sendo sua medida a quantidade de trabalho despendida em determinado tempo, de modo que as mercadorias se relacionam entre si enquanto partes alíquotas do *quantum* de trabalho produzido pela sociedade.

Nessa relação, por seu turno, o dinheiro atua como unidade de medida, mediador da relação de troca e representante universal da riqueza social, de modo a ser a *forma* universal da riqueza social burguesa, cujo *conteúdo* reside no *quantum* de trabalho social. Ao se apresentar de maneira dupla, portanto, a riqueza social burguesa são mercadorias – i.e., parcelas do *quantum* de trabalho social com capacidade de satisfazer necessidades humanas –, de modo que a riqueza social é o conjunto de coisas de valor de troca e, com isso, a produção material está submetida a essa forma coisal.

Tal natureza da riqueza social burguesa resulta, para Marx, do estabelecimento de uma modificação profunda nas relações entre os humanos. Da relação de dependência fundada na posição social, passa-se a relação de independência pessoal combinada à dependência coisal, na qual as relações sociais estão subjugadas à produção de *quantum* de trabalho como parte do trabalho social e, por conseguinte, dependentes da reprodução do resultado da produção como coisa com valor de troca.

Com um modo inteiramente novo de relação social entre os humanos, a sociedade burguesa tem em sua produção social uma característica peculiar: a crescente produtividade. Do ponto de vista da conexão social dos humanos, participa-se mais da sociedade – i.e., maior o poder social – quanto maior o *quantum* do trabalho social que cada um carrega no bolso. E, por isso, o *quantum* de trabalho consubstanciado em valores de uso tem de ser transformado na forma universal do valor de troca de maneira crescente. O que exige a ampliação da produção de *quantum* de trabalho consubstanciado em valores de usos, instaurando a “economia de tempo” sobre a qual se pode realizar outro modo de vida social.

Em consequência, a crescente riqueza produz a não menos crescente pobreza na sociedade burguesa. E isso ocorre não por causa de insuficiência de renda diante dos variados meios de satisfação de necessidades acessíveis somente com dinheiro; mas sim porque a específica riqueza da sociedade burguesa – coisas com valor de troca – está ancorada na redução dos humanos ao seu nexos social que, por seu turno, implica ser a satisfação de suas necessidades mediadas por sua capacidade de produzir dado *quantum* do trabalho social, materializado em dinheiro. Nota-se, assim, que a riqueza social burguesa está pautada na crescente degradação dos seres humanos, pois sua individualidade reside em sua carteira.

A expansão dessa riqueza e seu empobrecimento do humano produzem os meios para a própria superação dessa relação porque proporciona o desenvolvimento da “economia de tempo” e, com isso, amplia a capacidade de produção de um conjunto de meios materiais com o uso menor de tempo de trabalho. Esse efetivo avanço do potencial de produção de riqueza material engendra as condições sobre as quais pode ter lugar outra forma de produção social, na qual a riqueza social seja o livre desenvolvimento da individualidade, não mais exigente do domínio de uns sobre os outros, ou das coisas sobre todos, de modo que a riqueza social seja o desenvolvimento da individualidade humana, em função da qual está organizada a produção material.

A exposição dessa possibilidade de relação social exige a apresentação da crítica de Marx ao conceito de capital, tal como expresso pela economia política, momento no qual o autor expõe sua compreensão do processo de produção da riqueza social burguesa. Ao desenvolver esse aspecto, Marx enquadra a discussão do limite e da possibilidade desse modo de vida, de maneira que, antes de discutir as condições para a superação da sociedade burguesa, apresenta-se o seu processo de produção, segundo o autor.

2. A Produção da Riqueza Social Burguesa

No presente capítulo, recupera-se o argumento de Marx, desenvolvido na parte dos **Grundrisse** dedicada ao capital, sobre o processo de produção de valores de troca, de forma a qualificar a especificidade da produção da riqueza social burguesa. Com essa apresentação, o autor assenta sua compreensão da lógica contraditória dessa produção, da qual emergem os meios para a sua própria superação, aspecto do argumento do autor a ser desenvolvido no capítulo seguinte.

Ao iniciar pela crítica do conceito de capital da economia política, Marx procura desenvolver esse conceito como expressão de um processo social de produção específico, no qual valores de troca são reproduzidos em escala ampliada. Como forma de compreender a produção social, o capital atravessa todos os momentos constitutivos desse processo, de forma que o dinheiro, as mercadorias e, dentre estas, aquelas específicas à produção são formas assumidas pelo capital para perpetuar sua existência, somente possível, explicita Marx, com a contínua produção dos valores de troca. O que pressupõe, por sua vez, o desenvolvimento das condições gerais de produção submetidas a relações sociais em que os humanos são independentes entre si e dependentes da sua produção como valor de troca.

Compreendido como processo social de produção de valores de troca, o capital não se resume às relações de troca centradas no dinheiro, pois, no interior dessa relação, ocorre a relação de troca entre os valores de uso necessários à produção de valores de troca. O que implica investigar a relação entre esses valores, de forma que a análise desse aspecto explica tanto sua diferença das relações de troca quanto o caráter da produção da riqueza social burguesa: ser crescente produção de valor de troca.

Para expor o argumento acima, divide-se o capítulo em duas seções. Na primeira, distingue-se, no interior da relação de troca, a circulação de valores de troca da específica circulação de valores de uso necessária à reprodução do capital. Em seguida, apresenta-se a relação desigual entre esses valores de uso quando postos em contato.

2.1. A Relação de Troca no Interior da Relação de Troca Centrada no Dinheiro

Para desenvolver o primeiro momento da produção da riqueza social burguesa, deve-se recordar que, conforme o capítulo anterior, essa riqueza é o conjunto de valores de troca consubstanciados em valores de uso. E, por isso, o dinheiro não é somente uma unidade de medida e/ou meio de circulação da riqueza, mas sim seu representante universal, de modo que se estabelece como ponto de passagem obrigatório da sua produção, constituindo uma de suas condições materiais.²⁰¹

Junto ao dinheiro, outras são as condições materiais necessárias à vida burguesa que, embora tenham características pertencentes a qualquer forma de produção e reprodução da vida social, possuem especificidades que as fazem pertencer somente a esse sistema. Referentes à produção de valores de troca, encontram-se os instrumentos de produção e as matérias-primas e suas relações com o trabalho.

Denominados *capital* pela economia política, os instrumentos de trabalho e as matérias-primas são, para esses autores, condição material de qualquer vida social e seu processo de produção, pois se trata do conjunto de meios para a efetivação do trabalho que resulta de trabalho passado acumulado. Ao compreender o capital nestes termos, afirma Marx, a economia política colapsa a condição material de produção específica à sociedade burguesa com a condição material necessária a qualquer produção social:

(...) quando se afirma {a economia política} que o capital “é trabalho acumulado (realizado) (na verdade, trabalho *objetivado*) que serve de meio para um novo trabalho (produção)”, só é considerada a simples matéria do capital, abstraída da determinação formal sem a qual não é capital. Isso nada mais significa que capital é instrumento de produção, uma vez que, em sentido mais amplo, todo objeto, mesmo aquele inteiramente fornecido pela natureza, como pedras, por exemplo, tem de ser primeiro apropriado por uma atividade qualquer antes de poder servir como instrumento, como meio de produção. Sob essa ótica, o capital teria existido em todas as formas da sociedade, é algo completamente ahistórico. (...) A outra determinação contida na definição acima abstrai completamente da substância material dos produtos, e o próprio trabalho passado é considerado como seu único

²⁰¹ Por ser ponto de partida e ponto de chegada do processo de produção e reprodução dessa vida social, o dinheiro se torna referência do processo social de produção. E, por isso, sem a passagem pelo dinheiro, a produção individual não faz parte da produção social e, por conseguinte, os humanos detentores desses produtos não satisfazem suas necessidades. Dito de outra forma, porque o dinheiro é forma pela qual se apresenta o preço, sendo este a expressão das relações entre os valores das mercadorias com o dinheiro, “(...) na produção moderna, em que são pressupostos o valor de troca e a circulação desenvolvida, por um lado, os preços determinam a produção; por outro, a produção determina os preços”. Conferir Marx (2011, p.198).

conteúdo (substância); da mesma forma que é abstraída também a finalidade determinada, específica, para cuja produção esse produto deve, por sua vez, servir como meio, sendo posta como finalidade, ao contrário, unicamente uma produção – tudo isso pareceria apenas obra da abstração, que é igualmente verdadeira em todas as condições sociais e que tão somente dá seguimento à análise e à fórmula de maneira mais abstrata (mais universal) do que de resto costuma acontecer. Se a forma determinada do capital é assim abstraída e é enfatizado só o *conteúdo, que, enquanto tal, é um momento necessário de todo trabalho, naturalmente nada é mais fácil do que demonstrar que o capital é uma condição necessária de toda produção humana*. A demonstração é feita justamente pela abstração das determinações específicas que fazem do capital um momento de uma fase histórica particularmente desenvolvida da produção humana. A ironia é que se todo capital é trabalho objetivado que serve de meio para uma nova produção, nem todo trabalho objetivado que serve de meio para uma nova produção é capital. O *capital é concebido como coisa, não como relação*.²⁰²

Na passagem acima, Marx sintetiza o conceito de capital da economia política: coisas para produzirem coisas, cuja produção é mediada pelo trabalho e atende uma finalidade específica à qual a forma da coisa trabalhada deve ser adequada. Junto dessa compreensão, apreende-se o capital como trabalho passado que, em contato com o trabalho vivo, produz nova quantidade de trabalho.

As duas maneiras de expor o capital fazem com que este esteja presente em toda e qualquer relação humana porque, neste caso, não se produz sem o uso de objetos resultantes de trabalho passado sobre objetos. E, pelo mero exercício de abstração das suas especificidades, tais objetos podem ser reduzidos a determinadas quantidades de trabalho.

Essa forma de compreender o capital perde de vista que, continua Marx, a abstração das especificidades dos meios de trabalho não é somente uma operação do pensamento. Para o conjunto dos meios de trabalho se tornar capital, pressupõe-se que suas formas materiais e sua substância comum façam parte de uma produção de natureza específica: reproduzir valores de troca. Por outras palavras, embora se apresente como exercício do pensar – cujos objetivos são, do ponto de vista da economia política, simplificar e generalizar sua exposição –, trata-se, em verdade, de uma *abstração* condizente com uma realidade social específica.

Ancorada nas relações sociais próprias de um sistema de produção, no qual os resultados da atividade humana são igualados a determinado *quantum* de trabalho e, assim, produtos distintos são trocáveis entre si, esse ato de abstração executado pela economia política expressa, em verdade, o caráter da produção

²⁰²Conforme Marx (p.198-199, grifos do autor).

social burguesa. Para compreender esse caráter, o autor reivindica uma concepção inteiramente nova do que seja *capital*:

Se, por outro lado, é dito que o capital é uma soma de valores aplicada para a produção de valores, isso significa que: o capital é o valor de troca que reproduz a si mesmo. Mas, formalmente, o valor de troca se reproduz também na circulação simples. É verdade que nessa explicação é retida a forma pela qual o valor de troca é o ponto de partida, mas é deixada de lado a relação com o conteúdo (que, no capital, ao contrário do valor de troca simples, não é *indiferente*). Se é dito que o capital é valor de troca que produz um lucro, ou que ao menos é utilizado com o propósito de produzir um lucro, o capital já está pressuposto em sua própria explicação, pois lucro é a relação determinada do capital consigo mesmo. O capital não é uma relação simples, mas um processo, nos diferentes momentos do qual é sempre capital. Por isso, é preciso desenvolver esse processo.²⁰³

Como valores para produção de valores, o capital tem nas coisas para a produção de coisas uma de suas formas porque faz das condições gerais de produção – a relação entre instrumentos de produção, matéria-prima e trabalho – um dos momentos da produção de valores. Na qualidade de valores para a produção de valores, por conseguinte, o capital não está apenas no processo de produção unilateral, mas também os resultados da produção e o dinheiro – no qual os produtos são transformados e, com isso, podem reiniciar o movimento de produzir valores – são outras de suas formas. Reduzir o capital a qualquer uma dessas relações implica perder de vista o capital como *processo*, sendo as formas assumidas pelo capital os meios materiais imprescindíveis ao processo social de produção de valores de troca.

Para desenvolver esse processo, Marx nota a existência de uma relação de troca específica no interior da relação de troca centrada no dinheiro. Isso porque, segue o autor, para haver a constante ocorrência da troca de mercadorias por dinheiro e desse último por novas mercadorias (circulação), não pode ocorrer a simples troca de mercadorias indiferentes aos seus valores de uso, mas sim a troca de valores de uso adequados ao processo de produção de valores de troca.²⁰⁴

Em outras palavras, como forma do capital, o dinheiro, as mercadorias e a sua produção fazem parte de uma relação de troca específica, que ocorre no interior da relação de troca, centrada no dinheiro, em que valores de uso são intercambiados – independentemente de sua função na produção de valores de

²⁰³ Conforme Marx (2011, p.199, grifo do autor, sublinhado nosso).

²⁰⁴ Conforme Marx (2011, p.200): “a troca não se deteve no pôr formal de valores de troca, mas necessariamente partiu daí para submeter a própria produção ao valor de troca”.

troca. A existência dessa relação de troca exige, por seu turno, a relação do capital com o seu necessário outro. Nessa linha o autor pontua:

Em conformidade com seu conceito, o capital é dinheiro, mas dinheiro que não existe mais na forma simples de ouro e prata, nem tampouco como dinheiro em oposição à circulação, mas dinheiro na forma de todas as substâncias – mercadorias. Nesse particular, portanto, como capital não está em oposição ao valor de uso, mas existe, além do dinheiro, justamente nos valores de uso. Por conseguinte, essas suas próprias substâncias são agora transitórias e não teriam valor de troca se não tivessem valor de uso; mas [são substâncias] que, como valores de uso, perdem seu valor, são dissolvidas pelo simples metabolismo da natureza se não são efetivamente usadas; e desaparecem em definitivo quando são efetivamente usadas. Sob tal aspecto, o contrário do capital não pode ser de novo uma mercadoria particular; porque, enquanto tal, ela não constitui uma oposição ao capital, pois a substância do próprio capital é valor de uso; não é essa ou aquela mercadoria, mas é qualquer mercadoria. A substância comum a todas as mercadorias, *i.e.*, sua substância dessa vez não como seu substrato material, determinação física, portanto, mas sua substância em comum como *mercadorias* e, por isso, *valores de troca*, é a de que são *trabalho objetivado*. (...) A única coisa distinta do *trabalho objetivado* é o *trabalho não objetivado*, mas ainda se objetivando, o *trabalho* como subjetividade. Ou ainda, o *trabalho objetivado*, *i.e.*, como *trabalho presente no espaço*, pode ser contraposto, como *trabalho passado*, ao *trabalho presente no tempo*. Como deve existir como trabalho no tempo, vivo, só pode existir como *sujeito vivo*, no qual existe como capacidade, como possibilidade; logo, como *trabalhador*. Por isso, o único *valor de uso* que pode constituir uma antítese ao capital é o *trabalho*.²⁰⁵

Longe de ser mera troca de mercadorias, a relação de troca qualificadora da especificidade da sociedade burguesa tem como pressuposto a produção de valores de troca, de modo que o dinheiro ser capital implica o primeiro não mais existir na forma de simples moeda, mas enquanto representante universal da riqueza específica dessa sociedade – *i.e.*, valores de troca consubstanciados em valores de uso. Ao mesmo tempo, o capital não é apenas dinheiro na qualidade de representante universal da riqueza social burguesa e, com isso, intermediador de sua riqueza em formas particulares; pois, tão logo se observa a relação de troca específica à existência do capital, nota-se que esta também é uma relação na qual os valores são preservados porque são reproduzidos.

Em consequência, o capital também é o conjunto de objetos determinados cujos valores de troca devem ser conservados. Como essa preservação ocorre pela reprodução do seu valor de troca, o processo pelo qual passa a forma de valores de uso em que se encontra o capital exige que sua matéria

²⁰⁵Conforme Marx (2011, p.211-212, grifos do autor). Mais adiante, o autor apresenta essa relação nos seguintes termos: “O *valor de uso* confronta o capital como o valor de troca posto é o *trabalho*. O capital se troca ou está nessa determinabilidade só em relação com o não *capital*, a negação do capital, e só é capital relativamente a esta última; o não capital efetivo é o *trabalho*”. (*Ibid.*, p.213, grifos do autor)

particular seja elaborada de modo a reproduzir sua substância em comum com as demais matérias particulares: serem trabalho objetivado. A capacidade de elaborar as matérias particulares está contida no necessário outro do trabalho objetivado, ou seja, o trabalho em potência, o trabalho com capacidade de se objetivar ou, em uma sentença, a capacidade de trabalho.

Como capacidade, segue Marx, o trabalho deve ser trabalho existente no tempo – o trabalho vivo – que, nesta forma, relaciona-se com o trabalho fixado no tempo – o trabalho morto. Na qualidade de trabalho vivo, estão os humanos na posição social de trabalhadores – i.e., aquelas cuja capacidade de trabalho constitui o único valor de uso disponível para trocar com o capital que, por seu turno, deseja-a porque garante sua reprodução. Configura-se, assim, a capacidade de trabalho como o valor de uso que reproduz os demais valores de uso enquanto valores de troca e, ao fazê-lo, repõe-se na qualidade de valor de uso específico para o capital, tornando essa troca um imperativo para a produção da riqueza social burguesa e, com isso, para a manutenção de seu padrão de relação social.

Dividida em dois momentos, a relação de troca entre o capital e o trabalho é marcada, por um lado, pela operação de compra e de venda entre ambos, e, por outro lado, pela efetivação da capacidade de trabalho pelo capital.²⁰⁶ Em lugar do uso do valor de troca adquirido não ter importância para a relação de troca, a relação entre o capital e o trabalho somente se efetiva se o dinheiro como capital adquirir tanto o valor de uso capaz de produzir valor de troca – quando em contato com os objetos de trabalho portadores de valores de troca –, quanto adquirir os

²⁰⁶A especificidade da relação não está vinculada somente a aquisição do trabalho, mas também ao seu uso para a produção de valores de troca. A esse respeito, Marx (2011, p.212) diz o seguinte: “O trabalho, como mera prestação de serviço destinada à satisfação de necessidades imediatas, não tem absolutamente nada a ver com o capital, uma vez que o capital não procura tal satisfação. Quando um capitalista manda cortar lenha para assar seu carneiro, não só o lenhador se relaciona com o capitalista na relação da troca simples, mas também o capitalista se relaciona com o lenhador na mesma relação. O lenhador lhe dá seu serviço, um valor de uso que não aumenta o capital, mas no qual ele se consome, e o capitalista lhe dá em troca uma outra mercadoria sob a forma de dinheiro. O mesmo acontece com todas as prestações de serviço que os trabalhadores trocam diretamente pelo dinheiro de outras pessoas e que são consumidas por essas pessoas. Isso é consumo de renda, que, enquanto tal, sempre pertence à circulação simples, não à do capital. Se um dos contratantes não se contrapõe ao outro como capitalista, tal prestação de serviço não pode entrar na categoria de trabalho produtivo. Da puta ao papa, há uma multidão dessa rale. Mas também faz parte dela o lumpem proletariado honesto e “trabalhador”; p. ex., grandes bandos de serviçais etc. que prestam serviço nas cidades portuárias etc. O que representa o dinheiro só quer o serviço em virtude de seu valor de uso, que desaparece imediatamente para ele; mas o serviço exige o dinheiro, e dado que ao que fornece o dinheiro interessa a mercadoria, e ao que fornece a mercadoria, o dinheiro, eles representam, um perante o outro, somente os dois lados da circulação simples; é claro que o serviço, como aquele a quem interessa o dinheiro, ou seja, imediatamente a forma universal da riqueza, procura enriquecer à custa de seu improvisado amigo, o que deixa este último, um [frio] calculista, tão mais profundamente angustiado, porque tal prestação de serviço de que agora necessita é imputável exclusivamente à sua universal fraqueza humana, mas de forma alguma [é] desejada por ele em sua *qualidade de capitalista*”. Por fim, Marx (2011, p.213) recorda que, ao se tornar força produtiva do próprio capital, a potência do trabalho faz deste último mais uma das formas do capital.

objetos adequados a esse contato. A aquisição da capacidade de trabalho e seu uso estão, assim, atrelados à finalidade última da produção: reprodução dos valores de troca.

Para compreender a duplicidade da relação entre o capital e o trabalho, Marx inicia pela exposição do primeiro momento dessa relação que, para o autor, começa na circulação de mercadorias, na qual o dinheiro enquanto capital adquire determinada capacidade de trabalho por um período específico de tempo. Nada mais do que a troca de dinheiro por mercadoria, essa relação pode ser descrita como o simples movimento entre valores de troca de igual medida que, por não se movimentarem sozinhos, pressupõe a troca entre, de um lado, os humanos na posição de trabalhadores e, de outro lado, os humanos na posição de representantes do capital.

Ao configurar uma relação entre humanos independentes entre si dispostos a trocarem seus valores de uso de igual valor de troca, tem-se, do ponto de vista do trabalhador, a simples cessão de sua capacidade de trabalho por determinado período de tempo em troca do acesso aos meios de subsistência, proporcionado pelo dinheiro.²⁰⁷ E, ao sobreviver por meio da cessão de sua capacidade de trabalho por determinado período de tempo, evidencia-se que a reprodução do humano nesta posição requer a constante aquisição de sua capacidade de trabalho, de forma que o processo de produção de valores de troca deve ser sempre repostado – ou ao menos se apresentar como possibilidades para esses humanos. Tal venda da capacidade de trabalho, observa Marx, perdura, para o trabalhador individual, até o momento no qual sua capacidade de trabalho se desgasta por completo e, com isso, toma seu lugar outro trabalhador.²⁰⁸

Ceder seu valor de uso em troca do dinheiro é possível porque a própria capacidade de trabalho se tornou mercadoria e, por isso, tem determinado valor de troca ao lado de seu valor de uso. Essa condição do humano requer, destaca o autor, a transformação profunda nas suas relações, a qual tem um de seus vértices na separação do humano na posição de trabalhador do seu objeto de trabalho mais imediato: a terra.

O próprio proprietário então limpa a terra de suas bocas supérfluas, como diz Steuart, arranca os filhos da terra do seio no qual cresceram e

²⁰⁷ Conforme Marx (2011, p.220-221).

²⁰⁸ Conforme Marx (2011, p.221).

transforma, assim, o próprio trabalho na terra, de trabalho que, segundo sua natureza, aparece como fonte imediata de subsistência, em trabalho como fonte de subsistência mediada, inteiramente dependente de relações sociais (...) Não pode haver qualquer dúvida, portanto, de que o *trabalho assalariado* em sua forma *clássica*, quando impregnando a sociedade em toda a sua extensão e, no lugar da terra, fazendo-se em solo sobre o qual a sociedade se erige, é criado de início pela moderna propriedade fundiária, i.e., pela propriedade fundiária como valor criado pelo próprio capital. Por isso a propriedade fundiária leva de volta ao trabalho assalariado. Visto sob um aspecto, não se trata senão da transferência do trabalho assalariado das cidades para o campo, logo, do trabalho assalariado disseminado por toda a superfície da sociedade. O antigo proprietário fundiário, se é rico, não precisa de nenhum capitalista para devir um moderno proprietário fundiário. Precisa tão somente transformar seus trabalhadores em trabalhadores assalariados e produzir para obter lucro, em lugar de renda. Em sua pessoa estão pressupostos então o moderno arrendatário e o moderno proprietário da terra. Todavia, não se trata de uma diferença formal o fato de que se modifica a forma pela qual ele recebe sua renda, ou a forma pela qual o trabalhador é pago, mas pressupõe *uma reconfiguração total* do próprio *modo de produção* (da agricultura); por isso, tem pressupostos baseados em determinado grau de desenvolvimento da indústria, do comércio e da ciência, em síntese, das forças produtivas. Da mesma maneira que, em geral, a produção baseada no capital e no trabalho assalariado não é só formalmente diferente de outros modos de produção, mas pressupõe também uma revolução e um desenvolvimento total da produção material.²⁰⁹

A passagem acima explícita, de forma sintética, a mudança ocorrida na sociedade capaz de estabelecer a relação entre o capital e o trabalho: modificação substantiva da propriedade fundiária pelo capital. Ao ser objeto para a produção de valores de troca, a elevada parcela dos humanos que subsistiam por meio do trabalho na propriedade fundiária passa a ser obrigada a vender sua capacidade de trabalho para continuar a viver. De uma relação de dependência pessoal com o proprietário da terra, este conjunto de humanos se relaciona com ele como objeto para a produção de valores de troca, de forma que, ao invés de a terra ser a base da sociedade, apresenta-se o trabalho *assalariado* como seu solo.

Como desdobramento dessa mudança da base da produção social, tem-se que a relação entre o capital e o trabalho não se configura como relação entre condições gerais de produção e capacidade geral de trabalho. Trata-se de condições e capacidades gerais configuradas de forma específica, de modo que os meios para a efetivação do trabalho e o próprio trabalho assumem um caráter novo: *capital e trabalho assalariado*.

A revolução nas relações sociais exigida para se estabelecer a relação entre o capital e o trabalho assalariado não dependeu, segue Marx, somente da separação do humano dos meios para produzir sua subsistência. Junto a essa

²⁰⁹Conforme Marx (2011, p.215-216, grifo do autor, sublinhado nosso).

mudança, ocorreu outro conjunto de transformações de grande envergadura, tais como o comércio, a produção industrial, a ciência, o mercado mundial²¹⁰ e outros meios de intercâmbio entre os humanos, que desenvolvidos em dado grau, foram capazes de assentar essa nova relação social, também transformadora da natureza destes meios de intercâmbio entre os humanos. Em outros termos, a significativa mudança no processo social de produção material ocorrida para ter lugar uma determinada relação social, cujo solo é o trabalho assalariado, exigiu certo grau e especificidade do desenvolvimento das *forças produtivas*.

Essa transformação social estabelece a relação entre o capital e o trabalho assalariado como uma relação necessária não apenas porque, na produção, o capital é valor de troca para produzir valores, mas também porque os humanos na posição de trabalhadores têm de ceder sua capacidade de trabalho ao capital em troca do meio com o qual adquirem sua subsistência. Isso porque essa é a única maneira de satisfazerem suas necessidades, haja vista que foram separados do solo – ou, em termos gerais, dos seus meios de produção e dos seus meios de subsistência – de modo que se apresentam como mercadorias cujo valor de uso é sua capacidade de trabalho.

Ao se apresentarem como tal, os humanos na posição de trabalhadores, desprovidos dos meios para viver, deparam-se com o capital em sua forma dinheiro. Realizada a troca, o trabalhador tem a promessa de vir a receber o dinheiro com o qual poderá comprar os meios para sua subsistência. Nessa linha, Marx observa que o dinheiro é somente meio de troca para o trabalhador.²¹¹

Ao contrário de representar para ele a universalidade da riqueza, a sua relação de troca com o capital na forma dinheiro não constitui conservação dos valores de troca, mas sim a satisfação das suas necessidades como capacidade de

²¹⁰Conforme Marx (2011, p.219-220).

²¹¹Conforme Marx (2011, p.221). Ainda sobre esse aspecto, Marx (*Ibid.*, p.222) lembra a diferente participação no consumo obtida pelo trabalhador assalariado, pois estes “não estão excluídos qualitativamente do círculo de seus prazeres, mas só quantitativamente. Isso o diferencia do escravo, do servo, etc.” Limitados somente pela quantidade de dinheiro, a possibilidade de adquirir o conjunto das mercadorias se apresenta como horizonte possível de universalização do consumo, mas não riqueza universal – i.e., dinheiro para a produção de capital. Esta pode ser atingida somente por diminuta parcela dos trabalhadores, que venham a se tornar “ricos”, não por sua totalidade. Tal horizonte de ascensão social produz efeitos nas relações sociais que, por si só, fogem ao escopo desse trabalho tematizar. Contudo, cabe duas indicações. Primeiro, o próprio Marx argumenta nos **Manuscritos** que, quanto maior a gana do enriquecimento, maior o desgaste do trabalhador e, assim, sua morte prematura. Segundo, a capacidade de produção de valores de uso com menor dispêndio de trabalho, relação que será explicada a seguir, constitui uma forma de mitigar o empobrecimento das relações sociais, na medida em que amplia a capacidade de consumo da sociedade.

trabalho.²¹² O alcance desta satisfação, por seu turno, está dado pelo seu valor de troca, determinado pelo “*quantum* de trabalho que custa produzir o próprio trabalhador”,²¹³ de modo que sua reprodução está limitada à reposição de sua capacidade de trabalhar. Por consequência, parcela significativa dos humanos é reduzida à coisa para produção de valores de troca que, quando adquirida pelo capital, torna-se parte deste.

Do ponto de vista dos humanos na posição de representantes do capital, tem-se que o primeiro momento da relação entre o capital e o trabalho assalariado se apresenta como troca de equivalentes: valor de troca universal em quantidade determinada pelo valor de uso do trabalho. Enquanto o trabalhador troca para sobreviver, o representante do capital adquire o uso da capacidade de trabalho por determinado período de tempo para cumprir a exigência de reproduzir o valor de troca. E essa separação de sentido da troca é também uma exigência deste sistema de produção. Se assim não fosse, recorda Marx:

(...) o trabalho não se defrontaria com capital como trabalho, como não capital, mas como capital. Mas o capital também não pode se defrontar com o capital, pois o capital só é capital como não trabalho; só nessa relação antitética. Consequentemente, o conceito e a própria relação do capital estariam destruídos.²¹⁴

Polos da produção e reprodução da riqueza social burguesa, o capital e o trabalho assalariado se relacionam, na circulação, como compradores e vendedores, de forma a configurar uma relação de troca de equivalentes, na qual os valores de uso obtidos por cada um dos humanos em suas posições são de caráter distinto e para propósitos diferentes.

À primeira vista, a circulação desses valores de troca pode parecer apenas uma mudança formal. No entanto, o exame do segundo momento da relação entre o capital e o trabalho assalariado, o uso da capacidade de trabalho pelo

²¹²Conforme Marx (2011, p.221-222). Em adição a esse ponto, cabe recordar que, para Marx (2011, p.222-226), a abstinência seria o único meio do trabalhador conservar dinheiro na forma da riqueza universal, pois, ao reduzir seu consumo ou o seu repouso, obteria um excedente de valor de troca. Entretanto, essa saída somente é possível de um ponto de vista individual, na medida em que o conjunto dos trabalhadores nada mais obteria do que a redução do seu nível de vida em troca de trabalharem mais. Ou, no melhor cenário, a situação seria a seguinte: “em média, o máximo que pode conseguir com sua parcimônia é poder suportar melhor o ajuste dos preços – altos e baixos, o seu ciclo; portanto, só distribuir seus desfrutes de maneira mais adequada, e não obter riqueza. E essa é igualmente a verdadeira exigência dos capitalistas. Os trabalhadores devem poupar o suficiente quando os negócios vão bem para poderem sobreviver bem ou mal nos períodos difíceis, para suportar a redução da jornada de trabalho ou a redução dos salários etc.”. (*Ibid.*, p.224)

²¹³Conforme Marx (2011, p.221).

²¹⁴Conforme Marx (2011, p.226).

capital, demonstra ser essa relação crucial para a reprodução do valor de troca, tanto quanto a contínua circulação desses valores.

2.2. A Relação entre o Capital e o Trabalho Assalariado na Produção

Nesta seção, aprofunda-se a explicação de Marx sobre o processo de produção da riqueza social burguesa: a relação entre o capital e o trabalho assalariado. Neste particular, ao invés de analisar essa relação do ponto de vista da compra e de venda de mercadorias com iguais quantidades de trabalho por unidade de tempo, analisa-se essa relação da perspectiva do uso das mercadorias adquiridas. Isso porque, para Marx, nesse aspecto da relação entre o capital e o seu outro reside o cerne da produção social burguesa, de modo a explicá-la como *crescente* produção de valor de troca.

Para compreender essa relação da perspectiva do uso das mercadorias adquiridas pelo capital, cabe recordar que, firmada a compra e a venda da capacidade de trabalho, o representante do capital tem de efetivá-la por meio do contato com o trabalho morto – i.e., com os meios adequados à efetivação do trabalho. Em um primeiro momento, pode parecer que essa efetivação é uma relação de troca entre o capital, na forma de meios de trabalho, e o trabalho restrita à produção de novos produtos, de modo a configurar o metabolismo do trabalho humano com objetos que, adequados à finalidade da produção, resultam em novas objetividades, incorporadas ao estoque do não-trabalhador em razão da sua propriedade dos meios em que se efetiva trabalho e da própria capacidade de trabalho. Entretanto, o *tempo* em que se efetiva a capacidade de trabalho muda a qualidade dessa relação, deixando de ser um processo de trabalho como outro qualquer para ser processo de produção de valores de troca consubstanciados em valores de uso.²¹⁵

Para desenvolver esse aspecto de seu argumento, Marx inicia pela observação de que, ao se apropriar da capacidade de trabalho, o capital não se apropriou de um valor de uso qualquer, mas do valor de uso imperativo à sua reprodução. Deixando para trás sua forma universal para assumir a forma particular que permite sua reprodução, o capital em forma de meios para a efetivação do trabalho (instrumentos de trabalho e matérias-primas) entra em contato com a capacidade de trabalho que, adquirida pelo capital por determinado período, também

²¹⁵Conforme Marx (2011, p.228).

se torna uma de suas formas. Desse contato, resultam novos valores de uso com determinado *quantum* de trabalho objetivado.²¹⁶

Descrito nos termos do parágrafo acima, lembra o autor, o processo de produção específico à relação entre o capital e o trabalho aparece como qualquer outro processo de trabalho, no qual o trabalhador se defronta com os objetos de trabalho e, transcorrido o ato de trabalho, tem por resultado objetos inteiramente novos, representando determinada quantidade de trabalho em dado tempo.²¹⁷ Para demonstrar a especificidade do processo de produção de valores de troca, deve-se desenvolver seu caráter específico ao lado de seu caráter geral, de forma que, tal processo de produção não é somente mais um processo de trabalho, mas tem esse último como pressuposto:

(...) o trabalho é atividade intencional e, desse modo, sob o aspecto material, é pressuposto que o instrumento de trabalho foi efetivamente utilizado no processo de produção como meio para um fim, e que a matéria-prima ganhou, como produto, um valor de uso maior do que o que possuía anteriormente, seja por metabolismo químico, seja por modificação mecânica {seja por transformação microeletrônica}. Contudo, esse próprio aspecto, referido exclusivamente ao valor de uso, faz parte ainda do processo de produção simples. Não se trata aqui – melhor dizendo, isso está implícito, pressuposto – de que um maior valor de uso é produzido (isso inclusive é muito relativo; quando cereal é transformado em aguardente, o próprio valor de uso superior já está posto com respeito à circulação); além disso, não foi gerado nenhum valor de uso maior para o indivíduo, para o produtor. De todo modo, isso é acidental e não diz respeito à relação enquanto tal; mas é um valor de uso maior para outrem. A questão aqui é que foi produzido um valor de troca maior.²¹⁸

Embora o processo de produção se configure como ação da capacidade de trabalho sobre matéria inerte, cujo resultado é um produto capaz de satisfazer necessidades humanas, o resultado almejado pelo processo de produção social burguês se encontra no valor de troca obtido após a produção. O excedente dessa produção é, assim, o excedente em valor de troca frente aos valores de troca mobilizados para o processo de produção – i.e., o valor de troca da capacidade de trabalho e dos meios de trabalho.

Se a crescente produção de valor de troca resulta em maior produção de valores de uso, trata-se de algo referente ao processo de produção de determinada mercadoria. Do ponto de vista da produção social burguesa, a quantidade a ser ampliada é do *quantum* de trabalho produzido, de modo que, no processo de

²¹⁶ Conforme Marx (2011, p.231-234).

²¹⁷ Conforme Marx (2011, p.235-236; p.239-241).

²¹⁸ Conforme Marx (2011, p.243, grifo do autor, sublinhado nosso).

produção unilateral, a relação entre o capital e o trabalho ocorre nos seguintes termos:

(...) o capital consumiu seu material pelo trabalho e o trabalho, pelo seu material; ele se consumiu como valor de uso, mas somente como *valor de uso para si mesmo*, como capital. (...) O próprio consumo do valor de uso entra aqui no processo econômico, porque o próprio valor de uso é determinado aqui pelo valor de troca. Em nenhum momento do processo de produção o capital deixa de ser capital ou o valor deixa de ser valor e, enquanto tal, *valor de troca*. (...) O fato de que o capital, após a conclusão do processo de produção, após seu consumo como valor de uso, ingressa e pode ingressar de novo na circulação como mercadoria, já está implícito no fato de que ele estava pressuposto como valor de troca que se autoconserva. Mas na medida em que só como produto devem agora novamente mercadoria, e como mercadoria devem valor de troca, recebe preço e, enquanto tal, é realizado em dinheiro, o capital é simples mercadoria, logo, valor de troca e, nessa condição, está igualmente sujeito, na circulação, ao destino de se realizar ou não em dinheiro; i.e., sujeito ao risco de que seu valor de troca venha ou não em dinheiro. Por essa razão, seu valor de troca – que, pouco antes, fora posto idealmente – deveio muito mais problemático do que quando *surgiu*. E, sobretudo, porque, como um valor de troca superior *realmente* posto na circulação, não pode provir da própria circulação, em que só são trocados equivalentes, segundo sua determinação simples. Se o capital sai da circulação como valor de troca superior, tem de ter ingressado nela enquanto tal.²¹⁹

A conservação do valor de troca pela sua ampliação estabelece, expõe Marx, tanto a produção em novos termos quanto a circulação como seu momento necessário, uma vez que o produto não se torna mercadoria na troca, mas é produzido como valor de troca. Enquanto ponto de passagem necessário, no qual o valor de troca ingressa na forma mercadoria para retornar a sua forma universal – de maneira alguma tarefa simples, observa o autor – a circulação permite que o dinheiro venha a adquirir novos valores de uso, ingressar com estes na produção e serem reproduzidos como outros valores de uso com valor de troca ampliado.

Por serem produzidos com valor de troca sempre acrescido, os produtos ingressam na circulação e retiram da circulação sempre mais do que inicialmente fora adiantado para a sua produção, de forma que o capital constitui um constante e crescente processo social de produção e de circulação de valores de troca, dos quais os valores de uso são apenas suportes.²²⁰ Por conseguinte, os valores de uso são consumidos, no processo produtivo unilateral, e os novos valores de usos

²¹⁹ Conforme Marx (2011, p.243-244, grifo do autor, sublinhado nosso).

²²⁰ No curso de seu argumento, Marx expõe que a relação entre o capital e o trabalho, tanto na circulação quanto na produção, e a circulação das mercadorias produzidas caracterizam o processo denominado capital, de forma que se apresenta sempre como um circuito. Conferir Marx (2011, p.326). Para um desenvolvimento da circulação, tal como conduzida nos **Grundrisse**, além do próprio escrito de Marx, recomenda-se Roman Rosdolsky (2001, p.261-305) e Enrique Dussel (1985, p.137-160).

resultantes circulam como valores de uso *para* o capital – i.e., com vistas à contínua produção da riqueza social burguesa, crescente valor de troca.

Por ser uma riqueza social em crescente expansão, Marx se dedica a explicar a origem desse acréscimo, aspecto no qual reside a especificidade de tal relação de produção.²²¹ A esse respeito, diz o autor:

o mais-valor que o capital tem ao final do processo de produção – um mais-valor que, como preço mais elevado do produto, só é realizado na circulação, como todos os preços nela realizados, que, sendo já idealmente *pressupostos* à circulação, são determinados antes de nela ingressarem – tal mais-valor significa, expresso de acordo com o conceito geral do valor de troca, que o tempo de trabalho objetivado no produto – ou quantum de trabalho (expressa estaticamente, a magnitude do trabalho aparece como quantidade espacial, mas expressa em movimento, só é mensurável pelo tempo) – é maior do que o tempo de trabalho presente nos componentes originais do capital. Agora, isso somente é possível se o trabalho objetivado no preço do trabalho é menor do que o tempo de trabalho vivo que é comprado com ele. O tempo de trabalho objetivado no capital aparece, como já vimos, como uma soma composta de três partes: a) o tempo de trabalho objetivado na matéria-prima; b) o tempo de trabalho objetivado no instrumento; c) o tempo de trabalho objetivado no preço do trabalho. Agora, as partes a) e b) permanecem inalteradas como componentes do capital; muito embora alterem sua figura no processo, seus modos de existência material, permanecem inalteradas como valores. É só c) que o capital troca por alguma coisa qualitativamente diferente: um quantum dado de trabalho objetivado por um quantum de trabalho vivo. Na medida em que o tempo de trabalho vivo só reproduzisse o tempo de trabalho objetivado no preço do trabalho, tal reprodução também seria puramente formal, assim como, no que diz respeito ao valor, teria ocorrido apenas uma troca por trabalho vivo, como outro modo de existência do mesmo valor, da mesma maneira que, no que diz respeito ao valor do material de trabalho e do instrumento, teve lugar somente uma alteração de seu modo de existência material.²²²

De acordo com a passagem acima, para Marx, o *mais-valor*²²³ se origina do trabalho vivo por causa de sua especificidade como capital. Ao firmar o acordo de

²²¹ O autor se coloca esse problema de várias formas, durante o texto. Em especial, deve-se notar Marx (2011, p.245-250).

²²² Conforme Marx (2011, p.251-252, grifos do autor, sublinhado nosso). Na continuação desta passagem, Marx (2011, p.253) recorda que apresentar o processo de produção do capital como uma troca simples, além de não explicar o mais-valor, acaba por expor do processo de valorização como uma relação de parceria ou sociedade entre o capital e o trabalho. No plano teórico, esse argumento é, para o autor, desenvolvido pela economia política; entretanto, seu terreno é bastante concreto porque reside no modo como se dá a relação de troca entre o capital e o trabalho: simples metabolismo material mediado pelo dinheiro, no qual são trocados equivalentes. Em seus termos: “para justificar o capital, para fazer sua apologia, os economistas buscam abrigo, por essa razão, nesse processo simples, explicam o capital justamente por um processo que torna sua existência impossível. Para demonstrar o capital, o demonstram omitindo-o. Você me paga o meu trabalho, troca meu trabalho pelo produto dele próprio e me desconta do valor da matéria-prima e do material que você me forneceu. Isso significa que somos *sócios*, que introduzimos diferentes elementos no processo de produção e os trocamos de acordo com o seu valor. Dessa maneira, o produto é transformado em dinheiro e o dinheiro é dividido de tal modo que você, capitalista, recebe o preço de sua matéria-prima e de seu instrumento, e eu, trabalhador, recebo o preço que o trabalho acrescentou a eles. A vantagem é, para você, que agora você possui a matéria-prima e o instrumento em uma forma consumível (apta a circular) e, para mim, que meu trabalho se valorizou. Você certamente logo chegaria à situação de ter comido todo seu capital na forma do dinheiro, enquanto eu, como trabalhador, tomaria posse de ambos”.

²²³ Conforme indica a edição utilizada, este é o primeiro momento nos **Grundrisse** em que Marx faz uso do termo “mais-valor”. Ver Marx (2011, p.247).

venda da sua capacidade de trabalho, o trabalhador recebe pelo custo de reprodução dessa capacidade, cedendo-a ao representante do capital. Ao se tornar parte do capital, cabe ao seu representante pôr a capacidade de trabalho em contato com sua outra parcela, os meios para a efetivação do trabalho. Nota-se, nesse quadro, que o capital pagou pelo custo da capacidade de trabalho, mas recebeu em troca o livre uso desta capacidade por determinado período de tempo, de forma que comprou o direito de fazer o trabalhador despendar o máximo de quantidade de trabalho possível por unidade de tempo no seu contato com os meios de trabalho.

Essa efetiva desigualdade entre o que é pago pela capacidade de trabalho e o que é adquirido, reside no caráter não objetivo dessa mercadoria: ser potência. Ou, nos termos de Marx, “o trabalhador troca a atividade ponente de valor por um valor predeterminado, independente do resultado da sua atividade”.²²⁴

Para esclarecer essa diferença, cabe observar que, ao contrário do trabalho vivo, os instrumentos de trabalho e a matéria-prima não passam de formas distintas do trabalho objetivado, porque sua qualidade se refere tão somente às suas características materiais, não afetando a substância que compartilham entre si e com a capacidade de trabalho: serem determinado *quantum* de trabalho. Em outros termos, por serem trabalho morto, dependem do contato com o trabalho vivo para que o trabalho objetivado em sua forma material seja preservado numa nova forma material, de modo que o mais-valor somente pode ser explicado pela relação entre a quantidade e o tempo ao qual está submetido o componente ativo do processo de conservação do trabalho objetivado nos meios de trabalho: a capacidade de trabalho.

Isso implica uma profunda transformação no processo de trabalho, no qual a relação do humano – seja o representante do capital, seja o trabalhador – com o *tempo* é estabelecida de um modo radicalmente novo, instaurando um processo de produção cujo objetivo é a crescente produção de *quantum* de trabalho.²²⁵ Tal mudança estabelece a relação entre o capital e o seu necessário

²²⁴ Conforme Marx (2011, p.253).

²²⁵ Não somente com o tempo de trabalho há uma mudança da relação, pois também modifica o tempo de produção e de circulação do valor de troca, de maneira a constituir uma nova forma de tempo que atravessa a produção, a distribuição, a troca e consumo. Ao constituir um tempo adequado ao processo de produção social denominado capital, a sociedade embebida nesta relação tem mais um componente particular ao seu modo de vida que, combinado à dependência coisal em meio à independência pessoal, constitui um modo de dominação específico. Esse aspecto da teoria de Marx é explicitado por Postone (2003). Nos **Grundrisse** a relação do tempo com o modo de vida social é explorada na exposição da dinâmica da produção social, exposta no próximo capítulo.

outro, o trabalho, como o cerne da produção social burguesa. Contudo, não se trata do trabalho em geral, mas sim, conforme desenvolvido na seção anterior, o trabalho no qual a venda de sua jornada seja a condição para a existência de seu portador – i.e., o trabalho assalariado.

Em outras palavras, ao invés de o pressuposto do processo de produção ser uma relação de dependência pessoal – sejam laços de sangue, familiares, servis, etc. –, tem-se como padrão de relação social que o não-trabalhador e o trabalhador se relacionem como pessoas independentes, como compradores e vendedores. De um lado, estão as variadas personificações do capital, possuidoras da riqueza social em sua forma universal e/ou em sua forma de meios de trabalho; do outro lado, estão os humanos na posição de trabalhador, detentores de sua capacidade de trabalho como único meio de vida, restando-lhes sua venda por determinado período para sobreviverem.

À medida que os humanos se relacionam como detentores de *quantum* de trabalho a ser acrescentado e de capacidade de trabalho a ser reproduzida enquanto tal, o processo de trabalho tem como cerne a contínua e extensa jornada de trabalho e, com isso, torna-se produção de mais-valor. Nas palavras de Marx,

Se fosse necessária uma jornada de trabalho para manter vivo um trabalhador, o capital não existiria, porque a jornada de trabalho seria trocada por seu próprio produto e, portanto, o capital como capital não se valorizaria e, por isso, também não poderia se conservar. A autoconservação do capital é sua autovalorização. Se o capital também tivesse de trabalhar para viver, ele se conservaria não como capital, mas como trabalho. A propriedade de matérias-primas e instrumentos de trabalho seria apenas *nominal*; eles pertenceriam economicamente ao trabalhador da mesma maneira que pertenceriam ao capitalista, já que somente criariam *valor* para o capitalista na medida em que ele próprio fosse trabalhador. O capitalista não se relacionaria com as matérias-primas e os instrumentos de trabalho como capital, mas como simples matéria e meio de trabalho, como o faz o próprio trabalhador no processo de trabalho. Se, pelo contrário, é necessária, por exemplo, somente meia jornada de trabalho para conservar vivo um trabalhador por uma jornada de trabalho inteira, o mais-valor do produto resulta evidente, visto que, no preço, o capitalista pagou só meia jornada de trabalho e recebe, no produto, uma jornada de trabalho inteira em forma objetivada; por conseguinte, não deu nada em troca da segunda metade da jornada de trabalho. Não é a troca, mas unicamente um processo em que recebe, sem troca, tempo de trabalho objetivado, i.e., valor, que pode fazer dele um capitalista. A meia jornada de trabalho *nada* custa ao capital; em consequência, ele recebe um valor pelo qual não deu nenhum equivalente. E o aumento dos valores só pode se dar porque é obtido um valor acima do equivalente, portanto, porque um *valor* é criado.²²⁶

²²⁶Conforme Marx (2011, p.254, grifos do autor, sublinhado nosso).

De acordo com a passagem acima, a extensão da jornada de trabalho constitui o cerne do processo de produção como produção de crescente valor de troca porque o processo de produção ocorre para além do período de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho, de modo a produzir mais-valor. Ou seja, pensando pela negativa, caso o processo de trabalho para a reprodução do valor pago pela capacidade de trabalho perdurasse por todo o período para o qual o trabalhador fora contratado, não haveria excedente em valor de troca. Ocorre esse excedente quando o período de trabalho para reproduzir a capacidade de trabalho é menor do que o período em que o trabalhador é posto para trabalhar. Subjacente a essa extensão da jornada de trabalho está sua continuidade pelo período em que a capacidade de trabalho é contratada.

Por essa razão, a produção da riqueza social burguesa pressupõe uma mudança substantiva no processo social de produção que estabelece a extensão e a continuidade da jornada de trabalho como parâmetros definidores da produção e de seu crescimento. E, com isso, torna-se imperativo ao trabalhador despendar, de forma extensiva e contínua, mais *quantum* de trabalho do que o *quantum* de trabalho pago por sua capacidade e pelos meios em que entra em contato.

A produção da riqueza social burguesa exige, assim, a crescente elevação do *quantum* de trabalho despendido pelo trabalhador, de modo que essa riqueza configura o efetivo empobrecimento do humano nessa condição, uma vez que se trabalha para além da conservação de sua força vital.²²⁷ A esse respeito, diz Marx,

(...) o mais-valor é, no fundo, valor para além do equivalente (...) se o trabalhador precisa de somente meia jornada de trabalho para viver uma jornada inteira, então só precisa trabalhar meia jornada para perpetuar sua existência como trabalhador. A segunda metade da jornada de trabalho é trabalho forçado, trabalho excedente. O que aparece do ponto de vista do capital como mais-valor, aparece do ponto de vista do trabalhador exatamente como mais-trabalho acima de sua necessidade como trabalhador, acima, portanto, de sua necessidade imediata para a conservação de sua vitalidade.²²⁸

Por ser o mais-valor o excedente sobre o trabalho necessário à conservação da capacidade de trabalho do humano na posição de trabalhador –

²²⁷ Esses não são os únicos dois componentes de ampliação do mais-valor, para Marx. No próximo capítulo, será objeto de análise outro desses componentes: a elevação da produtividade da jornada de trabalho. Tratada em separado justamente porque envolve uma modificação do processo de trabalho e de produção de mais-valor que explicita a contradição interna desse processo de produção.

²²⁸ Conforme Marx (2011, p.255).

incluso os meios de trabalho consumidos –, as condições materiais da produção da vida social burguesa – manifestadas no dinheiro, nos instrumentos de trabalho, matérias-primas, trabalho assalariado etc. como parte da reprodução do capital – são a expressão da transformação do *trabalho supérfluo*, na perspectiva do trabalhador e da geração de valores de uso, em um *trabalho excedente*, parte do capital. O que implica ser o tempo de trabalho excedente consubstanciado em coisas a serem trocadas.

A crescente produção de trabalho excedente sobre o trabalho necessário estabelece uma relação em que os humanos estão submetidos ao processo de produção de crescente valor de troca – i.e., produção crescente de mais-valor. Essa submissão ao capital desenvolve, para Marx, o fundamento da superação dessa própria dominação porque a existência do trabalho supérfluo continuamente transformado em trabalho excedente pressupõe o desenvolvimento tanto das forças produtivas do trabalho quanto das necessidades em forma universal.

Por ser o contínuo avanço das forças produtivas redutor do *quantum* de trabalho necessário para a produção de determinado valor de uso, há a possibilidade de ser indispensável somente uma diminuta jornada de trabalho de cada humano para que se atinja a produção dos meios de satisfação das necessidades universalizadas – i.e., uma pequena jornada de trabalho para conservar e reproduzir a riqueza material capaz de satisfazer tais necessidades. Socializado esse tempo de trabalho necessário, constitui-se o tempo disponível para o desenvolvimento da individualidade humana. Sobre essa possibilidade, diz Marx:

O grande papel histórico do capital é o de *criar* esse *trabalho excedente*, trabalho supérfluo do ponto de vista do simples valor de uso, da mera subsistência, e seu destino histórico está consumado tão logo, por um lado, as necessidades são desenvolvidas a tal ponto que o próprio trabalho excedente acima do necessário é necessidade universal derivada das próprias necessidades individuais; por outro, a laboriosidade universal mediante a estrita disciplina do capital, pela qual passaram sucessivas gerações, é desenvolvida como propriedade universal da nova geração; tão logo, finalmente, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, que o capital incita continuamente em sua ilimitada mania de enriquecimento e nas condições em que exclusivamente ele pode realizá-lo, avançou a tal ponto que a posse e a conservação da riqueza universal, por um lado, só requer um tempo de trabalho mínimo de toda a sociedade e, por outro lado, a sociedade que trabalha se comporta cientificamente com o processo de sua reprodução progressiva, com sua reprodução em uma abundância

constantemente maior; que deixou de existir, por conseguinte, o trabalho no qual o ser humano faz o que pode deixar as coisas fazerem por ele.²²⁹

A possibilidade aberta pelo crescente tempo de trabalho supérfluo posto como trabalho excedente reside, para Marx, na duplicidade da riqueza social burguesa: valores de troca consubstanciada em valores de uso. Ao mesmo tempo em que a produção dessa riqueza amplia o *quantum* de trabalho apropriado pelo capital, de modo que este acessa, em escala crescente, a riqueza social produzida pelo contato com o trabalho vivo com o trabalho morto, desenvolve-se uma gama de objetividades, forças materiais, intercâmbios entre os humanos e deste com as objetividades que põe a possibilidade desse potencial produtivo geral – condição necessária a qualquer vida social – ser mobilizado com menor dispêndio de tempo de trabalho.

A realização desse potencial implica, para o autor, uma forma de vida social em que seu processo de produção teria por resultado a produção de tempo disponível para os humanos, ao invés de tempo excedente para o capital, de forma que o primeiro passa a ser a riqueza social. Tal possibilidade de transformação da riqueza social reside, para Marx, nas próprias condições objetivas da produção da riqueza social burguesa,²³⁰ de maneira a marcar o caráter contraditório de seu processo social de produção que, por isso, aponta para além de si mesmo.

²²⁹Conforme Marx (2011, p.255-256, grifos do autor). Segundo a edição utilizada essa é a primeira vez que Marx faz uso do termo “trabalho excedente”.

²³⁰Marx (2011, p.256, grifos do autor) nota que o caráter objetivo dessa possibilidade reside no trabalho ser compelido para além de seus limites naturais: “como aspiração incansável pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho para além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade, que é tão universal em sua produção quanto em seu consumo, e cujo trabalho, em virtude disso, também não aparece mais como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade, na qual desapareceu a necessidade natural em sua forma imediata; porque uma necessidade historicamente produzida tomou o lugar da necessidade natural. Por isso o *capital é produtivo*; i.e., uma *relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais*. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento dessas próprias forças produtivas encontra um limite no próprio capital”.

2.3. Conclusão do Capítulo

Mediante a exposição acima, conclui-se que, para Marx, o processo de produção da riqueza social burguesa é caracterizado pela *crescente* produção de valores de troca, de modo que a contínua e extensa jornada de trabalho se torna central à produção e ao seu crescimento. Para chegar a essa conclusão, o autor trata da relação de troca existente no interior da própria relação de troca centrada no dinheiro.

A relação de troca entre o capital e o trabalho configura essa troca específica na medida em que o primeiro, em forma de dinheiro, adquire os valores de uso necessários a sua reprodução como valor de troca: meios de trabalho e capacidade de trabalho. Do ponto de vista da troca, trata-se de uma mera operação de compra e de venda – i.e., troca de igual *quantum* de trabalho –, na qual os valores de uso são importantes do ponto de vista do processo de trabalho, haja vista que devem ser adequados à sua efetivação.

Ao analisar o processo de trabalho, Marx nota que, à primeira vista, trata-se da mera elaboração de objetos inertes pela capacidade de trabalho, de forma a produzir novos objetos que, por serem determinado *quantum* de trabalho por unidade de tempo, conservam os valores de troca dos objetos dos quais são resultado – os meios, os materiais e a capacidade de trabalho. Como resultado, o processo de trabalho seria uma relação de troca, sem nenhuma ampliação do seu valor e, assim, a produção de valores de troca seria somente uma mudança formal do próprio valor (de uso e de troca).

Por ser a ampliação da quantidade de trabalho por unidade de tempo o caráter da produção social burguesa, Marx demonstra estar na qualidade específica da mercadoria capacidade de trabalho, adquirida pelo capital, a origem dessa expansão. Isso porque, ao receber determinado valor de troca por sua capacidade de trabalho, o trabalhador entrega ao representante do capital o livre uso de sua capacidade por determinado período de tempo, de modo que é pago um valor de troca fixo por um dispêndio de trabalho variável.

Por essa razão, a contínua e extensa jornada de trabalho se torna central na produção social, haja vista que a ampliação do valor de troca depende do uso da capacidade de trabalho para além do tempo necessário à reposição do seu valor de troca e do valor de troca consubstanciado nos meios de trabalho consumido ao

longo do processo de trabalho. O processo de produção da riqueza social burguesa se configura, assim, como processo de produção de crescente tempo de trabalho excedente sobre o tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho – incluso os meios de trabalho consumido durante tal reprodução. Em outras palavras, a produção da riqueza social burguesa é a crescente produção de *mais-valor* do que o valor de troca adiantado na compra e na venda das mercadorias necessária à produção.

Com essa caracterização da produção da riqueza social burguesa, Marx demonstra que essa produção é, antes de tudo, um *processo social*, de modo que envolve uma substantiva transformação das relações entre os humanos, cujo cerne está no solo da produção ser a *capacidade de trabalho*. Para tanto, os humanos na posição de trabalhadores têm de estar desprovidos dos meios para a reprodução de sua vida que, segundo o autor, ocorre quando são alijados da terra e estão desenvolvidos, em dado grau, o comércio, a produção industrial, a ciência e o mercado mundial.

Sob essas condições, os humanos se relacionam como independentes entre si, embora sejam dependentes de sua produção – e de si mesmos – como valores de troca, de forma que a relação entre o capital e o trabalho, embora pressuponha condições gerais de produção e de capacidade de trabalho, implica ser uma relação social entre o processo de produção de crescente valor de troca e a sua capacidade de produção. Esta última materializada em humanos desprovidos de meios de vida, i.e., nos trabalhadores *assalariados*.

Como resultado dessa relação, estabelece-se um elevado intercâmbio entre os humanos, de modo que tanto as forças produtivas quanto as necessidades sociais são ampliadas sobremaneira. O resultado dessa elevação é a possibilidade de ser estabelecido o tempo disponível como riqueza social, pois a capacidade de produção é elevada de tal maneira que o tempo necessário à produção da riqueza material – e, por isso, dos meios para satisfazer as necessidades sociais – se torna pequeno em comparação com a jornada de trabalho praticada.

Em consequência, o tempo de trabalho supérfluo exercido pelo trabalhador pode deixar de ser convertido em tempo de trabalho excedente – i.e., tempo de trabalho apropriado pelo capital e consubstanciado em coisas com valor de troca – passando a ser convertido em tempo disponível para o desenvolvimento

da individualidade humana. A riqueza social não mais residiria, por fim, sobre o empobrecimento humano, mas sobre o seu enriquecimento.

A argumentação em torno dessa possibilidade será objeto do próximo capítulo, uma vez que, como ponto necessário dessa conclusão, são desenvolvidos os limites do processo de produção da riqueza social burguesa. Em outros termos, trata-se de desenvolver a contradição interna a esse processo de produção.

3. Limites e Possibilidades da Produção da Riqueza Social Burguesa

No presente capítulo são recuperados os argumentos de Marx, desenvolvidos na parte dos **Grundrisse** dedicada ao capital, sobre a produção da riqueza social burguesa, com especial atenção para sua transformação no modo de trabalho, de forma a evidenciar o caráter contraditório dessa produção e, com isso, seus limites e suas possibilidades.

Conforme visto até aqui, por ser expansão do valor de troca consubstanciado em valores de uso, tal produção é contínua ampliação de mais-valor. Entretanto, dados os limites de continuidade e extensão da jornada de trabalho e o contínuo desenvolvimento do intercâmbio social, eleva-se o mais-valor por meio da elevação da capacidade produtiva do trabalho, de modo que reduz a parcela da jornada de trabalho destinada à manutenção da capacidade de trabalho (trabalho necessário). Por conseguinte, menos jornadas concomitantes de trabalho são necessárias à produção da riqueza social, ao mesmo tempo em que a ampliação de seu *quantum* de trabalho é, crescentemente, menor. Como resultado da ampliação da produtividade do trabalho, tal processo social de produção tende a eliminar seu próprio fundamento – a parte da jornada de trabalho destinada à reprodução da capacidade de trabalho –, porque amplia o trabalho excedente ao conduzir ao mínimo o trabalho necessário.

Em meio à constituição de seus próprios limites, o processo de produção da riqueza social burguesa constitui as bases para sua superação, uma vez que o desenvolvimento do intercâmbio humano – produção, transporte, comunicação, ciência, e outros – implica a constituição de um potencial de produção de riqueza material que, ininterruptamente, prescinde de contínuas, extensas e intensas jornadas de trabalho para se efetivar. Neste particular, a produção das condições materiais gerais necessárias à vida social exige cada vez menos tempo de trabalho do conjunto social.

Como a riqueza geral sempre se manifesta numa forma particular, a sua forma burguesa exige a manutenção e o aprofundar da contínua, extensa e intensa jornada de trabalho, uma vez que sua riqueza é *quantum* de trabalho consubstanciado em valores de uso. E, com isso, a redução do tempo de produção desses valores tem apenas importância à proporção que amplia a parcela da

jornada de trabalho apropriada pelo capital, não constituindo redução da jornada de trabalho do conjunto social.

Diante desse quadro, a constituição de uma vida social na qual o potencial de produção se efetive em uma forma condizente com o desenvolvimento humano, ao invés de sua degradação, tem por pressuposto a profunda transformação no padrão das relações sociais que exige a transformação do papel da jornada de trabalho e, assim, o modo de trabalho nessa vida social.

Para expor o argumento acima, divide-se esse capítulo em duas seções. Na primeira, são desenvolvidos os limites enquanto na segunda são desenvolvidas as possibilidades emergentes da produção da riqueza social burguesa.

3.1. Limites da Contínua Expansão do Valor de Troca

Para explicar a possibilidade de supressão do tempo excedente como mobilizador do desenvolvimento das forças produtivas, de modo a cessar o acúmulo de riqueza na forma de valor de troca e, assim, crescer a riqueza material em função do desenvolvimento da individualidade humana, Marx desenvolve o efeito da elevação do intercâmbio social sobre a produção do mais-valor.

Como o aumento da produtividade significa elevar a capacidade de produção com o mesmo dispêndio de trabalho, nota-se uma modificação da relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário:

Suponhamos agora que as forças produtivas do trabalho dupliquem, *i.e.*, que no mesmo tempo o mesmo trabalho forneça o dobro do *valor de uso*. (...) Nesse caso, o trabalhador teria de trabalhar somente $\frac{1}{4}$ do dia para viver um dia inteiro; o capitalista só precisaria dar em troca ao trabalhador $\frac{1}{4}$ de dia de trabalho objetivado para aumentar seu mais-valor mediante o processo de produção de $\frac{1}{2}$ para $\frac{3}{4}$; em lugar de $\frac{1}{2}$ dia de trabalho objetivado, ganharia $\frac{3}{4}$ de dia de trabalho objetivado. O valor do capital, tal como sai do processo de produção, teria aumentado $\frac{3}{4}$, em lugar de $\frac{1}{4}$. O capitalista precisaria, portanto, fazer trabalhar somente $\frac{3}{4}$ de dia para acrescentar ao capital o mesmo mais-valor – $\frac{1}{2}$ ou $\frac{3}{4}$ de trabalho objetivado. Mas o capital, como representante da forma universal da riqueza – do dinheiro –, é o impulso ilimitado e desmedido de transpor seus próprios limites. Cada limite é e tem de ser obstáculo para ele. Caso contrário, deixaria de ser capital – o dinheiro que se produz a si mesmo.²³¹

A partir da suposição de que meia jornada de trabalho é tempo suficiente para a reprodução do valor de troca da capacidade de trabalho,²³² Marx indica o efeito da produtividade sobre a produção do mais-valor. Caso as forças produtivas do trabalho dobrem, metade do tempo despendido anteriormente passa a ser necessário para fornecer o mesmo *quantum* de trabalho capaz de reproduzir o humano na posição social de trabalhador – cabe lembrar, desprovido dos meios de produção de sua vida. A parcela restante da jornada contratada pelo capitalista passa a ser trabalho excedente.

Ao invés de reduzir a jornada para manter o mais-valor anterior, o capitalista mantém a jornada de trabalho, lembra Marx, porque se trata de, na posição de representante do capital, zelar pelas condições de ampliação do valor de troca adiantado em meios de trabalho e capacidade de trabalho, de forma que,

²³¹ Conforme Marx (2011, p.263-264).

²³² Conforme visto no capítulo anterior, não se trata somente da reprodução da capacidade de trabalho, pois também envolver a reposição dos meios de trabalho consumidos durante a produção. Nesse particular, supõe-se que, na reprodução da capacidade de trabalho, estão incluídos os meios de trabalho consumidos nessa reprodução.

consubstanciado em novos valores de uso, venham a ser convertidos em dinheiro. O representante do capital tem na elevação da quantidade de dinheiro o guia para a manutenção da jornada porque esse valor de troca universal exprime o acesso ao conjunto da riqueza social produzida, embora esteja limitado pela quantidade expressa por sua forma particular. Dito de outro modo, a qualidade ilimitada combinada ao limite quantitativo do dinheiro põe diante do capitalista a necessidade de manter a jornada contratada e, para o capital, expressa a garantia de sua reprodução.²³³

O potencial de produção constituído pelo capital se efetiva, completa o autor, na forma do trabalho excedente:

(...) a maior força produtiva de seu trabalho, na medida em que é redução do tempo necessário à reposição do trabalho objetivado no trabalhador (para o valor de uso, para a subsistência), aparece como prolongamento de seu tempo de trabalho para a valorização do capital (para o valor de troca). Considerado desde o ponto de vista do trabalhador, ele tem de realizar agora um trabalho excedente de $\frac{3}{4}$ de jornada para viver um dia, enquanto antes tinha de realizar só um trabalho excedente de $\frac{2}{4}$ de jornada. Pelo aumento da força produtiva, por sua duplicação, o seu trabalho excedente aumentou $\frac{1}{4}$ [de jornada]. Aqui é preciso notar uma coisa: a força produtiva dobrou, mas o trabalho excedente para o trabalhador não dobrou, só cresceu $\frac{1}{4}$ [de jornada]; tampouco dobrou o valor excedente do capital, que também só cresceu $\frac{1}{4}$ [de jornada]. Fica patente, portanto, que o trabalho excedente (do ponto de vista do trabalhador) ou o valor excedente (do ponto de vista do capital) não cresce na mesma proporção numérica em que aumenta a força produtiva. Como se dá isso? A duplicação da força produtiva é a redução do trabalho necessário (para o trabalhador) de $\frac{1}{4}$ [de jornada] e, portanto, também a produção do valor excedente de $\frac{1}{4}$ [de jornada maior], porque a proporção original foi posta como $\frac{1}{2}$.²³⁴

Ao reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução do humano na condição de trabalhador, tem-se a elevação do tempo de trabalho excedente para o capital – ou do mais-valor. Sua elevação não ocorre, porém, na proporção direta ao avanço das forças produtivas, observa Marx, pois o aumento do mais-valor depende da magnitude do trabalho necessário frente ao trabalho excedente em determinada jornada de trabalho. Por depender da relação entre trabalho excedente e trabalho

²³³Nota-se, neste ponto, a complexa relação entre a necessidade de reprodução das coisas com valor de troca e a subjetividade dos humanos subjugados a essa reprodução, na qual o dinheiro exerce um papel central como ponto de passagem do capital e meio pelo qual a subjetividade dos humanos submetidos à sua reprodução é adequada, posta em termos condizentes com o processo social de produção de crescente valor de troca. Isto porque, o dinheiro aponta para as infinitas necessidades e suas satisfações, porém, limitado pela quantidade que expressa, cresce a satisfação ou a experiência empurra os humanos à reprodução do capital – seja por sua gestão eficiente, seja por sua diligência em empregar sua capacidade de trabalho e poupar recursos. Trata-se, como pode se observar, de um assunto que escapa ao escopo do presente trabalho, pois exige uma investigação da articulação entre o sistema de produção engendrado pela relação entre o capital e o trabalho junto à subjetividade humana. A esse respeito, recomenda-se o instigante trabalho de Noam Yuran (2014).

²³⁴Conforme Marx (2011, p. 264-265).

necessário, quanto menor a jornada de trabalho necessário frente ao trabalho excedente, menor será o acréscimo desse último quando a produtividade é ampliada. Tal redução crescente da ampliação do mais-valor é indicativa do limite do processo social de produção de valores de troca estar em sua própria reprodução.

Para reproduzir o processo de valorização, deve ocorrer a contínua ampliação da parcela do trabalho excedente no dispêndio total de trabalho vivo durante uma jornada. Ao atuarem sobre a capacidade de trabalho, as forças produtivas reduzem o tempo necessário à sua reprodução porque ampliam a produtividade do trabalho e, com isso, elevam de forma indireta o tempo de trabalho excedente. Esse acréscimo indireto do tempo de trabalho excedente implica ser o crescimento do mais-valor estrangido pela relação entre o tempo de uso da capacidade de trabalho e seu valor de troca. A esse respeito, diz Marx:

O valor [excedente] jamais pode ser igual ao da jornada de trabalho inteira; ou seja, uma parte determinada da jornada de trabalho sempre tem de ser trocada pelo trabalho objetivado no trabalhador. O mais-valor é tão somente a relação do trabalho vivo com o trabalho objetivado no trabalhador; em consequência, *este último termo da relação tem sempre de permanecer*. Uma relação determinada entre o aumento da força produtiva e o aumento do valor já está dada pelo fato de que a relação como relação é constante, não obstante variem seus fatores.²³⁵

Por ser o processo de valorização posto pelo trabalho vivo, sua continuidade depende da redução do trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho (e dos meios de trabalho consumidos em tal reprodução), da qual não pode prescindir, sob a pena de deixar de produzir valor de troca. Ao não atuar de forma direta sobre o trabalho excedente, a contínua elevação das forças produtivas implica a crescente mobilização das relações sociais para produzirem cada vez menos trabalho excedente. Observa-se que, embora a produção possa crescer de forma exponencial em termos de valores de uso – principal efeito do aumento das forças produtivas –, a ampliação do mais-valor é crescentemente menor. Nas palavras de Marx,

(...) quanto menor já for a fração da jornada de trabalho que constitui o equivalente do trabalhador, fração que expressa o trabalho necessário, tanto menor é o crescimento do valor excedente que o capital obtém do aumento da força produtiva. O seu valor excedente cresce, mas em proporção sempre menor que o desenvolvimento da força produtiva. Consequentemente, quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais trabalho excedente criou, tanto mais extraordinariamente tem de desenvolver a força produtiva do trabalho para valorizar-se em proporção

²³⁵Conforme Marx (2011, p.267, grifo do autor).

ínfima, *i.e.*, para agregar mais-valor – porque o seu limite continua sendo a proporção entre a fração da jornada que expressa o *trabalho necessário* e a jornada de trabalho total. O capital pode se mover unicamente no interior dessas fronteiras. Quanto menor é a fração que corresponde ao *trabalho necessário*, quanto maior o *trabalho excedente*, tanto menos pode qualquer aumento da força produtiva reduzir sensivelmente o trabalho necessário, uma vez que o denominador cresceu enormemente. A autovalorização do capital devém mais difícil à proporção que ele já está valorizado. (...) Se o trabalho necessário fosse 1/1000 e a força produtiva triplicasse, o trabalho necessário só cairia 1/3.000 ou o trabalho excedente só teria crescido 2/3.000. No entanto, isso não ocorre porque cresceu o salário ou a participação do trabalho no produto, mas porque o salário *já* caiu muito, considerado em relação ao produto do trabalho ou à jornada de trabalho vivo.²³⁶

Com a passagem acima, Marx afirma que a relação entre o capital e o trabalho assalariado, no momento de uso da capacidade de trabalho, constitui tanto a fonte do desenvolvimento das forças produtivas quanto um limite para esse desenvolvimento. Ao reduzir o tempo de trabalho necessário e, por isso, ampliar o tempo de trabalho excedente, a elevação das forças produtivas contribui para a reprodução do capital menos porque eleva os valores de uso com menos tempo de trabalho e mais porque essa elevação atua sobre o valor de troca da capacidade de trabalho – *i.e.*, reduz o seu valor de troca frente ao valor de troca excedente por ela produzido.

Por ser o capital reproduzido somente por meio da ampliação do tempo de trabalho excedente, a contribuição do acréscimo das forças produtivas para reprodução é menor quanto menor a relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. Dito de outro modo, o valor de troca consubstanciado em tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho é demasiado pequeno frente ao tempo de trabalho excedente, de forma que a redução do primeiro, pouco acrescenta ao segundo. E, conforme enfatiza o autor, as dificuldades de reprodução do capital pouco têm a ver com o valor de troca da capacidade de trabalho, mas sim, dizem respeito ao baixo incremento do tempo de trabalho excedente quanto menor for o tempo de trabalho necessário.

A contradição interna à relação entre o capital e o trabalho assalariado não pode ser confundida, assim, com uma contradição entre o lucro e o salário na apropriação do excedente produzido. Ao contrário dessa última, deve ser tomada como a contradição entre a necessidade da produção social de crescente tempo de trabalho excedente – *i.e.*, continuidade do processo de valorização – frente à

²³⁶Conforme Marx (2011, p.269-270).

contínua redução do tempo de trabalho necessário – i.e., redução do custo de reprodução da capacidade de trabalho. Configurando-se, portanto, como uma contradição interna ao processo de produção social, à proporção em que a base sob a qual se sustenta (tempo de trabalho necessário) é continuamente solapada.²³⁷

Para ilustrar esse limite, cabe o seguinte exemplo: supondo uma jornada de trabalho de doze horas – em que seis horas são necessárias à reprodução da capacidade de trabalho, restando seis horas de trabalho excedente – e admitindo uma ampliação da produtividade capaz de duplicar a capacidade de trabalho, observa-se que três horas de trabalho são necessárias à reprodução da capacidade de trabalho e, por conseguinte, três horas são acrescidas ao trabalho excedente, totalizando nove horas de trabalho excedente. Para o caso de as forças produtivas novamente dobrarem, observa-se que a parcela da jornada de trabalho dedicada à reprodução da capacidade de trabalho reduz-se para uma hora e meia, o que acresce a parte excedente da jornada em uma hora e meia, totalizando dez horas e meia de trabalho excedente. A elevação do tempo de trabalho excedente por meio do aumento da produtividade tem por resultado que, para cada novo acréscimo desta última, há o declínio da elevação de tempo de trabalho excedente, de modo que seu efeito na ampliação deste último depende da relação entre a parcela da jornada de trabalho dedicada à reprodução da capacidade de trabalho e a parte que constitui trabalho excedente. Quanto menor a primeira parte, menor o efeito da elevação da produtividade sobre o acréscimo de tempo de trabalho excedente.²³⁸

²³⁷ Esse modo de apresentação da contradição, exposta por Marx, interna à produção social de valores de troca é indicado por Postone (2003).

²³⁸ Dada a relação entre o tempo excedente e o tempo necessário no interior de uma jornada de trabalho **inalterada**, pode-se sintetizar o efeito da ampliação das forças produtivas sobre o *acrécimo* de trabalho excedente por meio de uma sequência numérica, cuja soma é convergente. Supondo que x seja a parcela da jornada de trabalho dedicada ao trabalho necessário e y o quanto as forças produtivas multiplica a capacidade de trabalho, tem-se que o primeiro termo da sequência pode ser expresso pela razão x/y , na qual a elevação da força produtiva do trabalho reduz a quantidade de horas necessária à reprodução da capacidade de trabalho. Essa redução implica o acréscimo ao tempo de trabalho excedente, uma vez que a jornada de trabalho é mantida constante. O termo seguinte, por seu turno, é o novo tempo de trabalho necessário dividido pelo quanto as forças produtivas multiplica a capacidade de trabalho. Cada novo termo, assim, será o termo anterior novamente dividido pelo efeito da força produtiva sobre a capacidade de trabalho. Em termos gerais, cada novo acréscimo pode ser expresso pelo conjunto $S_n = \{x/y; x/y^2; x/y^3; x/y^4; \dots; x/y^n\}$, em que $n > 0$ e pertencente ao conjunto dos números naturais. Nota-se que, sob as estritas condições aqui desenvolvidas, a crescente expansão das forças produtivas tende a produzir um *acrécimo* sempre menor no tempo de trabalho excedente. Para ser mais exato, um acréscimo que tende à zero, pois: $\lim_{n \rightarrow \infty} x/y^n = 0$. A soma dessa sequência numérica é, por isso, convergente. Isso não significa, cabe destaque, um menor trabalho excedente com a elevação das forças produtivas, mas sim um contínuo declínio do crescimento do trabalho excedente com o avanço de sua principal forma de expansão, segundo Marx. Em **O Capital** essa tendência será elaborada com mais profundidade, em especial quando combinada à acumulação. Sobre o comportamento da série numérica acima e para a demonstração dessa convergência, consultar N. S. Piskunov (1969, p.710-714).

Embora a ampliação do intercâmbio social seja a forma de elevação do mais-valor que aponta para seus limites, o próprio autor nota que o mais-valor pode ser ampliado por outros meios. Um deles é a expansão das jornadas concomitantes de trabalho, de modo que a maior justaposição de trabalhadores produz um acúmulo de jornadas e, assim, de mais-valor. Além da justaposição, a própria jornada pode ser ampliada, provocando a elevação do “*quantum* de trabalho absoluto” enquanto forma de crescer o mais-valor.²³⁹ Essa última forma, porém, esbarra no limite natural da jornada de trabalho: o tempo que o trabalhador consegue trabalhar durante um dia.²⁴⁰

Somado ao limite natural da jornada, tem-se, nota o autor, a necessidade de acumulação prévia de meios materiais para que se possam colocar sempre mais trabalhadores uns ao lado dos outros. Dispensável quando o mais-valor cresce em razão da redução do tempo de trabalho necessário, a acumulação prévia é substituída pela acumulação dos meios materiais – sejam diretamente necessários à manutenção da força de trabalho, sejam de meios de trabalho – proporcionados pelo próprio processo de produção de valores de troca. A esse respeito, diz Marx:

(...) um *mais-valor* (não só um maior valor de uso) é criado, como no caso do aumento absoluto do trabalho excedente. Se é dado um determinado limite, digamos, p. ex., que o trabalhador só precisa de meio dia para produzir os seus alimentos para *um dia inteiro* – caso seja atingido o limite natural em que o trabalhador fornece trabalho excedente com um dado *quantum* de trabalho, um aumento do tempo de trabalho absoluto só é possível se mais trabalhadores são empregados *simultaneamente*, se a jornada de trabalho efetiva se multiplica simultaneamente, em lugar de ser apenas prolongada (o trabalhador individual, de acordo com o pressuposto, só pode trabalhar 12 horas; caso deva ser obtido o tempo excedente de 24 horas, têm de ser colocados 2 trabalhadores). Nesse caso, antes de entrar no processo de autovalorização, o capital tem de comprar 6 horas de trabalho a mais na troca com o trabalhador, portanto tem de ceder uma parte maior de si mesmo; por outro lado, tem de despendar, em média, mais em material a ser processado (abstraindo do fato de que o trabalhador excedente tem de estar *disponível*, i.e., que a população trabalhadora tem de ter aumentado). Portanto, a possibilidade da continuação do processo de valorização, nesse caso, depende de uma prévia acumulação do capital (considerada sob a ótica de sua existência material). Se, ao contrário, cresce a força produtiva e, por conseguinte, o tempo excedente relativo – do presente ponto de vista ainda é possível considerar que o capital é produtor direto de alimentos, matéria-prima etc., é necessária uma despesa menor para salário e o crescimento em material é criado pelo próprio processo de valorização. Mas essa questão se refere mais propriamente à acumulação dos capitais. / (...) A produtividade crescente aumenta o *valor excedente*,

²³⁹ Conforme Marx (2011, p.271). Quando obtido por meio da elevação da força produtiva, Marx denomina de “*quantum* de trabalho relativo”, pois se trata da modificação da relação entre o trabalho necessário e o trabalho excedente a fonte de ampliação do mais-valor (*Ibid.*). Para a discussão pormenorizada realizada pelo autor dessa relação, ver Marx (*Ibid.*, p.270-275 e p.276-282).

²⁴⁰ Conforme Marx (2011, p.299).

ainda que não aumente a soma absoluta dos valores de troca. Ela aumenta os valores porque cria um *novo valor como valor*, i.e., cria um valor que não deve ser simplesmente trocado como equivalente, mas deve se afirmar; em uma palavra, mais dinheiro.²⁴¹

Com essa compreensão do capital enquanto processo de valorização no qual o mais-valor pode ser gerado tanto pela expansão *absoluta* quanto *relativa* do tempo de trabalho excedente, Marx evidencia que a relação entre o capital e o seu outro estabelece a sociedade burguesa como uma totalidade social, cuja reprodução depende da mobilização das condições materiais em torno da produção do mais-valor. Isso implica uma dinâmica de contínuo crescimento do valor de troca consubstanciado em valores de uso, para o qual se faz necessária à ampliação dos braços, dos meios materiais e das forças produtivas disponíveis – i.e., do intercâmbio humano.

Expõe-se, de outra maneira, que a totalidade social estabelecida pela relação entre o capital e o trabalho tem por centro uma relação entre os humanos na qual estes são, no processo social de produção, independentes entre si e subordinados à produção de coisas de valores de troca. E, assim, encaram-se como compradores e vendedores em que, de um lado, busca-se vender para comprar os meios de subsistência e, de outro, procura-se comprar para expandir a riqueza em sua forma universal. Contudo, o que o argumento acima evidencia é que ambos estão constrangidos pela produção do mais-valor e, por conseguinte, são partes da engrenagem dessa produção. Com um funcionamento que tanto não tem fim quanto impõe dificuldades maiores ao avançar, pois seu meio de expansão requer crescente esforço social para um resultado cada vez menor, essas engrenagens são conduzidas à contínua exaustão.²⁴²

A posição social dos humanos de engrenagens do processo de produção de valores de troca tem por pressuposto a divisão da sociedade em humanos restritos à posição de trabalhadores - desprovidos ou não dos meios de produção de sua vida – frente aos humanos na posição de não-trabalhadores. Com base nessa divisão, são criadas as possibilidades de transformação das relações sociais, de forma que o tempo de trabalho além do trabalho necessário à reprodução do

²⁴¹ Conforme Marx (2011, p.310, grifos do autor).

²⁴² Neste ponto, cabe recordar que esse esgotamento não produz, por si só, a superação da produção social burguesa, mas sim estabelece condições para tal superação. Além disso, conforme indicado no capítulo anterior, a elevada produção de valores de uso permite sua mobilização – por exemplo, via políticas de transferência de renda ou creditícia – para amortecer os efeitos da exaustão do processo produtivo.

humano na posição de trabalhador possa ser apropriado, por outro humano, como tempo disponível. A depender da condição dessa divisão e da qualidade da transformação social, esse tempo disponível pode vir a ser tempo excedente. A esse respeito, diz Marx:

(...) como o trabalho excedente, ou o tempo excedente, é o pressuposto do capital, o capital se baseia, por conseguinte, no pressuposto fundamental de que existe um excedente para além do tempo de trabalho necessário para o sustento e a reprodução do indivíduo; no fato de que o indivíduo, p.ex., precisa trabalhar só 6 horas para viver um dia, ou 1 dia para viver 2 etc. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o tempo de trabalho necessário diminui e, com isso, aumenta o tempo excedente. Ou, também, um indivíduo pode trabalhar por dois etc. (...) Se, de um lado, o capital cria o trabalho excedente, de outro, o trabalho excedente é igualmente pressuposto para a existência do capital. Todo o desenvolvimento da riqueza está baseado na criação de tempo disponível.²⁴³

O sistema de produção do capital acentua o pressuposto para o desenvolvimento da riqueza – o tempo disponível –, porém, em lugar do tempo de trabalho supérfluo do humano na posição de trabalhador vir a ser tempo disponível para não-trabalhadores, trata-se do tempo a mais despendido pelo trabalhador – já desprovido dos meios de produção de sua vida – se tornar trabalho excedente, reproduzindo o processo de produção de crescente mais-valor. De maneira contínua, amplia-se a subordinação dos humanos ao contínuo acréscimo do trabalho excedente, de modo que a constituição da totalidade do intercâmbio social é capaz de produzir um elevado volume de trabalho excedente frente ao trabalho necessário. Sob a perspectiva da constituição de condições gerais de produção, trata-se de crescente produção de tempo disponível, manifestado na forma particular de tempo excedente, cujo crescimento é constantemente menor. Essa ampliação do tempo disponível, por seu turno, também pode ser apreendida, segundo Marx, pela crescente população excedente frente à necessária para o processo de valorização.

A contínua redução do tempo de trabalho necessário para ampliar o tempo de trabalho excedente compele o capital a reduzir o primeiro a um mínimo, de modo que tanto essa dinâmica amplia a parcela dos humanos na posição de trabalhadores quanto estabelece uma parte destes como população excedente – i.e., população inútil enquanto não for utilizada para a valorização. O próprio processo de produção da vida social permeada pela relação entre o capital e o trabalho assalariado entra em contradição consigo mesmo; pois, à proporção em

²⁴³Conforme Marx (2011, p.321-322, sublinhado nosso).

que reduz o tempo de trabalho necessário para ampliar o trabalho excedente, eleva a parcela dos humanos na condição de trabalhadores assalariados que excedem a capacidade de trabalho capaz de ser posta em contato com o capital em sua forma de meios de trabalho e, assim, gerar mais-valor. Nas palavras de Marx,

(...) como vimos, é lei do capital criar trabalho excedente, tempo disponível; ele só pode fazer isso ao pôr em movimento trabalho *necessário* – i.e., ao trocar com o trabalhador. Por essa razão, é sua tendência criar tanto trabalho quanto possível; assim como também é sua tendência reduzir o trabalho necessário ao mínimo. Consequentemente, é tendência do capital tanto aumentar a população que trabalha como pôr continuamente uma parte dela como população excedente – população que é inútil, até que o capital possa valorizá-la. (Daí a exatidão da teoria da população excedente e do capital excedente.) É tendência do capital tanto tornar o trabalho humano (relativamente) supérfluo como pressionar simultaneamente o trabalho humano de maneira desmedida. O valor é apenas trabalho objetivado, e valor excedente (valorização do capital) é somente o excedente para além da parte do trabalho objetivado que é necessária para a reprodução da capacidade de trabalho. Mas o trabalho é e continua sendo o pressuposto, e o trabalho excedente só existe em relação ao necessário, portanto, só à medida que este existe. Por isso, o capital tem de pôr continuamente trabalho necessário para pôr trabalho excedente; tem de aumentá-lo (a saber, as jornadas de trabalho *simultâneas*) para poder aumentar o excedente; mas tem igualmente de superá-lo como trabalho necessário para colocá-lo como trabalho excedente.²⁴⁴

De acordo com a passagem acima, o autor nota que a crescente população excedente é um aspecto reconhecido não apenas por sua teoria.²⁴⁵ Fundada na relação entre o capital e o trabalho assalariado, a crescente população excedente frente à população necessária à valorização pressupõe o tempo disponível produzido pela redução crescente do tempo de trabalho necessário que, por se tratar de tempo disponível no interior da relação entre o capital e o seu outro, assume a forma particular de trabalho excedente. Em outros termos, a produção em geral de tempo disponível assume a forma condizente com a relação que o produziu, na qual a contínua, extensa e intensa jornada de trabalho é mantida por meio da manutenção da força de trabalho em operação durante o tempo pelo qual fora contratada, sendo esta manutenção tanto garantida pelo contrato quanto pela necessidade do humano na posição de trabalhador, desprovido dos meios para a produção de sua vida, de vender sua capacidade de trabalho para sobreviver.

²⁴⁴Conforme Marx (2011, p.323, grifos do autor, sublinhado nosso).

²⁴⁵Embora a teoria da população de Malthus não tenha apreendido a produção do excedente populacional no interior da relação entre o capital e o trabalho, Marx sinaliza o aspecto real capturado por essa teoria, de forma que, em sua operação de crítica à economia política ao longo dos **Grundrisse**, pode-se notar que o autor reconhece os avanços desta teoria na compreensão dessa relação social e seus limites. Com isso, desenvolve sua própria teoria como uma explicação alternativa dessa sociedade, jamais como única explicação detentora da verdade integral do objeto. Neste particular, o caráter laboratorial dos **Grundrisse** – bem como o caráter aberto de sua teoria em **O Capital** – explicita essa postura analítica do autor.

A forma do tempo disponível, por seu turno, entra em contradição com o tempo disponível em geral porque o processo de produção do primeiro põe em xeque seu próprio fundamento: o tempo de trabalho necessário. Sobre esse aspecto, diz Marx:

Considerada a jornada de trabalho singular, o processo naturalmente é simples: 1) prolongá-lo até os limites da possibilidade natural; 2) encurtar cada vez mais a sua parte necessária (portanto, elevar de modo ilimitado as forças produtivas). Todavia, considerada espacialmente – o próprio tempo considerado espacialmente –, a jornada de trabalho é a *contiguidade de muitas jornadas de trabalho*. Quanto maior o número de jornadas de trabalho simultâneas com as quais o capital pode fazer a troca, onde troca *trabalho objetivado por trabalho vivo*, tanto maior a sua valorização simultânea. O capital só pode transpor o limite *natural* que constitui a jornada de trabalho vivo de um indivíduo em *um dado nível do desenvolvimento das forças produtivas* (e não altera nada o fato de que esse nível está mudando) ao pôr simultaneamente uma *outra* jornada *ao lado* dessa jornada de trabalho singular – pelo acréscimo espacial *de mais jornadas de trabalho simultâneas* (...) Por outro lado, no que diz respeito agora às muitas jornadas simultâneas de trabalho necessário (que, levando em conta exclusivamente o valor, podem ser consideradas *uma única* jornada de trabalho), a tendência do capital – da mesma forma que antes, com a jornada de trabalho singular – é de reduzi-las a um mínimo, i.e., de pôr como *não necessárias* o maior número possível dessas jornadas e de reduzir agora as jornadas de trabalho necessárias em relação ao total do tempo de trabalho objetivado, da mesma maneira que reduzia antes, no caso da jornada de trabalho singular, as horas de trabalho necessárias. (Se 6 jornadas de trabalho são necessárias para produzir 12 horas de trabalho excedente, o capital se empenha para [que] só 4 sejam necessárias. Ou as 6 jornadas de trabalho podem ser consideradas como uma única jornada de trabalho de 72 horas; se o capital tem êxito em reduzir em 24 horas o trabalho necessário, 2 jornadas de trabalho necessário são eliminadas – i.e., 2 trabalhadores.) Por outro lado, o novo capital excedente que é criado só pode ser valorizado enquanto tal pela troca com trabalho vivo. Daí a tendência do capital tanto a aumentar a *população trabalhadora* quanto a reduzir continuamente a parte *necessária* dela (a pôr continuamente uma parte como reserva). E o próprio aumento da população [é] o principal meio para a diminuição da parte necessária.²⁴⁶

A afirmação e a negação do tempo de trabalho necessário são, para o autor, os componentes da contradição movente da relação entre o capital e o trabalho assalariado e, por consequência, da produção de tempo disponível em sua forma de tempo de trabalho excedente. Embora exista por causa do período no qual o trabalho excede o tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho (e os meios de trabalho consumidos para tal), essa relação estabelece a redução crescente do último como meio de expansão e, ao fazê-lo, pode pôr menos trabalhadores a seu serviço para produzir maior tempo de trabalho excedente. Entretanto, o capital somente é produzido em contato com o trabalho vivo por

²⁴⁶Conforme Marx (2011, p.323-324, grifos do autor).

determinado período de tempo, de forma que os trabalhadores devem estar disponíveis e entrar em contato com capital acrescido para que haja contínua valorização em escala crescente.

Do ponto de vista dos humanos, assinala o autor, o modo pelo qual ocorre a crescente ampliação do tempo de trabalho excedente frente ao tempo de trabalho necessário impõe a crescente produção de humanos na posição de trabalhadores assalariados, de forma que o avanço da riqueza se objetiva na pobreza de parcela crescente dos humanos, cujo reconhecimento social se deve somente a sua subjetividade – i.e., sua capacidade restrita ao ato de trabalho. Do outro lado, tem-se os humanos na posição de não-trabalhadores que se apresentam em confronto, em escala crescente, com os trabalhadores assalariados em busca da contínua expansão do tempo de trabalho excedente, fonte do processo social de produção de valores de troca.²⁴⁷ Dessa relação entre os humanos, segue o autor, estabelece-se a seguinte consequência para o seu desenvolvimento:

O trabalho põe-se objetivamente, mas põe essa sua objetividade como seu próprio não ser ou como o ser do seu não ser – do capital. O trabalho retorna a si como pura possibilidade do pôr valor ou da valorização; porque toda a riqueza efetiva, o mundo do valor efetivo e, da mesma forma, as condições reais de sua própria valorização são postos diante dele como existências autônomas. São as possibilidades latentes no próprio seio do trabalho que, em virtude do processo de produção, existem fora dele como efetividades – mas como *efetividades* que lhe são *alheias* –, que constituem a riqueza em oposição ao trabalho. (...) por meio do próprio trabalho, o mundo da riqueza se amplia progressivamente como poder estranho contraposto ao trabalho, e como adquire uma existência sempre mais vasta e plena, de modo que, relativamente, em contraste com os valores criados ou com as condições reais da criação do valor, a subjetividade destituída da capacidade de trabalho viva constitui um contraste cada vez mais gritante. Quanto mais ele se objetiva – o trabalho [–], tanto maior devém o mundo objetivo dos valores que se lhe contrapõe como mundo estranho – como propriedade alheia. Pela criação do capital excedente, o próprio trabalho se impõe a obrigação de criar novamente novo capital excedente etc.²⁴⁸

Seguindo a passagem acima, o processo social de produção de valores de troca se constitui como poder autônomo frente aos humanos, de forma que a riqueza desenvolvida é a riqueza consubstanciada em coisas com valor de troca, cuja própria expansão está fundada no empobrecimento da parcela (crescente) dos humanos na posição de trabalhadores assalariados. O que evidencia ser a capacidade de trabalho a verdadeira matéria-prima do processo de produção social,

²⁴⁷ Conforme Marx (2011, p.371-372).

²⁴⁸ Conforme Marx (2011, p.373-374, grifos do autor).

em que a outra parcela dos humanos – aqueles na condição de representantes do capital – cabe garantir o livre uso dessa capacidade durante o período contratado.²⁴⁹

A produção da riqueza social burguesa se configura, assim, como degradante de uma parcela crescente dos humanos, de forma que o desenvolvimento existente é restrito à ampliação do valor de troca. Entretanto, esse processo de produção não é absolutamente negativo para os humanos, uma vez que amplia seu intercâmbio.

Por conseguinte, o processo social de produção de valores de troca é, em verdade, uma “contradição em processo”²⁵⁰, na qual há crescente produção de riqueza social na forma de valores de troca com os mais variados valores de usos que, ao ocorrer nesses termos, desenvolve o intercâmbio social em sua universalidade. Assim, rompe-se a restrição da riqueza a um valor de uso particular como sua fonte, p. ex. a terra no feudalismo, que deve ser consumido de uma maneira específica – p. ex. satisfação das necessidades naturais dos habitantes do feudo e os luxos do senhor.

Em outras palavras, a crescente produção social de valores de troca não exclui valores de uso, formas de consumo ou forças produtivas específicas. Cada uma dessas particularidades são limites que o processo social de produção procura romper para continuar a existir e, nesse movimento, termina por constituir um intercâmbio humano universal gerador de um potencial de produção social em geral – ainda que efetivado na forma de coisa com valor de troca e degradante de uma parcela crescente dos humanos.²⁵¹

A apropriação desse potencial produtivo é, por seu turno, o meio pelo qual o desenvolvimento do intercâmbio social pode ser estabelecido como condição do processo social de produção cujo objetivo seja o enriquecimento humano, ao invés de sua degradação. Para isso ocorrer, por sua vez, exige-se a abolição da própria relação entre o capital e o trabalho assalariado. O que pressupõe uma transformação significativa das relações sociais, cujo cerne – tanto da sua possibilidade quanto da mudança – reside na modificação do papel da jornada de trabalho no processo de trabalho e, por isso, a própria alteração desse processo.

²⁴⁹ Não se trata, portanto, de uma relação de prestação de serviço, mas outro modo de trabalho, cuja relação de propriedade também assume uma forma adequada à manutenção da relação entre o capital e o trabalho e, por isso, advém desta relação. Ver Marx (2011, p.382-387).

²⁵⁰ Conferir Marx (2011, p.588-599).

²⁵¹ Conferir Marx (2011, p.447).

3.2. Possibilidade aberta pela contínua expansão contraditória do valor de troca

Conforme exposto até aqui, para a relação entre o capital e o trabalho assalariado constituir a condição material da produção e da reprodução de determinada vida social, exige-se a contínua, extensiva e intensiva jornada de trabalho como imperativo à reprodução de uma parcela significativa dos humanos. O que pressupõe, por seu turno, uma transformação substantiva tanto das relações sociais quanto do modo de trabalho. Na presente seção, investiga-se justamente esse último aspecto ao explicitar a diferença quanto ao papel do trabalhador no interior do processo de produção de mais-valor entre as duas maneiras de produzir que, para Marx, são específicas à produção da riqueza social burguesa: a manufatura e a grande indústria. Com isso, aponta-se para a mudança social que a transformação no modo de trabalho pode proporcionar.

No caso da manufatura, trata-se de avançar para além da mera apropriação da força produtiva do trabalho por via da contratação de trabalhadores dispersos, cuja relação está somente em serem postos para trabalhar em contato com os meios de trabalho fornecidos pelo representante do capital. Esse avanço é obtido com a manufatura, uma vez que os trabalhadores são reunidos em um mesmo local de trabalho, regidos por uma divisão do trabalho na qual operam de forma fragmentada e sob uma disciplina de trabalho adequada a essa fragmentação. Na grande indústria, a disciplina de trabalho condizente com a fragmentação proveniente da divisão do trabalho manufatureira é estruturada de outra forma, na qual a força produtiva do trabalho é combinada com o domínio das forças da natureza pela ciência transformada em técnica, de modo que a uniformidade do ritmo de trabalho e seu “espírito coletivo” são transferidos para a máquina.²⁵²

A fragmentação e a disciplina do trabalho constituem especificidades da divisão do trabalho na manufatura, segundo Marx, porque supera os trabalhadores dispersos pela sua reunião, sob outro modo de trabalho, em um mesmo local. Em lugar da relação entre o capital e o trabalho ocorrer pela cooperação, na forma da troca, entre os produtores dispersos, tem-se a transformação do próprio processo de produção unilateral por essa relação, resultando em mais do que cooperação em um mesmo espaço de trabalho.

²⁵²Conferir Marx (2011, p.486).

A supressão da fragmentação autônoma desses muitos trabalhadores, em que *o capital singular* aparece diante deles não mais somente como *força coletiva social no ato da troca*, de modo que nele são unificadas muitas trocas, mas reúne os trabalhadores em um local sob seu comando, em uma manufatura, não os deixa mais no *modo de produção em que os encontrara* e estabelece seu poder sobre essa base, mas cria como base para si um modo de produção que lhe corresponde. Ele põe a reunião dos trabalhadores na produção, reunião que de início será unicamente reunião em local coletivo, sob supervisores, *arregimentação, maior disciplina, regularidade e dependência do capital* POSTA *na própria produção*.²⁵³

Ao afirmar que o modo de produção da vida social é alterado pela manufatura, Marx indica a transformação substantiva na produção das relações sociais provocadas por essa alteração, haja vista que a produção de valor de troca não mais existe ao lado das produções de outros excedentes e, conforme exposto até aqui, ao próprio humano na posição de trabalhador é imperativo participar dessa produção para sobreviver. E, por seu turno, essa transformação exige que a produção para a troca seja generalizada, de forma que a disciplina da produção não é estabelecida pelo trabalhador em vista de um acesso fortuito ao valor de troca, mas sim pela necessidade de produção de valores de troca, dos quais uma parcela garante sua sobrevivência.

Em outros termos, tem lugar uma submissão de parcela dos humanos à posição de trabalhadores assalariados e, por isso, subordinados ao processo de produção do valor de troca, de forma que cada trabalhador se torna peça de um trabalhador coletivo, com o intuito de produzir valores de troca em escala crescente. Configura-se, assim, a dominação da produção pela produção de valores de troca consubstanciados em valores de uso. Com essa nova forma de produção, adquire-se uma disciplina que, proveniente da fragmentação oriunda do trabalho na manufatura, aos poucos toma a distribuição, a troca e o consumo.

A disciplina, a fragmentação e a divisão do trabalho que são inauguradas pela manufatura, recorda Marx, em nada tem a ver com uma produção artesanal ou semi-artística, uma vez que a produção é, desde o princípio, produção de massa crescente de tempo de trabalho excedente. Por outras palavras, no lugar de ser a educação da mão humana para o trabalho manual imediato, tem-se um ato de trabalho que educa para a produção social de valores de troca em escala crescente.²⁵⁴

²⁵³ Conferir Marx (2011, p.487, grifos do autor, caixa alta no original).

²⁵⁴ Conferir Marx (2011, p.488).

Além do mais, salienta o autor, no curso da busca por crescente mais-valor, o capital procura se livrar do trabalho manual, pondo em seu lugar a perícia das “forças mortas da natureza”, de maneira que, embora a manufatura seja o pressuposto para a produção do capital ao subjugar o processo de trabalho à produção de mais-valor, tem-se que a força produtiva do trabalho ainda não foi constituída pelo próprio capital.

O que significa ser a ampliação da produtividade dependente da força produtiva humana, de modo que o tempo de trabalho excedente produzido ainda é pequeno, exigindo a reunião de muitos trabalhadores em um mesmo local – justaposição de jornadas de trabalho – para obter elevada produção de tempo de trabalho excedente. Produzido pela elevação das jornadas simultâneas, o tempo de trabalho excedente posto pela manufatura se apresenta na forma absoluta da produção de mais-valor e, por isso, sujeita aos seus limites naturais.²⁵⁵

Ao apresentar esse aspecto da manufatura, Marx retoma a substantiva transformação necessária nas relações sociais para que esse pequeno excedente produzido em cada jornada de trabalho venha a ser um elevado excedente: grande número de humanos na posição de trabalhadores desprovidos dos meios de trabalho e subsistência. O que implica, por seu turno, uma elevada *concentração* da riqueza social – valores de uso representativos de valores de troca –, pois somente quando certo *quantum* de trabalho supérfluo é produzido, pode-se destinar parcela deste para ser aplicada como capital e, assim, vir a ser trabalho excedente.

A ruptura com a produção em que os trabalhadores mantêm seus modos de vida e, em paralelo, produzem valores de troca marca a completa dependência dos trabalhadores do processo social de produção de crescente valor de troca. Isso porque sua subsistência provém da sua relação com o capital, embora sejam trabalhadores livres da dependência pessoal, de forma que sua existência – natural e social – depende da venda de sua jornada de trabalho.²⁵⁶

Tal subordinação, por sua vez, estabelece a pobreza do trabalhador livre, menos em razão de sua capacidade para recuperar seu potencial de trabalho após receber o seu salário e mais porque está sempre em estado de necessidade. Ao ser apenas capacidade de trabalho viva, o humano na posição de trabalhador assalariado está à mercê das necessidades da vida que somente pode realizar por

²⁵⁵Conferir Marx (*Ibid.*).

²⁵⁶Conferir Marx (2011, p.489).

determinado período, correspondente ao quanto cedeu de seu potencial para o capital. E continua a existir como capacidade de trabalho caso seja novamente posto em contato com o capital – em sua forma de meios de produção. Caso não venha a ser empregado, resta-lhe, diz Marx, as “migalhas da renda que lhe caem como esmola”.²⁵⁷

Na medida em que a troca entre o capital e o trabalho assalariado ocorre para a valorização crescente dos valores de troca adiantados, sendo esta valorização dependente das condições de produção e circulação dos valores de troca, tem-se que a satisfação das necessidades dos humanos na posição de trabalhadores é contingente e não guarda nenhuma relação com seu “ser *orgânico*”.

²⁵⁸ E, por isso, reforça Marx, que o trabalhador assalariado é “*pobre em potência*”.²⁵⁹ As chances dessa potência se efetivar são elevadas, lembra o autor, pois, para esse trabalhador produzir crescente tempo de trabalho excedente, libera-se tempo de trabalho necessário. O que resulta em um fenômeno curioso:

Em diferentes modos de produção sociais existem diferentes leis de aumento da população e da superpopulação; esta última equivale ao pauperismo. Essas diferentes leis podem simplesmente ser reduzidas aos diferentes modos da relação às condições de produção ou, no que diz respeito ao indivíduo vivente, às suas condições de reprodução como membro da sociedade, uma vez que ele só trabalha e apropria em sociedade. A dissolução dessas relações, com respeito ao indivíduo singular ou à parte da população, os põe fora das condições de reprodução dessa base determinada e, por essa razão, os põe como superpopulação, e não somente desprovida de meios, mas incapaz de se apropriar dos meios de subsistência pelo trabalho, logo, os põe como pobres. É só no modo de produção fundado sobre o capital que o pauperismo aparece como resultado do próprio trabalho, do desenvolvimento da força produtiva do trabalho.²⁶⁰

A pobreza do humano na posição de trabalhador assalariado ser produzida pela riqueza enquanto valorização resulta, afirma o autor, do crescente avanço das forças produtivas do trabalho produzir população não necessária à valorização. Flagrante contraste com as sociedades anteriores em que a pobreza era produzida pelo crescimento populacional acima da força produtiva do trabalho. Própria à sociedade na qual a riqueza social é a valorização dos valores de troca consubstanciados em valores de uso, essa contradição é intensificada com a superação da manufatura pela grande indústria.

²⁵⁷ Conferir Marx (2011, p.502-503).

²⁵⁸ Conferir Marx (2011, p.503).

²⁵⁹ Conferir Marx (*Ibid.*).

²⁶⁰ Conferir Marx (*Ibidem.*).

Na grande indústria, o sistema de máquinas passa a ser a forma do capital como meio de trabalho, sendo este sistema capaz de ampliar a força produtiva do trabalho de maneira a prescindir da extensão dos trabalhadores sob o jugo do capital enquanto a forma de expansão do tempo de trabalho excedente. Por ser a máquina oriunda do domínio das forças da natureza pelo conhecimento científico aplicado à técnica, as etapas do processo e seu movimento não estão mais centradas no trabalhador assalariado, mas sim na própria máquina.

Em razão desse deslocamento, esse trabalhador tanto aparece como engrenagem da máquina quanto se assenta como a matéria-prima da produção frente à maquinaria, que não mais é instrumento de trabalho dominado pelo trabalhador. Ao mesmo tempo, o conhecimento acerca do conjunto do processo de produção escapa por completo do humano na condição de trabalhador. Sobre essa transformação, observa Marx:

(...) enquanto continua sendo meio de trabalho no sentido próprio do termo, tal como levado direta e historicamente pelo capital para dentro de seu processo de valorização, o meio de trabalho experimenta unicamente uma mudança formal, no sentido de que, agora, do ponto de vista material, ele aparece não só como meio do trabalho, mas ao mesmo tempo como um modo de existência particular dele, determinado pelo processo total do capital – como *capital fixo*. Assimilado ao processo de produção do capital, o meio de trabalho passa por diversas metamorfoses, das quais a última é a *máquina* ou, melhor dizendo, um *sistema automático da maquinaria* (sistema da maquinaria; o automático é apenas a sua forma mais adequada, mais aperfeiçoada, e somente o que transforma a própria maquinaria em um sistema), posto em movimento por um autômato, por uma força motriz que se movimenta por si mesma; tal autômato consistindo em numerosos órgãos mecânicos e intelectuais, de modo que os próprios trabalhadores são definidos somente como membros conscientes dele.²⁶¹

Na relação entre o capital e o trabalho assalariado em seu momento de produção de mais-valor, o capital não mais se apresenta como instrumento de trabalho, cuja manipulação é conhecida, dominada e exercida pelo trabalhador. Ao contrário, os meios de produção se defrontam com o humano na posição de trabalhador enquanto um sistema autônomo, ao qual o trabalhador deve tão somente se integrar, ser uma de suas partes.

Diante desse sistema, a manipulação é exercida da máquina sobre a capacidade de trabalho, no ritmo ditado pelo sistema de máquinas. E, por conseguinte, o meio de trabalho é transformado em seu aspecto qualitativo,

²⁶¹ Conferir Marx (2011, p.580, grifos do autor).

tornando-se adequado a produção de mais-valor e, por isso, denominado por Marx de *capital fixo*:

(...) na máquina e mais ainda na maquina[ria] como um sistema automático, o meio de trabalho é transformado quanto ao seu valor de uso, *i.e.*, quanto à sua existência material, em uma existência adequada ao capital fixo e ao capital como um todo, e a forma em que foi assimilado como meio de trabalho imediato ao processo de produção do capital foi abolida em uma forma posta pelo próprio capital e a ele correspondente. Em nenhum sentido a máquina aparece como meio de trabalho do trabalhador individual. A sua *differentia specifica* não é de forma alguma, como no meio de trabalho, a de mediar a atividade do trabalhador sobre o objeto; ao contrário, esta atividade é posta de tal modo que tão somente medeia o trabalho da máquina, a sua ação sobre a matéria-prima – supervisionando-a e mantendo-a livre de falhas. Não é como no instrumento, que o trabalhador anima como um órgão com a sua própria habilidade e atividade e cujo manejo, em consequência, dependia de sua virtuosidade. Ao contrário, a própria máquina, que para o trabalhador possui destreza e força, é o virtuoso que possui sua própria alma nas leis mecânicas que nela atuam e que para seu contínuo automovimento consome carvão, óleo etc. (matérias instrumentais), da mesma maneira que o trabalhador consome alimentos. A atividade do trabalhador, limitada a uma mera abstração da atividade, é determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso. A ciência, que força os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina.²⁶²

A nova forma do meio de produção é, para Marx, condizente com o capital porque não mais é o objeto a ser modificado pela atividade de trabalho mediada por um instrumento adequado a tal atividade. Ao contrário, trata-se do exercício da capacidade de trabalho mediar a atividade da máquina, de forma que o ato de trabalho se torna somente abstração da atividade e, por conseguinte, o trabalhador coletivo é dissolvido no sistema de máquinas como parte de sua engrenagem, da qual não detém o exercício do ritmo, nem a destreza.

Atividade criadora do poder do sistema de máquinas pertence, por seu turno, ao desenvolvimento do domínio humano sobre as forças naturais que, transformadas em técnica, são aplicadas à produção de valores de troca consubstanciados em valores de uso. A transformação da ciência em técnica de produção é uma atividade, do ponto de vista do trabalhador assalariado, externa e estranha ao exercício de sua capacidade de trabalho em contato com a máquina, de forma que os humanos nesta posição se deparam com o desenvolvimento deste intercâmbio humano com a natureza como um poder estranho e externo, na forma

²⁶²Conferir Marx (2011, p.580-581, sublinhado nosso).

da maquinaria – uma das configurações do capital. Sobre esse verdadeiro estranhamento no ato da produção, diz Marx:

(...) na medida em que a maquinaria se desenvolve com a acumulação da ciência social, da força produtiva como um todo, o trabalho social geral não é representado no trabalhador, mas no capital. A força produtiva da sociedade é medida pelo *capital fixo*, existe nele em forma objetiva e, inversamente, a força produtiva do capital se desenvolve com esse progresso geral de que o capital se apropria gratuitamente. Este não é o momento para tratar em detalhe do desenvolvimento da maquinaria, mas só sob o aspecto geral, na medida em que, no *capital fixo*, o *meio de trabalho*, sob seu aspecto material, perde sua forma imediata e se defronta materialmente com o trabalhador como *capital*. O saber aparece na maquinaria como algo estranho, externo ao trabalhador; e o trabalho vivo é subsumido ao trabalho objetivado que atua autonomamente. O trabalhador aparece como supérfluo desde que sua ação não seja condicionada pelas necessidades [do capital]. / Portanto, o desenvolvimento pleno do capital só acontece – ou o capital só terá posto o modo de produção que lhe corresponde – quando o meio de trabalho é determinado como *capital fixo* não só formalmente, mas quando tiver sido abolido em sua forma imediata, e o *capital fixo* se defrontar com o trabalho como máquina no interior do processo de produção (...) [p]or isso, a tendência do capital é conferir à produção um caráter científico, e o trabalho direto é rebaixado a um simples momento desse processo.²⁶³

Com a passagem acima, Marx afirma que a força produtiva do trabalho social não é mais proveniente do trabalho, uma vez que os instrumentos de trabalho são suprimidos pelo sistema de máquinas enquanto meios de trabalho. Por ser a força produtiva do trabalho social transferido para esse sistema por meio da dissolução do trabalhador coletivo no sistema de máquinas, tem-se que o poder produtivo se torna uma característica do capital em sua forma de meio de produção. A extensão do poder produtivo está no peso do *capital fixo* no processo de produção, de forma que a elevação da produção mediada pelo sistema de máquinas – na qualidade de capital fixado na produção e oriundo do progresso geral do intercâmbio humano com as forças da natureza – retira o protagonismo da produção do humano na condição de trabalhador assalariado imediatamente relacionado com o meio de trabalho.

Junto da relação de troca e de produção, o próprio instrumento de trabalho se torna estranho e externo ao trabalhador, de forma que tanto assume um aspecto material distinto – deixa de ser ferramenta de trabalho conhecida pelo trabalhador – quanto torna o trabalhador assalariado supérfluo, no caso em que não esteja submetido, na produção, ao próprio capital enquanto sistema de maquinaria. Como forma adequada à produção do mais-valor sobre o controle do capital, o

²⁶³Conforme Marx (2011, p.582-583, grifos do autor, sublinhado nosso).

humano na posição de trabalhador assalariado que não tem sua atividade subordinada ao ritmo da máquina, ao seu modo de atividade e, assim, ao seu comando, não está subjugado à forma de produção adequada à crescente produção de mais-valor.

Dito de outra forma, quando vem a ser crescente capital fixo, o meio de trabalho expressa o contínuo acúmulo de intercâmbio humano que abole o instrumento de trabalho como principal mediador da produção de mais-valor pelo dispêndio da capacidade de trabalho. E, assim, submete a produção social ao capital em toda a sua integridade, e não mais somente em seu aspecto formal – seja na troca, seja na produção.

O sistema de máquinas pode modificar o processo de produção de mais-valor, recorda Marx, tão somente porque imita o trabalhador – sendo essa própria cópia possível à proporção em que o ato de trabalho é reduzido a trabalho maquinal, repetitivo e unilateral.²⁶⁴ Na forma deste trabalho, a máquina adquire vantagem sobre o trabalhador, uma vez que opera de forma constante e incansável, de modo que somente com a redução do humano à condição de trabalhador assalariado, cujo ato de trabalho é maquinal, pode o sistema de máquinas suprimir sua força produtiva, integrando-a em seu funcionamento.

Tal transformação do processo de produção da riqueza social burguesa faz com que esta prescindia da justaposição de jornadas de trabalho como a principal forma de sua ampliação. E, com isso, estabelece a elevação do tempo de trabalho excedente pela redução do tempo de trabalho necessário como a forma primordial de expansão do mais-valor, de modo que este último cresce em ritmo continuamente menor enquanto a produção de riqueza material ocorre de forma contínua e com menos trabalho despendido por unidade produzida.²⁶⁵

O processo de produção do mais-valor sob a égide da grande indústria aguça, por essa razão, a contradição entre o processo social de produção buscar crescente dispêndio de trabalho por unidade de tempo e a participação da capacidade de trabalho sempre menor frente aos meios de trabalho que põe em movimento. Essa contradição, por seu turno, manifesta-se na crescente competência para a produção de valores de uso com declinante dispêndio de trabalho por unidade de tempo.

²⁶⁴ Conferir Marx (2011, p.587).

²⁶⁵ Conforme argumento desenvolvido na seção anterior.

Em outros termos, o poder de produção mobilizado pela relação entre o capital e o trabalho assalariado, e expresso no modo de trabalho da grande indústria, pouco depende do trabalho imediato para ser efetivado, mas sim do intercâmbio social acumulado e traduzido em sistema de máquinas. Contudo, a riqueza social continua a ser a crescente produção de valores de troca consubstanciada em valores de uso, de forma que, quanto maior o poder de produção do sistema de máquinas e, assim, menor a capacidade de trabalho utilizada em relação ao poder produtivo que esta move no interior deste sistema, menos mais-valor será produzido, consubstanciado em incontáveis valores de uso com um acumulado valor de troca. Nas palavras de Marx:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, *i.e.*, o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção baseada no valor. O seu pressuposto é e continua sendo a massa do tempo de trabalho imediato, o *quantum* de trabalho empregado como o fator decisivo da produção da riqueza. No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (...) A riqueza efetiva se manifesta antes – e isso o revela a grande indústria – na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona. O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador. (O que vale para a maquinaria, vale igualmente para a combinação da atividade humana e para o desenvolvimento do intercâmbio humano.) Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora. Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social.²⁶⁶

O desenvolvimento da contradição entre o capital e o trabalho assalariado tem, na grande indústria, o seu ápice, afirma Marx, à proporção em que o tempo de trabalho excedente já se apresenta muito superior ao tempo de trabalho necessário, de forma que qualquer redução neste último, pouco afeta o primeiro. Essa

²⁶⁶Conferir Marx (2011, p.587, grifos do autor).

transformação do processo de produção de mais-valor é, segue o autor, de tamanha envergadura que constitui a possibilidade de outra maneira de produção da vida social, uma vez que coloca as bases para o desenvolvimento da individualidade humana porque desenvolveu o indivíduo social: a capacidade de produção geral desconectada dos humanos na posição de trabalhadores assalariados.²⁶⁷

Consequência do avanço no intercâmbio humano moldado pela produção da riqueza social burguesa, a independência pessoal ancorada na dependência da produção de coisas de valor de troca constitui a possibilidade de uma forma de produção que prescindia do trabalho assalariado – ou de um conjunto de humanos na posição de trabalhadores desprovidos, ou não, dos meios de trabalho e de subsistência – para haver produção dos meios materiais necessários à vida social na qual o objetivo da produção seja o desenvolvimento da individualidade humana.

De um ponto de vista geral, a capacidade de produção assim constituída implica a possibilidade de abolição não apenas do trabalho assalariado, mas da necessidade de humanos submetidos à posição de trabalhadores – pela coerção direta, por exemplo – para que haja excedente de valores de uso, uma vez que a força produtiva da riqueza material se deslocou dos humanos na posição de trabalhadores para o sistema de maquinarias – i.e., o acúmulo do intercâmbio humano em forma de meios materiais de produção de valores de troca consubstanciados em valores de uso. E, porque efetiva essa potência de produção de valores de uso em uma forma particular – serem portadores de valores de troca – essa possibilidade não se efetiva no interior da relação entre o capital e o trabalho assalariado, de forma que crescente contingente de humanos é empurrado para a posição de trabalhador assalariado – embora parte deste contingente não venha a ser empregado.

Em razão disso, o desenvolvimento da individualidade humana é afirmado apenas como uma possibilidade de relação social decorrente do desenvolvimento das forças produtivas em seu nível geral; pois, uma vez restritas à relação entre o capital e o trabalho assalariado, encontram-se limitadas à reprodução da sua

²⁶⁷ Como aponta Marx (2011, p.589-590), isso aparece na forma do crescente capital fixo frente ao capital circulante. Tais categorias encontram aqui seu primeiro desenvolvimento, ainda bastante conectado com a economia política, ver: Marx (2011, p.518-519). O desdobramento analítico dessas categorias no interior da teoria de Marx somente será alcançado em **O Capital**, livro segundo. Conferir Marx (1985, p.117-133).

condição material: a crescente produção de valores de troca.²⁶⁸ O que exige, conforme visto acima, a constituição dos meios de trabalho enquanto *capital fixo* para, em contato com a capacidade de trabalho, reproduzirem seus valores de troca.

Mesmo que essa capacidade de trabalho seja continuamente menor, em termos de valor de troca, frente aos meios de trabalho que move, continua a ser um imperativo da produção de valor de troca seu contato e a manutenção de humanos nesta condição. Como consequência dessa contradição, observa-se a restrição ao desenvolvimento das forças produtivas que, ao invés de livremente determinado pelo desenvolvimento da individualidade humana, estão aprisionadas à produção de valores de troca, cada vez mais anacrônica frente à capacidade de produção de valores de uso e de tempo disponível passíveis de serem apropriados pelos humanos:

*O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles.*²⁶⁹

Com essa passagem, Marx afirma que a fonte da riqueza em valores de uso não ser mais o tempo de trabalho implica a quantidade de trabalho por unidade de tempo – i.e., o valor de troca – deixa de ser a medida da riqueza, pois se torna uma medida não correspondente à elevada capacidade de produção material. O que pressupõe ter ocorrido uma profunda transformação nas condições gerais de produção da riqueza social, uma vez que deixam de ser condição para esse

²⁶⁸Esse é um ponto de debate no interior dos estudos sobre trabalho imaterial, uma vez que alguns autores consideram a redução da necessidade de trabalho direto como a redução do trabalho “material” e a ampliação do trabalho “imaterial” como fonte do valor, enquanto outros autores consideram que a redução do trabalho necessário implica a contradição no interior da produção social de valores de troca, de forma a reduzir a capacidade de produção de valor de troca. A título de exemplo, destaca-se, no grupo dos primeiros autores, o trabalho de André Gorz (2005, p.15-28) e, no caso do segundo grupo, destacam-se os trabalhos de István Mészáros (1995, p.522-543;739-770) e Postone (2003, p.21-35; 307-348).

²⁶⁹Conferir Marx (2011, p.588, grifos do autor, sublinhado nosso).

desenvolvimento tanto o tempo de trabalho supérfluo da parcela dos humanos na posição social de trabalhadores – seja escravo, servo ou assalariado – quanto o não-trabalho imediato de poucos humanos, que se dedicam ao desenvolvimento do conhecimento acerca das propriedades objetivas do mundo social e natural.

Para assentar esse novo fundamento criado pela grande indústria, de forma que a condição de produção da riqueza geral se efetive em uma forma particular capaz de desenvolver os múltiplos aspectos da individualidade humana – enunciados de forma breve ao final da passagem – exige que a riqueza social não mais possua um caráter duplo – ser valor de troca consubstanciados em valores de uso –, mas que seja processo de produção material cujo objetivo seja o desenvolvimento das múltiplas individualidades, efetivando a riqueza em geral em uma nova forma de riqueza social.

A superação da duplicidade da riqueza social exige, seguindo esse argumento, a superação do fundamento da relação entre o capital e o trabalho assalariado: a cisão entre os humanos. Tal fundamento pode ser superado porque a produção material não mais necessita de parte dos humanos confinados à posição de trabalhadores desprovidos dos meios de trabalho e outros à posição de representantes do capital para que a riqueza material se desenvolva.

Ao criar as condições materiais para a superação dessa cisão, a relação entre o capital e o trabalho abre como possibilidade real que o tempo disponível não mais seja transformado em tempo de trabalho excedente, apropriado pelo capital e confinado aos seus representantes, mas sim seja apropriado por cada humano, de maneira a constituir a sua individualidade. O que significa outra modificação profunda da relação dos humanos com o *tempo* e, por isso, do próprio caráter da temporalidade, uma vez que este deixa de ser medida da produção social – uma efetiva redução – passando a ser espaço de realização do humano.

Em outros termos, no lugar dos humanos estarem confinados à reprodução de tempo de trabalho excedente, o tempo de trabalho passa a estar subordinado ao seu desenvolvimento e, por isso, o tempo disponível toma o lugar do trabalho excedente. O tempo de trabalho é, assim, reduzido ao mínimo para que o conjunto social reproduza as condições materiais para o seu desenvolvimento. Nas palavras de Marx:

A criação de muito tempo disponível para além do tempo necessário de trabalho, para a sociedade como um todo e para cada membro dela (i.e.,

espaço para o desenvolvimento das forças produtivas plenas do indivíduo singular, logo também da sociedade), essa criação de não tempo de trabalho aparece, da perspectiva do capital, assim como de todos os estágios anteriores, como não tempo de trabalho, tempo livre para alguns indivíduos. O capital dá o seu aporte aumentando o tempo de trabalho excedente da massa por todos os meios da arte e da ciência, porque a sua riqueza consiste diretamente na apropriação de tempo de trabalho excedente; uma vez que sua finalidade *é diretamente o valor*, não o valor de uso. Desse modo, e a despeito dele mesmo, ele é instrumento na criação dos meios para o tempo social disponível, na redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para seu próprio desenvolvimento. Todavia, sua tendência é sempre, por um lado, *de criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho excedente*. Quando tem muito êxito, o capital sofre de superprodução e, então, o trabalho necessário é interrompido porque não há *trabalho excedente para ser valorizado pelo capital*. Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais se evidencia que o crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas que a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente. Tendo-o feito – e com isso o *tempo disponível* deixa de ter uma existência *contraditória* –, então, por um lado, o tempo necessário de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, por outro, o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com base na riqueza de todos, cresce o *tempo disponível* de todos. Pois a verdadeira riqueza é a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Nesse caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o tempo disponível. O tempo de trabalho como medida da riqueza põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre pobreza e o tempo disponível como tempo existente apenas na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente, ou significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho. Por isso, a maquinaria mais desenvolvida força o trabalhador a trabalhar agora mais tempo que o fazia o selvagem ou que ele próprio com suas ferramentas mais simples e rudimentares.²⁷⁰

A apropriação do tempo disponível pelos humanos na posição de trabalhadores, afirma Marx, estabelece esse tempo não mais como tempo de trabalho excedente, mas sim como tempo com o qual podem ser desenvolvidas as “forças produtivas do indivíduo singular”: seu intercâmbio humano em suas múltiplas possibilidades, provenientes de sua singularidade – não mais confinada à sua condição particular diante da produção universal de valores de troca (seja como trabalhador assalariado seja com representante do capital) ou da produção material específica para outros (por exemplo, o chefe tribal que se depara com o caçador, característica particular a qual muitas singularidades estão subordinadas do nascimento à morte). O desenvolvimento do tempo disponível, em forma de tempo de trabalho excedente, põe em questão, segue Marx, essa própria relação, de forma

²⁷⁰ Conforme Marx (2011, p.590-591, grifos do autor, sublinhado nosso).

que as relações sociais engendradas pelo processo de produção social de mais-valor geram os meios de sua própria superação.

Essa superação reside, expõe o autor, na constituição da verdadeira riqueza em lugar da riqueza social degradadora do humano posta pela relação entre o capital e o trabalho assalariado. Em lugar de serem reduzidos às quantidades de trabalho por unidade de tempo, os resultados da produção social serão medidos de acordo com o tempo disponível que proporcionam para o livre desenvolvimento das individualidades humanas, de forma que o valor de troca – *quantum* de trabalho – deixa de ser o mediador das relações sociais e, por isso, o modo de trabalho se altera, passando a estar em função do processo de produção material condizente com o desenvolvimento do humano, enquanto gênero e como singular. Portanto, a efetiva produção do enriquecimento humano requer outra mediação social, não mais redutora de sua existência, e, por isso, outro padrão de relação social deve ser estabelecido.

3.3. Conclusão do Capítulo

A argumentação de Marx sobre o limite da produção de crescente valor de troca reside na sua expansão contraditória. Para demonstrar essa contradição, o autor explicita que, embora se possa ampliar a produção de tempo de trabalho excedente pela continuidade e extensão da jornada de trabalho, esses são métodos limitados frente à ilimitada constituição de forças produtivas pela mobilização das forças naturais que, em seu próprio avanço, elevam os meios materiais para a efetivação da expansão do excedente de valores de troca. Resultado contrário às outras formas de expansão do trabalho excedente que necessitam, segue o autor, da acumulação prévia como condição para a expansão da produção social – sem mencionar outros limites naturais, como a necessidade de descanso para repor a capacidade de trabalho. O que põe essas formas de elevação do trabalho excedente como formas importantes, porém assessorias à elevação centrada na ampliação do intercâmbio social.

Da contínua expansão do intercâmbio social, emerge a possibilidade de superação da produção de riqueza social burguesa, pois, embora se mostre como um potencial ilimitado, o processo social que permite sua expansão constrange seu desenvolvimento, uma vez que a capacidade de trabalho permanece como necessidade da produção social de valores de troca.

Para explicar esse limite do desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capital, Marx afirma que a expansão do tempo de trabalho excedente por meio da expansão destas forças ocorre de forma indireta, haja vista que a força produtiva atua diretamente sobre o tempo necessário à reprodução da capacidade de trabalho. E, por conseguinte, amplia o tempo de trabalho excedente pela redução do tempo de trabalho necessário.

Mesmo diante de uma expansão substantiva das forças produtivas, a variação no tempo de trabalho excedente tende a ser ínfimo – dado o já reduzido tempo de trabalho necessário –, de forma que a mobilização dos meios de trabalho se torna crescente para uma produção declinante de tempo de trabalho excedente. Ao mesmo tempo, por significar crescente redução do tempo de trabalho necessário, cria-se uma população excedente de humanos na posição de trabalhadores assalariados – porque não necessários à valorização do capital – manifesta na dispensa de crescentes jornadas de trabalho. Entretanto, por não acessarem os

meios para sua subsistência, dependem da carestia para continuarem disponíveis para, quem sabe, entrar em contato com o capital em forma de meios de trabalho.

Com essa relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário no interior da jornada de trabalho, Marx assevera que o capital é, no fundo, um processo social contraditório de crescente produção de valores: necessita do trabalho necessário para que haja o trabalho excedente, porém, expande esse último por meio da redução contínua – e da dispensa – do primeiro. Em paralelo a essa contradição, a elevação do intercâmbio social constitui uma capacidade de produção que, embora com dificuldades de ser reproduzida em termos de valores de troca, apresenta um potencial enorme de produção de valores de uso.

Dito de outra forma, a expansão da riqueza social na forma de valores de troca implica a desmedida elevação da produção material, sendo esse acréscimo material não mais dependente de longas jornadas de trabalho porque prescinde da força produtiva humana. O que constitui, de maneira geral, a produção das condições materiais da vida social não mais dependente dos humanos na posição social de trabalhadores – sejam escravos, servos ou assalariados. Abre-se, por conseguinte, a possibilidade de uma relação social na qual a produção material esteja em função do desenvolvimento da individualidade humana, de forma que nenhum humano precise estar restrito a determinada posição social – seja de mero trabalhador assalariado, seja de zelador do capital.

Para demonstrar a realidade da existência do potencial geral de constituição dessa relação social e sua não efetivação na sociedade burguesa, Marx apresenta a transformação histórica pela qual passou o processo social de produção burguês em direção à sua adequação à produção de valores de troca. Neste registro, a centralidade assumida pela jornada de trabalho na vida social expressa a qualidade dessa mudança, uma vez que, do ponto de vista dos humanos na posição de trabalhadores, a expropriação dos meios para a produção de sua subsistência exige cederem sua força de trabalho para a produção de valores de troca. Se antes realizada em paralelo com a atividade de subsistência, agora passa a ser o único meio para o trabalhador se reproduzir nessa condição. Da perspectiva dos humanos na posição de não-trabalhadores, sua existência se atem à luta pela manutenção da continuidade, da extensão e da intensidade da jornada de trabalho.

Pode-se observar a centralidade assumida pela jornada de trabalho para a vida social com a constituição da manufatura, primeiro processo social de produção realmente adequado à reprodução do valor de troca, uma vez que subordina cada trabalhador particular ao trabalhador coletivo, no interior do qual cada um se torna responsável pela execução de uma atividade. Pela repetição e fragmentação do trabalho, a divisão do trabalho manufatureira eleva a força produtiva do trabalho e, com isso, amplia o tempo de trabalho excedente pela redução do tempo de trabalho necessário. Entretanto, conforme expõe Marx, a principal forma de elevação do tempo de trabalho excedente ainda é o agrupar de diversas jornadas em um mesmo local, uma vez que a ampliação da força produtiva ainda não é propriedade do capital, mas dependente da força motora do trabalhador.

O desenvolvimento da ciência e sua transformação em técnica – somada a outros desenvolvimentos do intercâmbio humano – possibilitou o advento da grande indústria. Embora mantenha a divisão do trabalho específica à manufatura, esse processo suprime essa produção porque faz da força produtiva e seu desenvolvimento propriedade do capital ao constituir o sistema de máquinas – i.e., o capital adequado à sua reprodução, o *capital fixo*. Não mais dominado pelo trabalhador, o sistema de máquinas o incorpora como peça de sua engrenagem de funcionamento, de forma a efetivar o trabalhador como a matéria-prima do processo social de produção de valores de troca.

Da perspectiva do trabalhador, o sistema de máquinas se apresenta como algo estranho e externo, de forma que a ampliação das forças produtivas escape de seu controle e, assim, o tempo de trabalho excedente pode ser elevado sem que seja imperativo o crescente número de jornadas simultâneas de trabalho. Como resultado, crescente proporção da massa de dinheiro empregada no processo social de produção está na forma de capital fixo.

Nessa forma do capital ocorre o crescimento do intercâmbio humano e, com ele, das condições gerais da produção social – ainda que nessa forma particular. E, assim, ao elevar sobremaneira a economia de tempo de trabalho, abre a possibilidade de constituição de um novo padrão de relação social, na qual a jornada de trabalho não seja o meio pelo qual se acessa a subsistência, mas sim que a produção material esteja subordinada a produção do tempo disponível ao desenvolvimento da individualidade humana.

A constituição de relações sociais condizentes com tal processo de produção pressupõe uma apropriação do intercâmbio social acumulado sob a égide da produção de coisas de crescente valor de troca, de forma a abolir sua constituição como *capital fixo* e, por isso, do modo de trabalho fragmentado e unilateral realizado pelos trabalhadores assalariados. O que exige a abolição do valor de troca como riqueza social, cujo pressuposto é a transformação do modo de trabalho – abolição da contínua, extensa e intensa jornada de trabalho como cerne da vida social e sua produção – e, por isso, do estabelecimento da produção social em outras bases, na qual seus resultados estejam a serviço de uma nova riqueza social: o livre desenvolvimento da individualidade humana. O que exige um nexos social condizente com a efetivação da singularidade dos humanos.

Conclusão Parte II

A exposição da crítica de Marx à economia política presente nos **Grundrisse** permite compreender a problemática da riqueza na sociedade capitalista, uma vez que explicita o caráter específico dessa sociedade por meio da apreensão das suas não menos específicas relações sociais constitutivas. Figuradas como resultado da reprodução de condições materiais necessárias à determinada vida social, essas relações possuem uma dinâmica própria que se mostra degradadora dos humanos.

Ao invés de resultarem do dinheiro enquanto centro das relações de troca entre os humanos, Marx demonstra que as relações sociais burguesas estão fundadas sobre o contraditório processo social de produção de crescente valor de troca – sua específica riqueza social –, cujo desenrolar o autor apreende por meio do conceito de capital. Apreendido como esse contraditório processo social de produção, o capital tem como pressuposto a contínua disponibilidade de capacidade de trabalho humana. Para tanto, é imperativo às relações entre os humanos estarem baseadas em sua cisão: de um lado, os humanos na posição de representantes do capital; de outro, os humanos na posição de trabalhadores. Neste último caso, não se trata de qualquer trabalhador, mas sim daqueles cuja sobrevivência e participação na vida social dependem da contínua compra e venda de sua capacidade de trabalho por determinado período de tempo.

Sem os humanos na posição de trabalhadores assalariados, o capital não existe. Isso porque sua reprodução, para Marx, depende da contínua transformação de tempo de trabalho supérfluo – i.e., tempo de trabalho além do tempo de trabalho necessário à reprodução do humano na posição social de trabalhador assalariado – em tempo de trabalho excedente. O que aponta para a necessidade de um padrão de relação social no qual a contínua e extensa jornada de trabalho seja condição de vida para parcela significativa dos humanos, ao mesmo tempo em que a intensidade e a produtividade dessa jornada também sejam significativas, haja vista os limites naturais e sociais da continuidade e extensão indefinida da jornada de trabalho.

Ao investigar essa última forma de ampliar o tempo de trabalho excedente, Marx nota a tendência à exaustão do processo social de produção de crescente tempo de trabalho excedente, pois, com a contínua redução do tempo de trabalho necessário frente ao tempo de trabalho excedente, amplia-se o esforço de

mobilização e de elevação das forças produtivas exigidas para que o acréscimo do trabalho excedente seja cada vez menor.

O resultado da contradição entre as exigências da produção social de valores de troca e as forças produtivas constituídas por essa produção é, de um lado, a ampliação de parcela crescente dos trabalhadores assalariados – base da produção de valores de troca – expelida do processo social de sua produção, sendo que a capacidade de trabalho remanescente no interior desse processo é compelida a trabalhar de maneira fugaz. Do outro lado, tem-se o estabelecimento das condições materiais de uma vida social na qual o tempo de trabalho necessário, já bastante reduzido comparado com o seu excedente, possa ser socializado entre os humanos, de forma que o tempo de trabalho excedente venha a ser tempo disponível para todos.

Em outras palavras, o tempo de trabalho excedente que, do ponto de vista do trabalhador, é tempo de trabalho supérfluo, pode ser apropriado como tempo disponível para o desenvolvimento da singularidade dos humanos, haja vista que a capacidade de produção de material se dissociou da força produtiva humana, tornando a contínua, extensa e intensa jornada de trabalho desnecessária para o crescimento dessa produção.

Marx evidencia essa dissociação por meio da exposição das duas formas de produção condizentes com a reprodução do capital – a manufatura e a grande indústria –, sendo que a diferença de um processo para outro é exposta pelo conceito de *capital fixo*. Ao se apropriar tanto das forças naturais – permitida pela ciência traduzida em técnica – quanto do exponencial incremento do intercâmbio social – resultado do avanço da própria produção da riqueza social burguesa –, o capital consegue incorporar o trabalhador coletivo – criado pela divisão do trabalho manufatureira – ao sistema de máquinas como uma de suas engrenagens, de modo que o acréscimo do tempo de trabalho excedente consubstanciado em valores de uso depende do avanço desse sistema e menos da justaposição de jornadas de trabalho. Por consequência, o crescimento da produção material depende continuamente menos do ritmo e do dispêndio de força vital do trabalhador assalariado.

No quadro da vida social burguesa, contudo, tal redução da dependência do trabalhador assalariado do processo produtivo ocorre somente do ponto de vista

das condições gerais da produção material, haja vista que, segundo Marx, a efetiva produção da riqueza social burguesa tem por imperativo a contínua expansão do *quantum* de trabalho excedente frente ao *quantum* de trabalho necessário à reprodução do trabalhador assalariado. Por essa razão, a contínua, extensa e intensa jornada de trabalho é aprofundada para o trabalhador assalariado que permanece no interior desse processo de produção, bem como forma-se o fenômeno da abundância material em meio ao pauperismo daqueles que nem empregados conseguem estar.

Nota-se, assim, a ampliação do estranhamento dos humanos na posição de trabalhadores assalariados frente a essa vida social, pois o próprio objeto de trabalho, o modo de trabalho e as etapas do processo de trabalho, de produção e de circulação são opacos e independentes frente a cada um deles, uma vez que são forças constituídas para além do processo imediato de trabalho. Cada humano nessa posição conta somente como parte da engrenagem – descartável e, ao mesmo tempo, necessária – da crescente produção de valores de troca.

Como parte desse estranhamento, há uma nova relação dos humanos com o *tempo*. Ao ser crescente *quantum* de trabalho em forma de tempo de trabalho excedente, o processo social de produção da riqueza burguesa está centrado na jornada de trabalho e sua repartição. O que implica a delimitação precisa, uniforme e homogênea da unidade de tempo da jornada de trabalho; e, por isso, a produtividade do trabalho e sua intensidade são expressas nessa medida – i.e., a quantidade de trabalho é medida no interior dessa unidade.

Ao se cristalizar em um tempo medido por unidades de tempo uniformes e homogêneas (a hora, por exemplo), a riqueza proveniente do processo de produção social burguesa tem uma unidade de medida distinta das unidades de medida anteriores: o *quantum* de trabalho. Neste particular, Marx expressa uma importante dimensão da riqueza social burguesa, de modo a apontar a necessária mudança social para que tal riqueza social seja estabelecida.

Em oposição ao padrão de relação social caracterizado pela dependência pessoal entre os humanos, no qual a coerção direta caracteriza a produção material, na sociedade burguesa os humanos se relacionam como independentes entre si, embora subordinados ao processo social de produção de coisas de valor de troca. Uma mudança desse porte exigiu, segundo o autor, tanto o desenvolvimento mínimo

do intercâmbio social quanto a expropriação dos meios de subsistência e de produção dos humanos na posição de trabalhadores e concentrá-los como propriedade dos zeladores desse processo, de maneira que essa efetiva intensificação do estranhamento produziu a relação social na qual os humanos se relacionam à proporção em que produzem e se apropriam de parte do *quantum* de trabalho social total, materializado em dada quantidade de dinheiro. Nessa sociedade, os humanos estão subordinados ao processo social de produção da riqueza dessa sociedade. Ou, em uma expressão palavra, estão submetidos ao *capital*.

Diferente dos **Manuscritos**, nos **Grundrisse**, a vida social burguesa é, assim, a vida social subordinada ao capital, de maneira que essa sociedade pode ser qualificada de capitalista, sendo a sua riqueza proveniente da degradação dos humanos. Tal degradação não é somente a negação da capacidade humana de construir o mundo a sua volta – como nos **Manuscritos** –, mas também reside na incapacidade do humano na posição do trabalhador satisfazer suas necessidades, uma vez que não participa da produção social de uma forma que garanta esses meios, mas tão somente por uma via empobrecedora.

O estado de pobreza dos trabalhadores assalariados, evidente em sua qualidade de verdadeiras matérias primas do processo social de produção, contrasta com a riqueza social capitalista. Em verdade, por ser condição da produção dessa riqueza a manutenção do estado de pobreza dos humanos na posição de trabalhadores assalariados, tem-se que a produção de crescente miséria é o modo de produção da riqueza social capitalista. O que estabelece, por seu turno, a explicação para a abundância material em meio à miséria humana.

Este último aspecto, lembra Marx, consiste em fato novo na história humana, uma vez que a condição de muitos humanos nem mesmo adquirirem os meios para se reproduzirem como capacidade de trabalho é produto do próprio crescimento da riqueza social capitalista, e não por ausência de capacidade de produção material. E, com isso, o que era expresso nos **Manuscritos** como enriquecimento do mundo das coisas por meio do empobrecimento da vida humana, subordinada a esse enriquecimento, é qualificado, nos **Grundrisse**, como o crescimento da riqueza social capitalista frente ao estado de pobreza dos humanos

na posição de trabalhadores assalariados e dos não-trabalhadores, reduzidos à zelosidade do capital.

Essa efetiva contradição produzida pela dinâmica da vida social capitalista é o aspecto no qual, para Marx, reside a possibilidade de superação dessas relações sociais. À proporção que a reprodução da riqueza social em valor de troca se dissocia da capacidade de produção material, são produzidos os meios gerais para a existência de uma vida social na qual a produção material está em função da efetivação da singularidade humana, ao invés de subordinada à expansão do valor de troca por meio da contínua, extensa e intensa jornada de trabalho. O que exige, por seu turno, uma mudança substantiva do modo de trabalho e, para tanto, do lugar da jornada de trabalho na vida social.

Com essa exposição da superação, Marx novamente avança com relação aos **Manuscritos**, uma vez que explicita a condição para a superação como produto do desenvolvimento contraditório da sociedade do capital. Contradição esta que, nos **Manuscritos**, encontrava-se na relação da essência do ser social com sua efetivação na sociedade – ainda compreendida como burguesa – e, nos **Grundrisse**, localiza-se na própria especificidade da relação social, capturada pelo conceito de capital. Em outras palavras, ao invés de negar a essência do ser social – i.e., sua capacidade de transformar o mundo a sua volta –, Marx teoriza sobre as condições de uma específica forma de estranhamento do ser social frente a essa essência, na qual o poder transformador, o ritmo e sentido da mudança, estão concentrados no processo de produção, à medida que este subjuga os humanos.

Durante a elaboração da contradição no interior da produção social que constitui os próprios meios para sua superação, nota-se a busca de Marx por uma categoria sintética, capaz de conter essa contradição em sua simplicidade. Nas últimas duas páginas dos **Grundrisse**, o autor nos brinda com a exposição da duplicidade da riqueza social capitalista – ser valor de uso e valor de troca – e ensaia o desdobrar da contradição interna a essa riqueza desde a forma mais simples pela qual ela se apresenta no cotidiano: a mercadoria.

Isso revela dois aspectos importantes para o estudo da riqueza e da pobreza em Marx. Em primeiro lugar, a riqueza social é o objeto em análise desde o princípio e, por isso, se a sociedade em tela está submetida ao capital, ele e seu desenvolvimento são pressupostos da análise do autor. Ao final da exposição, por

consequente, o autor retorna ao começo, expondo a sociedade capitalista não mais como um todo caótico, mas sim com um conjunto de relações conexas, a partir do qual se podem extrair as possibilidades de sua superação.

Conforme pode ser notado pelo leitor familiarizado com Marx, a forma como os textos que compõem esses esboços é escrita expressa o conteúdo e a direção da crítica de Marx, além desses escritos conterem pontos que exigem elaboração.²⁷¹ Sobre o primeiro aspecto, deve-se notar a importância da categoria valor. Embora se apresente na dualidade de valor de troca e de valor de uso, sem ganhar com isso um conteúdo autônomo, observa-se que essa categoria estrutura a apresentação dos **Grundrisse**, na medida em que define a diferença da produção social burguesa para as demais produções porque confere conteúdo ao conceito de capital.

Diferente do conceito apresentado nos **Manuscritos**, o capital qualifica a sociedade burguesa ao mostrar sua produção social enquanto um processo contraditório, no qual o *tempo* se explicita como forma particular e estruturante das relações sociais, de maneira que a relação entre os humanos está determinada por um processo de produção da vida social no qual a compressão do tempo, junto com a elevação da quantidade de trabalho por cada unidade desse tempo, apresenta-se como imperativo para todos os humanos. Tal temporalidade se expressa na jornada de trabalho que, medida em termos de unidades estanques de tempo (hora, por exemplo), deve ter o tempo de trabalho excedente ampliado frente ao tempo de trabalho necessário.

A ausência da categoria valor em sua autonomia frente ao valor de troca é sentida justamente nesse aspecto da argumentação de Marx nos **Grundrisse**, uma vez que a expressão do tempo como uma *medida social* não é explicitada pela diferença da primeira categoria frente à segunda, conforme no primeiro capítulo d'**O Capital**. A categoria valor está presente em seu aspecto formal – i.e., trata-se de produção de valores (de troca) consubstanciado em valores (de uso) –, porém, a clareza de que a sociedade burguesa tem um tempo específico – que molda essas relações ao ponto de estruturar a vida dos humanos em torno de sua média –

²⁷¹ Esse aspecto é notado por Postone (2008, p.121) ao comentar os limites analíticos do **Grundrisse**.

somente é explicitado dez anos depois, uma vez que a categoria valor concentra esse conteúdo.²⁷²

Somada à exposição das lutas históricas em torno da jornada de trabalho e dos detalhes da mudança no processo social de produção, flagrantes no escrito posterior, explicita-se a centralidade do tempo à proporção que qualifica a redução da capacidade de produção de trabalho excedente como uma tendência do processo social de produção de crescente mais-valor.

Apesar de a integridade da análise dos fundamentos da sociedade burguesa como sociedade do capital estar desenvolvido somente em **O Capital**, nota-se a importância dos **Grundrisse**. Importância esta que não se resume ao fato de mostrar a relação do escrito posterior com os **Manuscritos**, mas também do ponto de vista de que os esboços analisados nesta segunda parte expõem a compreensão de Marx acerca das possibilidades do processo social de produção como a efetiva realização do humano. O que pode contribuir para uma nova chave de leitura de sua obra madura.

²⁷²Sobre essa questão do tempo em Marx, recomenda-se o trabalho de Postone (2003) e Karen Miller (2001).

Considerações Finais

A partir de uma leitura e exposição acompanhante dos **Manuscritos** e do **Grundrisse**, mostrou-se a importância desses dois escritos na perquirição, conduzida por Marx, da sociedade capitalista e das mais variadas teorias sobre seu processo de produção – em especial a economia política e seus críticos até a primeira metade do século XIX. Embora sejam tomados em separado, a exposição evidencia a íntima relação entre os dois manuscritos. Por meio de uma investigação interna desses textos que priorizou capturar o argumento de Marx sob o prisma do problema da riqueza e da pobreza no capitalismo, desenvolveu-se seus conceitos-chaves – i.e., estranhamento e capital – à proporção em que o autor amadurece sua investigação minuciosa da sociedade capitalista.

Nos **Manuscritos**, o estranhamento é o fundamento das sociedades divididas em classes, de forma que o caráter da sociedade investigada pela economia política está definido pelo seu processo de produção, no qual o objetivo reside em produzir a “riqueza material coisal” – i.e., a objetivação externa e estranha das capacidades humanas, a mercadoria, cujo ápice se encontra no dinheiro. Nesse escrito, o capital ainda aparece conforme definido pela economia política: o trabalho acumulado capaz de exercer comando sobre os trabalhadores; ou a propriedade privada móvel (neste caso, claro contraste com a propriedade fundiária feudal, não alienável). Embora ainda dependente da economia política no conceito de capital, deve-se relativizar essa dependência porque o capital também é estabelecido na posição de força externa que compele os humanos a cederem sua vida, em escala crescente, para o crescimento do trabalho acumulado.

Compreendida nestes termos, a produção material da sociedade dita “burguesa” tem por finalidade produzir mercadorias, de maneira que a sua riqueza social não é o desenvolvimento humano condizente com sua essência: o domínio sobre si mesmo pela elaboração do (e com o) mundo em seu entorno. Ao contrário, a riqueza dessa sociedade é a mercadoria; porém, mais do que estar dissociada da humanização do homem, a produção dessa riqueza está, para Marx, ancorada na degradação do humano – seja na posição de trabalhador assalariado, seja na posição de detentor do capital. No primeiro, a vida se encontra restrita pela necessidade de crescente cessão de vida para, depois, viver; enquanto o segundo tem um horizonte estreito – i.e., a contínua produção de trabalho acumulado.

Tal padrão de sociedade de classes marca uma mudança importante do ponto de vista da qualidade do estranhamento, pois o trabalho assalariado não é somente o humano na posição social de trabalhador – i.e., compelido a exercer trabalho para outro humano e, por isso, são estranhos para si i) o seu ato de trabalho, ii) o resultado do seu trabalho, iii) ele como parte do gênero humano e iv) em relação com os outros humanos. Além dessa posição, esse humano também está desprovido dos meios para sua subsistência e sua produção. Em consequência, o modo de trabalho para a crescente produção de mercadorias se torna o meio necessário de sua vida e, assim, fonte de sua degradação.

Caracterizado como unilateral e maquinal por Marx, tal modo de trabalho pressupõe a crescente cessão de vida, de maneira a ser o esgotamento da força vital do trabalhador a fonte da produção do trabalho acumulado na forma de mercadorias. Esse esgotamento é maior, sublinha o autor, justamente quando o salário aumenta, haja vista a ânsia de trabalhar mais para enriquecer que toma a subjetividade do humano na posição de trabalhador.

A degradação do humano à condição de animal de trabalho e sua manutenção nessa condição por meio do estreitamento de sua reprodução à conservação de sua capacidade de trabalho marca a qualidade do estranhamento na sociedade burguesa. O pressuposto de todo o estranhamento é, para o autor, a cisão entre os humanos – i.e., sua divisão em classes – porque outro conjunto de humanos possuem os resultados da produção daqueles que são postos na posição de trabalhadores, de modo que as relações sociais originárias da cisão entre os humanos estão na raiz de todo o estranhamento, sendo a sua qualificação dependente do padrão das relações sociais.

Complementando o argumento de Marx, sugere-se que, para conhecer a origem do estranhamento, é necessário saber o modo como se estabelece o poder político nos marcos da relação de mando e de obediência, uma vez que essa efetiva cisão entre os humanos é o meio pelo qual se subordina parcela dos humanos à produção e outra parcela ao usufruto dos seus resultados.²⁷³

O aprofundamento do estranhamento provocado pelo padrão de relação entre os humanos numa específica sociedade de classes ocorre nos **Grundrisse**. Nesse esboço, nota-se uma diferença marcante com os **Manuscritos**. Se no escrito

²⁷³Sobre esse ponto, sugere-se o trabalho de Clastres (2012, p.25-45).

juvenil o conceito de capital é, por assim dizer, emprestado da economia política, esboçando apenas traços autênticos do próprio Marx, no escrito posterior esse conceito qualifica a sociedade burguesa, de modo que essa sociedade pode ser conceituada como *sociedade capitalista*.

O cerne desse desenvolvimento está na reconhecida tentativa do autor de apreender essa sociedade em suas estruturas fundamentais, nas quais os aspectos gerais – i.e., inerentes a qualquer sociedade – são mostrados em relação com a sua especificidade.²⁷⁴ Por conseguinte, essa vida social e seu processo de produção conformam uma relação contraditória entre forma e conteúdo que, emergente no interior da sua especificidade, desdobra-se numa contradição entre condições gerais da produção social e seu conteúdo e forma específicos.

Diferente da economia política e de seus críticos mais alinhados à luta dos trabalhadores – os seguidores de Proudhon –, Marx demonstra que a centralidade do dinheiro nas relações de troca burguesas e o conjunto de seus meios de trabalho existirem como “capital” pressupõem uma profunda transformação das relações sociais, na qual o processo de produção tem por objetivo produzir coisas de valor de troca. Compreendido como quantidade de trabalho por unidade homogênea de tempo, o valor de troca objetivado em valores de uso nada mais expressa do que a produção de cada produtor contar como parte da produção social na proporção em que contribui para o crescimento do valor de troca. Por isso, o processo de produção social está submetido a uma lógica que escapa aos indivíduos, embora precise de sua adequada ação individual para existir.

Tal processo social é o que Marx compreende por *capital*, de modo que sua existência exige a contínua e crescente produção de seu conteúdo – o valor de troca – e, para tanto, o dinheiro, os meios de produção, a capacidade de trabalho e os resultados da produção nada mais são do que as variadas formas que o capital deve assumir para reproduzir seu conteúdo. Enquanto forma, notou-se que as formas do capital não são supérfluas, haja vista que o seu conteúdo é perdido caso os resultados da produção não satisfaçam necessidades, o dinheiro deixe de representar a riqueza universal ou os meios de produção não encontram a capacidade de trabalho.

²⁷⁴ Conferir o comentário de Rosdolsky (2001, p.49-56) aos **Grundrisse**, no qual o autor explicita a estrutura desse texto, demonstrando que a categoria “capital em geral” procura abordar as determinações gerais da produção social capitalista.

A mudança exigida na relação entre os humanos para que a vida social passasse a ter seu processo de produção como crescente produção de valores de troca consubstanciados em valores de uso residiu – diante de dado grau de desenvolvimento do comércio, da indústria, da ciência e do mercado mundial – na separação do trabalhador de seu meio de produção mais imediato, a terra. Por consequência, o trabalhador perde seus meios de subsistência e de produção, restando como meio de vida a venda de sua capacidade de trabalho, de modo que o aprofundar do estranhamento constitui e generaliza uma nova forma do humano na posição de trabalhador: o assalariado.

A envergadura dessa mudança é exposta por Marx quando identifica a estratificação das sociedades de classes em dois tipos de relação entre os humanos: a dependência pessoal e a independência pessoal. Enquanto nas sociedades em que a vida social e seu processo de produção estão alicerçados sobre a coerção direta para que um conjunto de humanos trabalhe e outro conjunto usufrua do excedente, na segunda sociedade essa coação é indireta.²⁷⁵ Contudo, neste último caso, os humanos estão livres apenas da dependência pessoal, pois estão subordinados à crescente produção de coisas com valor de troca – i.e., de crescente *quantum* de trabalho. Em outras palavras, estão subordinados à produção da riqueza social capitalista – i.e., o valor de troca, cuja medida reside em seu crescimento.

Por ser o crescimento da produção a ampliação da quantidade de trabalho por unidade de tempo, o autor se pergunta pela fonte de tal ampliação. E, neste particular, nota-se a importância do lugar da jornada de trabalho, medida de acordo com um tempo uniforme e homogêneo, no processo de produção da riqueza social capitalista.

Ao adquirir os meios de trabalho e a capacidade de trabalho de um conjunto de trabalhadores por determinado valor de troca, as novas mercadorias produzidas somente representaram valores de troca ampliados – em relação aos

²⁷⁵ Esse ponto pode ser reforçado com a seguinte observação de Clastres (2012, p.207-208) sobre as sociedades sem classes, em que o homem “não está de forma alguma sujeito a essa existência animal que seria a busca permanente para assegurar a sobrevivência, como é ao preço de um tempo de atividade novamente curto que ele alcança – e até ultrapassa – esse resultado (...) isso significa que as sociedades primitivas dispõem, se assim o desejarem, de todo o tempo necessário para aumentar a produção de bens materiais. O bom senso questiona: por que razão os homens dessas sociedades quereriam trabalhar e produzir mais, quando três ou quatro horas diárias de atividade são suficientes para garantir as necessidades do grupo? De que lhes serviria isso? Qual seria a utilidade dos excedentes assim acumulados? Qual seria o destino desses excedentes? É sempre pela força que os homens trabalham além das suas necessidades”.

valores de troca adiantados – no caso da jornada de trabalho ser maior do que o tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho – incluso os meios de trabalho para tal. Em outras palavras, para não ser apenas modificação formal do valor, mas também de seu conteúdo, o trabalho morto revivido pelo trabalho vivo exige que o tempo de trabalho necessário à reposição da capacidade de trabalho seja menor do que a jornada pela qual o trabalhador fora contratado.

A ampliação do valor de troca ser a elevação do *tempo de trabalho excedente* sobre o *tempo de trabalho necessário* coloca como imperativo ao modo de trabalho uma contínua e extensa jornada de trabalho. Nesse particular, a colonização da produção pelo modo de trabalho adequado ao capital, exposta por Marx quando diferencia a manufatura da grande indústria, tanto evidencia essa necessidade quanto explicita a contradição que emerge dessa produção social.

A reunião de trabalhadores despossuídos dos meios para sua subsistência em um mesmo local de trabalho e organizados de tal forma que seu trabalho é parcelado, unilateral e maquinal, caracteriza a divisão do trabalho manufatureira. Essa divisão significa, para o autor, a subordinação do modo de trabalho ao processo social de produção de valores de troca, uma vez que estabelece o controle sobre a jornada de trabalho contratada e, assim, sua continuidade e sua extensão. Entretanto, segue o autor, a capacidade de extensão do tempo de trabalho para além do tempo de trabalho necessário está limitada pela força produtiva humana e, por conseguinte, a elevação da produção de valores de troca depende da justaposição de jornadas de trabalho.

O advento da grande indústria marca o momento no qual o capital se apropria das forças da natureza – por meio do desenvolvimento da ciência aplicada à técnica –, de modo a deslocar a força produtiva do processo de trabalho para o próprio capital. Apropriação essa que o caracteriza como *capital fixo* e, conforme recorda Marx, aprofunda o estranhamento do humano com o conjunto do seu trabalho.

Desdobra-se da emergência do capital fixo que o processo de produção de valores de troca prescinde da força produtiva humana como modo de ampliação do tempo de trabalho excedente porque a elevação da produtividade da capacidade de trabalho reduz o tempo de trabalho necessário à sua reprodução. A parcela da jornada de trabalho apropriado como mais-valor é, em consequência, acrescida de

forma indireta: pela redução do tempo de trabalho necessário, amplia-se o tempo de trabalho excedente.

Como resultado, impõe-se a contínua necessidade de mobilização do intercâmbio social, desenvolvido como propriedade do capital, para ampliar, em escala decrescente, a produção de mais-valor, pois, quanto menor o trabalho necessário, menos impacto a elevação da produtividade tem na sua redução e, por conseguinte, na ampliação do trabalho excedente. Assim, tanto a justaposição de jornadas de trabalho enquanto a forma de geração do mais-valor passa ao segundo plano; quanto trabalhadores são, em escala crescente, expelidos do processo social de produção, formando uma população excedente. Aos trabalhadores assalariados restantes no interior do processo de produção, atribui-se uma jornada de trabalho contínua, extensa e intensa. Afinal de contas, o processo de produção continua a ser de crescente *quantum* de trabalho, embora Marx explicita a clara tendência à saturação desse processo.

À medida que a grande indústria constitui o modo de trabalho condizente com o capital, são criadas as condições para a sua superação. Como tais, apenas estabelecem a possibilidade de superação dessa vida social, de forma que não há superação natural do capitalismo.

Com isso em mente, observa-se que o potencial de produção constituído a partir da capacidade de mobilizar a natureza e o intercâmbio humano para a produção da riqueza social capitalista permite que a *produção material* prescindia da contínua, extensa e intensa jornada de trabalho para satisfazer o necessário à reprodução social. Em outras palavras, como o tempo de trabalho necessário é cada vez menor, pode ser socializado entre os humanos, de maneira que são criadas as condições materiais gerais para que deixe de ser imperativa à produção material a existência de humanos posicionados como trabalhadores e aqueles/aquilo para os quais trabalham. A produção material pode prescindir, portanto, do *estranhamento* para que haja abundância e, para isso, deve ser efetivada num tipo de processo social de produção posto a serviço da humanização do homem.

A figuração do capital como processo social contraditório de produção de valores de troca que, para continuar a existir, tem por imperativo a permanência de parcela crescente dos humanos na condição de trabalhadores assalariados, explicita as relações sociais capitalistas como criadoras das condições materiais para a

superação das sociedades de classes – i.e., estabelecem as condições para a emancipação humana. Para que haja tal emancipação, por seu turno, o processo de produção material tem de ter como objetivo a humanização do homem, em lugar do valor de troca, de modo que sua efetivação tem de ocorrer numa forma que não seja adequada ao valor de troca, mas sim em concordância com o livre desenvolvimento da individualidade humana. Em outras palavras, para que os humanos incorporem os resultados da produção social em função de seu desenvolvimento se exige a sua emancipação de qualquer padrão de relação social produtor do estranhamento.

Mediante a recuperação das linhas gerais do argumento de Marx nos **Manuscritos** e nos **Grundrisse**, nota-se que a figuração da sociedade na qual o estranhamento se apresentou, até o momento, de forma mais profunda pressupõe a apreensão do desenrolar do seu processo social – i.e., seus mecanismos internos –, uma vez que tal sociedade produz abundância material em meio à profícua pobreza, algo inédito na história humana. O conceito de capital apreende justamente o mecanismo interno pelo qual a vida social e o seu processo de produção constituem a capacidade produtiva material sobre a degradação do humano: instauração da contínua, extensa e intensa jornada de trabalho como pedra fundamental do modo de trabalho.

A superação desse processo social de produção exige determinada transformação das relações sociais. Figurada mediante a compreensão do conceito de estranhamento desenvolvido pelo pensador alemão, a mudança social adequada para a emancipação humana é a supressão da cisão entre os humanos. Com isso, o poder social que transforma potencial de produção material em efetividade somente para si (degradando o humano, relegando-o à posição de trabalhador assalariado ou servo do capital) é abolido, de modo que tal potência é constituída em função da humanização do homem.

Os conceitos de estranhamento e capital são, portanto, centrais para a compreensão adequada da natureza da crítica à economia política conduzida por Marx, de forma que as leituras desse autor que não introduzem sua teoria social crítica por meio da adequada investigação da íntima relação entre esses conceitos nessa teoria, terminam – cedo ou tarde – por obliterar seu aspecto crítico. O que significa, numa sentença, reduzir sua teoria a mais uma economia política – talvez, crítica.

Como desdobramento dessa conclusão, tem-se que esses conceitos são incontornáveis à adequada qualificação da concepção de Marx do caráter da riqueza e da pobreza no capitalismo. Em consequência, o estranhamento e o capital permitem explicar o mecanismo subjacente à constatação que abre o presente trabalho: a abundante riqueza em meio à profusa pobreza.

Ao expor o fundamento da sociedade de classes no estranhamento do humano do conjunto de seu trabalho e, assim, de si mesmo como humano e da sua relação com os demais homens, têm-se que a cisão entre os humanos se origina no padrão de suas relações. No caso da sociedade capitalista, trata-se da independência pessoal combinada à subordinação à produção de coisas de valor de troca consubstanciadas em valores de uso. A quebra dos vínculos pessoais como estruturantes da vida social e de seu processo de produção implicam o estabelecimento da produção da riqueza social capitalista como seu cerne.²⁷⁶

Como, para Marx, a riqueza social é específica a cada sociedade, deve-se expor a específica riqueza capitalista. Seguindo o argumento aqui recuperado, o conteúdo da riqueza social capitalista é o valor de troca, sendo a mercadoria sua forma particular – i.e., sua consubstanciação em um meio de satisfação/produção de necessidades humanas – enquanto o dinheiro é sua forma universal. A produção dessa riqueza exige, por seu turno, a crescente cessão da força vital humana, bem como a contínua mobilização das forças naturais e do intercâmbio humano, de modo a estabelecer a degradação do humano como fonte de sua produção.

Ao expor o caráter da riqueza social capitalista nestes termos, Marx apresenta a possibilidade que emerge desse próprio processo social de produção: a constituição de um padrão de relações sociais em que o potencial produtivo seja posto em função da humanização do homem. A efetivação de tal possibilidade exige a supressão do estranhamento, de modo que a essência humana – o humano senhor de si mesmo – seja realizada. E, porque adequada à riqueza social capitalista, a superação dessa vida social exige uma apropriação substantiva do potencial constituído na forma do *capital fixo*.

Ao contrário de ser somente a propriedade dessa forma de capital, organizada para produzir em função dos humanos, numa sociedade pós-capitalista é

²⁷⁶Essa quebra dos vínculos pessoais se torna ainda mais significativa (e incontestável) a partir dos anos de 1960, conforme observa Hobsbawn (2013), quando a população mundial se concentra predominantemente em cidades, sendo as relações humanas submetidas ao contrato e, assim, rompidas com o núcleo familiar.

inescapável a constituição de um novo modo de trabalho em que um conjunto de humanos submetidos à contínua, extensa e intensa jornada de trabalho não mais se apresente como imperativo a vida social. Ou, por outras palavras, o conjunto de objetividades externas e estranhas não pode ser tomado na sua forma imediata, mas deve ser objetivado para ser incorporado pelo humano e desenvolver suas capacidades, de forma que seu processo de produção não as constitui como objetividades externas e estranhas – i.e., “fora” dos homens e destruidoras de suas relações.

Por essa razão, não se pode apenas possuir o capital fixo originado para o modo de trabalho adequado à produção da riqueza social capitalista. Trata-se, por seu turno, de efetivar a potência constituída em outros termos, de modo que a riqueza social seria o próprio desenvolvimento humano, ao qual a produção material está subordinada.

Como a riqueza social capitalista é produzida, para Marx, por meio da degradação do humano, sua concepção de pobreza no capitalismo é justamente essa degradação. E, por conseguinte, enquadrar o problema da riqueza e da pobreza nos termos da insuficiência de renda – ou da concentração da propriedade do patrimônio capaz de prover renda – vela a real natureza desse problema no capitalismo.

Em outros termos, o modo de equacionar o problema da abundante riqueza em meio à profusa e profícua pobreza em termos de “patrimônio” acumulado para prover renda – seja pelo próprio trabalho ou por herança –, não captura o âmago da questão: o processo social de produção da riqueza capitalista está assentado no empobrecimento do humano – seja ao confinar parcela dos humanos a um modo de trabalho unilateral e maquinal executado durante grande parte de sua vida; seja ao confinar o horizonte da outra parcela dos humanos a luta pela manutenção, extensão e intensificação do tempo em que se trabalha desse modo.

Neste registro, a teoria econômica em seus argumentos mais recentes sobre a questão nega a necessidade de um estudo de Marx para abordar o problema da riqueza e da pobreza no capitalismo. A presente introdução ao estudo da contribuição do autor para essa questão demonstrou a impropriedade desse pressuposto, de modo que o problema da abundante riqueza em meio à profícua pobreza não pode ser equacionado com uma complexa distribuição de patrimônio e

renda, mas sim exige uma profunda mudança do processo social de produção, estabelecendo como princípio geral de sua riqueza a humanização do homem e, com isso, um modo de trabalho não pautado pela contínua, extensa e intensa jornada de trabalho.

Sobre a envergadura da imperativa mudança social para suprimir o problema da riqueza e da pobreza cabe, a título de ilustração, explicitar a efetiva revolução no modo de trabalho que provocou a ascensão do capitalismo e, com isso, seu impacto na vida social. As investigações conduzidas por E. P. Thompson nos anos 1960 sobre a consolidação da jornada de trabalho capitalista mostram que se processou uma luta, durante o século XVII e XVIII na Inglaterra, para que o costume do modo de trabalho com jornadas intermitentes fosse suprimido pelo modo de trabalho cuja regra é a contínua, extensa e intensa jornada de trabalho. Embora tal transformação tenha sido lenta, o autor expõe o caráter violento dessa mudança que, ao destroçar o modo de vida dos trabalhadores, culminou com a sobredegradação dos humanos nesta posição, seja do ponto de vista material seja sob a ótica cultural.²⁷⁷

Na mesma direção, o pensador italiano Antonio Gramsci diagnosticou que a alteração no modo de trabalho proporcionado pela grande indústria fordista no começo do século XX instaura um padrão de controle sobre a jornada de trabalho que se desdobra em um controle dos próprios momentos de vida do trabalhador assalariado para além dessa jornada. Por conseguinte, o momento de recomposição de suas forças vitais é tanto sua reprodução apenas como capacidade de trabalho quanto uma determinada forma rígida de reposição dessa capacidade. Nesse último ponto está o caráter novo do fordismo, pois estende as regras do espaço de trabalho para os demais momentos da vida, de modo que não se trata mais de adequar o trabalhador à jornada de trabalho capitalista, mas sim o conjunto dos momentos de sua vida ser servidão ao capital.²⁷⁸

Ao analisar o período histórico em que o modo de trabalho fordista vigora em sua plenitude – os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial –, Hebert Marcuse observa que, justamente a discrepância entre a abundância material e à profícua pobreza (claro está, do ponto de vista da humanização do homem), exige uma forma de controle social pautado pela agressividade, seja nas relações entre os

²⁷⁷ Conferir Thompson (1998).

²⁷⁸ Conferir Gramsci (2008).

homens no plano micro ou macro.²⁷⁹ E, nessa linha, pode-se parecer que prolongar a jornada de trabalho não figurava como necessidade, porém, conforme demonstra Jonathan Crary, o avanço da vida social capitalista sobre o tempo de sono, durante o século XX, culmina com a busca, por parte da ciência, da possibilidade de trabalhar por dias contínuos sem a necessidade de dormir.²⁸⁰

Na segunda década do século XXI, a degradação do humano submetido ao modo de trabalho capitalista – seja se está empregado ou desempregado – se expressa das mais diversas maneiras, sendo que as mais flagrantes são a inutilidade de parcela crescente dos trabalhadores assalariados para a valorização do capital e a intensificação dos mecanismos de controle social, acima descritos,²⁸¹ de modo que o lugar central na vida social capitalista, e seu processo de produção, ocupado pelo modo de trabalho cujo imperativo são a contínua, extensa e intensa jornada de trabalho, diagnosticado por Marx, permite compreender o enredo ao qual estão submetidos os humanos na vida social capitalista.²⁸²

Em relação à própria exposição de Marx da trama capitalista e sua crítica, deve-se atentar para os limites que os **Manuscritos** e o **Grundrisse** encontram quando comparados com **O Capital**. Embora os conceitos de estranhamento e de capital, desenvolvidos nos dois escritos analisados no presente trabalho, sejam uma introdução imprescindível para **O Capital**, nota-se que avanços argumentativos foram importantes para consolidar sua crítica à vida social capitalista – com especial atenção para as categorias *fetice* e *valor*. Ao mesmo tempo, o conjunto dos tomos previsto para essa obra mostra a preocupação em compreender a vida social capitalista em seus vários níveis. Essa ausência é sentida nos manuscritos aqui analisados, uma vez que o autor estava preocupado com as determinações mais gerais da sociedade em exame.

Obra na qual a crítica da economia política é efetuada por meio da investigação da riqueza social capitalista, **O Capital** inicia pelo exame da unidade

²⁷⁹ Conferir Marcuse (1968).

²⁸⁰ Conferir Crary (2013).

²⁸¹ No momento em que esta conclusão é escrita, está em curso um fluxo migratório de despojados na África e no Oriente Médio para a Europa sem precedentes na história humana (e isso após uma crise econômica de grande envergadura, que elevou o desemprego europeu para a casa dos dois dígitos percentuais). Ao mesmo tempo, o Estado de exceção instaurado por meio da denominada “guerra ao terror”, ampliou a agressividade ao ponto de que uma nova morfologia do controle social se instaura para manter o processo social de produção capitalista.

²⁸² Neste ponto, cabe uma ressalva importante. Não basta apenas a redução da jornada de trabalho para ocorrer a mudança social que pode liquidar com o problema aqui examinado. Isso porque essa redução pode, inclusive, engendrar o maior desenvolvimento das forças produtivas, de forma a ampliar o tempo de trabalho excedente frente ao tempo de trabalho necessário. O próprio Marx demonstrou esse aspecto ao discutir as consequências do limite da jornada de trabalho na Inglaterra, na década de 1840. Conferir Marx (2013, p.305-586).

imediate dessa riqueza: a mercadoria. Com a análise dessa forma da riqueza social, o autor começa a expor seu caráter contraditório de imediato, uma vez que a mercadoria possui um duplo caráter: ser valor de uso e valor de troca.

Resultado do duplo caráter do trabalho no capitalismo – objetivação determinada para satisfazer dada necessidade humana, ao mesmo tempo em que é dada quantidade de trabalho por unidade de tempo –, a mercadoria é a forma da riqueza social produzida a partir de dado modo de trabalho. Neste particular, o valor da mercadoria na sua relação com as demais mercadorias – i.e., valor de troca – é distinguido de seu valor expresso em dinheiro (o preço) e de seu próprio valor, de modo que, subjacente ao valor de troca e ao preço, está o *valor*. Por ser sua grandeza o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de determinada mercadoria e seu conteúdo ser o *quantum* de trabalho despendido nessa produção, a categoria valor comporta a dimensão social do *tempo*.

Dito de outro modo, longe de ser mera quantidade de trabalho por unidade de tempo homogênea, o *valor* também expressa a redução do *quantum* de trabalho à média social para a execução de determinada mercadoria, relacionando as mais diversas unidades de produção entre si e submetendo a produção social à produção de sua riqueza: *quantum social* de trabalho. Nota-se, assim, a sujeição do processo produtivo individual à produtividade social, não em razão da concorrência, mas por causa da riqueza social produzida ser de tal natureza que o próprio tempo ao qual está referenciado se modifica com o crescimento de sua produção.²⁸³ Como consequência, a categoria valor consegue capturar não apenas um processo de produção ao longo do tempo, mas o próprio tempo como variável, de forma que a qualidade assumida pelo tempo no capitalismo o constitui como cerne do processo social de produção.

A categoria fetiche qualifica, por seu turno, a categoria estranhamento. Embora o caráter externo e estranho do processo de produção da riqueza social capitalista se apresente como é – ou seja, relação coisal entre os humanos – sua

²⁸³ Postone (2003, p.287-291) notou esse aspecto, explicando-o por meio do conceito de *treadmill effect*. Segundo esse conceito, à proporção que a produção social avança, a unidade de medida da riqueza social é redeterminada de forma que o processo social de produção se encontra sobre uma esteira: tamanho esforço para não sair do lugar. Um exemplo ajuda nesse ponto: suponha-se que o valor de determinada mercadoria esteja constante, caso determinado produtor dobre sua produtividade, o valor de sua mercadoria caiu pela metade, mas ele continua a vender essa mercadoria pelo valor antigo, obtendo um ganho extra. Contudo, a própria esfera da troca se trata de espalhar a nova técnica produtiva, de forma que o novo *quantum social* de trabalho será a metade do valor antigo. Nota-se, assim, que a medida da riqueza social fora repostada em termos rebaixados, impondo novo esforço produtivo para, repetido o movimento, permanece no mesmo lugar.

origem é velada. Parece surgir do cotidiano das relações de circulação, seja dos contratos seja do dinheiro; porém, a análise empreendida por Marx, demonstrou ser essa relação originada do processo social de produção de determinada riqueza. Não se trata, entretanto, de uma aparência contrária a essência exposta por Marx, mas sim uma aparência condizente com essa essência, justamente porque é capaz de velar esta última.

Sobre os diferentes níveis de abstração da análise do capitalismo, cabe indicar um aspecto importante referente ao trabalhador assalariado. Ao lado da análise das várias formas de salário e da transformação concreta da jornada de trabalho – que inclui a luta dos trabalhadores frente ao desmedido abuso dos representantes do capital –, nota-se que, no segundo tomo de **O Capital**, Marx expõe que nem todo o trabalho assalariado contratado pelo representante do capital amplia a riqueza social capitalista – i.e., produz mais-valor. Embora possa gerar lucro para esse representante, por ser a atividade exercida na esfera da intermediação de mercadorias ou ser uma atividade auxiliar ao processo produtivo, não há valorização. Neste particular, o autor destaca os trabalhos de contabilidade e reparo do capital fixo, bem como de compra e venda das mercadorias.²⁸⁴

Como consequência, deve-se reter em mente que a transposição direta das categorias desenvolvidas no presente trabalho para o cotidiano pode confundir a análise, de modo que, enquanto investigação do enredo do capitalismo, os **Manuscritos** e o **Grundrisse** expõem as relações estruturais – i.e., os mecanismos internos à sociedade capitalista que explicam seu cotidiano – sem os quais essa sociedade não pode ser qualificada como tal.²⁸⁵ E, por isso, o presente trabalho se apresenta como uma introdução à temática da riqueza e da pobreza no pensamento de Marx e, por este figurar o capitalismo, sua apreensão dessa problemática na vida social capitalista contemporânea.

Por fim, a elaboração da importância das categorias valor e fetiche, bem como o exame detido do conjunto de **O Capital**, será objeto de um trabalho futuro no qual se pretende discutir a concepção de riqueza e pobreza nessa obra. E, para

²⁸⁴Conferir Marx (1984, p.95-99).

²⁸⁵Sobre esse aspecto, nota-se que a divisão da sociedade em duas classes não pode ser confundida com a existência, na luta social, de somente duas classes. De um lado os trabalhadores e de outro os capitalistas se refere à principal relação movente do processo social de produção, mas isso não aniquila as divisões internas as classes e mesmo outras classes sociais no pensamento de Marx. Os próprios escritos do autor corroboram esse argumento, pois, quando analisa a luta política francesa em dois períodos distintos, ele expõe as diversas classes em luta. Conferir Marx (2011b;2011c).

subsidiar essa investigação, o presente trabalho demonstrou ser imprescindível compreender os conceitos de estranhamento e capital, bem como a relação entre ambos, nos **Manuscritos** e no **Grundrisse**, sob pena de rebaixar a crítica de Marx. E, assim, interditar a compreensão de sua contribuição para a figuração da natureza do problema da abundância material em meio à profusa pobreza. O que termina por subestimar um problema cadente à sociedade capitalista contemporânea

Referências Bibliográficas

- ARANTES, Paulo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARTHUR, Christopher J. "USA, Britain, Australia and Canada". **Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later**. London: Routledge, 2008. p. 249-256.
- ATKINSON, Anthony B. **Inequality: what can be done?** Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 2015.
- BASSO, Luca. **Marx and Singularity: from the early writings to the Grundrisse**. Leiden: Brill, 2012. (Historical Materialism book series, v.41)
- BELLOFIORE, Riccardo, STAROSTA, Guido, THOMAS, P. D. (ed.) **In Marx's laboratory: Critical interpretations of the Grundrisse**. Leiden: Brill, 2013.
- BHASKAR, Roy [1979]. **The Possibility of Naturalism: a philosophical critique of contemporary human sciences**. London: Routledge, 2005.
- BUEY, Francisco Fernández. **Marx (sem ismos)**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- CARCANHOLO, Marcelo D.; MEDEIROS, João Leonardo G. "Trabalho no Capitalismo Contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho". **Revista Outubro**, São Paulo, n.20, p.171-197, 2012.
- CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. "Da MEGA à MEGA2: breve história da edição crítica das obras de Karl Marx." Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2014. (**Texto para discussão**, 506) 21p.
- CHASIN, José [1995]. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CLASTRES, Pierre [1974]. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- CRARY, Jonathan. **24/7: Late Capitalism and the Ends of Sleep**. London: Verso, 2013.
- DUAYER, Mário. "Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho". **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.10, n.29, p. 35-47. 2012.
- DUSSEL, Enrique D. **La Producción Teórica de Marx: Un Comentario a los Grundrisse**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- FROMM, Erich. **Marx's Concept of Man**. New York: Frederick Ungar Publishing, 1961.
- _____. "Introduction". In: BELLAMY, Foster. **Looking Backward**. Peguim Books, London, 1960.
- GORZ, André. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo, SP: Hedra, 2008.
- HEINRICH, Michael. "Engels' Edition of The Third Volume of 'Capital' and Marx's Original Manuscript". **Science & Society**, vol. 60, nº4, winter 1996/1997, pp. 452-466.

- HOBBSBAWM, Eric [1962]. **A Era da Revolução: 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2012a.
- _____. [1979]. **A Era do Capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. [1987]. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2012b.
- _____. [1995]. **A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOLLANDER, Samuel. **The Economics of Karl Marx: Analysis and Application**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2008.
- HUTCHINSON, Alfred L. **The Limit of Wealth**. New York: Macmillan, 1907.
- LUKÁCS, György [1967]. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. *O Jovem Marx*. Trad. José Paulo Netto. In: **O Jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p.121-202.
- _____. [1971]. **Para uma Ontologia do Ser Social – I**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. [1971]. **Para uma Ontologia do Ser Social – II**. Trad. Nélío Schneider, Ronaldo Velmi Fortes e Ivo Tonet. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARCUSE, Herbert (1968). “Aggressiveness in Advanced Industrial Society”. _____. **Negations: essays in critical theory**. Boston: Bacon Press, 1969.
- MARX, Karl [1843]. **Sobre a Questão Judaica**. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- _____. “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução”. Trad. Rubens Endeler e Leonardo Deos. In: **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010b. p.145-157
- _____. [1844]. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Economic and Philosophical Manuscripts of 1844*. Trad. Martin Milligan and Dirk J. Struick. In: *Marx & Engels Collected Works (MECW)*. Moscow: International Publisher, 1975 [1959]. Volume 3, p.229-349.
- _____. *Economic and Philosophical Manuscripts*. Trad. Gregor Benton. In: **Karl Marx: early writings**. London: Penguin, 1994 [1974]. p.279-400.
- _____. [1845-46]. “Teses sobre Feuerbach”. MARX & ENGELS. **A Ideologia Alemã: crítica a mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stimer, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 533-539.
- _____. [1851]. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. (b)
- _____. [1857-58]. **Grundrisse: esboço da crítica da economia política**. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. [1867]. **O Capital: para crítica da economia política**. Trad. Rubens Endeler. São Paulo: Boitempo, 2013. Volume I

- _____. [1871]. **Guerra Civil na França**. Trad. Rubens Endeler. São Paulo: Boitempo, 2011. (c)
- _____. [1884]. **O Capital**: para crítica da economia política. Trad. Régis Barbosa e Flávio Kother. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Volume II (ed. Engels, Friedrich)
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MCLLELAN, David. **The Thought of Karl Marx**: An Introduction. New York: Harper & Row, 1972.
- _____. **Karl Marx**: his life and thought. New York: Harper & Row, 1973.
- MEANEY, Mark E. **Capital as Organic Unity**: the role of Hegel's Science of Logic in Marx's Grundrisse. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.
- MEDEIROS, João Leonardo. G. **A Economia diante do horror econômico**. Niterói: EduFF, 2013.
- MÉSZÁROS, István [1970]. **Marx's Theory of Alienation**. New York: Harper Torchbooks, 1972.
- _____. **Beyond Capital**: Toward a Theory of Transition. New York: Monthly Review Press, 1995.
- MILLER, Karen. **Karl Marx's Concept of Time**: its validity for contemporary historical interpretations, 2001. PhD Thesis. Curtin University of Technology.
- MOHL, Ernest T. "Germany, Austria and Switzerland". **Karl Marx's Grundrisse**: foundations of the critique of political economy 150 years later. London: Routledge, 2008. p. 189-201.
- MUSTO, Marcello. "Dissemination and reception of the Grundrisse in the world: introduction". **Karl Marx's Grundrisse**: foundations of the critique of political economy 150 years later. London: Routledge, 2008. p. 179-188.
- NETTO, José Paulo. *Apresentação*. In: **Cardernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- OLLMAN, Bertell [1971]. **Alienation**: Marx's conception of man in capitalist society. New York: Cambridge University Press, 1976.
- PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-first Century**. Trad. Arthur Goldhammer. Cambridge Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- PISKUNOV, N. **Diferential and Integral Calculus**. Moscow: MIR Publishers, 1969.
- POSTONE, Moishe [1993]. **Time, Labor and Social Domination**: a reinterpretation of Marx's critical theory. New York: Cambridge University Press, 2003.
- _____. "Rethinking Capital in light of the Grundrisse". **Karl Marx's Grundrisse**: foundations of the critique of political economy 150 years later. London: Routledge, 2008. p. 120-137.
- PRITCHARD, R. "Review on the Limit of Wealth". **The Economic Bulletin**, American Economic Association, vol. 1, nº 1, p. 58, April, 1908.

- RANIERI, Jesus José. **Alienação e estranhamento em Marx**: dos manuscritos econômicos-filosóficos de 1844 a ideologia alemã, 2000. 258 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000203844>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- _____. *Sobre os Chamados Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx*. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ROSDOLSKI, Roman [1967]. **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.
- RUBEL, Maximilien [1957]. **Karl Marx**: ensayo de biografía intelectual. Trad. Saul Karsz. Buenos Aires: Padiós, 1970.
- RUBEL, Maximilien; Joseph J. O'Malley; e K. W. Algozin. **Rubel on Karl Marx**: Five Essays. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1981.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: uma investigação sobre a natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultura, 1988. (Volume III)
- THOMPSON, Edward P [1964]. **The Making of the English Working Class**. New York: Vintage Books, 2014.
- _____. "Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial". In: **Costumes em comum**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.
- TOSEL, André. "France". **Karl Marx's Grundrisse**: foundations of the critique of political economy 150 years later. London: Routledge, 2008. p. 223-228.
- TRONTI, Mario. "Italy". **Karl Marx's Grundrisse**: foundations of the critique of political economy 150 years later. London: Routledge, 2008. p. 229-235.
- VASINA, Lyudmila L. "Russia and the Soviet Union". **Karl Marx's Grundrisse**: foundations of the critique of political economy 150 years later. London: Routledge, 2008. p. 202-212.
- YURAN, Noan. **What Money Wants**: an economy of desire. Stanford: Stanford University Press, 2014.